





Maurice Druon

O lis e o leão

Título do original: “Le lis et le lion”

Copyright © 1965 Atelier Littéraire Maurice Druon, Librairie Plon e Éditions Del Duca

Tradução: Nair Lacerda

CÍRCULO DO LIVRO S.A.

Caixa postal 7413 01051 São Paulo, Brasil
Edição integral

Licença editorial para o Círculo do Livro por cortesia da Editora Bertrand Brasil S.A.

2468 10 97531 88 90 91 89 87

“A história é um romance que aconteceu...”

Edmond e Jules de Goncourt

“Estremecemos ao pensar

em quantas buscas são

precisas para chegar à verdade sobre o mais fútil pormenor.”

Stendhal

Principais personagens deste volume

CASA DE FRANÇA

O REI

FILIPE VI DE VALOIS, bisneto de São Luís, sobrinho de Filipe, o Belo, filho primogênito do conde Carlos de Valois e de sua primeira esposa, Margarida d'Anjou-Sicília, trinta e cinco anos *.

**As idades indicadas referem-se ao ano de 1328.*

A RAINHA

JOANA DE BORGONHA, chamada a Coxa, neta de São Luís, irmã do duque Eudes IV e da falecida rainha Margarida de Borgonha, trinta e três anos.

SEU PRIMOGÊNITO

JOÃO, duque da Normandia, futuro rei João II, o Bom, nove anos.

AS RAINHAS VIÚVAS

JOANA D'EVREUX, filha de Luís de França, conde d'Evreux, e sobrinha de Filipe, o Belo, terceira esposa e viúva do rei Carlos, o Formoso, mais ou menos vinte e cinco anos.

JOANA DE BORGONHA, chamada a Viúva, filha de Mafalda d'Artois e esposa do falecido rei Filipe V, o Longo, trinta e cinco anos.

CASA DA INGLATERRA

O REI

EDUARDO III PLANTAGENETA, filho de Eduardo II e de Isabel de França, dezesseis anos.

ARAINHA

FILIPADE HAINAUT, segunda filha do conde Guilherme de Hainaut e de Joana de Valois, catorze anos.

A RAINHA-MAE

ISABEL DE FRANÇA, viúva de Eduardo II, filha de Filipe, o Belo, trinta e seis anos.

OS PARENTES DO REI

HENRIQUE, chamado Pescoço-Torto, conde de Leicester e de Lancastre, quarenta e sete anos. EDMUNDO, conde de Kent, tio do rei Eduardo III, vinte e sete anos.

CASA DE NAVARRA

A RAINHA

JOANA DE NAVARRA, filha de Luís X, o Turbulento, e de Margarida de Borgonha, neta de Filipe, o Belo, herdeira do reino de Navarra, dezessete anos.

O REI

FILIPE DE FRANÇA, conde d'Evreux, filho de Luís de França e esposo da precedente, mais ou menos vinte e um anos.

CASA DE HAINAUT

GUILHERME, chamado o Bom, conde soberano de Hainaut, Holanda e Zelândia, pai da rainha Filipa da Inglaterra.

JOANA DE VALOIS, condessa de Hainaut, esposa do precedente e irmã do rei Filipe VI de França. JOÃO DE HAINAUT, irmão mais moço do conde Guilherme.

CASA DE BORGONHA-DUCADO

EUDES IV, duque-par da Borgonha, irmão da falecida rainha Margarida de Borgonha e da rainha Joana, a Coxa, mais ou menos quarenta e seis anos.

JOANA DE BORGONHA, sua esposa, filha do rei Filipe V, o Longo, neta de Mafalda d'Artois, dezanove anos.

CASA D'ARTOIS

MAFALDA, condessa-par d'Artois, viúva do conde Oto IV de Borgonha, mãe da rainha-viúva Joana, a Viúva, e avó da duquesa Joana de Borgonha, cinqüenta e nove anos.

ROBERTO D'ARTOIS, conde-par de Beaumont-le-Roger, sire de Conches, sobrinho da precedente, primo e cunhado do rei Filipe VI, quarenta e um anos.

JOANA DE VALOIS-COURTENAY, meia irmã do rei Filipe VI, esposa de Roberto d'Artois, e sempre designada pelo título de condessa de Beaumont, vinte e quatro anos.

PARES, PRELADOS E DIGNITÁRIOS DA CASA DE FRANÇA LUÍS I, duque-par de Bourbon, grande camareiro de França, neto de São Luís, filho de Roberto de Clermont.

LUÍS DE NEVERS, conde-par de Flandres. GUILHERME DE TRYE, duque-arcebispo de Reims, par eclesiástico.

JOÃO DE MARIGNY, conde-bispo de Beauvais, irmão mais moço de Enguerrand de Marigny, par eclesiástico.

GAUCHER DE CHÂTILLON, conde de Porcien e sire de Crèvecoeur, condestável de França de 1302 a 1329.

RAUL DE BRIENNE, conde d'Eu, condestável pela morte do precedente.

HUGO, conde de Bouville, antigo camareiro de Filipe, o Belo.

JOÃO DE CHERCHEMONT, chanceler em 1328.

GUILHERME DE SAINTE-MAURE, chanceler a partir de 1329.

MILLE DE NOYERS, antigo marechal de França, presidente do Tribunal de Contas, presidente do Parlamento.

ROBERTO BERTRAND, chamado o Cavaleiro do Leão Verde, e MATEUS DE TRYE, marechais de França.

BEHUCHET, almirante. JOÃO, o LOUCO, anão.

LORDES,

PRELADOS

E

DIGNITÁRIOS

DA

CASA

DA

INGLATERRA

ROGÉRIO MORTIMER, oitavo barão de Wigmore, primeiro conde das Marcas, antigo grande juiz da Irlanda, amante da rainha-mãe Isabel, quarenta e dois anos.

GUILHERME DE MELTON, arcebispo de York, primaz da Inglaterra.

HENRIQUE DE BURGHERSH, bispo de Lincoln, chanceler e embaixador.

ADÃO ORLETON, anteriormente bispo de Hereford, bispo de Worcester, depois de Winchester, tesoureiro e embaixador.

JOÃO, barão Maltravers, senescal da Inglaterra, mais ou menos trinta e oito anos.

GUILHERME, barão Montaigu, primeiro conde de Salisbury, conselheiro e embaixador, depois lorde-guardião dos Cinco-Portos e marechal da Inglaterra, vinte e sete anos.

GUALTER DE MAUNY, escudeiro da rainha Filipa.

JOÃO DAVERILL, governador do castelo de Corfe.

GUILHERME ELAND, governador do castelo de Nottingham .

PRINCIPAIS OFICIAIS DE JUSTIÇA E COMPARSAS DO PROCESSO

D'ARTOIS

PEDRO DE VILLEBRESME, Comissário.

PEDRO DE TESSON, tabelião.

JOANA DE DIVION, antiga amante do falecido bispo Teodorico d'Hirson.

BEATRIZ D'HIRSON, sobrinha do bispo Teodorico, dama de cerimônia da condessa Mafalda d'Artois.

GILLET DE NELLE, criado de Roberto d'Artois.

MARIA, a Branca, MARIA, a Preta, e JOANINHA DESQUENES, servas de Joana de Divion.

PEDRO DE MACHAUT, testemunha.

ROBERTO ROSSIGNOL, falsário.

MACIOT, o Alemão, oficial de justiça.

SIMÃO DE BUCY, procurador do rei.

O IMPERADOR DA ALEMANHA

LUÍS V DE BAVIERA.

O REI DA BOÊMIA

JOÃO DE LUXEMBURGO, filho do imperador Henrique VII da Alemanha.

O REI DE NÁPOLES

ROBERTO D'ANJOU-SICÍLIA, chamado o Astrólogo, tio do rei Filipe VI de França.

O REI DE ARAGÃO

AFONSO IV

O REI DA HUNGRIA

LUÍS I, o Grande.

OS PAPAS

JOÃO XXII, precedentemente cardeal Tiago Duèze, BENTO XII (a partir de 1334), precedentemente cardeal Tiago Fournier, chamado o Cardeal Branco.

JACÓ DE ARTEVELDE, chefe da liga flamenga.

COLA DE RIENZI, tribuno de Roma.

SPINELLO TOLOMEI, banqueiro sienense.

JOÃO I, o PÓSTUMO, filho de Luís X, o Turbulento, e de Clemência da Hungria, pretendente ao trono da França.

Primeira parte

Os novos reis

O casamento de janeiro

De todas as paróquias da cidade, tanto de além como de aquém do rio, de Saint-Denys, de Saint-Cuthbert, de Saint-Martin-cum-Gregory, de Saint-Mary-Senior e de Saint-Mary-Junior, de Shambles, de Taner Row, de toda parte, o povo de York subia em filas ininterruptas, havia duas horas já, para Minster, para a gigantesca catedral ainda inacabada, cuja massa esmagadora dominava a cidade.

Em Stonegate e Dengate, as duas ruas tortuosas que vinham dar no Pátio, a multidão estava bloqueada. Os adolescentes, empoleirados sobre os marcos, não viam senão cabeças, apenas cabeças, um pulular de cabeças, cobrindo inteiramente a esplanada. Burgueses, negociantes, matronas com suas numerosas ninhadas, enfermos apoiados em muletas, criados, empregados de artífices, clérigos com seus capuzes, soldados de camisa de malha, mendigos andrajosos, confundiam-se com as hastes de um molho de feno. Ladrões de dedos ágeis realizavam seu melhor negócio do ano. Nas janelas que para ali se abriam, apareciam cachos de rostos.

Era, acaso, luz do meio-dia, aquela claridade dúbia, enfumaçada e úmida, aquele vapor frio, aquela nuvem que, como algodão, envolvia o enorme edifício e a multidão que patinhava na lama? Aquele povo se calava para conservar o próprio calor.

24 de janeiro de 1328. Diante de Guilherme de Melton, arcebispo de York e primaz da Inglaterra, o rei Eduardo III, que ainda não tinha dezesseis anos, casava-se com a senhora Filipa de Hainaut, sua prima, que contava pouco mais de catorze.

Não restava um só lugar na catedral, que fora reservada aos dignitários do reino, aos membros do alto clero, aos do Parlamento, aos quinhentos cavaleiros

convidados, aos cem nobres escoceses de roupa xadrez, vindos para ratificar, nessa mesma ocasião, o tratado de paz. Dali a poucos momentos seria celebrada a missa solene cantada por cento e vinte chantres.

No momento, porém, a primeira parte da cerimônia, o casamento propriamente dito, desenrolava-se diante do portal sul, no exterior da igreja e à vista do povo, segundo o ritual antigo e os costumes particulares da arquidiocese de York, para lembrar que o casamento é um sacramento em que os esposos mutuamente se dão, através de juras e consentimentos livres, e ao qual o padre assiste apenas como testemunha.

A névoa marcava com rastros úmidos o veludo vermelho do dossel levantado contra o pórtico, condensava-se sobre as mitras dos bispos, colava as peliças dos trajes sobre os ombros da família real reunida em torno do jovem casal.

— *Here I take thee, Philippa, to my wedded, wife, to hav and to hold at bed and at board...** (aqui eu te recebo, Filipa, como minha esposa pelo casamento, para te ter e guardar em meu leito e em minha casa...) * *Os números remetem o leitor às notas explicativas no fim do volume.*

Saída daqueles lábios tenros, daquele rosto imberbe, a voz do rei surpreendeu pela força, pela clareza e intensidade de sua vibração. A rainha-mãe, Isabel, ficou impressionada, bem como messire João de Hainaut, tio da noiva, e todos os assistentes das primeiras fileiras, entre os quais estavam o conde Edmundo de Kent e o conde de Lancastre do Pescoço-Torto, chefe do conselho de regência e tutor do rei.

Apenas uma única vez os barões tinham ouvido seu novo soberano falar com aquela autoridade inesperada: num dia de batalha, quando da última campanha da Escócia.

— *... for firer for fouler, for better for worse, in sickness and in health...*

(... para o belo e para o feio, para o melhor e para o pior, na doença e na saúde...)

Os sussurros, entre a multidão, iam cessando progressivamente. O

silêncio estendia-se como onda circular, e a ressonância da jovem voz real se propagava por cima dos milhares de cabeças, audível quase até a outra extremidade da praça. O rei pronunciava lentamente a longa fórmula do juramento que aprendera na véspera, mas dir-se-ia que ele a inventava, de tal maneira destacava-lhe os termos, de tal maneira os *pensava*, imprimindo-lhes seu sentido mais profundo e mais grave. Era como se aquelas fossem palavras de uma oração destinada a ser dita uma única vez, e para a vida inteira.

Uma alma adulta, de homem seguro de seu compromisso em face do céu, de príncipe consciente de seu papel entre seu povo e Deus, expressava-se naquele corpo adolescente. O novo rei tomava seus parentes, seus próximos, seus grandes oficiais, seus barões, seus prelados, a população de Yorke e toda a Inglaterra como

testemunhas do amor que jurava à senhora Filipa.

Os profetas que ardem no zelo de Deus, os condutores de nações sustentados por uma convicção única, sabem impor às multidões o contágio de sua fé. O amor publicamente afirmado possui também esse poder, provoca essa adesão de todos à emoção de um só.

Não havia nenhuma mulher na assistência, fosse qual fosse sua idade, recém-casada, esposa enganada, viúva, virgem, avó, que não se sentisse, naquele instante, no lugar da jovem desposada; nenhum homem que não se identificasse com o jovem rei. Eduardo III se unia a tudo o que havia de feminino em seu povo, e era todo o seu reino que escolhia Filipa por companheira. Todos os sonhos da juventude, todas as decepções da maturidade, todas as nostalgias da velhice se dirigiam para eles, como outras tantas oferendas saídas de cada coração. Naquela noite, pelas ruas sombrias, os olhos dos noivos iluminariam as trevas, e mesmo os velhos casais desunidos ficariam de mãos dadas depois da ceia.

Se, há tanto tempo, os povos se aglomeram quando do casamento dos príncipes, é para viver assim, por delegação, uma felicidade que, exposta de tão alto, parece perfeita.

—... *till death do part...* (... até que a morte nos separe...) As gargantas se travaram, a praça exalou um vasto suspiro de surpresa triste, quase de reprovação. Não, não se devia falar de morte naquele momento, não era possível que aqueles dois jovens tivessem de aceitar a sorte comum, não era admissível que eles fossem mortais.

—... *and thereto I plight thee my troth...* (... e por tudo isso eu te empenho a minha fé...)

O jovem rei ouvia a multidão respirar, mas não a olhava. Seus olhos, de um azul pálido, quase cinzento, de longos cílios que então se erguiam, não abandonavam a mocinha ruiva e gorducha, entrouxada em veludos e seus véus, e à qual seu juramento se dirigia.

Porque Filipa em nada se assemelhava a uma princesa de conto de fadas, e não era mesmo muito bonita. Mostrava os traços rechonchudos dos Hainaut, o nariz curto, o rosto coberto de sardas. Não tinha o ar particularmente gracioso, mas era, ao menos, simples, e não procurava afetar uma atitude majestosa que, aliás, não lhe assentaria bem. Despojada de ornamentos reais, poderia ser confundida com qualquer outra mocinha ruiva de sua idade; jovens de seu tipo eram encontradas às centenas em todas as nações do norte. E era isso, precisamente, o que aumentava a ternura da multidão em relação a ela. Era a eleita, pela sorte e por Deus, mas não diferente, em essência, das mulheres sobre as quais ia reinar. Todas as ruivas um tanto gordas se sentiam honradas e elevadas em dignidade.

Emocionada também a ponto de tremer, ela cerrava as pálpebras, como se não pudesse sustentar a intensidade do olhar de seu esposo. Tudo quanto lhe

estava acontecendo era demasiado belo. Tantas coroas à sua volta, tantas mitras, e aqueles cavalheiros e damas que entrevia lá no interior da catedral, enfileirados atrás dos cirios como almas do Paraíso, e toda aquela gente em torno... Rainha, ela ia ser rainha, e escolhida por amor!

Ah! como iria adorar, agradecer, servir, àquele belo príncipe louro, de longos cílios, de mãos bonitas, chegado por milagre, vinte meses antes, a Valenciennes, acompanhando ao exílio a mãe que vinha pedir ajuda e refúgio! Seus pais os tinham mandado brincar no pomar com as outras crianças; ele se havia enamorado dela, e ela, dele. Agora, ele era o rei, e não a tinha esquecido. Com que felicidade a jovem votava-lhe sua existência!

Temia apenas não ser bela bastante para lhe agradar sempre, nem bastante instruída para secundá-lo.

— Estendei vossa mão direita, senhora — disselhe o arcebispo-primaz

Imediatamente, Filipa estendeu para fora da manga de veludo uma mãozinha rechonchuda e apresentou-a com firmeza, com a palma para a frente, os dedos abertos.

Eduardo teve um olhar maravilhoso para aquela estrela cor-de-rosa que se lhe entregava.

O arcebispo apanhou, de uma bandeja apresentada por outro prelado, o anel de ouro liso, incrustado de rubis, que acabara de benzer, e entregou-o ao rei. O anel estava úmido, como tudo quanto aquela névoa tocava. Depois o arcebispo, docemente, aproximou as mãos dos dois esposos.

— Em nome do Pai — pronunciou Eduardo, pousando o anel, sem colocá-lo, na extremidade do polegar de Filipa. — Em nome do Filho... do Espírito Santo — disse ele, repetindo o gesto sobre o índice e sobre o médio.

Enfim, deslizou o anel pelo quarto dedo, dizendo: — Amém!

Filipa era sua mulher.

Como toda mãe que casa seu filho, a rainha Isabel tinha lágrimas nos olhos. Esforçava-se por suplicar a Deus que concedesse a seu menino todas as felicidades, mas pensava sobretudo em si própria, e sofria. Os dias se haviam escoado, levando-a àquele em que ela cessava de ser a primeira no coração de seu filho e em sua casa. Não, para dizer a verdade, que ela tivesse grande coisa a temer daquela pequena pirâmide de veludos e bordados que se tornava naquele instante sua nora, nem no que se referia à autoridade sobre a corte nem quanto à comparação com a sua beleza. Ereta, esbelta e dourada, com suas belas tranças levantadas de cada lado do rosto alvo, Isabel, aos trinta e seis anos, mal parecia ter trinta. Seu espelho, longamente consultado, naquela mesma manhã, quando colocava a coroa para a cerimônia, tranqüilizara-a. E entretanto, a partir daquele dia, deixava de ser a rainha para tornar-se apenas rainha-mãe. Como acontecera tão depressa?

Como vinte anos de vida, cortados, entretanto, de tantos temporais, se haviam

dissolvido daquela maneira?

Pensava em seu próprio casamento, havia exatamente vinte anos, em fins de janeiro, como naquele dia, e igualmente entre a névoa, em Boulogne, na França. Também ela se casara acreditando na felicidade, também ela pronunciara os juramentos dos esponsais do fundo de seu coração. Sabia, então, a quem se unia, para satisfazer os interesses de reinos? Sabia que, em troca do amor e do devotamento que levava, não receberia senão humilhações, ódio e desprezo, que se veria suplantada no leito de seu esposo, nem mesmo por amantes, mas por homens ávidos e escandalosos, que seu dote seria pilhado, seus bens, confiscados, que teria de fugir para o exílio a fim de salvar a vida ameaçada e levantar um exército para reconquistar seu poder? Que seria obrigada, enfim, a dar a ordem para que assassinassem Eduardo II, o homem que fizera deslizar em seu dedo o anel nupcial?

Ah! A jovem Filipa tinha bastante sorte, ela que era não somente desposada, mas amada!

Só as primeiras uniões podem ser plenamente puras e plenamente felizes.

Nada as substitui, se falham. Os segundos amores não atingem aquela perfeição límpida. Mesmo sólidos como o mármore, neles correm veias de outra cor, que são como o sangue seco do passado.

A rainha Isabel voltou os olhos para Rogério Mortimer, barão de Wigmore, seu amante, que, graças a ela tanto quanto a ele próprio, governava a Inglaterra como senhor, em nome do jovem rei. De sobranceiras cerradas, traços severos, braços cruzados sob seu manto suntuoso, ele a contemplava, no mesmo instante, sem bondade.

“Ele adivinha o que penso”, disse Isabel consigo mesma. “Mas que homem é ele, afinal, para dar a impressão de que cometemos uma falta quando deixamos de pensar nele por um momento?”

E, conhecendo seu temperamento desconfiado, sorriu-lhe, para acalmá-lo. Que queria Rogério, além do que já possuía? Vivia com ele como se fossem marido e mulher, embora ela fosse rainha, embora ele fosse casado.

Ele obrigara o reino a aceitar seus amores públicos. Agira de maneira a dar-lhe o controle de todo o poder: ele nomeava seus protegidos para todos os empregos. Fizera com que lhe dessem todos os feudos dos antigos favoritos de Eduardo II, o conselho da regência obedecia a seus decretos e não intervinha senão para referendar suas vontades. Obtivera, mesmo, de Isabel, que se tornasse viúva, por sua própria decisão. E era por causa dele que a chamavam a Loba de França! Poderia ele impedir que a rainha pensasse nisso num dia de casamento, sobretudo quando o carrasco ali estava, na pessoa de João Maltravers, promovido recentemente a senescal da Inglaterra, e cujo rosto comprido e sinistro se erguia, atrás do ombro de Mortimer, como para lembrar-lhe o crime?

Isabel não era a única que seria contrariada com aquela presença. João Maltravers fora o guardião do defunto rei, e sua elevação súbita ao cargo de senescal denunciava muito claramente que serviços lhe eram pagos dessa forma. Todos aqueles para os quais o assassinio de Eduardo II representava agora uma quase certeza olhavam-no, constrangidos, e achavam que o assassino do pai faria melhor se se conservasse ausente do casamento do filho.

O conde de Kent, irmão do morto, inclinou-se na direção de seu primo Henrique Pescoço-Torto e cochichou-lhe:

— Parece que o regicídio, atualmente, dá o direito de subir ao nível da família.

Edmundo de Kent tiritava. Achava a cerimônia comprida demais, o ritual de York muito complicado. Por que não tinham realizado o casamento na capela da Torre de Londres, ou de algum castelo real, em lugar de transformar a ocasião numa quermesse popular? A multidão lhe causava mal-estar. E, ainda por cima, a presença de Maltravers...

Pescoço-Torto, com a cabeça deitada sobre o ombro direito, doença à qual devia seu apelido, murmurou:

— É pelo pecado que se entra mais facilmente em nossa casa. Nosso amigo é o primeiro a dar-nos prova disso... Calemo-nos. Ele está olhando para nós.

Aquele “nosso amigo” designava Mortimer e mostrava quanto os sentimentos se haviam modificado desde que ele desembarcara, dezoito meses antes, comandando o exército da rainha e sendo recebido como um libertador.

“Afinal, a mão que obedece não é pior do que a cabeça que ordena”, pensava Pescoço-Torto. “É Mortimer mais culpado, sem dúvida, e Isabel com ele, do que Maltravers. Mas somos todos um pouco culpados, com eles: todos nós apertamos o cutelo, quando destituímos Eduardo II. Aquilo não poderia terminar de outra maneira.”

Entretanto, o arcebispo apresentava ao jovem rei as três moedas de ouro, cunhadas de um lado com as armas da Inglaterra e de Hainaut, e no reverso com um campo de rosas, flores emblemáticas da felicidade conjugal.

Aquelas moedas eram a *quantia para esposar*, símbolo do dote em rendas, terras e castelos que o marido constituía para a mulher. As doações tinham sido bem escritas e pormenorizadas, o que tranquilizava um tanto messire João de Hainaut, o tio, ao qual ainda deviam quinze mil libras do soldo de seus cavaleiros durante a campanha da Escócia.

— Prosternai-vos, senhora, aos pés de vosso esposo, para receber as moedas — disse o arcebispo à esposa.

Todos os habitantes de York esperavam por aquele instante, curiosos de saber se seu ritual local seria respeitado até o fim, e se valia para a rainha tanto quanto para a vassala.

Mas ninguém previra que a senhora Filipa, não somente se ajoelhasse, como,

num ímpeto de amor e gratidão, abraçaria as pernas de seu esposo, beijando os joelhos daquele que a fazia rainha. Era capaz, então, aquela flamenga rechonchuda, de inventar, sob o impulso do coração!

A multidão fez-lhe ovação imensa.

— Creio que eles serão muito felizes — disse Pescoço-Torto a João de Hainaut.

— O povo vai amá-la — disse Isabel a Mortimer, que acabava de se aproximar dela.

A rainha-mãe sentia-se como que ferida: aquela ovação não lhe era destinada.

“É Filipa a rainha, agora”, pensava ela. “Meu tempo aqui acabou-se.

Sim, mas talvez eu venha a ter a França...”

Porque um cavaleiro da flor-de-lis, uma semana antes, galopara até York para lhe comunicar que seu último irmão, o rei Carlos IV da França, estava moribundo.

Trabalhos por uma coroa

Carlos IV, o Formoso, tombara enfermo no dia de Natal. Pela Epifania, os boticários e os médicos que dele tratavam pouco mistério faziam em declará-lo perdido. Qual seria a causa daquela febre que o consumia, daquela tosse dilacerante que lhe sacudia o peito emagrecido, daqueles escarros de sangue? Os boticários levantavam os ombros num gesto de impotência. A maldição, ora! A maldição que se abatera sobre a descendência de Filipe, o Belo. Os remédios são inoperantes contra uma maldição. E a corte e o povo estavam igualmente bastante convencidos de que não seria preciso buscar a causa em outro ponto.

Luís, o Turbulento, morrera com vinte e sete anos, e por mão criminoso, ninguém duvidava disso, embora a condessa Mafalda d’Artois se tivesse feito inocentar através de um processo público. Filipe, o Longo, falecera aos vinte e nove anos, por ter bebido em Poitou uma água de poço envenenada pelos leprosos. Carlos IV resistira até os trinta e três anos: era o limite. Sabe-se muito bem que os malditos não podem ultrapassar a idade de Cristo!

— Cabe-nos, meu irmão, apoderarmo-nos agora do reino e mantê-lo com mão firme — tinha dito o conde de Beaumont, Roberto d’Artois, a seu primo e cunhado Filipe de Valois. — E desta vez — acrescentara ele — não deixaremos que minha tia Mafalda ganhe a corrida. Aliás, ela não tem mais genro algum para empurrar para o trono.

Aqueles dois estavam gozando de esplêndida saúde. Roberto d’Artois, aos quarenta e um anos, era sempre o mesmo colosso que precisava abaixar-se para passar pelas portas e que atirava ao solo um boi, agarrando-o pelos chifres. Mestre em demandas, em chicana, em intrigas, tinha provado suficientemente,

havia vinte anos, o que sabia fazer no seu processo do Artois, na guerra da Guyenne e em muitas outras ocasiões. A descoberta do escândalo da Torre de Nesle fora obra sua. Se lordes Mortimer, e depois a rainha Isabel, tinham podido refugiar-se na França; se, tornando-se amantes, tinham reunido um exército em Hainaut, sublevado a Inglaterra e derrubado Eduardo II, fora, em parte, graças a ele. E ele não se sentia constrangido, ao apresentar-se à mesa, de ter nas mãos o sangue de Margarida de Borgonha.

No conselho do fraco Carlos IV, sua voz, nos últimos anos, fazia-se ouvir mais freqüentemente do que a do soberano.

Filipe de Valois, Seis anos mais moço que ele, não era dotado de tanto gênio. Era, porém, alto e forte, tinha o peito amplo, o andar nobre, podendo quase fazer figura de gigante quando Roberto não estava presente. Possuía uma bela imponência de cavaleiro que predispunha todos a seu favor. E, sobretudo, beneficiava-se da lembrança deixada por seu pai, o famoso Carlos de Valois, o príncipe mais turbulento, mais aventureiro de seu tempo, a correr atrás de tronos fantasma e de cruzadas perdidas, mas grande homem de guerra, e do qual ele se esforçava por copiar a prodigalidade e a magnificência.

Se Filipe de Valois até aquela ocasião não havia ainda espantado a Europa com os seus talentos, todavia confiavam nele. Brilhava em torneios, que eram a sua paixão, e o valor que neles mostrava não era coisa negligenciável.

— Filipe, eu te farei regente — dizia Roberto d'Artois. — Eu o quero, eu me comprometo a isso. Regente, e talvez rei, se Deus o quiser. Quer dizer, se dentro de dois meses, minha sobrinha 2, que já está grávida até os dentes, não der à luz um filho. Pobre primo Carlos! Não verá essa criança que desejava tanto. E, se for um menino, nem por isso deixarás de exercer a regência durante vinte anos. Ora, em vinte anos...

Prolongava seu pensamento com um grande gesto do braço que apelava a todos os acasos possíveis, à mortalidade infantil, aos acidentes de caça, aos desígnios impenetráveis da Providência.

— E tu, leal como sei que és — continuava o gigante —, farás com que me devolvam, finalmente, meu condado do Artois que Mafalda, a ladra, a envenenadora, retém injustamente desde a morte de meu nobre avô, bem como o pariato a ele ligado. Imagina que eu nem sequer sou par! Não é para rir? Tenho vergonha por tua irmã, que é minha esposa.

Filipe baixara duas vezes seu grande nariz carnudo, fechando as pálpebras com ar entendedor.

— Roberto, eu reconhecerei teus direitos, se estiver em condições de fazê-lo. Podes contar com meu apoio.

As melhores amizades são as que se fundamentam em interesses comuns e na construção de um mesmo futuro.

Roberto d'Artois, ao qual tarefa alguma repugnava, se encarregou de ir a

Vincennes fazer sentir a Carlos, o Formoso que seus dias estavam contados e que ele tinha algumas providências a tomar, tais como convocar os pares com toda a urgência e recomendar-lhes Filipe de Valois para assumir a regência. E mesmo, a fim de melhor esclarecer-lhes a escolha, por que não confiar a Filipe, desde já, a administração do reino, delegando-lhe poderes para isso?

— Somos todos mortais, todos, meu bom primo — dizia Roberto, que estourava de saúde e fazia tremer, com seu passo poderoso, o leito do agonizante.

Carlos IV não estava em condições de recusar, e sentiu-se mesmo aliviado por lhe tirarem todas as preocupações. Não pensava senão em reter a vida, que lhe escapava por entre os dentes.

Filipe de Valois recebeu, pois, a delegação real e lançou a ordem de convocação dos pares.

Roberto d'Artois pôs-se imediatamente em campo. De início junto a seu sobrinho d'Evreux, jovem ainda, de vinte e um anos e graciosa aparência, mas bem pouco empreendedor. Estava casado com a filha de Margarida de Borgonha, Joana, a Pequena, como continuavam a chamá-la, embora ela agora tivesse dezessete anos, e que fora afastada da sucessão da França quando da morte do Turbulento.

A lei sálica, de fato, fora inventada contra ela, e tanto mais facilmente por ter o comportamento desregrado de sua mãe lançado séria dúvida quanto à sua legitimidade. Em compensação, e para acalmar a casa de Borgonha, reconheceram-lhe o domínio de Navarra. Mas não se tinham apressado em ratificar essa promessa, e os dois últimos reis da França se haviam conservado reis de Navarra.

Se Filipe d'Evreux se parecesse, um pouco que fosse, com seu tio Roberto d'Artois, seria, aquela, excelente ocasião para fazer do caso uma enorme chicana, para contestar a lei sucessória e reclamar, em nome de sua mulher, as duas coroas.

Usando de sua ascendência sobre ele, Roberto d'Artois bem depressa conseguira envolver, como peixe em farinha, aquele possível competidor.

— Terás aquela Navarra que te é devida, meu bom sobrinho, logo que meu cunhado Valois for regente. Tomo isso como um caso de família, e foi com essa condição que prometi a Filipe o meu apoio. Serás rei de Navarra! É

uma coroa que não se deve desdenhar, e eu te aconselho, de minha parte, que a coloques na cabeça assim que o possas fazer, antes que alguém venha disputá-la a ti. Porque, aqui entre nós, a pequena Joana, tua esposa, teria seus direitos mais bem assegurados se a mãe dela tivesse tido as coxas menos folgazãs! Nessa grande corrida que se vai fazer, é preciso que consigas apoios: contas com o nosso. E trata de não ouvir teu tio da Borgonha, porque ele só te levará a fazer tolices, em seu próprio proveito. Filipe regente, agarra-te a isso!

Assim, mediante o abandono definitivo da Navarra, Filipe de Valois contava

já com dois votos.

Luis de Bourbon acabava de obter o ducado algumas semanas antes e havia recebido em apanágio o condado da Marca 3. Era o mais velho da família. No caso de haver demasiada confusão em torno da regência, sua qualidade de neto de São Luís poderia servir-lhe para reunir numerosos sufrágios. Sua decisão, fosse como fosse, pesaria sobre o conselho dos pares.

Ora, aquele coxo era covarde. Entrar em rivalidade com o poderoso partido Valois seria empresa digna de homem mais corajoso. Além disso, seu filho se havia casado com uma irmã de Filipe de Valois.

Roberto deu a entender a Luis de Bourbon que, quanto mais cedo ele se reunisse ao partido, mais depressa veria garantidos todos os proventos em terras e em títulos que acumulara graças a uma atitude complacente, no curso de todos os reinados precedentes. Três votos.

O duque da Bretanha, mal chegado de Vannes, não tendo ainda aberto seus baús, viu Roberto d'Artois surgir em seu palácio.

— Filipe, não é? Tu estás de acordo, não é verdade? Com Filipe, tão piedoso, tão leal, podemos estar certos de ter um bom rei... quero dizer, um bom regente.

João de Bretanha só poderia ser a favor de Filipe. Não se casara com uma irmã dele, Isabel, agora morta, é verdade, mas cuja memória ele não podia deixar de venerar? Roberto, para reforçar sua diligência, levava sua mãe, Branca de Bretanha, irmã mais velha do duque, velhinha, pequenina, completamente enrugada, e que não tinha migalha sequer de lucidez de espírito, mas concordava com tudo quanto queria seu gigantesco filho. João de Bretanha ocupava-se mais dos negócios de seu ducado do que dos negócios da França. Pois bem, sim! Por que não Filipe, já que todo mundo parecia tão solícito em designá-lo!

A campanha tornava-se uma campanha de cunhados. P diu-se o reforço de Guy de Châtillon, conde de Blois, que não era par, absolutamente, e também do conde Guilherme de Hainaut, que nem sequer pertencia ao reino, porque tinham se casado ambos com outras irmãs de Filipe. A grande parentela Valois já começava a parecer a verdadeira família da França.

Naquele momento, Guilherme de Hainaut casava sua filha com o jovem rei da Inglaterra: não se via obstáculo naquilo, e, na ocasião, talvez fosse mesmo uma boa coisa. Mas ele pensara bem, ao se fazer representar nas núpcias por seu irmão João, em vez de ir pessoalmente, porque era ali, em Paris, que se iam verificar acontecimentos importantes. Guilherme, o Bom, não desejava de há muito que a terra de Blaton, patrimônio da coroa da França, encravada em seus Estados, lhe fosse cedida? Receberia Blaton, por quase nada, um resgate simbólico, se Filipe se tornasse regente.

Quanto a Guy de Blois, era um dos últimos barões que conservara o direito de cunhar moeda. Infelizmente, e apesar do direito, faltava-lhe dinheiro, e as dívidas estrangulavam-no.

— Guy, meu parente amado, teu direito de cunhagem será resgatado pela regência. Vai ser esse o nosso primeiro cuidado.

Roberto, em poucos dias, realizara trabalho sólido.

— Estás vendo, Filipe, estás vendo — dizia ele ao seu candidato — quanto os casamentos arranjados por teu pai nos estão ajudando agora? Diz-se que abundância de filhas é grande mal para as famílias, mas aquele homem sensato, que Deus o guarde, soube servir-se de todas as tuas irmãs.

— Sim, mas será preciso acabar de pagar os dotes — respondeu Filipe.

— De muitos deles foi paga apenas uma quarta parte...

— A começar pelo de Joana, minha cara esposa — lembrou Roberto d'Artois.
— Mas, desde que tivermos teu poder sobre o Tesouro...

Mais difícil de aliciar foi o conde da Flandres, Luís de Nevers. Porque ele não era um cunhado, e pedia algo mais do que terra ou dinheiro. Queria a reconquista de seu condado, do qual seus vassallos o haviam expulsado. Para aliciá-lo, seria necessário prometer-lhe uma guerra.

— Luís, meu primo, a Flandres te será devolvida, e pelas armas, isso nós te juramos!

E então, Roberto, que pensava em tudo, correu de novo a Vincennes para urgir com Carlos IV para que completasse seu testamento.

Carlos nada mais era do que uma sombra de rei, escarrando o que lhe restava dos pulmões.

Ora, mesmo moribundo como estava, lembrou-se naquele momento do projeto de cruzada que seu tio Carlos de Valois lhe pusera outrora na cabeça... em seguida tinham renunciado à cruzada... e depois Carlos de Valois morrera. Aquela doença e os sofrimentos que suportava talvez fossem o castigo por não ter cumprido sua promessa. Aquele sangue, que espalhava sobre seus lençóis, lembrava-lhe que não tinha levantado a cruz para libertar os lugares onde Nosso Senhor Jesus Cristo tinha sofrido Sua Santíssima Paixão.

Então, para atrair a magnanimidade divina, Carlos IV fez questão de assinalar em seu testamento a preocupação que tinha em relação à Terra Santa... “pois minha intenção”, mandou ele escrever, “é de lá ir em vida, e, se isso não for possível, que cinqüenta mil libras sejam dadas à primeira travessia que se fizer”.

Nem tanto lhe era pedido, nem mesmo que sobrecarregasse com semelhante hipoteca a fortuna real que era necessária para usos mais urgentes. Roberto ficou furioso. Aquele pateta do Carlos teria obstinações tolas até o fim!

Pedia-se, simplesmente, que legasse três mil libras ao chanceler João de Cherchemont, ao marechal de Trye e a messire Mille de Noyers, presidente do Tribunal de Contas, pelos serviços leais que haviam prestado à coroa... e porque suas funções davam-lhes assento, de direito, no conselho dos pares.

— E o condestável? — murmurara o rei agonizante. Roberto erguera os ombros. O condestável Gaucher de

Châtillon tinha setenta e oito anos, era surdo como uma porta, e possuía bens dos quais nem sabia o que fazer. Não seria àquela idade que lhe viria a sede do ouro! Riscara-se o condestável.

Mas, em compensação, Roberto ajudou Carlos IV, com toda a solicitude, a estabelecer a lista dos testamenteiros, pois aquilo constituía como que uma ordem de precedência entre os grandes do reino: à vanguarda o conde Filipe de Valois, depois o conde Filipe d'Evreux, depois ele próprio, Roberto d'Artois, conde de Beaumont-le-Roger.

Agora, não convinha negligenciar os pares eclesiásticos.

Guilherme de Trye, duque-arcebispo de Reims, fora preceptor de Filipe de Valois, e, além disso, Roberto acabava de mandar inscrever seu irmão, o marechal, no testamento real, com três mil libras pagas em dinheiro sonante.

Por esse lado não haveria erros de cálculo.

O duque-arcebispo de Langres era chegado, de longa data, aos Valois, e também João de Marigny, conde-bispo de Beauvais, era devotado, desde que preferira trair seu irmão, o grande Enguerrand, para servir aos ódios do falecido monseigneur Carlos de Valois.

Restavam os bispos de Châlons, de Laon e de Noyon; esses últimos, sabia-se, fariam corpo com o duque Eudes de Borgonha.

— Ah! quanto ao borgonhês Filipe — exclamava Roberto d'Artois, abrindo os braços —, é contigo. Nada posso sobre ele, estamos de lança em riste, um contra o outro. Mas, afinal, tu te casaste com a irmã dele e deves ter alguma influência junto ao homem.

Eudes IV não era uma águia de governo. Contudo, lembrava-se das lições de sua mãe, a velha Agnes de França, última filha de São Luís, que morrera no ano precedente, e de como aquela robusta mulher soubera negociar, quando da regência de Filipe, o Longo, o reatamento do condado da Borgonha ao ducado. Eudes desposara, então, a neta de Mafalda d'Artois, vinte e sete anos mais jovem do que ele, coisa de que não se queixava, agora que ela se fizera núbil.

A questão da herança do Artois foi a primeira a que ele se referiu, assim que desembarcou em Dijon e fechou-se com Filipe de Valois.

— Fica bem entendido que, no dia em que Mafalda morrer, o condado do Artois irá para sua filha, a rainha Joana, a Viúva, para depois voltar à duquesa minha esposa? Insisto sobre esse ponto, meu primo, pois conheço as pretensões de Roberto sobre o Artois; ele já o reclamou bastante!

Aqueles grandes príncipes não se mostravam menos ásperos e desafiantes na defesa de seus direitos de herança sobre os pedaços do reino do que noras que disputassem os copos e os lençóis numa sucessão de pobres.

— Dois julgamentos atribuíram à condessa Mafalda o Artois — respondeu Filipe de Valois. — Se algum fato novo não vier reforçar as requisições de Roberto, o Artois passará à vossa esposa, meu irmão.

— Não vedes nisso qualquer impedimento?

— Absolutamente nenhum.

Assim, o leal Valois, o valente cavaleiro, o herói dos torneios, já tinha feito duas promessas contraditórias.

Honesto, entretanto, na sua duplicidade, contou a Roberto d'Artois sua conversa com Eudes, e Roberto aprovou-a plenamente.

— O importante — disse ele — é obter o voto do borgonhês, e pouco importa que ele meta na cabeça um direito que não tem. Fatos novos, disseste-lhe? Pois bem, nós os arranjaremos, e eu não te deixarei faltar à tua palavra. Vamos, tudo está correndo bem.

Não restava senão esperar — última formalidade — a morte do rei, desejando que ela viesse depressa, enquanto aquele belo conjunto de príncipes estava reunido em torno de Filipe de Valois.

O último filho do Rei de Ferro entregou a alma na véspera da Candelária, e a notícia do luto real espalhou-se em Paris, na manhã seguinte, ao mesmo tempo em que se espalhava o cheiro de farinha quente com que se faziam os *crêpes*.

Tudo, pois, parecia desenrolar-se conforme o plano perfeitamente delineado por Roberto d'Artois, quando, na manhã mesma do dia fixado para o conselho dos pares, um bispo inglês, de cara de fuinha, olhos fatigados, saiu de uma liteira coberta de lama. Vinha representar os direitos da rainha Isabel.

Conselho para um cadáver

Sem cérebro no crânio, sem coração no peito, sem entranhas no ventre.

Um rei vazio. Não havia grande diferença, em verdade, entre o que Carlos IV fora quando vivo e o que era agora, depois do trabalho dos embalsamadores. Filho retardado que sua mãe chamava “pateta”, marido enganado, pai infeliz, inutilmente obstinado, através de três casamentos, em assegurar sua descendência, príncipe fraco, de início governado por um tio, depois por primos, não fora senão a encarnação fugidia da entidade real.

Na extremidade da grande sala de colunas do Castelo de Vincennes, seus despojos repousavam sobre um leito de cerimônia, revestido da túnica azulada. Tinha os ombros cobertos com o manto real e a cabeça encaixada na coroa.

Os pares e os barões, reunidos na outra extremidade, viam brilhar, iluminados pelo aglomerado de círios, os pés calçados de tecido de ouro.

Carlos presidia seu último conselho, o chamado “conselho no quarto do rei”, pois que se considerava que ainda governava; seu reino só terminaria oficialmente no dia seguinte, no momento em que seu corpo descesse à tumba, em Saint-Denis.

Roberto d'Artois havia tomado o bispo inglês a seu cuidado, enquanto se esperavam os retardatários.

— Quanto tempo levastes para chegar? Doze dias, desde York? Não vos demorastes a cantar a missa no caminho, *messire* bispo... um verdadeiro impeto de cavaleiro!... E vosso jovem rei? Foram alegres as suas núpcias?

— Penso que sim. Não pude tomar parte nelas, pois já estava a caminho — respondeu o bispo Orleton.

E milorde Mortimer, estava bem de saúde? Grande amigo, lorde Mortimer, grande amigo, e falava sempre em monseigneur Orleton, que o ajudara a fugir da Torre de Londres... Uma bela façanha, pela qual Roberto cumprimentava o bispo.

— Pois bem, eu o acolhi na França — disse ele — e lhe dei os meios de voltar um pouco mais armado do que chegara. Assim, podemos dizer que cada um de nós fez a metade da tarefa.

E a rainha Isabel? Ah! a querida prima! Sempre dona de grande beleza?

Roberto enchia assim o tempo, a fim de impedir que Orleton se mesclasse aos demais grupos e fosse falar ao conde de Hainaut ou ao conde da Flandres. Conhecia Orleton de fama, e desconfiava dele. Não era aquele o homem cuja carreira tumultuosa agitara a Inglaterra, aquele que a corte de Westminster utilizava para embaixadas junto da Santa Sé, e o autor, segundo se dizia, da famosa carta de duplo sentido: "*Eduardum occidere nolite...*", da qual a rainha Isabel e Mortimer se haviam servido para repelir as suspeitas de terem mandado assassinar Eduardo II?

Enquanto todos os prelados franceses haviam colocado suas mitras na cabeça, a fim de assistirem ao conselho, Orleton usava simplesmente seu gorro de viagem, de seda violeta, com orelheiras guarnecidas de arminho.

Roberto notou com satisfação aquele pormenor; aquilo retiraria autoridade ao bispo inglês, quando ele tomasse a palavra.

— Monseigneur de Valois é quem vai ser o regente — murmurou ele a Orleton, como se confiasse um segredo a um amigo.

O outro não respondeu.

Enfim, a última pessoa que se esperava, para que o conselho estivesse completo, entrou. Era a condessa Mafalda d'Artois, única mulher presente àquela assembléia. Envelhecera, a Mafalda. Seus passos pareciam içar com dificuldade o peso de seu corpo maciço, e ela apoiava-se a uma bengala. O

rosto mostrava-se de um vermelho sombrio sob os cabelos completamente brancos. Dirigiu vagos cumprimentos ao seu redor, foi aspergir o morto, e veio sentar-se, pesadamente, ao lado do duque da Borgonha. Ouvia-se-lhe o arquejar

4.

O arcebispo-primaz Guilherme de Trye levantou-se, virou-se primeiro para o cadáver real, fez o sinal-da-cruz, lentamente, depois ficou um momento em meditação, com os olhos levantados para as abóbadas, como se pedisse a inspiração divina. Os cochichos haviam cessado.

— Meus nobres senhores — começou ele —, quando a sucessão natural falta no momento da devolução do poder real, este último retorna à sua fonte, que está no consentimento dos pares. Tal é a vontade de Deus e da Santa Igreja, que dá o exemplo pela eleição de seu soberano pontífice.

Falava bem, monseigneur de Trye, com uma bela eloquência de sermão.

Os pares e barões ali reunidos teriam que decidir sobre a atribuição do poder temporal no reino da França, primeiro para o exercício da regência, e depois, já que a prudência deve prever, para o exercício da própria realeza, no caso de que a mui nobre dama, a rainha, deixasse de dar à luz um filho.

O melhor entre seus iguais, *primus inter pares*, era o que convinha designar, e também o mais próximo da coroa pelo sangue. Não tinham sido circunstâncias semelhantes as que determinaram que outrora os pares-barões e os pares-bispos entregassem o cetro ao mais sábio e ao mais forte entre eles, ao duque de França e conde de Paris, Hugo I, o Grande, fundador da gloriosa dinastia?

— Nosso defunto suserano, neste dia ainda junto de nós — continuou o arcebispo, inclinando ligeiramente a mitra diante do catafalco —, quis nos esclarecer, recomendando à nossa escolha, em seu testamento, seu primo mais próximo, príncipe muito cristão e muito valente, digno em tudo de nos governar e conduzir, monseigneur Filipe, conde de Valois, d'Anjou e do Maine.

O príncipe muito valente e muito cristão, com os ouvidos zumbindo de nervosismo, não sabia que atitude tomar. Baixar seu grande nariz com ar modesto seria mostrar que ele duvidava de si mesmo e de seu direito de reinar. Empertigar-se com ar arrogante e orgulhoso poderia indispor os pares. Resolveu ficar hirto, com os traços imóveis, o olhar fixo nos pés calçados de ouro de seu defunto primo.

— Que cada qual se recolha em sua consciência — terminou o arcebispo de Reims — e expresse sua opinião para o bem de todos.

Monseigneur Adão Orleton já estava de pé:

— Minha consciência está recolhida — disse ele. — Venho aqui transmitir a palavra do rei da Inglaterra, duque da Guyenne.

Tinha experiência naquele gênero de assembléia, onde tudo é preparado à socapa e onde cada qual hesita, apesar disso, em intervir em primeiro lugar. Apressara-se a aproveitar essa vantagem.

— Em nome de meu senhor — proseguiu ele —, tenho a declarar que o parente mais próximo do falecido rei Carlos de França é a rainha Isabel, sua irmã, e que a regência, por isso, deve ser a ela entregue.

Com exceção de Roberto d'Artois, que esperava algum golpe daquele tipo, toda a assistência ficou um momento estupefata. Ninguém pensara na rainha Isabel durante as negociações preliminares, ninguém durante um só instante havia considerado que ela pudesse manifestar a menor pretensão à coroa. Tinham-na esquecido, simplesmente. E eis que ela surgia de suas brumas

nórdicas, pela voz de um pequeno bispo de gorro de pele. Teria ela tais direitos, realmente? Uns interrogavam os outros com os olhos, consultavam-se. Sim, evidentemente, se se levassem em conta as estritas considerações da linhagem, ela possuía direitos. Mas parecia loucura que pretendesse fazer uso deles.

Cinco minutos depois, estavam em plena confusão. Todo mundo falava ao mesmo tempo, e o tom das vozes subia, sem respeito pela presença do cadáver.

O duque da Guyenne, na pessoa de seu embaixador, esquecera que as mulheres não podem reinar, na França, segundo o costume duas vezes confirmado pelos pares, em anos recentes?

— Não é verdade, minha tia? — lançou perversamente Roberto d’Artois, recordando a Mafalda o tempo em que tinham sido adversários tão ferrenhos a propósito daquela lei de sucessão estabelecida em favor de Filipe, o Longo, genro da condessa.

Não, monseigneur Orleton não esquecera nada: particularmente, não esquecera que o duque da Guyenne não estivera presente nem representado — sem dúvida porque tinham tido o cuidado de avisá-lo demasiado tarde — às reuniões dos pares que haviam resolvido, muito arbitrariamente, sobre a extensão da lei sálica ao direito real, e que, por consequência, ele jamais a ratificara.

Orleton não possuía a bela eloquência untuosa de monseigneur Guilherme de Trye. Falava um francês um tanto áspero, dando às frases um estilo arcaico que podia prestar-se ao sorriso, pois o francês que se utilizava na corte da Inglaterra como língua oficial permanecera o dos tempos da conquista. Mas, em compensação, tinha grande habilidade na controvérsia jurídica, e suas respostas vinham rápidas.

Messire Mille de Noyers, último legista sobrevivente do conselho de Filipe, o Belo, e do qual todos os reis desde então haviam precisado, teve que vir em socorro dos demais.

Já que o rei Eduardo II prestara homenagem ao rei Filipe, o Longo, devia-se admitir que o tinha reconhecido como rei legítimo, e ratificado implicitamente a lei de sucessão.

Orleton não julgava assim o caso. Nada disso, *messire!* Prestando homenagem, Eduardo II havia confirmado que o ducado da Guyenne era vassallo da coroa da França, o que ninguém pretendia negar, ainda que os limites dessa vassalagem estivessem, havia mais de cem anos, por estabelecer. Mas isso nada tinha a ver com a validade do costume segundo o qual o rei francês tinha sido escolhido. E, afinal, que se estava discutindo, a regência ou a coroa?

— As duas, as duas juntas — interveio o bispo João de Marigny. — Pois, como justamente disse monseigneur de Trye, a prudência deve prever, e não devemos nos expor, dentro de dois meses, a afrontar o mesmo debate.

Mafalda d’Artois procurava tomar fôlego. Ah! Como a incomodava aquela indisposição que sentia, e aquele burburinho na cabeça, que a impedia de pensar

claramente. Não lhe convinha nada do que se estava dizendo. Era hostil a Filipe de Valois, porque apoiar um Valois era apoiar Roberto. Era hostil a Isabel por um ódio antigo, porque Isabel, outrora, havia denunciado suas filhas. Interveio, então, com um momento de atraso.

— Se a coroa pudesse ir ter a uma mulher, não seria à vossa rainha, *messire* bispo, mas apenas à senhora Joana, a Pequena, e a regência deveria ser exercida por seu esposo, que aqui está, *messire* d'Evreux, ou por seu tio, que está a meu lado, o duque Eudes.

Houve uma certa indecisão por parte do duque da Borgonha, do conde da Flandres, dos bispos de Laon e de Noyon, e mesmo na atitude do jovem conde d'Evreux, que por um instante pensou: “Por que não eu?”

Dir-se-ia que a coroa estava suspensa entre o chão e a abóbada, incerta de onde cairia, e que muitas cabeças para ela se esticavam.

Filipe de Valois de há muito abandonara a nobre imobilidade assumida, e dirigia-se, por meio de sinais, a seu primo D'Artois, que se levantara.

— Vamos — exclamou Roberto, com voz que fez vacilar as chamas em torno do catafalco. — Vejo que hoje todos se contradizem. Vejo minha bem-amada tia, a senhora Mafalda, disposta a reconhecer à senhora de Navarra — e ele dava ênfase à palavra “Navarra”, olhando para Filipe d'Evreux, a fim de lhe lembrar seu acordo — direitos que outrora fez com que lhe retirassem.

Vejo um nobre bispo da Inglaterra invocar atos de um rei que ele ajudou a expulsar do trono antes de abençoar sua volta a Deus. Vamos, *messire* Orleton! Não se pode refazer uma lei em cada ocasião em que ela é aplicada, e à vontade de cada facção. Uma vez ela serve a um, outra vez serve a outro.

Amamos e respeitamos a senhora Isabel, nossa parente, que muitos entre nós que aqui estamos ajudaram e serviram. Mas o pedido que ela faz e que defendeis parece inadmissível. Não é essa a vossa opinião, *messeigneurs*? — terminou ele, tomando por testemunhas seus numerosos partidários.

Várias aprovações lhe responderam, as mais calorosas vindo do duque de Bourbon, do conde de Blois, dos pares-bispos de Reims e de Beauvais.

Mas Orleton não empregara todas as suas armas. Mesmo que se admitisse que se tratava não apenas da regência, mas também, eventualmente, da própria coroa, mesmo que se admitisse, para não voltar a uma lei já aplicada, que as mulheres não podiam reinar na França, então não era em nome da rainha Isabel, mas em nome de seu filho, o rei Eduardo III, único descendente masculino da linhagem direta, que ele fazia a sua reivindicação.

— Mas se a mulher não pode reinar, com muito mais forte razão não pode transmitir! — disse Filipe de Valois, irritado.

— Por que não, *monseigneur*? Os reis não nascem de mulheres, na França?

Aquela resposta trouxe um sorriso a certos rostos. O grande Filipe estava encurralado. Afinal, aquele pequeno bispo inglês não estava errado! O

obscuro costume invocado quando da sucessão de Luís X nada dispunha naquele particular. E, em boa lógica, já que três irmãos haviam reinado sucessivamente sem ter filho homem, o poder não deveria ir ter às mãos do filho de sua irmã sobrevivente, antes de caber a um primo?

O conde de Hainaut, até então completamente disposto a apoiar Valois, refletia, vendo desenhar-se, de súbito, para sua filha, um porvir inesperado.

O velho condestável Gaucher, com as pálpebras franzidas como as de uma tartaruga, e a mão fazendo cometa num dos ouvidos, perguntou a seu cunhado Mille de Noyers:

— Que é? Que estão dizendo?

Toda aquela excessiva complicação dos debates irritava-o: quanto à questão da sucessão das mulheres, tinha sua opinião formada, invariável havia doze anos. Na verdade, fora ele quem proclamara a lei dos varões, reunindo muitos pares em torno de sua famosa fórmula: “As flores-de-lis não se podem transformar em rocas de fiar, e a França é um reino demasiado nobre para ser entregue a uma mulher”. Orleton continuava, tentando comover. Convidava os pares a considerar uma ocasião, que os séculos nunca mais ofereceriam, de unir dois reinos sob o mesmo cetro. Porque era esse seu pensamento profundo. Teriam fim os incessantes litígios, as homenagens mal definidas, e as guerras da Aquitânia, que faziam sofrer duas nações, a inútil rivalidade comercial que criava os problemas da Flandres.

Um só e mesmo povo, dos dois lados do mar. A nobreza inglesa não era toda de origem francesa? A lingua francesa não era comum às duas cortes?

Numerosos fidalgos franceses não tinham, através de heranças, bens na Inglaterra, assim como barões ingleses possuíam propriedades na França?

— Está bem, seja, dai-nos a Inglaterra, nós não a recusamos — ironizou Filipe de Valois.

O condestável Gaucher ouvia as explicações que seu cunhado lhe dava ao ouvido, e, subitamente, sua cor acentuou-se. Como? O rei da Inglaterra reclamava a regência, e em seguida a coroa? Então, tantas campanhas tinha ele comandado, ele, Gaucher, sob o sol hostil da Gasconha, tantas cavalgadas pelos marnéis do norte contra aqueles maus fabricantes de panos flamengos, sempre apoiados pela Inglaterra, tantos e tão bons cavaleiros mortos e tantas despesas para o Tesouro, e para chegar àquilo? Era um gracejo, sem dúvida.

Sem se levantar, mas com uma voz profunda de velho, que a cólera enrouquecia, exclamou:

— Jamais a França pertencerá ao inglês, e isso não é questão de macho e fêmea, de saber se a coroa se dá pelo ventre! Mas a França não será do inglês porque os barões não o admitiriam! Avante, Bretanha! Avante, Blois!

Avante, Nevers! Avante, Borgonha! Aceitais ouvir uma coisa dessas? Temos um rei para levar à terra, o sexto que vejo morrer em minha vida, e todos eles

tiveram de reunir suas hostes contra a Inglaterra ou contra aqueles que ela apóia. Aquele que mandar na França deve ser do sangue da França. E, com isso, cessemos de ouvir esses disparates, que fariam rir o meu cavalo.

Ele chamara Bretanha, Blois, Borgonha, com seu tom de batalha, como para reunir os chefes de facção.

— Dou minha opinião, com o direito do mais velho: que o conde de Valois, o mais próximo do trono, seja regente, guardião e governador do reino.

E levantou a mão para confirmar seu voto.

— Ele falou bem! — apressou-se Roberto d'Artois a dizer, levantando a grande pata e convidando com o olhar os partidários de Filipe a imitá-lo.

Agora, quase se arrependia de ter afastado o velho condestável do testamento real.

— Ele falou bem! — repetiram os duques de Bourbon e da Bretanha, o conde de Blois, o conde da Flandres, o conde d'Evreux, os bispos, os grandes oficiais e o conde de Hainaut.

Mafalda d'Artois interrogou com os olhos o duque da Borgonha, viu que ele ia erguer a mão e apressou-se a aprovar, para não ser a última. Mas seu olhar a Eudes significava: “Estou acompanhando a vossa escolha. Mas haveis de apoiar-me, não é verdade?”

Somente a mão de Orleton conservou-se abaixada.

Filipe de Valois, que de repente se sentia exausto, dizia consigo: “O caso está resolvido, está resolvido”. Ouviu o arcebispo Guilherme de Trye, seu antigo preceptor, dizer:

— Longa vida ao regente do reino da França, para o bem do povo e da Santa Igreja.

O chanceler João de Cherchemont havia preparado o documento que devia encerrar o conselho e homologar a decisão. Restava apenas inscrever o nome. O chanceler traçou em grandes letras o do “muito poderoso, muito nobre e muito temido senhor Filipe, conde de Valois”, depois fez a leitura daquela ata, pela qual não somente a regência lhe era atribuída, mas pela qual ficava declarado que, se a criança a nascer fosse do sexo feminino, o regente se tornaria rei da França.

Todos os presentes apuseram sua assinatura e seu sinete particular ao documento, todos, menos o duque da Guyenne, isto é, seu representante, monseigneur Adão Orleton, que se recusou a tanto, dizendo: — Nunca se perde nada quando se defende um direito, mesmo com a certeza de que não se vai ter êxito. O futuro é grande, e está nas mãos de Deus.

Filipe de Valois havia se aproximado do catafalco e contemplava o corpo de seu primo, a coroa sobre a fronte cor de cera, o comprido cetro de ouro colocado ao longo do manto, as botas cintilantes.

Pensou-se que ele rezava, e aquele gesto valeu-lhe respeito.

Roberto d'Artois aproximou-se dele e murmurou: — Se teu pai te visse neste

momento! É ele quem triunfa, aquele caro homem... Ainda temos dois meses de espera.

O Rei Achado

Os príncipes daquele tempo precisavam de um anão. Chegava a ser quase uma sorte, para um casal pobre, dar ao mundo um aborto de tal espécie. Os pais estavam certos de vendê-lo a algum grande fidalgo, quando não ao próprio rei.

Porque o anão, ninguém pensaria sequer em duvidar disso, era um ser intermediário entre o homem e o animal doméstico. Animal, porque era possível colocar-lhe uma co-leira, vesti-lo extravagantemente com trajes grotescos, como a um cão ensinado, e dar-lhe pontapés no traseiro; homem, porque falava, e oferecia-se voluntariamente, mediante salário e comida, a esse papel degradante. Tinha de bufonear sob ordens, saltitar, chorar ou fazer parvoíces como uma criança, até mesmo quando seus cabelos se tornavam brancos. Sua pequenez realçava a grandeza do senhor. Era transmitido como uma propriedade, por herança. Tornara-se o símbolo do “vassalo”, do indivíduo submetido a outro por natureza e criado com o propósito, dir-se-ia, de testemunhar que a espécie humana era composta de raças diferentes, das quais algumas tinham poder absoluto sobre as outras.

O rebaixamento envolvia vantagens, pois que o menor, o mais fraco, o mais disforme, encontrava-se entre os mais bem nutridos, e mais bem vestidos. Era mesmo permitido, até ordenado, àquele desgraçado, que dissesse aos senhores da raça superior o que não seria tolerado da parte de nenhum outro.

As zombarias, os insultos que qualquer homem, mesmo o mais devotado, dirige em pensamento àquele que lhe dá ordens, eram manifestados, como que por delegação, pelas familiaridades tradicionais e muitas vezes bastante grosseiras do anão.

Há duas espécies de anão: os de nariz comprido, rosto triste e corcunda dupla, e os de rosto grande, nariz curto e torso de gigante colocado sobre minúsculos membros retorcidos. O anão de Filipe de Valois, João, o Louco, era da segunda espécie. Sua cabeça chegava apenas à altura das mesas.

Usava guizos na ponta do gorro e mantos de seda bordados com toda espécie de pequenos e estranhos animais.

Foi ele que veio dizer um dia a Filipe, girando e sacudindo-se de riso: — Sabes, meu sire, como o povo te chama? Chamam-te “o Rei Achado”.

Porque na Sexta-Feira Santa, 1.º de abril do ano de 1328, a senhora Joana d’Evreux, viúva de Carlos IV, tinha dado à luz. Raramente, na história, o sexo de uma criança foi observado com atenção maior ao sair dos flancos maternos. E quando se viu que nascia uma menina, todos reconheceram que a vontade divina se havia manifestado e sentiram um grande alívio.

Os barões não teriam que voltar atrás na escolha que tinham feito no dia da Candelária. Em reunião imediata, onde apenas o representante da Inglaterra fez ouvir, por princípio, um voto discordante, confirmaram a Filipe a outorga da coroa.

O povo suspirava. A maldição de Tiago de Molay parecia esgotada. A linhagem dos Capetos, que, em trezentos e quarenta e um anos, tinha dado, sem interrupção, catorze reis à França, mas dos quais os quatro últimos tinham sido varridos em menos de quinze anos, estava extinta, pelo menos em seu ramo mais velho. A ausência de filho homem, em todas as famílias, das mais ricas às mais pobres, é sempre considerada, se não como infelicidade, pelo menos como inferioridade. Para uma casa real, essa incapacidade dos filhos de Filipe, o Belo, no que se referia à procriação de descendentes masculinos, era julgada como a manifestação de um castigo.

As coisas iam mudar.

Febres súbitas assaltam os povos, e suas causas devem ser procuradas no deslocamento dos astros, de tal forma escapam a qualquer outra explicação: vagas de cruel histeria, como tinham sido a cruzada dos pastorzinhos ou a chacina dos leprosos, vagas de euforia delirante, tal como a que acompanhou a subida de Filipe de Valois ao trono.

O novo rei era de belo porte e possuía aquela majestade muscular necessária aos fundadores de dinastia. Seu primeiro filho era um menino, que já contava nove anos de idade e parecia robusto. Tinha, também, uma filha, e sabia-se, pois as cortes não fazem mistérios dessas coisas, que ele honrava quase que todas as noites sua esposa grande e coxa com um entusiasmo que os anos não amorteciam.

Dotado de voz forte sonora, não era um tartamudo como seus primos Luís, o Turbulento, e Carlos IV, nem um silencioso como o Filipe, o Belo, ou Filipe V. Quem podia se opor a ele, quem podiam lhe opor? Quem pensava em ouvir, naquele regozijo em que a França se agitava, a voz de alguns doutores em direito, pagos pela Inglaterra, para formular representações, sem convicção?

Filipe VI chegava ao trono por consentimento unânime.

Entretanto, não passava de um rei por acaso, um sobrinho, um primo de rei como tantos outros, um homem afortunado entre a sua parentela. Não era um rei nascido de rei para ser rei, não era um rei designado por Deus, um rei recebido. Era um “rei achado” num dia em que faltara um rei.

Aquela expressão, inventada na rua, em nada diminuía a confiança e a alegria do povo. Tratava-se apenas de uma dessas expressões de ironia com que as multidões gostam de colorir suas paixões, e que lhes dão a ilusão de familiaridade com o poder. João, o Louco, quando repetiu a palavra a Filipe, recebeu um pontapé que o atirou como uma bola sobre o lajedo. Contudo, acabava de pronunciar a palavra senhora de um destino.

Pois Filipe de Valois, como todo *parvenu*, quis mostrar que era bastante digno, pelo valor natural, da situação que lhe coubera, e exagerou, em seus atos, a idéia que se pode fazer de um rei.

Porque o rei tem o exercício soberano da justiça, ele mandou, dentro de três semanas, enforcar o tesoureiro do último reinado, Pedro Remy, do qual se dizia ter traficado bastante com o Tesouro. Um ministro das Finanças na força é coisa que sempre rejubila o povo, e a França imaginou que tinha um rei justo.

O príncipe é, por dever e função, o defensor da fé. Filipe lançou um decreto que reforçava os castigos contra os blasfemadores e aumentava o poder da Inquisição. Assim, o baixo e o alto clero, a pequena nobreza e os beatos de paróquia ficaram tranquilizados: tinha-se um rei piedoso.

Um soberano deve recomendar os serviços prestados. Ora, quantos serviços tinham sido necessários a Filipe para garantir-lhe a eleição! Mas um rei deve igualmente zelar para não fazer inimigos entre os que se mostraram, sob seus predecessores, bons servidores do interesse público.

Assim, enquanto eram mantidos em seus cargos quase todos os antigos dignitários e oficiais reais, criavam-se novas funções ou duplicavam-se as existentes, para dar lugar aos mantenedores do novo reinado e para satisfazer as recomendações apresentadas pelos grandes eleitores. E como a casa de Valois já possuía padrão régio, aquele padrão superpôs-se ao da antiga dinastia, e foi uma grande corrida aos empregos, aos benefícios largamente distribuídos. Tinha-se um rei generoso.

Um rei deve ainda trazer prosperidade a seus vassallos. Filipe apressou-se a diminuir, e mesmo, em alguns casos, a suprimir as taxas que Filipe IV e Filipe V tinham lançado sobre o comércio, sobre os mercados públicos e sobre as transações de estrangeiros, taxas das quais se dizia que entravavam as feiras e os negócios.

Ah! o bom rei que fazia cessar o tormento representando pelos coletores do ministro das Finanças! Os lombardos, que tinham emprestado tanto a seu pai, e aos quais ele próprio devia ainda tanto, abençoavam-no. Ninguém pensava que o fisco dos antigos reinados produzia efeitos a longo prazo, e que se a França era rica, se ali se vivia melhor do que em qualquer outra parte do mundo, se todos se vestiam com bons tecidos e muitas vezes de peles, se havia banhos e estufas até nos lugarejos, devia-se isso aos últimos Filipes, que tinham sabido assegurar a ordem no reino, a unidade da moeda e a segurança no trabalho.

Um rei... um rei deve também ser um sábio, o homem mais sábio entre seu povo, e Filipe começou a tomar um tom sentencioso para enunciar, com sua bela voz, graves princípios onde era possível reconhecer a maneira de seu antigo preceptor, o arcebispo Guilherme de Trye.

“Nós, que sempre quisemos conservar razão...”, dizia ele, a cada vez que não sabia que partido tomar.

E quando sentia ter tomado o caminho errado, o que lhe acontecia com frequência, vendo-se obrigado a desdizer o que tinha ordenado na antevéspera, declarava, com a mesma soberba: “Coisa razoável é modificar seu propósito”. E, ainda: “Sempre vale mais prevenir que ser prevenido”, enunciava, pomposamente, aquele rei que, em vinte e dois anos de reinado, jamais cessaria de passar de surpresa a surpresa infeliz!

Jamais monarca algum lançou de tão alto tantos lugares-comuns.

Pensava-se que ele estava refletindo; na verdade pensava apenas na frase que devia formular para se dar o ar de ter refletido. Mas sua cabeça estava tão oca quanto uma noz de inverno.

Um rei, um verdadeiro rei, não nos esqueçamos, deve ser bravo, valente faustoso! Na verdade, Filipe não tinha outra aptidão a não ser a das armas.

Não para a guerra, mas para as armas das justas e torneios. Como instrutor de jovens cavaleiros, teria feito maravilhas na corte de um barão mais modesto. Soberano, seu palácio se assemelhava a um dos castelos dos romances da Távola Redonda, muito lidos na época, e com os quais ele alimentara a imaginação. Foram inúmeros torneios, festas, banquetes, caças, divertimentos, depois mais torneios, com orgias de plumas sobre os elmos e cavalos mais ornamentados do que as mulheres.

Filipe ocupava-se muito gravemente de seu reino, uma hora por dia, depois de uma justa de onde voltava escorrendo suor, ou de um banquete de onde saía com o ventre pesado e o espírito nebuloso. Seu chanceler, seu tesoureiro, seus inúmeros oficiais tomavam decisões por ele, ou então iam buscar ordens junto a Roberto d’Artois. Este último, em verdade, mandava mais do que o soberano.

Nenhuma dificuldade se apresentava a Filipe sem que ele apelasse para o conselho de Roberto, e todos obedeciam ao conde d’Artois, sabendo que qualquer decreto de sua parte seria aprovado pelo rei.

Dessa maneira, chegou-se à sagração, onde o arcebispo Guilherme de Trye colocaria a coroa sobre a fronte de seu antigo aluno, e cujas festas, no fim de maio, duraram cinco dias.

Parecia que o reino todo viera a Reims. E não apenas o reino, mas ainda uma parte da Europa, representada pelo soberbo e pouco endinheirado rei João da Boêmia, o conde Guilherme de Hainaut, o marquês de Namur e o duque de Lorena. Cinco dias de regozijos e de comezainas, uma profusão, um dispêndio como os burgueses de Reims jamais tinham visto. Eles, que arcaíam com as despesas das festas e que haviam recalitrado diante dos gastos das últimas sagrações, dessa vez forneciam o dobro, o triplo, de coração alegre. Havia cem anos que no reino de França não se bebia tanto: servia-se a cavalo, nos pátios e nas praças.

Na véspera da coroação, o rei armou cavaleiro o conde da Flandres, Luís de Nevers, com a maior pompa possível. Fora resolvido, com efeito, que na

sagração o conde da Flandres seguraria o gládio de Carlos Magno e o levaria ao rei. O condestável, ao qual cabia tradicionalmente esse papel, tinha consentido, coisa bem singular, em ceder-lhe a oportunidade. Mas era preciso que antes disso o conde da Flandres fosse feito cavaleiro. Filipe VI não podia mostrar de maneira mais brilhante seu reconhecimento pelo apoio que o outro lhe fornecera.

Ora, no dia seguinte, durante a cerimônia na catedral, quando Luís de Bourbon, grande camareiro de França, tendo calçado o rei com botas ornamentadas com as flores-de-lis, chamou o conde da Flandres, para apresentar a espada, esse último não se moveu.

Luís de Bourbon repetiu:

— *Monseigneur* conde da Flandres!

Luís de Nevers conservou-se imóvel, de pé, braços cruzados.

— *Monseigneur* conde da Flandres — proclamou o duque de Bourbon —, se estais aqui presente, ou outra pessoa por vós, vinde cumprir vosso dever, e aqui vos chamamos, sob pena de violação da fidelidade.

Um grande silêncio se fizera sob as abóbadas, e um espanto assustado se pintava nos rostos dos prelados, dos barões, dos dignitários, que mantinham o nariz para o ar, como que interessado nos efeitos da luz solar através dos vitrais.

Enfim, o conde da Flandres resolveu aproximar-se, deteve-se diante do rei, inclinou-se e disse:

— Sire, se tivessem chamado Luís de Nevers, eu me teria adiantado antes.

— Mas que é isso, *monseigneur*? Não sois então o conde da Flandres?

— interrogou Filipe VI.

— Sire, uso esse nome, mas não lhe recebo os benefícios.

Filipe VI assumiu então seu melhor aspecto régio, peito dilatado, olhar vago, o grande nariz apontando diretamente para o interlocutor, a fim de pronunciar, bem calmamente:

— Meu primo, que me estais dizendo?

— Sire — tornou Luís de Nevers —, as gentes de Bruges, de Ypres, de Poperingue e de Cassei expulsaram-me do meu feudo, e já não me consideram seu conde nem senhor. Mal posso ir furtivamente a Gand, de tal forma a rebeldia reina naquela região.

Então, Filipe de Valois bateu sua grande palma sobre o braço do trono, gesto que muitas vezes vira Filipe, o Belo, fazer, e que reproduzia inconscientemente, de tal forma seu tio tinha sido a verdadeira encarnação da majestade.

— Luís, meu belo primo — declarou ele, e sua voz forte atravessou o coro e foi ressoar sobre a assistência —, nós vos temos como conde da Flandres, e, pelas dignas unções e sacramentos que recebemos hoje, prometemos que jamais teremos paz nem repouso enquanto não vos tivermos devolvido a posse de vosso condado.

Então, Luís de Nevers ajoelhou-se e disse: — Sire, muito vos agradeço. E a

cerimônia continuou.

Roberto d'Artois piscava o olho aos vizinhos, e então compreendeu-se que aquele grande escândalo era um golpe preparado. Filipe VI mantinha as promessas feitas por Roberto a fim de garantir a sua eleição. Filipe d'Evreux não usava, naquele mesmo dia, a coroa de rei de Navarra?

Imediatamente depois da cerimônia, o rei reuniu os pares e os grandes barões, os príncipes de sua família, os fidalgos de fora do reino, que tinham vindo assistir à sua sagração, e, como se o caso não pudesse suportar uma hora de espera, deliberou com eles sobre o momento em que iria atacar os rebeldes da Flandres. O dever de um rei valoroso é defender os direitos de seus vassallos! Alguns espíritos prudentes, achando que a primavera já ia bem adiantada e que se arriscavam a alcançar a má estação enquanto faziam os preparativos — pois ainda traziam na memória a “hoste enlameada” de Luís, o Turbulento —, aconselharam que adiasse por um ano a expedição. O

velho condestável Gaucher envergonhou-os, exclamando, com voz forte: — Quem boa disposição possui para a batalha considera sempre bom o tempo que faz!

Com setenta e oito anos, ele sentia alguma pressa em assumir o comando de sua derradeira campanha, e não fora para tergiversar daquela maneira que aceitara desfazer-se do gládio de Carlos Magno.

— Assim, o inglês, que está atrás dessa rebelião, receberá uma boa lição — disse ele, ainda resmungando.

Não se costumava ler, nos romances de cavalaria, as façanhas daqueles heróis de oitenta anos, capazes de derrubar seus inimigos em batalha e fender-lhes os elmos até o osso do crânio? Os barões iriam mostrar menos virtude do que o velho veterano, impaciente de partir para a guerra com seu sexto rei?

Filipe de Valois, levantando-se, exclamou: — Quem me ama seguir-me-á!

Sendo assim, decidiu-se convocar a hoste para o fim de julho, em Arras, como por acaso. Roberto ia ter a oportunidade de sacudir um pouco o condado de sua tia Mafalda.

A princípio de agosto entravam na Flandres.

Um burguês chamado Zannequin comandava os quinze mil homens das milícias de Fumes, de Dixmude, de Poperingue e de Cassei. Querendo mostrar que conhecia os costumes, Zannequin enviou um cartel ao rei da França, indagando sobre o dia da batalha. Mas Filipe desdenhou aquele labrego que se dava ares de príncipe e mandou responder aos flamengos que, sendo eles pessoas destituídas de chefe, se defendessem como pudessem.

Depois, mandou seus dois marechais, Mateus de Trye e Roberto Bertrand, chamado “o Cavaleiro do Leão Verde”, incendiar os arredores de Bruges.

Quando os marechais voltaram, foram grandemente felicitados, e todos se regozijaram ao ver, de longe, as pobres casas arderem. Os cavaleiros

desarmados, vestidos ricamente, visitavam-se de uma tenda a outra, comiam sob pavilhões de seda bordada e jogavam xadrez com seus familiares. O

acampamento francês parecia-se muito com o acampamento do rei Artur nos livros ilustrados, e os barões tomavam-se por Lancelots, Heitores e Galaads.

Ora, aconteceu que o valente rei, que preferia antes prevenir a ser prevenido, estava jantando quando os quinze mil homens da Flandres invadiram seu acampamento, levando estandartes nos quais fora pintado um galo, e onde haviam escrito:

“No dia em que este galo cantar
O Rei Achado aqui há de entrar”.

Depressa devastaram a metade do acampamento, cortando as cordas dos pavilhões, derrubando os tabuleiros de xadrez, sacudindo as mesas de banquete e matando boa quantidade de fidalgos.

As tropas da infantaria francesa puseram-se em fuga, e seu susto levou-as, sem fôlego, até Saint-Omer, quarenta léguas para a retaguarda.

O rei teve apenas tempo de meter-se numa cota que trazia as armas da França, cobrir a cabeça com um pequeno barrete de couro branco, que se usava sob o elmo, e saltar sobre seu corcel para reunir seus heróis.

Naquela batalha, os adversários haviam ambos cometido grave falta, e por vaidade. Os cavaleiros franceses desprezaram os plebeus da Flandres, mas estes, para provar que eram tão guerreiros quanto os fidalgos, se haviam equipado com armaduras. Ora, eles vinham a pé!

O conde de Hainaut e seu irmão João, cujos acantonamentos se encontravam um pouco mais afastados, lançaram-se em primeiro lugar para apanhar os flamengos por trás e desorganizar-lhes o ataque. Os cavaleiros franceses, reunidos pelo seu rei, puderam, então, atirar-se sobre aquela turba de peões, que um equipamento orgulhoso tornava pesados, derrubá-los, calcá-los aos pés, chaciná-los. Os Lancelots e Galaads contentavam-se em abri-los de alto a baixo com uma cutilada e desancá-los, deixando que seus servos de armas acabassem à faca com os vencidos. Quem tentava fugir era derrubado por um cavalo em arremetida. Quem espontaneamente se rendia era degolado no mesmo instante. Ficaram no solo treze mil flamengos, que formavam um fabuloso montão de ferro e de cadáveres, e em nada se podia tocar, relva, arneses, homem ou animal, que não estivesse viscoso de sangue.

A batalha de monte Cassei, que se iniciara com uma derrota, terminava em vitória total da França. Falava-se nada menos que de um novo Bouvines.

Ora, o verdadeiro vencedor não era o rei, nem mesmo o velho condestável Gaucher, embora tivesse urrado o nome de suas companhias, nem Roberto d’Artois, que desabara como uma avalanche sobre as fileiras inimigas. Quem

tudo salvara fora o conde Guilherme de Hainaut. Mas Filipe VI, seu cunhado, foi quem colheu as glórias.

Um rei tão poderoso quanto era Filipe não podia tolerar a menor falta da parte de seus vassallos. Enviou-se, assim, uma intimação ao rei inglês, duque da Guyenne, para que viesse prestar sua homenagem, e depressa.

Não existem, possivelmente, derrotas salutares, mas há vitórias infelizes.

Poucas jornadas custariam tão caro à França como a de Cassei, pois que reforçou muitas idéias falsas, a saber: antes de mais nada, que o novo rei era invencível, e depois que as pessoas a pé nada valiam numa guerra. Crécy, vinte anos mais tarde, seria a consequência dessa ilusão.

Enquanto esperavam, quem quer que tivesse uma companhia de guerra, quem quer que usasse lança, e até o mais simples escudeiro, considerava com piedade, do alto de sua sela, as espécies inferiores, que andavam a pé.

Naquele outono, lá para o meio do mês de outubro, a senhora Clemência da Hungria, a rainha de má sorte, que fora a segunda esposa de Luís, o Turbulento, morria aos trinta e cinco anos, no antigo Palácio do Templo, sua residência. Deixava tantas dívidas que uma semana depois de sua morte tudo quanto ela possuía, anéis, diademas, jóias, móveis, roupas, prataria, e mesmo utensílios de cozinha, foi posto em leilão a pedido dos credores italianos, os Bardi e os Tolomei.

O velho Spinello Tolomei, arrastando a perna, empurrando o ventre, com um olho aberto e outro fechado, compareceu àquele leilão, onde seus ourives-avaliadores, comissionados pelo rei, fizeram as estimativas. E tudo quanto fora dado à rainha Clemência, num ano de ilusória felicidade, foi dispersado.

Durante quatro dias ouviram-se os avaliadores, Simão de Clokettes, João Pascon, Pedro de Besançon e João de Lille, bradar: — Um bom chapéu de ouro 5, que tem quatro grandes rubis balaches, quatro grandes esmeraldas, dezesseis balaches pequenos, dezesseis esmeraldas pequenas e oito rubis de Alexandria, avaliado em seiscentas libras. Vendido ao rei!

— Um porta-anel, onde há quatro safiras, das quais três quadradas e uma em cabuchão, avaliado em quarenta libras. Vendido ao rei!

— Um porta-anel, onde há seis rubis do Oriente, três esmeraldas quadradas e três diamantes de esmeralda, avaliado em duzentas libras.

Vendido ao rei!

— Uma tigela de prata dourada, vinte e cinco *hanaps*, duas bandejas, uma salva, avaliados em duzentas libras. Vendido a monseigneur d'Artois, conde de Beaumont!

— Doze *hanaps* de prata dourada esmaltados com as armas da França e da Hungria, um grande saleiro de prata dourada, carregado por quatro babuínos, tudo por quatrocentas e quinze libras. Vendidos a monseigneur d'Artois, conde de Beaumont!

— Uma bolsinha bordada a ouro, enfeitada com pérolas e cópias de pérolas,

dentro da qual há uma safira do Oriente. Avaliada em dezesseis libras. Vendida ao rei!

A companhia dos Bardi comprou a peça mais cara: um nel que trazia o maior rubi de Clemência da Hungria, avaliado em mil libras. Não precisavam pagá-las, pois que isso apenas diminuiria seu crédito, e estavam seguros de poder revender o anel ao papa, que, depois de ter sido durante muito tempo um de seus devedores, era senhor, agora, de riqueza fabulosa.

Roberto d'Artois, como que para provar que os *hanaps* e serviços para bebidas não eram suas únicas preocupações, adquiriu ainda uma bíblia em francês, por trinta libras.

A roupa da capela, túnicas, dalmáticas, foi comprada pelo bispo de Chartres.

Um ourives, Guilherme, o Flamengo, recebeu por bom preço o talher de ouro da rainha morta, do qual fazia parte um garfo, o primeiro feito no mundo.

Cavalos da cavaliária renderam seiscentas e noventa e duas libras. O carro da senhora Clemência e o carro de duas damas de companhia também entraram no leilão.

E quando tudo foi retirado do Palácio do Templo, teve-se a impressão de que se fechava uma casa maldita.

Parecia realmente, naquele ano, que o passo se extinguia como que espontaneamente, para dar lugar ao novo reinado. O bispo de Arras, Teodorico d'Hirson, chanceler da condessa Mafalda, morreu no mês de novembro. Fora, durante trinta anos, o conselheiro da condessa, um pouco seu amante, também, e servidor em todas as suas intrigas. Ao redor de Mafalda a solidão instalava-se. Roberto d'Artois fez nomear para a diocese de Arras um eclesiástico do partido Valois, Pedro Roger 6.

Tudo se mostrava desfavorável a Mafalda, tudo se tornava favorável a Roberto, cujo crédito não cessava de aumentar, e que ascendia às honras supremas.

No mês de janeiro de 1329, Filipe VI erigia em pariatto o condado de Beaumont-le-Roger: Roberto tornava-se par de França.

Como o rei da Inglaterra tardasse a vir prestar a sua homenagem, decidiu-se arrebatá-lo novamente o ducado da Guyenne. Antes, porém, de transformar a ameaça em execução armada, Roberto d'Artois foi enviado a Avignon para obter a intervenção do papa João XXII.

Roberto passou às margens do Ródano duas semanas encantadoras.

Porque Avignon, para onde afluía todo o ouro da cristandade, se havia tornado, para quem gostava da mesa, do jogo e das belas cortesãs, uma cidade de abundância submetida a um papa octogenário e asceta, absorvido nos problemas da visão beatífica.

O novo par de França teve várias audiências com o Santo Padre; um

banquete foi dado em sua honra no castelo pontifical, e ele entreteve-se, doutamente, com muitos cardeais. Fiel, entretanto, aos gostos de sua tumultuosa juventude, também teve contato com gente de pior quilate. Onde quer que estivesse, Roberto atraía, sem o menor trabalho, a rapariga leviana, o mau rapaz, o foragido da justiça. Se tivesse existido na cidade um único receptor de furtos, ele o teria descoberto em um quarto de hora. O monge expulso de sua ordem por algum grande escândalo, o funcionário acusado de furto ou de falso testemunho impacientavam-se em sua antecâmara a fim de solicitar seu apoio. Nas ruas, era muitas vezes cumprimentado por passantes de mau aspecto, dos quais tentava inutilmente recordar-se. Em que bordel de que cidade os havia encontrado antes? Inspirava confiança aos truões, e o fato de ter se tornado o segundo príncipe do reino em nada fazia diferença.

Seu velho servo, Lormet de Dolois, muito idoso agora para as viagens longas, não o acompanhava. Um rapagão mais jovem, formado, contudo, na mesma escola, Gillet de Nelle, encarregava-se das mesmas tarefas. E foi Gillet quem trouxe a monseigneur Roberto um certo Maciot, o Alemão, originário de Arras, esbirro sem emprego, mas disposto a fazer de tudo. Esse Maciot conhecera bem o bispo Teodorico d'Hirson. Ora, o bispo, em seus últimos anos, tinha uma amante teúda e manteúda, uma certa Joana de Divion, uns bons vinte anos mais moça do que ele, e que agora se queixava em tom bastante alto dos aborrecimentos que lhe dava a condessa Mafalda depois da morte do bispo. Se *monseigneur* quisesse ouvir aquela dama Divion...

Roberto d'Artois constatou, uma vez mais, que junto das pessoas de pequena reputação é que se obtém muita instrução. Seria possível confiar a bolsa a melhores mãos do que as do esbirro Maciot, porém o homem sabia coisas muito interessantes. Vestido de novo, e montado em cavalo bem gordo, foi mandado para o norte.

Voltando a Paris no mês de março, Roberto d'Artois esfregava as mãos e afirmava que no reino surgiriam novidades. Falava de documentos reais furtados outrora pelo bispo Teodorico a mandado de Mafalda. Uma mulher de rosto embuçado ultrapassou várias vezes a porta de seu gabinete, e com ela Roberto manteve longas conferências retas. A cada semana parecia mais confiante, mais jubilo e anunciava com maior certeza a próxima confusão de seus inimigos.

No mês de abril, a corte da Inglaterra, cedendo às recomendações do papa, enviava de novo a Paris o bispo Orleton, com um séquito de setenta e duas pessoas, fidalgos, prelados, doutores, funcionários e servos, para negociar a fórmula da homenagem. Era um verdadeiro tratado que se propunha concluir.

Os negócios da Inglaterra não corriam muito bem. Lorde Mortimer não aumentara seu prestígio fazendo-se outorgar o pariato e obrigando o Parlamento a reunir-se sob ameaça de suas tropas. Tivera de reprimir uma revolta armada dos barões, unidos em torno de Henrique de Lancastre do Pescoço-Torto, e

passava por grandes dificuldades para governar.

No início do mês de maio, morria o bravo Gaucher de Châtillon. Nascera no reino de São Luís, e exercera durante vinte e sete anos o cargo de condestável. Sua voz rude muitas vezes modificara o curso de batalhas e prevalecera nos conselhos reais.

No dia 26 de maio, o jovem rei Eduardo III, tendo precisado pedir emprestado — como seu pai havia feito — cinco mil libras aos banqueiros lombardos a fim de cobrir as despesas de sua viagem, embarcava em Dover para ir prestar homenagem ao seu primo da França.

Nem sua mãe Isabel nem lorde Mortimer o acompanharam, muito temerosos de que o poder, se eles se ausentassem, viesse a passar para outras mãos. Um soberano de dezesseis anos, confiado à guarda de dois bispos, ia, pois, afrontar a mais impressionante corte do mundo.

Pois a Inglaterra estava enfraquecida, dividida, e a França era tudo. Não havia nação mais poderosa no universo cristão. Aquele reino próspero, numeroso em homens, rico em indústrias, favorecido pela agricultura, conduzido por uma administração ainda poderosa e por uma nobreza ainda ativa, parecia o mais invejável. E o Rei Achado que o governava havia um ano, recolhendo somente sucessos, era com efeito o mais invejado de todos os reis da terra.

O gigante dos espelhos

Ele queria mostrar-se, mas também queria ver-se. Queria que sua bela esposa, a condessa, e seus três filhos, João, Tiago e Roberto, dos quais o mais velho, aos oito anos, prometia já tornar-se grande e forte, queria que seus escudeiros, seus criados de quarto, e todo seu palácio, que trouxera consigo a Paris, pudessem contemplá-lo no brilho de seu esplendor. Mas desejava também admirar com seus próprios olhos.

Para tanto, tinha pedido todos os espelhos que se pudessem encontrar nas bagagens de sua escolta, espelhos de prata polida, redondos como pratos, espelhos com cabo, espelhos de vidro sobre folhas de estanho, cortados em octógonos e metidos em molduras de prata dourada, e os mandara pendurar, uns junto dos outros, na tapeçaria do quarto que ocupava 7. O bispo de Amiens ficaria bem satisfeito quando visse seu belo tapete de imagens todo dilacerado pelos pregos que tinham plantado nele! Mas que importava? Um príncipe de França podia permitir-se aquilo. Monseigneur Roberto d'Artois, sire de Conches e conde de Beaumont-le-Roger, desejava contemplar-se no traje de par, que vestia pela primeira vez.

Girava, virava, avançava dois passos, recuava, mas não conseguia apanhar sua própria imagem, a não ser por fragmentos, como os pedaços recortados de um vitral: à esquerda, os copos de ouro da espada comprida, e, um pouco mais

alto, à direita, um trecho do peito, onde, sobre a cota de seda, estavam bordadas suas armas; ali, o ombro ao qual se prendia através de fivela fulgurante a grande capa de par, e junto ao chão as franjas da longa túnica que as esporas de ouro soerguiam; depois, bem no alto, a coroa de par, com oito florões iguais, monumental, sobre a qual ele mandara incrustar todos os rubis comprados no leilão da falecida rainha Clemência.

— Vamos, estou dignamente vestido — declarou ele.

— Seria uma pena, realmente, que eu não fosse par, porque o traje me assenta bem.

A condessa de Beaumont, também vestida com aparato, não parecia partilhar senão a metade da orgulhosa alegria de seu esposo.

— Estás bem certo, Roberto — perguntou ela com voz preocupada —, de que aquela dama chegará a tempo?

— Com certeza, mas com certeza — respondeu ele.

— E se não chegar esta manhã, nem por isso deixarei de fazer minha petição, comprometendo-me a apresentar as provas amanhã.

O único embaraço que o traje causava a Roberto era o fato de ter de usá-lo com o calor de um verão precoce. Suava sob aqueles arreios de ouro, veludos e sedas espessas, e, embora se tivesse lavado naquela manhã no estabelecimento de banhos, começava a recender forte odor de animal selvagem.

Pela janela, aberta para um céu radioso de luz, ouviam-se os sinos da catedral, em volata, dominando o ruído que pode fazer numa cidade o movimento de cinco reis e suas cortes.

No dia 6 de junho de 1329, com efeito, cinco reis estavam presentes em Amiens. Não havia chanceler que se pudesse recordar de encontro igual.

Para receber a homenagem de seu jovem primo da Inglaterra, Filipe VI fizera questão de convidar seus parentes e aliados, os reis de Navarra, da Boêmia, de Maiorca, assim como o conde de Hainaut, o duque de Atenas, e todos os pares, duques, condes, bispos, barões e marechais.

Seis mil cavalos do lado francês, e seiscentos do lado inglês. Ah! Carlos de Valois não teria renegado seu filho, nem seu genro Roberto d'Artois, se tivesse podido ver tal reunião.

O novo condestável, Raul de Brienne, em sua primeira missão naquelas funções, fora encarregado de organizar o alojamento. Fizera o melhor possível, mas emagrecera cinco libras.

O rei da França ocupava, com sua família, o palácio episcopal, de cujas alas uma fora reservada a Roberto d'Artois.

O rei da Inglaterra fora instalado em Malmaison 8, os outros reis em casas burguesas. Os servidores dormiam nos corredores, os escudeiros acampavam em volta da cidade com cavalos e bagagem. Multidão inumerável viera da

provincia próxima, dos condados vizinhos, e mesmo de Paris. Os basbaques passavam as noites sob os portais...

Enquanto os chanceleres dos dois reinos discutiam uma última vez os termos da homenagem e constataavam que depois de tantas palavras não tinham chegado a nada de preciso, toda a nobreza do Ocidente, havia seis dias, divertia-se com justas e torneios, com espetáculos representados, com prestidigitações, danças, e festejava em banquetes fantásticos, servidos nos jardins do palácio, banquetes que começavam com o sol alto e iam terminar sob as estrelas.

Hortillons 9 da região de Amiens chegavam, em barcas rasas impelidas com varas pelos canais estreitos, trazendo montes de íris, rainúnculos, jacintos e flores-de-lis, que eram descarregados no cais do mercado para serem espalhados pelas ruas, pátios e salas por onde os reis deviam passar. A cidade estava saturada dos perfumes de todas aquelas flores pisadas, daquele pólen que se colava às solas e se mesclava ao cheiro forte dos cavalos e da multidão.

E os víveres! E os vinhos! E as viandas! E as farinhas! E as especiarias!

Tangiam-se boiadas, rebanhos de carneiros e varas de porcos para os matadouros, que funcionavam permanentemente. Carretos incessantes levavam às cozinhas dos palácios os gamos, cervos, javalis, cabritos monteses, lebres, todos os peixes do mar, esturjões, salmões, barbos, e peixes de rio, as compridas solhas, as breimas, as tencas, os lagostins, e todas as aves, os mais finos capões, os gansos mais gordos, os faisões de cores vivas, os cisnes, as garças em sua brancura, os pavões ocelados. Por toda parte os tonéis estavam abertos.

Quem quer que exhibisse a librê de um fidalgo, fosse o último dos lacaios, fazia-se de importante. As moças andavam amalucadas. Os negociantes italianos tinham vindo de toda parte para aquela feira fabulosa, organizada por um rei. As fachadas de Amiens desapareciam sob sedas, brocados, tapetes pendurados às janelas, para ornamentação.

Havia sinos demais, fanfarras e gritos demais, excesso de palafreiros de cães, excesso de virtualhas e bebidas, demasiados príncipes, demasiados ladrões, demasiadas prostitutas, demasiado luxo e demasiado ouro, demasiados reis! Era de enlouquecer!

O reino embriagava-se ao se contemplar em seu poderio, como Roberto d'Artois embriagava-se de si próprio diante de seus espelhos.

Lormet, seu velho servidor, também ele vestido com um traje novo, mas ainda assim resmungando contra toda aquela festa... oh! por pouca coisa, porque Gillet de Nelle tomava espaço demais na casa, porque não cessava de ver caras novas em torno do senhor... aproximou-se de Roberto e disselhe, a meia voz:

— A dama que esperais está aí.

O gigante voltou-se como um bloco.

— Traze-a até mim — respondeu ele.

Lançou uma longa piscadela à condessa sua esposa, depois, com grandes

gestos, enxotou toda a gente em direção à porta, exclamando: — Sai, todos, formai-vos em cortejo no pátio.

Ficou só mais um momento diante da janela, olhando a turba que se aglomerava nos arredores da catedral para admirar as chegadas, e que era dificilmente contida por um cordão de archeiros. Os sinos, lá em cima, continuavam seu estardalhaço; um odor de filhoses quentes, subindo de um tabuleiro, se havia mesclado ao ar, bruscamente. As ruas circunvizinhas mostravam-se repletas de gente, e mal se via reluzir o canal de Hocquet, tantas eram as barcas que aqui se tocavam.

Roberto d'Artois sentia-se triunfante, e logo mais ainda se sentiria melhor, quando caminhasse para seu primo Filipe, na catedral, e pronunciasse certas palavras que iam fazer tremer os reis de surpresa, bem como os duques e barões ali reunidos. E cada qual não voltaria tão jubiloso quanto viera. A começar pela sua querida tia Mafalda e pelo duque borgonhês.

Ele iria estrear bem, sem dúvida alguma, seu traje de par! Mais de vinte anos de luta obstinada receberiam naquele dia a sua recompensa. E, contudo, naquela grande alegria orgulhosa que o invadia, Roberto sentia como que uma fenda, um desgosto. De onde lhe poderia vir tal sentimento, quando tudo lhe sorria, quando tudo saía de acordo com os seus desejos?

Subitamente, compreendeu: era o cheiro dos filhoses. Um par de França, que vai reclamar o condado de seus pais, não pode descer à rua, com uma coroa de oito florões, para comer filhos. Um par de França não podia ir mandriar, mesclar-se à multidão, beliscar os seios das moças, e, naquela noite, vociferar entre quatro vagabundas como ele costumava fazer quando era pobre e tinha vinte anos. Aquela nostalgia tranqüilizou-o: “Vamos”, pensou ele, “o sangue ainda não está extinto!”

A visitante estava junto da porta, intimidada, não ousando perturbar a meditação de um fidalgo que levava coroa tão grande.

Era uma mulher de cerca de trinta e cinco anos, de rosto triangular e malares salientes. Trazia os cabelos trançados e o capuz descido sobre uma capa de viagem, enquanto sua respiração erguia-lhe o peito, forte e cheio, sob o peitilho de linho branco.

“Com a breca! ele não se aborrecia, o tal bispo!”, pensou Roberto quando se apercebeu da presença dela.

A mulher dobrou um joelho num gesto de reverência. Ele estendeu sua grande mão enluvada e carregada de rubis.

— Dá-mas — disse.

— Eu não as tenho, *monseigneur* — respondeu a mulher.

O rosto de Roberto mudou de expressão.

— Como, não tendes as provas? — exclamou ele. — Tínheis garantido que mas trarieis hoje!

— Chego do Castelo d’Hirson, *monseigneur*, onde me introduzi ontem, em companhia do sargento Maciot. Fomos ao cofre de ferro embutido na parede, para abri-lo com chaves falsas.

— E então?

— Ele fora visitado. Nós o encontramos vazio.

— Está bem, ótima notícia! — disse Roberto, cujas faces empalideceram um pouco. — Há um mês que me embromais: “*Monseigneur*, posso vos entregar os documentos que vos darão a posse de vosso condado! Sei onde eles estão. Dai-me terra e rendas, e eu vo-los trarei na próxima semana...”

Depois, passa-se uma semana, e ainda outra... “A família d’Hirson está no castelo, e não posso aparecer quando eles estão lá...” “Agora fui até Ia, *monseigneur*, mas a chave que eu tinha não era a certa. Tende um pouco de paciência...” E, no dia, enfim, em que eu devia mostrar os dois documentos ao rei...

— Os três, *monseigneur*: o contrato de casamento do conde Filipe, vosso pai, a carta do conde Roberto, vosso avô, e a de *monseigneur* Teodorico...

— Melhor ainda! Os três!... Chegastes para me dizer, idiotamente: “Eu não os tenho, o cofre estava vazio!” E pensais que vos dou crédito!

— Perguntai ao sargento Maciot, que me acompanhou! Não vedes, então, *monseigneur*, que ainda sou mais infornada do que vós?

Maldoso olhar de suspeita passou pelos olhos de Roberto d’Artois, que, mudando de tom, perguntou:

— Dize-me, ó Divion, não estás pretendendo me enganar? Procuras tirar vantagem de mim, ou já me traístes para servir Mafalda?

— *Monseigneur!* Que estais imaginando! — exclamou a mulher, quase em lágrimas. — Quando todo o mal e abandono em que me vejo vem da condessa Mafalda, que roubou tudo quanto meu caro senhor Teodorico me havia deixado em testamento! Ah! desejo à senhora Mafalda todo o mal que vós lhe puderdes fazer! Pensaí, *monseigneur*: fui durante doze anos a boa companheira de Teodorico, e por isso muita gente voltou-me as costas.

Entretanto, um bispo é um homem exatamente igual aos outros! Mas as pessoas são más...

A Divion recomaçava a sua história, que Roberto já ouvira pelo menos três vezes. A mulher falava depressa, e sob as sobrancelhas horizontais seu olhar parecia voltado para dentro de si própria, como nos seres que ruminam sem cessar seus negócios e não prestam atenção em nada a não ser em si mesmos.

Naturalmente, nada podia ela esperar de seu marido, de quem se separara para ir morar na casa do bispo Teodorico. Reconhecia que seu marido se mostrara até acomodado, talvez porque, de há muito, tivesse deixado de ser um homem... *Monseigneur* compreendia o que ela queria dizer. Era para colocá-la ao abrigo da necessidade, em agradecimento a tantos e tão bons anos que ela lhe

dera, que o bispo Teodorico a colocara em seu testamento, com numerosas casas, uma soma em ouro e rendas. Mas desconfiava da senhora Mafalda, que fora obrigada a nomear como executora testamentária.

— Ela sempre me viu com maus olhos, porque eu era mais jovem, e outrora Teodorico, como ele mesmo me confiou, tivera de passar pela cama dela. Teodorico sabia que ela me faria alguma perversidade, quando ele já não existisse, e que todos os Hirsons são contra mim, a começar por Beatriz, a pior de todas, que é dama de honra de Mafalda, e que se arranjariam para me expulsar da casa e me privar de tudo...

Roberto já não ouvia a tagarelice inesgotável. Tinha usado sobre um cofre a pesada coroa, e refletia, esfregando seus cabelos ruivos. Sua bela maquiagem desmoronava-se, pois que repousava inteiramente na existência dos documentos. “O menor documento comprovante, meu irmão, e eu autorizarei imediatamente a apelação do julgamento de 1309 e 1318”, dissera-lhe Filipe VI. “Mas compreende que, por mais vontade que eu tenha de te servir, não posso fazer por menos, sem me desdizer diante de Eudes de Borgonha, com as conseqüências que adivinhas.” Ora, não se tratava de um pequeno documento, mas de documentos maciços, os próprios atos que Mafalda fizera desaparecer a fim de se apossar da herança do Artois, que ele se vangloriara de apresentar!

— E dentro de alguns minutos — disse ele — devo estar na catedral para a homenagem.

— Que homenagem? — indagou a Divion.

— A do rei da Inglaterra, ora essa!

— Ah! Então é por isso que há tanta azáfama na cidade. Mal pude passar.

Ela então nada via, a tola, ocupada em ruminar seus pequenos dramas pessoais, ela não observava, não se informava de nada!

Roberto perguntava a si próprio se não fora leviano dando crédito aos falatórios daquela mulher, e se os documentos, o cofre de Hesdin, a confissão do bispo, realmente teriam existido, a não ser em imaginação. E

Maciot, o Alemão, fora também enganado, ou seria conivente?

— Dize a verdade, mulher! Jamais viste essas cartas...

— Vi, sim, *monseigneur!* — exclamou a Divion, apertando com as duas mãos seus malares salientes. — Foi no Castelo d’Hirson, no dia em que Teodorico se sentiu doente, antes de se fazer transportar para seu palácio de Arras.

Minha Joaninha, eu te quero acautelar contra Mafalda, como eu próprio me acautelou”, disseme ele. “As cartas seladas que ela mandou retirar dos registros, para roubar monseigneur Roberto, não foram queimadas, como ela imagina. As dos registros de Paris é que se queimaram diante dela. As cópias guardadas nos registros do Artois...” (essas são as próprias palavras de Teodorico, *monseigneur*) “eu lhe garanti que queimara também, mas conservei-as aqui, com uma carta minha.” E ele me levou ao cofre escondido numa cavidade na parede do seu

gabinete e me fez ler as folhas, todas carregadas de selos, e eu não podia sequer acreditar em meus olhos, não podia acreditar que tais vilanias se comessem. Havia também oitocentas libras em ouro no cofre. Ele me deu a chave, para o caso de que alguma desgraça lhe acontecesse...

— E quando fostes pela primeira vez a Hirson...

— Eu tinha confundido a chave com outra. Tinha-a perdido com certeza.

Verdadeiramente, a calamidade se abate sobre mim! Quando tudo começa a correr mal...

E trapalhona, além do mais. Devia estar dizendo a verdade. Não se inventam coisas tão estúpidas, quando se quer enganar. Roberto a teria estrangulado com boa vontade, se isso pudesse resolver alguma coisa!

— Minha visita deve ter dado o alarma — acrescentou ela.

— Descobriram o cofre e forçaram os ferrolhos. Foi Beatriz, com certeza...

A porta entreabriu-se, e Lormet passou a cabeça por ela. Roberto o mandou sair com um gesto de mão.

— Mas, afinal, *monseigneur* — recomeçou Joana de Divion, como se procurasse corrigir sua falta —, aquelas cartas poderiam ser refeitas, não pensais assim?

— Refeitas?

— Ora, pois se sabemos o que estava escrito nelas! Eu sei bem, e posso repetir, quase que palavra por palavra, a carta de Teodorico...

Com o olhar ausente, o índice estendido para pontuar as frases, ela começou a recitar:

— “Eu me sinto grandemente culpado pelo fato de ter estas coisas guardadas, que provam que os direitos do condado do Artois pertencem a monseigneur Roberto, pelos acordos celebrados por ocasião do casamento de monseigneur Filipe d’Artois e da senhora Branca de Bretanha, acordos estabelecidos num duplo par de cartas seladas, das quais tenho uma, e a outra foi retirada dos registros da corte por um de nossos grandes fidalgos... E

sempre tive intenção de, após a morte da senhora condessa — a quem para satisfazer e sob cujas ordens tenho agido —, caso Deus a chamasse antes de mim, devolver ao referido monseigneur Roberto o que estava comigo...”

A Divion perdia suas chaves, mas podia lembrar-se de um texto que lera uma única vez. Há cérebros assim feitos!

E propunha a Roberto, como a coisa mais natural do mundo arranjar papéis falsos. Não tinha, era visível, senso algum do mal ou do bem, não estabelecia distinção alguma entre o moral e o imoral, o autorizado e o proibido. O que lhe convinha era moral. Em quarenta e dois anos de vida, Roberto havia cometido quase todos os pecados possíveis: matara, mentira, denunciara, pilhara, violara. Mas, tornar-se falsário, eis o que ainda não lhe tinha acontecido.

— Há também o velho bailio de Béthune, Guilherme de Planche, que se deve

lembrar bem e poderá ajudar-nos, pois ele estava como escrivão em casa de monseigneur Teodorico nessa ocasião.

— Onde está ele, esse velho bailio? — indagou Roberto.

— Na prisão.

Roberto levantou os ombros. Cada vez melhor! Ah! Ele cometera um erro, precipitara-se. Deveria ter esperado que os documentos estivessem em suas mãos, e não se contentado com promessas. Mas havia, também, aquela oportunidade da homenagem, que o próprio rei lhe aconselhara aproveitar.

O velho Lormet tornou a passar a cabeça pela abertura da porta.

— Sim, eu sei, já vou — exclamou Roberto, impaciente. — Só tenho que atravessar a praça.

— É que o rei se prepara para descer — disse Lormet, em tom de censura.

— Bem, já vou.

O rei, afinal, não passava de seu cunhado, e era rei porque ele, Roberto, assim o quisera. E aquele calor! Sentia o suor escorrer sob seu manto de par.

Aproximou-se da janela, olhou para a catedral de duas torres diferentes e vazadas. O sol vinha bater, de viés, na grande rosácea de vitrais. Os sinos continuavam a tocar, cobrindo os ruídos da multidão.

O duque da Bretanha, seguido de sua escolta, subia os degraus do átrio central.

Em seguida, com vinte passos de intervalo, avançava com andar claudicante o duque de Bourbon, cuja cauda do manto era erguida por dois escudeiros.

Depois, vinha o cortejo de Mafalda d'Artois. Ela podia manter o passo firme, naquele dia, a dama Mafalda! Mais alta do que a maior parte dos homens, e com o rosto muito vermelho, saudava o povo com pequenas inclinações de cabeça, com ar imperial. Era ela a ladra, a mentirosa, a envenenadora de reis, a criminosa que furtava os documentos selados dos registros reais! Tão próximo do instante de confundi-la, de obter sobre ela, enfim, a vitória para a qual trabalhava havia vinte anos, Roberto ia ser forçado a renunciar... e por quê? Por uma chave extraviada pela concubina de um bispo!

Contra os maus não seria conveniente usar idênticas maldades? Devia alguém mostrar-se tão escrupuloso na escolha dos processos quando se trata de ver triunfar o bom direito?

Pensando bem, se Mafalda tinha a posse dos documentos que tornara a encontrar no cofre que forçara no Castelo d'Hirson — supondo que não os tivesse destruído imediatamente, como o tudo levava a crer —, estava impossibilitada de mostrá-los um dia ou fazer alusão à sua existência, pois que tais documentos eram a prova de sua culpabilidade. Ficaria bem surpresa, a Mafalda, se lhe apresentassem cartas iguais aos documentos desaparecidos! Mas ele não tinha o dia inteiro pela frente, a fim de refletir, de se informar melhor... Seria necessário que se resolvesse antes de uma hora, e sozinho!

— Eu vos tornarei a ver, mulher, mas tratai de vos manter escondida — disse ele.

Documentos falsos, fosse como fosse, eram um grande risco...

Retomou sua coroa monumental, colocou-a na cabeça, lançou um olhar para os espelhos, que refletiam sua imagem estilhaçada em trinta pedaços.

Depois, partiu para a catedral.

A homenagem e o perjúrio

“Filho de rei não pode ajoelhar-se diante de filho de conde!”

Essa fórmula, um soberano de dezesseis anos, sozinho, encontrara e impusera a seus conselheiros, para que eles a impusessem aos legistas de França.

— Vejamos, monseigneur Orleton — disse o jovem Eduardo III, chegando a Amiens. — No ano passado aqui estivestes para sustentar que eu tinha mais direitos ao trono da França do que meu primo de Valois, e aceitaríeis, agora, que eu me roje ao chão diante dele?

Como acontece com frequência aos adolescentes saídos de famílias que só lhes deram espetáculos de desordem e indecisão, Eduardo III, na primeira vez em que se via entregue a si próprio, queria voltar a princípios claros e são. E durante aqueles seis dias passados em Amiens fizera colocar tudo em seu lugar.

— Mas milorde Mortimer faz muita questão da paz com a França — dizia João Maltravers.

— Milorde — interrompeu-o Eduardo —, estais aqui para guardar-me, penso, não para me aconselhar.

Tinha uma aversão mal disfarçada pelo barão do rosto comprido que tinha sido o carcereiro e, com certeza, o assassino de seu pai. Aborrecia muito Eduardo ter de suportar a vigilância e, mesmo, para melhor dizer, a espionagem de Maltravers, e por isso, insistia: — Milorde Mortimer é nosso grande amigo, mas não é ele quem vai prestar a homenagem. E milorde Lancastre, que preside o conselho de regência, e só por esse fato pode tomar decisões em meu nome, não me instruiu, antes de minha partida, a prestar indistintamente qualquer espécie de homenagem. Não prestarei a homenagem lígia*.

** Expressão feudal, sendo a homenagem um ato de submissão, uma promessa de fidelidade de vassallos a senhor. A homenagem lígia (homenagium ligium) comportava maiores obrigações e exigia que o vassallo se apresentasse desarmado e promettesse estar ao lado de seu senhor “contra tudo e contra todos”; enquanto a homenagem simples permitia que ele conservasse suas armas e não significava tão grande compromisso. (N. da T.)*

O bispo de Lincoln, Henrique de Burghersh, chanceler da Inglaterra, também ele do partido de Mortimer, mas menos enfeudado do que Maltravers, e de espírito mais brilhante, não podia, apesar da confusão causada, senão aprovar

aquela preocupação que o jovem rei demonstrava na defesa de sua dignidade e dos interesses de seu reino.

Pois não só a homenagem lúgia obrigava o vassalo a se apresentar sem armas nem coroa, mas ainda implicava um juramento pronunciado de joelhos, e que tornava, como primeiro dever, aquele vassalo um *homem* de seu suserano.

— Por primeiro dever — insistia Eduardo. — Assim, meus lordes, se acontecer de, enquanto estivermos em guerra com a Escócia, o rei da França me chamar para sua própria guerra, na Flandres, na Lombardia, ou em qualquer outro lugar, eu deveria deixar tudo para vir reunir-me a ele; senão, dar-lhe-ia o direito de apoderar-se do meu ducado. Isso não se pode aceitar.

Um dos barões da escolta, lorde Montaigu, ficou tomado de grande admiração por um soberano que mostrava sensatez tão precoce, e uma firmeza não menos precoce. Montaigu tinha vinte e oito anos.

— Penso que vamos ter um bom rei — declarou ele. — Tenho prazer em servi-lo.

Dali por diante, foi ele visto sempre junto de Eduardo, dando-lhe conselhos e apoio.

E, finalmente, o rei de dezesseis anos levava a melhor. Os conselheiros de Filipe de Valois, também eles, queriam a paz, e sobretudo que se acabasse com aquela lengalenga. O importante não era que o rei da Inglaterra tivesse vindo? Não tinham reunido o reino e a metade da Europa para que a entrevista terminasse em fracasso.

— Seja, que ele preste a homenagem simples — dissera Filipe VI a seu chanceler, como se não se tratasse senão de resolver sobre um passo de dança ou de uma entrada em torneio. — Eu lhe dou razão, e, em seu lugar, sem dúvida, teria feito o mesmo.

Eis por que, na catedral cheia de fidalgos, ate a mais profunda das capelas laterais, Eduardo III adiantava-se agora com a espada ao flanco, o manto real semeado de leões, tombado sob compridas pregas de seus ombros, os cílios louros baixos sob a coroa. A emoção aumentava a palidez habitual de seu rosto. Sua extrema juventude era mais impressionante sob os pesados ornamentos que usava.

Parecia-se a um arcanjo, e houve um momento em que todas as mulheres presentes, com o coração apertado de ternura, sentiram-se apaixonadas por ele.

Dois bispos e dez barões ingleses seguiam-no.

O rei da França, com o manto semeado de flores-de-lis, estava sentado no coro, um pouco mais alto do que os outros reis, rainhas e príncipes soberanos que o rodeavam, e formavam como que uma pirâmide de coroas.

Levantou-se majestoso e cortês, para acolher seu vassalo, que se deteve a três passos dele.

Um grande raio de sol, atravessando os vitrais, vinha tocá-los como espada

celeste.

Messire Mille de Noyers, camareiro, advogado no Parlamento e advogado da Câmara dos Dinheiros, destacou-se de entre os pares e grandes oficiais e veio colocar-se entre os dois soberanos. Era um homem de seus sessenta anos, rosto sério, que não parecia impressionado nem com seu ofício nem com suas vestes de cerimônia. Com voz forte e bem empostada, disse:

— Sire Eduardo, o rei, nosso senhor e poderoso fidalgo, não pretende receber-vos aqui por todas as coisas que ele tem e deve ter na Gasconha e no Agenais, como as tinha e devia ter o rei Carlos IV, e que não estão contidas na homenagem.

Então, Henrique de Burghersh, chanceler de Eduardo, veio colocar-se à altura de Mille de Noyers e respondeu:

— Sire Filipe, nosso amo e senhor, o rei da Inglaterra, ou outro por ele e para ele, não pretende renunciar a nenhum direito que deve ter no ducado da Guyenne e suas dependências, e pretende que nenhum direito novo seja. Por esta homenagem, concedido ao rei da França.

Tais eram as fórmulas de compromisso, ambíguas à vontade, sobre as quais tinham chegado a um acordo, e que, nada precisando, nada regulamentavam. Cada palavra comportava um subentendido.

Do lado francês, pretendia-se que as terras confinantes, tomadas durante o reinado precedente, no decorrer da campanha comandada por Carlos de Valois, se conservassem diretamente ligadas à coroa da França. Isso não era senão a confirmação de um estado de fato.

Para a Inglaterra, os termos “ou outro por ele e para ele” eram uma alusão à minoridade do rei e à existência do conselho de regência, mas, igualmente, o “por ele” poderia significar no futuro o senescal da Guyenne ou qualquer lugar-tenente real. Quanto à expressão “nenhum direito novo”, podia significar a homologação dos direitos adquiridos até aquele dia, isto é, compreendido nesses direitos o tratado de 1327. Mas isso não era dito explicitamente.

Aquelas declarações, como as de todos os tratados de paz e aliança, geralmente, desde o início dos tempos e entre todas as nações, dependiam inteiramente, para sua aplicação, do bom ou mau desejo dos governos. No momento, a presença dos dois príncipes, face a face, testemunhava um recíproco desejo de viver em boa harmonia.

O chanceler Burghersh desenrolou um pergaminho de onde pendia o sinete da Inglaterra, e leu, em nome do vassalo: — “Sire, eu me torno vosso homem do ducado da Guyenne e suas dependências, que reclamo ter de vós, como duque da Guyenne e par de França, segundo a forma das pazes feitas entre os vossos ancestrais e os nossos, e segundo o que nós e nossos ancestrais, reis da Inglaterra e duques da Guyenne, fizemos pelo mesmo ducado em relação a vossos ancestrais, os reis da França”.

E o bispo estendeu para Mille de Noyers o documento que acabava de ler, e cuja redação fora muito diminuída, em relação à homenagem ligia.

Mille de Noyers disse então, em resposta:

— Sire, vós vos tornais homem do rei da França, meu senhor, pelo ducado da Guyenne e suas dependências, que reconheceis ter dele, como duque da Guyenne e par de França, segundo a forma das pazes feitas entre seus ancestrais, reis da França, e os vossos, e segundo o que vós e vossos ancestrais, os reis da Inglaterra e duques da Guyenne, fizestes pelo mesmo ducado em relação aos seus ancestrais, os reis da França.

Tudo aquilo poderia fornecer belo material para um processo, no dia em que não estivessem mais de acordo. Eduardo III disse, então: — Na verdade.

Mille de Noyers confirmou com estas palavras: — O rei nosso sire vos recebe, salvo seus protestos e restrições acima ditos.

Eduardo deu os três passos que o separavam de seu suserano, tirou as luvas, entregou-as a lorde Montaigu e, estendendo suas mãos finas e brancas, pousou-as nas grandes palmas do rei da França. Depois, os dois reis trocaram um beijo na boca.

Percebeu-se, então, que Filipe VI não precisava inclinar-se muito para alcançar o rosto de seu jovem primo. A diferença entre eles era sobretudo de corpulência, que fazia Filipe parecer mais imponente. Mas o rei da Inglaterra, que ainda tinha muito que crescer, seria, sem dúvida alguma, também ele, de bela estatura.

Os sinos recommçaram a soar na torre mais alta. E todos se sentiam contentes. Pares e dignitários trocavam acenos de cabeça, satisfeitos. O rei João da Boêmia, com a bela barba castanha espalhada sobre o peito, mantinha atitude nobremente sonhadora. O conde Guilherme, o Bom, e seu irmão João de Hainaut trocavam sorrisos com os fidalgos ingleses. Uma boa coisa, realmente, acabava de se realizar.

Para que brigar, azedar-se, ameaçar-se, levar queixas aos Parlamentos, confiscar feudos, cercar cidades, bater-se maldosamente, gastar ouro, fadiga e sangue de cavaleiros, quando, com um pouco de boa vontade, cada qual entrando com sua parte, podiam fazer tão bons acordos?

O rei da Inglaterra tinha tomado lugar no trono preparado para ele, um pouco abaixo do rei da França. Faltava apenas assistir à missa.

Entretanto, Filipe VI parecia esperar ainda outra coisa, e, voltando a cabeça para os pares sentados nas cadeiras do coro, procurava com os olhos Roberto d'Artois, cuja coroa ultrapassava em altura todas as outras.

Roberto tinha os olhos semicerrados. Enxugava, com a luva vermelha, o suor que lhe corria das têmporas, embora se sentisse na catedral um frescor benéfico. Mas o coração batia-lhe rapidamente naquele instante. E, não tendo percebido que sua luva descorava, tinha sobre o rosto como que um rastro de sangue.

Bruscamente, levantou-se de sua cadeira. Sua resolução tora tomada.

Sire — exclamou ele, detendo-se diante do trono de Filipe —, já que todos os vossos vassallos estão aqui reunidos...

Mille de Noyers e o bispo Burghersh, alguns instantes antes, tinham falado com voz firme e clara, audível em todo o edifício. Ora, houve a impressão, no momento em que Roberto abriu a boca, de que passarinhos tinham falado antes dele.

—... e já que a todos deveis justiça — continuou ele —, justiça vos venho pedir.

— Monseigneur de Beaumont, meu primo, quem vos prejudicou? — perguntou gravemente Filipe VI.

— Quem me prejudicou, sire, foi vossa vassala dama Mafalda de Borgonha, que retém indevidamente, por astúcia e felonía, os títulos e posses do condado do Artois, que me pertencem por direito de meus pais.

Ouviu-se então uma voz, quase tão forte quanto a dele, exclamar, lá das cadeiras do coro:

— Vamos, isso devia mesmo acontecer! Era Mafalda d'Artois que acabava de falar.

Alguns movimentos de surpresa se tinham feito sentir entre os presentes, mas não de estupefação. Roberto agia como o conde da Flandres agira no dia da sagração. Ao que parecia, ficara o hábito, agora, de, quando um par se julgava lesado, fazer sua queixa nesses momentos solenes, e, visivelmente, com o consentimento prévio do rei.

O duque Eudes de Borgonha interrogava com o olhar sua irmã, a rainha da França, que lhe respondia da mesma forma e com gestos de mãos abertas, como para lhe dizer que era a primeira a se surpreender e que não estava ao corrente de nada.

— Meu primo — disse Filipe —, podeis exhibir as provas e testemunhas para certificar vosso direito?

— Posso — disse Roberto, com firmeza.

— Ele não pode, ele mente! — exclamou Mafalda, que deixou o coro e veio reunir-se a seu sobrinho diante do rei.

Como se pareciam, Roberto e Mafalda, sob suas coroas e seu mantos idênticos, animados pelo mesmo furor, com o sangue afluindo à seus pescoços taurinos! Mafalda também trazia, ao longo de sua ilharga de guerreira gigantesca, o grande gládio de par de França, de punhos de ouro.

Mãe e filho teriam, sem dúvida alguma, mostrado menos sinais evidentes de seu parentesco.

— Minha tia — disse Roberto —, negais, pois, que o tratado de casamento do nobre conde Filipe d'Artois, meu pai, fazia de mim, seu primeiro herdeiro a nascer, o herdeiro do Artois, e que vos aproveitastes da minha infância, quando

meu pai morreu, para me despojar?

— Nego tudo quanto dizeis, maldoso sobrinho que desejas desgraçar-me.

— Negais que tenha havido um tratado de casamento?

— Nego-o! — urrou Mafalda.

Então, um vasto sussurro de reprovação, ergueu-se da assistência, ao mesmo tempo em que se ouvia distintamente a voz do velho conde de Bouville, antigo camareiro de Filipe, o Belo, lançar um “Oh!” escandalizado.

Sem que os demais tivessem as mesmas razões de Bouville, curador do ventre da rainha Clemência quando do nascimento de João I, o Póstumo, para conhecer a capacidade de Mafalda d’Artois na mentira e seu aprumo no crime, era flagrante que ela negava a evidência. Um casamento entre um filho do Artois, príncipe da flor-de-lis 10, e uma filha de Bretanha, não poderia concluir-se sem um contrato ratificado pelos pares da época e pelo rei. O duque João de Bretanha, embora fosse uma criancinha na ocasião daquele casamento, lembrava-se perfeitamente, e dizia-o a seus vizinhos.

Dessa vez, Mafalda ultrapassara os limites. Que continuasse, como tinha feito em seus dois processos, a alegar o velho costume do Artois, que pendia a seu favor em consequência da morte prematura de seu irmão, seja! Mas negar que tivesse havido um contrato, isso não. Confirmava assim todas as suspeitas, e, antes de mais nada, a de ter feito desaparecer os documentos.

Filipe VI dirigiu-se ao bispo de Amiens.

— *Monseigneur*, trazei até nós os Santos Evangelhos, e apresentai-os ao queixoso...

Fez uma pausa, e acrescentou:

—... Bem como à acusada. E, quando isso foi feito: — Aceitais, um e outro, meu primo, minha prima, confirmar o que dissestes em juramento pronunciado sobre estes Santíssimos Evangelhos da Fé, diante de nós, vosso suserano, e dos reis nossos parentes, e de todos os pares aqui reunidos?

Ele estava sendo realmente majestoso, aquele Filipe, ao pronunciar aquilo, e seu filho, o jovem príncipe João, de dez anos de idade, contemplava-o com os olhos arregalados, o queixo um tanto pendente, com uma admiração infinita.

Mas a rainha da França, Joana, a Coxa, mostrava uma ruga má em cada canto da boca, e seus dedos tremiam. A filha de Mafalda, Joana, a Viúva, esposa de Filipe, o Longo, delgada e seca, tinha o rosto tão branco quanto seu traje branco de rainha-viúva. E lívida, também estava a neta de Mafalda, a jovem duquesa da Borgonha, assim como o duque Eudes, seu esposo quase quinquagenário. Dir-se-ia que iam atirar-se para impedir Mafalda de jurar.

Todas as cabeças esticavam-se num grande silêncio.

— Aceito! — disseram, numa mesma voz, Mafalda e Roberto.

— Retirai vossas luvas — disse o bispo de Amiens.

Mafalda estava usando luvas verdes, que o calor também descorava. E

assim, as duas mãos enormes que se estenderam por cima do Livro Santo eram uma vermelha como o sangue e a outra verde como o fel.

— Juro — pronunciou Roberto — que o condado de Artois é meu, e que exibirei cartas e documentos que estabelecerão meus direitos e posses.

— Meu belo sobrinho — exclamou Mafalda —, ousa-reis jurar que já vistes ou possuístes tais cartas?

Olhos cinzentos nos olhos cinzentos, queixos quadrados, recobertos de gordura, e quase rosto contra rosto, eles se desafiavam. “Velhaca”, pensava Roberto, “foste tu portanto que as roubastes.” E como, em tais circunstâncias, é preciso ser resoluto, ele respondeu, claramente: — Sim, eu o juro. Mas vós, minha bela tia, ousais jurar que tais cartas não existiram, e que não tivestes conhecimento delas nem as tivestes em vossas mãos?

— Faça esse juramento — respondeu ela com igual determinação, e olhando Roberto com ódio mortal.

Nenhum deles pudera, realmente, marcar um tento contra o outro. A balança continuava imóvel, levando, em cada prato, o peso do juramento falso que eles tinham mutuamente se obrigado a proferir.

— Amanhã mesmo serão nomeados comissários para dirigir o inquérito e esclarecer minha justiça. Quem mentiu será castigado por Deus; quem disse a verdade será firmado em seu direito — disse Filipe, enquanto fazia sinal ao bispo para que levasse o Evangelho.

Deus não está obrigado a intervir diretamente para castigar o perjuro, e o céu pode conservar-se mudo. As almas perversas escondem em si mesmas sementes suficientes de sua própria desgraça.

Segunda parte

Os folguedos do Diabo

As testemunhas

Muito novinha, e não maior do que o polegar, uma pêra pendia para fora da latada.

Num banco de pedra, três personagens estavam sentadas: o velho conde de Bouville, no centro, pois estava sendo interrogado; à sua direita o cavaleiro de Villebresme, comissário do rei, e do outro lado o tabelião Pedro Tesson, que tomava o depoimento por escrito.

O tabelião Tesson usava um gorro de funcionário sobre um enorme crânio em abóbada, de onde tombavam cabelos lisos. Tinha nariz pontudo, queixo exageradamente comprido e afilado, e seu perfil fazia pensar no primeiro quarto da lua.

— *Monseigneur* — disse ele, com grande respeito —, posso agora ler-vos o vosso testemunho?

— Lede, *messire*, lede — respondeu Bouville.

E sua mão dirigiu-se, tateando, para o pequeno fruto verde, do qual experimentou a rigidez. “O jardineiro devia ter amarrado este galho”, pensou ele.

O tabelião inclinou-se para a escrivaninha portátil que tinha sobre os joelhos e começou:

— “No dia 17 do mês de junho de 1329, nós, Pedro de Villebresme, cavaleiro...”

O rei Filipe VI não deixara as coisas se arrastarem. Dois dias depois do escândalo de Amiens e dos juramentos pronunciados na catedral, havia nomeado uma comissão para instruir o caso, e menos de uma semana depois da volta da corte a Paris o inquérito já se iniciara.

— “e nós, Pedro Tesson, tabelião do rei, viemos ouvir...”

— Advogado Tesson — disse Bouville —, sois o mesmo Tesson que antigamente estava ligado ao palácio de monseigneur d’Artois?

— O mesmo, *messire*...

— E agora eis que sois tabelião do rei! Muito bem, muito bem, eu vos felicito...

Bouville endireitou-se um pouco, cruzou as mãos por cima do ventre redondo. Estava vestido com um velho traje de veludo, comprido demais, e antiquado, como se usava no tempo de Filipe, o Belo, traje que ele usava em seu jardim.

Girava os polegares, três vezes num sentido, três vezes noutro. O dia seria belo e quente, mas a manhã ainda conservava alguns traços do frescor da noite.

— “... viemos ouvir o alto e poderoso senhor, conde Hugo de Bouville, e o ouvimos no jardim de seu palácio sito não longe do Pré-aux-Clercs...”

— Como esta vizinhança se modificou, desde que meu pai mandou construir esta moradia! — disse Bouville. — Naquele tempo, desde a Abadia de Saint-Germain-des-Prés até Saint-André-des-Arts, não havia senão três palácios: o de Nesle, à margem do rio, o de Navarra, afastado, e o dos condes d’Artois, que lhes servia de acampamento, pois em volta só havia prados e campinas... E vede, agora, como está tudo construído!... Todas as novas

fortunas

vieram

estabelecer-se

deste

lado:

os

caminhos

transformaram-se em ruas. Outrora, por cima de meu muro, eu só via relva,

e agora, apesar da pouca luz que meus olhos ainda conservam, não vejo senão telhados. E o ruído! O ruído que se faz neste bairro! Parece que estamos em pleno coração da Cite. Se eu ainda tivesse algum tempo diante de mim, venderia esta casa e iria construir em outro lugar. Mas nem se pode pensar nisso...

E sua mão foi procurar, por cima de sua cabeça, a pequena pêra verde.

Esperar que uma fruta alcançasse a maturidade era todo o tempo de esperança de que ele poderia ainda pretender dispor. Havia muitos meses já que sua vista declinava. O mundo, os seres, as árvores, já não lhe apareciam senão como que através de uma parede de água. Uma pessoa foi ativa e importante, viajou, teve assento em conselhos reais e participou de grandes acontecimentos, e vai terminar em seu jardim, com o pensamento arrastando-se, a vista enevoada, só e quase esquecida, a não ser quando as pessoas mais novas fazem um apelo às suas lembranças...

O advogado Pedro Tesson e o cavaleiro de Villebresme trocaram um olhar de desânimo. Ah! não era uma testemunha fácil, aquele velho conde de Bouville, cujo depoimento se perdia sem cessar em vagas banalidades. E era um homem nobre demais e velho demais para que pudessem apressá-lo. O

tabelião recomeçou:

— “... o qual nos declarou, de viva voz, as coisas a seguir escritas, a saber: que quando era camareiro de nosso sire Filipe IV, antes que este último se tornasse rei, teve conhecimento do tratado de casamento celebrado entre o falecido monseigneur Filipe d’Artois e a senhora Branca de Bretanha, e que teve em mão o dito tratado, e que o dito tratado dizia, precisamente, que o condado do Artois iria por direito de herança ao dito monseigneur Filipe d’Artois, e, depois dele, a seus herdeiros do sexo masculino, nascidos do dito casamento...”

Bouville agitou a mão:

— Não afirmei isso. Tive o tratado em mãos, como vo-lo disse e como comuniquei ao próprio monseigneur Roberto d’Artois, quando ele veio me visitar no outro dia, mas, em sã consciência, não me recordo de o ter lido.

— E por que, *monseigneur*, teríeis tido esse tratado convosco, se não fosse para que o lêsseis? — indagou sire de Villebresme.

— Para levá-lo ao chanceler de meu senhor, a fim de que ele o selasse, pois o tratado foi revestido, e disso me recordo bem, com o selo de todos os pares, entre os quais figurava o de meu senhor Filipe, o Belo, na qualidade de primogênito da coroa.

— Anotai isso, Tesson — disse Villebresme. — Todos os pares apuseram seus selos... Mas, sem ter lido o documento, *monseigneur*, sabíeis que a herança do Artois era assegurada ao conde Filipe e a seus herdeiros do sexo masculino?

— Eu o ouvi dizer — respondeu Bouville —, e não posso garantir o que foi dito por outros.

A maneira que aquele jovem Villebresme tinha de fazê-lo declarar mais do

que sabia irritava-o um pouco. Aquele rapaz não tinha nascido, e seu pai estava ainda bem longe de engendr -lo, quando se haviam passado aqueles fatos sobre os quais agora ele fazia um inquérito! Ali estavam, aqueles oficiaizinhos reais, todos estufados pelos seus cargos novos. Um dia haviam de se ver, têm eles, velhos e solitários, contra a latada de seu jardim...

Sim, Bouville recordava-se das coisas que estavam escritas no tratado de casamento de Filipe d'Artois. Mas quando ouvira falar naquilo pela primeira vez? No próprio momento do casamento, em 82, ou quando o conde Filipe morrera, em 98, dos ferimentos recebidos na Batalha de Fumes? Ou ainda depois que o velho conde Roberto II fora morto na Batalha de Courtrai, em 1302, tendo sobrevivido a seu filho por quatro anos, derivando daí o processo entre sua filha Mafalda e seu neto Roberto III, o atual...

O que se pedia a Bouville era que fixasse uma recorda o que pudesse ser colocada num trecho qualquer de um período de mais de vinte anos. E

não apenas o tabel o Tesson e aquele sire de Villebresme tinham vindo lhe comprimir o cérebro, mas têm o próprio Roberto d'Artois, cheio de cortesia e reverência, era preciso convir, mas ainda assim falando alto demais, agitando-se muito e esmagando as flores do jardim sob suas botas!

— Então, retifiquemos assim — disse o tabel o, tendo corrigido o seu texto: “...e teve em mãos o dito tratado, mas por pouco tempo, e têm que se lembra de que ele foi selado com o selo de todos os pares; e ainda o conde de Bouville nos declarou ter ouvido dizer, então, que o dito tratado dizia, precisamente, que o condado do Artois...”

Bouville aprovou com a cabeça. Teria preferido que suprimissem aquele pequeno “então”, “ouvido dizer, então...”, que o tabel o introduzira na frase.

Mas estava cansado de lutar. E uma palavra tem assim tanta importância?

— “...iria para seus herdeiros do sexo masculino, nascidos do dito casamento, e ainda nos afirmou que o tratado foi colocado nos registros da corte, e ainda tem por verdadeiro que ele tenha sido subtraído aos referidos registros por manobras maliciosas e sob ordem da senhora Mafalda d'Artois...”

— Têm isso eu não disse — falou Bouville.

— Não dessa forma, *monseigneur* — respondeu Villebresme —, mas   coisa que se depreende de vosso depoimento. Retomemos o que nos declarastes. De início, que o tratado de casamento existiu; em segundo lugar, que o vistes, em terceiro, que ele foi colocado nos registros...

— ... revestido dos selos dos doze pares...

Villebresme trocou novo olhar cansado com o tabel o.

— Revestido com o selo dos pares — repetiu ele, para ser agradável   testemunha. — Certificastes, ainda, que aquele tratado excluía da herança a condessa Mafalda, e que ele desapareceu dos registros de forma a não poder ser apresentado no processo que monseigneur Roberto d'Artois moveu contra sua tia.

Quem pensais, portanto, que o mandou subtrair? Acreditais que tenha sido o rei Filipe, o Belo, que tenha dado tal ordem?

A pergunta era pérfida. Não tinham dito muitas vezes que Filipe, o Belo, para favorecer a sogra de seus últimos dois filhos, havia pronunciado, em favor dela, um julgamento de complacência? Logo iriam pretender que fora o próprio Bouville quem se encarregara de fazer com que os documentos desaparecessem!

— Não mistureis, *messire*, a memória do rei Filipe, o Belo, meu senhor, com um ato tão indigno — respondeu ele, com dignidade.

Por cima dos telhados e das frondes das árvores, os sinos tocaram no campanário de Saint-Germain-des-Prés. Bouville pensou que aquela era a hora em que lhe traziam uma tigela de queijo coalhado, que seu médico lhe recomendara tomar três vezes por dia.

— Portanto — recomeçou Villebresme —, deve-se concluir que o tratado foi retirado à revelia do rei... E quem poderia ter interesse em que ele fosse roubado, senão a condessa Mafalda?

O jovem comissário tamborilou com os dedos na pedra do banco: não estava descontente com a própria demonstração.

— Oh! Sem dúvida — disse Bouville. — Mafalda é capaz de tudo.

Sobre esse ponto, não era difícil convencer Bouville. Sabia ser Mafalda culpada de dois crimes, e bem mais graves do que o roubo de um pergaminho. Ela matara, sem dúvida, o rei Luís X, e matara, sob os próprios olhos dele, Bouville, uma criança de cinco dias que supunha ser o pequeno rei póstumo... e sempre para conservar o condado do Artois.

Verdadeiramente, era um trabalho bem tolo esse de demonstrar escrupulosa exatidão a seu respeito! Mafalda roubara o contrato de casamento de seu irmão, com certeza, aquele contrato cuja existência tivera o topete de negar, e em juramento! A horrível mulher... Por causa dela o verdadeiro herdeiro dos reis da França crescia longe de seu reino, numa pequena cidade da Itália, na casa de um comerciante lombardo que o supunha seu filho... Vamos! Não devia pensar mais naquilo. Bouville tinha outrora deixado vazar seu segredo, que era o único a deter, no ouvido do papa. Não devia pensar mais naquilo, nunca mais... de medo de ser tentado a falar. E que aqueles interrogadores se fossem, e o mais depressa possível!

— Tendes razão, deixai ficar o que escrevestes — disse ele, com voz um tanto trêmula. — Devo assinar?

O tabelião apresentou a caneta a Bouville. Este mal distinguia a beirada do papel, e sua rubrica saiu um pouco da folha. Ouviram-no murmurar ainda:

— Deus acabará por fazê-la expiar suas faltas, antes de entregá-la à guarda do Diabo.

Um pouco de pó secante foi espalhado sobre a sua assinatura. O tabelião

tornou a colocar as folhas e a escrivadinha portátil em sua pasta de couro preto. Depois, os dois interrogadores levantaram-se para se despedir.

Bouville cumprimentou-os sem se levantar. Eles ainda não tinham dado cinco passos e já passavam a ser, para o velho, apenas duas sombras vagas que se dissolviam por trás da parede de água.

O antigo camareiro sacudiu um sininho que estava a seu lado, a fim de pedir que lhe trouxessem seu leite coalhado. Diversos pensamentos perturbavam-no. Como seu senhor venerado, o rei Filipe, o Belo tinha podido, ao fazer o julgamento sobre o Artois, esquecer o ato que havia ratificado previamente? Como não se preocupara com a desapareição daquele documento? Ah! Os melhores reis não têm apenas belas ações...

Bouville dizia também consigo mesmo que iria em dia próximo fazer uma visita ao banqueiro Tolomei, para se informar sobre Guccio Baglioni...

e sobre a criança... sem insistir, como se fosse apenas por cortesia. O velho Tolomei já quase não saía de seu leito. Nele, eram as pernas que se tinham enfraquecido. A vida vai-se assim: para um é o ouvido que se fecha, para outro os olhos que se extinguem, ou os membros que cessam de mover-se...

Conta-se o passado em anos, mas não se ousa pensar mais no futuro, a não ser em termos de meses ou semanas.

“Viverei ainda quando este fruto estiver maduro, e poderei colhê-lo?”, cogitava o conde de Bouville, olhando a pêra da latada.

Messire Pedro de Machaut, senhor de Montargis, era homem que jamais perdoava as injúrias, mesmo aos mortos. O falecimento de seus inimigos não era suficiente para acalmar seus ressentimentos.

Seu pai, dono de um alto cargo no tempo do Rei de Ferro, dele fora destituído por Enguerrand de Marigny, e com isso sofrerá gravemente a fortuna da família. A queda do todo-poderoso Enguerrand fora para Pedro uma vingança pessoal, e o grande dia de sua vida ainda era aquele em que, na qualidade de escudeiro do rei Luís, o Turbulento, havia conduzido monseigneur de Marigny ao cadafalso. Conduzido era uma forma de dizer: antes acompanhado, e não na primeira fileira, mas entre grande número de dignitários mais importantes do que ele. Todavia, passados os anos, aqueles senhores haviam morrido, um após outro, o que permitia a messire Pedro de Machaut, a cada vez que contava aquela passagem memorável, avançar mais um degrau na hierarquia do cortejo.

De início, ele se contentara com ter desafiado com os olhos messire Enguerrand, de pé sobre sua carreta, e de lhe ter provado muito bem, pela expressão do rosto, que quem quer que prejudicasse os Machaut, por muito elevado que estivesse, receberia a desgraça em troca.

A seguir, embelezando os fatos na memória, garantia que Marigny, durante aquele último passeio, não somente o reconhecera como lhe endereçara a

palavra, dizendo, tristemente: — Ah! Sois vós, Machaut! Triunfais, agora. Eu vos prejudiquei, e me arrependo.

Agora, passados catorze anos, parecia que Enguerrand de Marigny, indo para o suplício, só tivera palavras para Pedro de Machaut e, da prisão até Montfaucon, nada lhe escondera do estado de sua consciência.

Pequeno, com as sobrancelhas cerradas acima do nariz, a perna rígida por causa de um tombo desastrado num torneio, Pedro de Machaut continuava a mandar que untassem cuidadosamente suas couraças, que nunca mais usaria. Era tão vaidoso quanto rancoroso, e Roberto d'Artois sabia bem disso. Dera-se ao trabalho de ir visitá-lo duas vezes, a fim de que ele falasse justamente daquela famosa cavalgada atrás da carreta de messire Enguerrand.

— Pois bem! Contai tudo isso aos comissários do rei que virão pedir vosso testemunho no meu caso — dissera Roberto. — A opinião de um homem valente como vós é coisa importante. Podereis esclarecer o rei em sua justiça, e ganhareis tanto a gratidão dele como a minha própria. Já vos concederam pensão pelos serviços que vosso pai, e vós mesmo, prestastes ao reino?

— Jamais!

Que injustiça! Então, enquanto tantos intrigantes, burgueses, *parvenus*, se fizeram colocar durante os últimos reinados nas listas dos donativos da corte, como fora possível esquecer um homem de tão grande virtude como messire de Machaut? Esquecimento voluntário, sem dúvida, e inspirado pela condessa Mafalda, que sempre fora aliada de Enguerrand de Marigny! — Roberto d'Artois zelaria pessoalmente para que tal iniquidade fosse reparada.

De tal modo que, quando o cavaleiro de Villebresme, sempre flanqueado pelo tabelião Tesson, se apresentou na residência do antigo escudeiro, ele não foi menos zeloso nas respostas do que o comissário nas perguntas.

O interrogatório teve lugar num jardim vizinho, como era costume da justiça: os depoimentos devem ser feitos em lugares abertos, e ao ar livre.

Ouvindo Pedro de Machaut, tinha-se a impressão de que a execução de Marigny se havia realizado na antevéspera.

— Então — disse Villebresme — estáveis, *messire*, diante da carreta quando sire Enguerrand dela desceu, junto do cadafalso?

— Eu subi à carreta — respondeu Machaut — por ordem do rei Luís X e perguntei ao condenado de que faltas no governo ele queria se acusar antes de comparecer diante de Deus.

Na realidade, fora Tomás de Marfontaine o encarregado dessa função, mas Tomás de Marfontaine estava morto havia muito tempo...

— E Marigny continuou a afirmar-se inocente de todas as faltas que lhe tinham sido imputadas durante o seu processo. Reconheceu, apesar disso (e estas são as suas próprias palavras, onde podemos ver a velhacaria da personagem), “ter, por causas justas, realizado ações injustas”. Então eu lhe perguntei quais

eram essas ações, e ele me citou várias, como a de ter destituído meu pai, sire de Montargis, para dar seu cargo a alguém de seu parentesco, e também de ter subtraído aos registros reais o tratado de casamento do falecido conde d'Artois, a fim de servir aos interesses da senhora Mafalda e suas filhas, noras do rei.

— Ah! Então foi ele quem mandou retirar aqueles documentos? E acusou-se disso? — perguntou Villebresme. — Isso é importante. Anotai. Tesson, anotai.

O tabelião não tinha necessidade de tal encorajamento, e sua pena raspava com entusiasmo o papel. Que boa testemunha, aquele sire de Machaut!

— E sabeis, *messire* — disse Tesson, tomando por sua vez a palavra —, se sire Enguerrand foi pago por essa prevaricação?

Machaut teve uma ligeira hesitação, e suas sobrancelhas grisalhas cerraram-se mais:

— Com certeza — respondeu ele. — Porque eu ainda lhe perguntei se era verdade que recebera, como se dizia, quarenta mil libras da senhora Mafalda para que ganhasse o seu processo junto ao rei. E Enguerrand abaixou a cabeça em sinal de assentimento e de grande vergonha, e me respondeu: “*Messire de Machaut, rezai por mim*”, o que vinha a ser uma confissão.

E Pedro de Machaut cruzou os braços, com ar de triunfante desprezo.

— Agora tudo está bem claro — disse Villebresme com satisfação.

O tabelião colocava os últimos pontos em suas anotações.

— Já ouvistes muitas testemunhas? — perguntou o antigo escudeiro.

— Catorze, *messire*, e ainda temos de ouvir o dobro disso — disse Villebresme. — Mas somos oito comissários e dois tabeliões a partilhar a tarefa.

O litigante dirige o inquérito

O gabinete de trabalho de monseigneur d'Artois era decorado com quatro grandes afrescos piedosos, bem insulsa-mente pintados, onde o ocre e o azul dominavam quatro altas figuras de santos, “para inspirar confiança”, segundo dizia o dono da casa. À direita, São Jorge abatia o dragão; em frente, São Maurício, outro padroeiro dos cavaleiros, erguia-se numa couraça e cota azulada; sobre a parede do fundo, São Pedro tirava do mar suas redes inesgotáveis; Santa Madalena, padroeira das pecadoras, vestida apenas com seus cabelos de ouro, através dos quais suas ancas apareciam bastante impudicamente, ocupava a última parede. Era sobretudo para aquela parede que monseigneur Roberto gostava de voltar seus olhares.

As traves do forro mostravam-se também pintadas de ocre, amarelo e azul, tendo, de intervalo em intervalo, os brasões do Artois, de Beaumont e de Valois. Mesas cobertas de brocado, cofres onde se espalhavam suntuosas e pesadas tocheiras de ferro dourado mobiliavam a peça.

Roberto levantou-se de sua grande cadeira e devolveu ao tabelião as minutas dos depoimentos que acabava de percorrer.

— Muito bem, excelentes peças — declarou ele —, sobretudo as palavras de sire de Machaut, que parecem muito espontâneas, e completam bem a propósito as do conde de Bouville. Decididamente, sois homem hábil, advogado Tesson de Ia Chicane, e não me arrependo de vos ter elevado até onde estais agora. Sob vosso aspecto de Quaresma jejuada, esconde-se mais astúcia do que na cabeça oca de muitos advogados do Parlamento. É preciso reconhecer que Deus vos deu lugar onde alajar o cérebro.

O tabelião teve um sorriso obsequioso e inclinou seu crânio desmesurado, coberto com um gorro que se assemelhava a um enorme repolho preto. Os cumprimentos zombeteiros de monseigneur d’Artois talvez dissimulassem alguma promessa de promoção.

— Foi tudo quanto recolhestes? Tendes outras notícias a me dar, por hoje? — acrescentou Roberto. — Como vamos, com o antigo bailio de Béthune?

O processo é uma paixão, como o jogo. Roberto d’Artois não vivia senão para o seu processo, não pensava e não agia a não ser em função de sua causa. Naquela quinzena, a única razão de ser de sua existência era conseguir testemunhos. Seu espírito trabalhava nisso de manhã à noite, e mesmo durante a noite acordava, arrancado do sonho por uma inspiração súbita, a fim de tocar a campainha, chamando seu criado Lormet, que chegava, sonolento e zezingão, e perguntava-lhe: — Velho roncador, não me falaste outro dia de um certo Simão Dourin ou Dourier, que foi escrevente em casa de meu pai? Sabes se esse homem ainda vive? Trata de obter amanhã essa informação.

Na missa, que ouvia todos os dias por conveniência, surpreendia-se a rezar a Deus pelo êxito de seu processo. Da oração voltava bem naturalmente às suas maquinações, e dizia consigo, durante o Evangelho: “Mas aquele Gilles Flamand, que foi outrora escudeiro de Mafalda e que ela expulsou por uma tratantada qualquer... eis um homem, talvez, que poderia testemunhar a meu favor. Não devo me esquecer disso”.

Nunca o viram tão assíduo ao conselho do rei, onde sua voz era muito acatada. Todos os dias ia ao palácio, e dava a impressão de entregar-se com firmeza a tarefas do reino, mas era apenas para se manter seguro de seu cunhado Filipe VI, para se tornar indispensável, e zelar a fim de que não fossem nomeadas para os empregos senão as pessoas de sua escolha, dispostas a lhe prestarem serviços. Seguia bem de perto as sentenças da justiça, a fim de retirar delas idéias para alguma outra manobra. De tudo o mais ele zombava.

Que na Itália guelfos e gibelinos* continuassem a se estraçalhar, que Azzo Visconti tivesse mandado assassinar seu tio Marco e colocar barricadas na cidade de Milão contra as tropas do imperador Luís da Baviera, enquanto, replicando, Verona, Vicenza, Pádua, Treviso, se furtassem à autoridade do papa protegido

pela França, monseigneur d'Artois sabia, ouvia, mas mal pensava nisso.

** Partidos que apoiavam, o primeiro, os papas, o segundo, os imperadores da Alemanha, e cujas lutas se travaram na Itália, ensanguentando-a longamente. (N. da T.)*

Que na Inglaterra o partido da rainha se encontrasse em dificuldades e a impopularidade de Rogério Mortimer se tornasse cada dia maior eram coisas que faziam monseigneur Roberto dar de ombros. A Inglaterra não lhe interessava, assim como não lhe interessava que os fabricantes de lã da Flandres, vendo nisso vantagem para seu comércio, multiplicassem os entendimentos com as companhias inglesas.

Mas que o advogado Andrieu de Florence, cônego-tesoureiro de Bourges, recebesse novo benefício eclesiástico, ou que o cavaleiro de Villebresme passasse para a Câmara dos Dinheiros, ah! eis o que era importante e não podia sofrer prorrogação! O fato é que o advogado Andrieu e sire de Villebresme eram dois dos oito comissários nomeados para instruir o processo do Artois.

Esses comissários, Roberto os havia designado a Filipe VI, e praticamente escolhido... “Se tomássemos Bouchart de Montmorency? Ele sempre nos serviu lealmente... Se tomássemos Pedro de Cougnières? Eis um homem sensato, que todos são unânimes em respeitar...” O mesmo acontecera com os tabeliães, o que explicava aquele Pedro Tesson, que havia vinte anos estivera ligado, de início ao Palácio de Valois, depois à casa de Roberto.

Jamais Pedro Tesson se sentira tão importante. Jamais fora tratado com tanta familiaridade amistosa, presenteado com tantos cortes de fazenda para os vestidos de sua esposa, nem com tantos saquinhos de ouro para si próprio.

Entretanto, sentia-se fatigado, porque Roberto fugitava sua gente, e sua vitalidade estava simplesmente esgotada.

Para começar, monseigneur Roberto estava quase sempre de pé.

Caminhava sem cessar de cá para lá, em seu gabinete, entre as altas figuras dos santos. O advogado Tesson não poderia, decentemente, sentar-se na presença de personagens tão elevada quanto um par de França. Ora, os tabeliães têm o hábito de trabalhar sentados. O advogado Tesson cansava-se de segurar sua bolsa de couro preto, que não ousava pousar sobre os brocados, e da qual extraía, um após outro, os documentos. Receava terminar aquele processo com uma doença de rins para o resto da vida.

— Visitei — disse ele, respondendo à pergunta de Roberto — o antigo bailio Guilherme de Ia Planche, que está presentemente detido no Châtelet.

A dama de Divion tinha ido visitá-lo antes, e ele testemunhou como desejávamos. Pede que não vos esqueçais de pedir a messire Mille de Noyers a sua-mercê, pois o caso dele é desfavorável, e ele se arrisca a ser enforcado”.

— Cuidarei para que o soltem, que ele durma tranqüilo. E Simão Dourier, vós o ouvistes?

— Ainda não o ouvi, *monseigneur*, mas aproximei-me dele. Está pronto a declarar diante dos comissários que estava presente no dia de 1302, quando o conde Roberto II, com vosso avô, pouco antes de falecer, ditou a carta que confirmava vosso direito à herança do Artois.

— Ah! Muito bem! Muito bem!

— Eu lhe prometi, também, que seria readmitido em vosso palácio e pensionado por vós...

— Por que foi expulso? — indagou Roberto.

O tabelião esboçou o gesto em curva de alguém que mete dinheiro no bolso.

— Ora! — exclamou Roberto. — Agora ele está velho, e teve tempo de se arrender! Eu lhe darei cem libras por ano, alojamento, e os lençóis...

— Manessier de Lannoy confirmará que as cartas subtraídas foram queimadas pela senhora Mafalda... Sua casa, como sabeis, ia ser vendida para pagar as dívidas que tem com os lombardos. Ele vos agradece muito por lhe terdes conservado um teto.

— Eu sou bom. Isso não é muito conhecido por aí — disse Roberto. — Mas nada tendes a dizer sobre Juvigny, o antigo criado de Enguerrand?

O tabelião baixou o nariz com um ar de culpa.

— Não obtive nada dele — disse ele. — O homem recusa, afirma mesmo nada saber, de nada se lembrar.

— Como! — exclamou Roberto. — Fui pessoalmente ao Louvre, onde ele está pensionado pelo pouco que fez, e falei com ele! E obstina-se em não se recordar? Vede se não é possível ajudar-lhe um pouco a memória. A visão das tenazes talvez o ajude a dizer a verdade.

— *Monseigneur* — respondeu o tabelião, tristemente —, tortura-se aos acusados, mas não ainda às testemunhas.

— Então, fazei saber àquele homem que, se a memória não lhe voltar, farei com que sejam suprimidos seus benefícios. Eu sou bom, mas é preciso que me ajudem.

Apanhou um candelabro de bronze que pesava bem umas quinze libras e pôs-se a fazê-lo saltar de uma mão para a outra, enquanto caminhava.

O tabelião pensou na injustiça divina que dá tanta força muscular a pessoas que não a empregam a não ser para se divertir, e tão pouca aos pobres tabeliões, que devem carregar sua pesada bolsa de couro preto.

— Não temais, *monseigneur*, que os benefícios que fareis suprimir ele os possa readquirir pelas mãos da condessa Mafalda?

Roberto deteve-se.

— Mafalda? — exclamou ele. — Mas ela nada mais pode, ela se arruína, ela tem medo. Tem sido vista na corte, ultimamente? Não se move mais, treme, sabe que está perdida.

— Deus vos ouça, *monseigneur*, Deus vos ouça! Com certeza ganharemos, mas isso não acontecerá sem que tenhamos ainda pequenos obstáculos...

Tesson hesitava em continuar, não tanto receando o que tinha a dizer, mas por causa do peso da bolsa... Mais cinco ou dez minutos para se conservar de pé...

— Avisaram-me — disse ele — que os nossos inquiridores estão sendo seguidos no Artois, e nossas testemunhas visitadas por outro além de nós.

Ademais, tem havido, ultimamente, um certo vaivém de mensageiros entre o palácio da senhora Mafalda e Dijon. Viram diversos cavaleiros atravessar sua porta, e eles traziam a libré da Borgonha...

Mafalda procurava firmar suas ligações com o duque Eudes, isso era bem claro. Mas que apoio o partido da Borgonha tinha na corte? A rainha Joana, a Coxa, e não se tratava de pessoa negligenciável!

— Sim, mas tenho o rei — disse Roberto —, e a velhaca perderá, Tesson, eu vo-lo afirmo.

— Será preciso, ainda assim, apresentar os documentos, *monseigneur*, porque sem os documentos... A palavras sempre podemos opor outras palavras... E quanto mais cedo melhor.

Ele tinha razões pessoais para insistir. Inspirando tantos testemunhos, extorquindo-os mesmo por compra ou por ameaça, um tabelião pode fazer sua fortuna, mas arrisca-se também ao Châtelet, e mesmo à roda... Tesson não desejava de forma alguma tomar o lugar do antigo bailio de Béthune.

— Eles vêm, os vossos documentos, eles vêm! Eles chegam, eu vos estou dizendo! Acreditaís que seja assim tão fácil obtê-los?... A propósito, Tesson — disse de súbito Roberto, designando com o indicador o saco de couro preto —, anotastes no testemunho do conde de Bouville que o tratado de casamento tinha sido selado pelos doze pares. Por que anotastes isso?

— Porque a testemunha o disse, *monseigneur*.

— Ah! Sim... é muito importante — disse Roberto, pensativo.

— Por quê, *monseigneur*?

— Por quê? Porque espero a outra cópia do tratado, a dos registros do Artois,

que me deve ser entregue... e por bom dinheiro, sem dúvida... Se os nomes dos doze pares ali não se encontrarem, o documento não é válido.

Quais eram os pares, naquele tempo? Os duques e os condes é coisa fácil, mas os pares da Igreja, quem eram? Vede como é preciso estar atento a tudo!

O tabelião olhava para Roberto com um misto de inquietude e admiração.

— Sabei, *monseigneur*, que se não fósseis um tão grande sire, teríeis sido o melhor tabelião do reino?... Sem ofensa, digo isso sem ofensa, *monseigneur*!

Roberto tocou a campainha para que acompanhassem seu visitante à saída.

Mal o tabelião se retirara, Roberto saiu pela porta que se abria no ventre da Madalena — um jogo de decoração que muito o divertia — e correu ao quarto de sua esposa. Tendo despachado as damas de cerimônia que ali estavam, disse:

— Joana, minha boa amiga, minha cara condessa, fazei saber à Divion que interrompa a redação do tratado de casamento. É preciso saber os nomes dos doze pares do ano 82. Vós os sabeis? Pois bem, eu também não os sei!

Poderemos procurá-los sem chamar a atenção? Ah! Quanto tempo perdido!

Quanto tempo perdido!

A condessa de Beaumont, com seus belos e lípidos olhos azuis, contemplava o marido, e um vago sorriso iluminava-lhe o rosto. Seu gigante havia encontrado mais um motivo de agitação. Muito calmamente, disselhe: — Em Saint-Denis, meu doce amigo, em Saint-Denis, nos registros da abadia. Encontraremos ali, seguramente, os nomes dos pares. Vou mandar até lá o irmão Henrique, meu confessor, como se ele quisesse fazer qualquer pesquisa de estudos...

Uma expressão de divertida ternura, de gratidão jubilosa, passou pelo grande rosto de Roberto.

— Sabeis, minha amiga — disse ele, inclinando-se com uma graça pesada —, que se não fósseis tão alta dama, teríeis sido o melhor tabelião do reino?

Sorriram um para o outro, e nos olhos de Roberto a condessa de Beaumont, nascida Joana de Valois, leu a promessa de que aquela noite ele visitaria o seu leito.

Os falsários

Quando se inicia o caminho da mentira, sempre se acredita que o trajeto será curto e fácil. Cruzam-se sem dificuldade, e mesmo com certo prazer, os primeiros obstáculos, mas depressa a floresta se faz espessa, o caminho se apaga e ramifica-se em vários atalhos, que se vão perder nos pântanos. Cada passo é entravado, afunda, ou é sugado pela areia movediça. Fica-se irritado, vem o cansaço dos movimentos inúteis, cada um deles constituindo nova imprudência.

À primeira vista, nada mais simples do que imitar um documento antigo.

Uma folha de velino amarelecida ao sol e gasta na cinza, a mão de um escrivão assalariado, alguns sinetes aplicados sobre fitas de seda: eis o que

deveria exigir apenas um pouco de tempo, e despesas módicas.

Entretanto, Roberto d'Artois precisara renunciar, provisoriamente, a mandar reconstituir o contrato de casamento de seu pai. E isso não somente por causa da procura dos nomes dos doze pares, mas também porque o documento fora redigido em latim, e não seria um escrivão qualquer que poderia fornecer a fórmula utilizada outrora nos tratados de casamentos principescos. O antigo esmoler da rainha Clemência da Hungria, instruído naquela matéria, demorava-se a fornecer a abertura e o remate do documento. Não ousavam apressá-lo demais, receosos de que o pedido tomasse aspecto suspeito.

Havia também a questão dos sinetes.

— Mandai-o copiar por um gravador de moedas, segundo os velhos sinetes — dissera Roberto.

- Ora, os gravadores de sinete eram juramentados, e o da corte, interrogado, declarou que não podia imitar exatamente um sinete, que duas moedas jamais eram idênticas, e que a cera marcada com timbre falso seria reconhecida facilmente pelos peritos. Quanto aos timbres originais, eram sempre destruídos quando da morte de seus donos.

Seria preciso, pois, conseguir documentos antigos, providos dos sinetes necessários, destacá-los, o que não era uma operação fácil, e colocá-los no documento falso.

Roberto aconselhou a Divion a empregar seus esforços sobre um documento menos difícil, e que era de igual importância.

No dia 28 de junho de 1302, antes de partir para a hoste da Flandres, onde devia, aliás, perecer transpassado por vinte golpes de lança, o velho conde Roberto II pusera seus negócios em ordem e confirmara, numa carta, as disposições que asseguravam a seu neto a herança do condado do Artois.

— E isso é verdadeiro, todas as testemunhas o confirmam! — dizia Roberto à mulher. — Simão Dourier recorda, mesmo, que vassalos de meu avô estavam presentes, e quais foram os bailiados que apuseram os seus selos. Será apenas a verdade que faremos brilhar assim!

Simão Dourier, o antigo tabelião do conde Roberto II, forneceu o teor da declaração, tanto quanto sua memória a podia reconstituir. O trabalho foi feito por um escrivão da condessa de Beaumont, chamado Dufour, mas o texto de Dufour mostrava rasuras demais, e, depois, sua caligrafia era reconhecível.

A Divion foi ao Artois levar o texto a um certo Roberto Rossignol, que fora escrivão de Teodorico d'Hirson, e que recopiou a carta, não com uma pena de ganso, mas com uma pena de bronze, para melhor disfarçar sua caligrafia.

Aquele Rossignol, a quem se ofereceu como recompensa uma viagem a Santiago de Compostela, aonde havia prometido ir, cumprindo um voto de saúde, tinha um genro chamado João Olette, que tinha muito jeito para destacar selos. Aquela família era, positivamente, cheia de recursos! Olette ensinou sua arte à

dama de Divion.

Esta última veio para Paris, fechou-se com a senhora de Beaumont, e uma só criada, Joaninha, a Mesquinha 12; e eis as três mulheres se exercitando, com o auxílio de uma navalha aquecida e de uma crina de cavalo molhada num líquido especial que a impedia de partir-se, a destacar os sinetes de cera de velhos documentos. Cortava-se o selo em duas partes, com a navalha, depois aquecia-se uma das metades e tornava-se a aplicá-la sobre a outra, prendendo entre elas a fita de seda ou a tira de pergaminho da nova peça. Enfim, cozia-se um pouco o bordo da cera, para que desaparecesse o sinal do corte.

Joana de Beaumont, Joana de Divion e Joana, a Mesquinha, exercitaram assim a mão sobre mais de quarenta selos. Mas nunca trabalhavam duas vezes no mesmo lugar, escondendo-se ora num quarto do Palácio do Artois, ora no Palácio de l'Aigle, ou ainda em casas de campo.

Roberto entrava às vezes no aposento, para lançar uma vista d'olhos à operação.

— Então minhas três Joanas estão trabalhando! — dizia ele, de bom humor.

Das três, a condessa de Beaumont era a mais hábil.

— Dedos de mulher, dedos de fada — dizia Roberto, beijando cortesmente a mão da esposa.

Não se tratava, apenas, de saber destacar os selos: seria preciso, ainda, encontrar aqueles de que necessitavam.

Fora fácil encontrar o sinete de Filipe, o Belo, pois existia em todos os documentos reais. Roberto fez com que o bispo de Evreux lhe confiasse uma carta relativa ao seu domínio de Conches, peça que fingia ter de consultar, e que jamais devolveu.

No Artois, a Divion pôs seus amigos Rossignol e Olette, assim como duas outras mesquinhas, Maria, a Branca, e Maria, a Preta, em busca de sinetes antigos de bailiados e senhorios.

Bem depressa todos os sinetes estavam reunidos, a não ser um único, o mais importante, o do falecido conde Roberto II. A coisa poderia parecer absurda, mas era assim. Todos os documentos da família estavam encerrados nos registros do Artois, sob a guarda dos funcionários de Mafalda, e Roberto, ainda menor quando da morte de seu avô, não possuía nenhum.

A Divion, graças a uma sua prima, aproximou-se de um homem chamado Ourson, o Caolho, que possuía uma patente do falecido conde, selada com “laços de fé” e da qual parecia disposto a se desfazer mediante trezentas libras. A senhora Joana de Beaumont dissera-lhe que comprasse o documento a qualquer preço, mas a Divion não possuía tanto dinheiro no Artois, e messire Ourson, o Caolho, desconfiado, não aceitara desfazer-se de sua patente apenas contra promessas.

A Divion, não sabendo mais para que recurso apelar, lembrou-se de que tinha

um marido que vivia beatificamente na castelania de Béthune. Ele jamais lhe demonstrara ciúme demasiado amargo, e agora que o bispo Teodorico morrera... Resolveu ir procurá-lo. Tudo isso começava a fazer com que muita gente participasse do segredo, mas seria preciso correr o risco. O marido não quis emprestar-lhe o dinheiro, mas consentiu em desfazer-se de um bom cavalo com o qual fora a torneio e que a Divion ofereceu a messire Ourson como complemento do pagamento, deixando-lhe também algumas jóias que levava consigo.

Ah! Ela gastava, a Divion! Ela não poupava seu tempo, nem seu cansaço, nem seus movimentos, nem suas viagens. Nem sua língua. Agora, prestava atenção a tudo para nada perder. E dormia com a cabeça sobre as chaves.

Com a mão crispada de angústia, ela cortou com a navalha o sinete do falecido conde Roberto. Imaginai! Um sinete que custava trezentas libras! E como encontrar outro, se por infelicidade aquele se quebrassem?

Monseigneur Roberto impacientava-se um pouco, porque todas as testemunhas, agora, tinham sido ouvidas, e o rei lhe perguntava, muito delicadamente, para demonstrar interesse, se os documentos, cuja existência ele garantira por juramento, seriam apresentados brevemente.

Ainda dois dias, ainda um dia da paciência: monseigneur Roberto ia ficar contente!

Os convidados de Reuilly

Durante a estação quente, e quando o serviço do reino ou os cuidados de seu processo lhe deixam tempo, Roberto d'Artois gosta de passar os fins de semana em Reuilly, um castelo que pertence à sua esposa, por herança Valois.

Os prados e as florestas conservam agradável frescor em torno da moradia. Roberto mantém ali o seu viveiro de caça. O pessoal da casa é numeroso, porque muitos nobres jovens, antes de obter a cavalaria, vêm colocar-se em casa de Roberto, para ali serem escudeiros, dispenseiros, ou seus criados de quarto. Quem não consegue entrar para a casa do rei esforça-se por filiar-se à do conde d'Artois, arranja recomendações de parentes influentes, e, uma vez aceito, procura distinguir-se pelo seu zelo. Manter a rédea do cavalo de *monseigneur*, entregar-lhe a luva de couro sobre a qual se pousará seu falcão almiscarado, trazer seu talher à mesa, inclinar sobre suas mãos poderosas o jarro de água, antes das refeições, é avançar um pouco mais na hierarquia do Estado. Vir sacudir seu travesseiro, de manhã, e assim acordá-lo, é quase como sacudir o travesseiro do bom Deus, já que *monseigneur*; todos concordam, é quem faz na corte a chuva e o bom tempo.

Naquele sábado do início de setembro, ele convidara a Reuilly alguns fidalgos seus amigos, entre os quais sire de Brécy, o cavaleiro de Hangest, que é do

Parlamento, o arceediago d'Avranches, e mesmo o velho conde de Bouville, meio cego, a quem mandara buscar de liteira. Para aqueles que quiseram se levantar cedo, ofereceu pequena volataria.

Agora, seus hóspedes estão reunidos na sala da justiça, onde ele próprio, em trajes de campo, está familiarmente sentado em seu grande faldistório. A condessa de Beaumont, sua esposa, está presente, bem como o tabelião Tesson, que colocou sobre uma mesa a sua escrivaninha portátil e suas penas.

— Meus bons sires, meus amigos — diz Roberto —, pedi vossa companhia para que me aconselhásseis.

As pessoas ficam sempre lisonjeadas quando se lhes pede conselho. Os jovens escudeiros servem aos convidados as bebidas que antecedem a refeição, os vinhos aromáticos, e apresentam amêndoas confeitadas, amêndoas descascadas, sobre taças de prata dourada. Têm cuidado para não fazer barulho nem cometer qualquer erro em seu serviço, e abrem bem os olhos. Preparam suas lembranças, pois dirão, mais tarde: “Eu estava presente naquele dia, em casa de monseigneur Roberto. Estavam o conde de Bouville, que fora camareiro do rei Filipe, o Belo...”

Roberto fala com lentidão, seriamente: certa dama Divion, que ele mal conhece, tinha vindo propor entregar-lhe uma carta que possui, entre outras, e que pertenceu ao bispo Teodorico d'Hirson... “do qual ela era a doce amiga” — confia ele, baixando um pouco a voz. A Divion pede dinheiro, naturalmente: essas mulheres são todas iguais! Mas o documento parece importante. Todavia, antes de adquiri-lo, Roberto deseja assegurar-se de que não o estão enganando, de que aquela carta é verdadeira, pode servir como documento no processo, e não é obra de falsário fabricada expressamente para lhe arrancar dinheiro. Eis por que convidou seus amigos, que são sensatos e mais hábeis do que ele em matéria de escritos, a fim de que examinem a peça.

De vez em quando Roberto lança um olhar à sua esposa, a fim de se assegurar do efeito que produz. Joana aprova-o com um movimento imperceptível de cabeça. Admira a grande malícia de seu esposo. Como aquele gigante astuto faz bem o papel de tolo, quando quer enganar! Mostra-se inquieto, desconfiado... Os outros não vão deixar de aprovar uma carta tão boa: tendo aprovado, não voltarão atrás em sua opinião, e na corte e no Parlamento se espalhará a notícia de que Roberto tem em mãos uma prova de seu direito.

— Mandai entrar essa dama Divion — diz Roberto com ar severo.

Joana de Divion aparece, bem provinciana, bem modesta. Do peitilho de linho sai seu rosto triangular, com olhos cercados de sombras. Não tem necessidade de se fingir intimidada: ela o está. Tira de uma grande bolsa de pano o pergaminho enrolado, de onde pendem vários sinetes, e entrega-o a Roberto, que o desenrola, considera-o por um momento, depois passa-o ao tabelião.

— Examinai os sinetes, advogado Tesson.

O tabelião examina as fitas de seda, inclina sobre o velino seu enorme gorro preto e seu perfil de lua crescente.

— É efetivamente o sinete de vosso falecido avô, *monseigneur* — diz ele, em tom convencido.

— Vede, meus bons sires — diz Roberto.

O documento passa de mão em mão. Sire de Brécý confirma que os sinetes dos bailiados de Arras e de Béthune são excelentes; o conde de Bouville aproxima o documento de seus olhos fatigados e distingue apenas a mancha verde ao pé da carta. Apalpa a cera, maleável sob os dedos, e as lágrimas escapam-se de suas pálpebras: > — Ah! — murmura ele — o sinete de cera verde de meu bom senhor Filipe, o Belo!

Há um momento grandemente enternecedor, um instante de silêncio em que se respeitam as longas recordações daquele velho servidor da coroa. Os pequenos escudeiros se lembrarão daquele momento.

A Divion, que se mantém afastada contra uma parede, troca um olhar discreto com a condessa de Beaumont.

— Agora, lede-nos isso, advogado Tesson — manda Roberto.

E o tabelião, tendo retomado o pergaminho, começa: — “Nós, Roberto de França, par e conde do Artois...” As fórmulas iniciais têm a redação habitual, e a assistência ouve com calma.

— “...e aqui resolvemos, em presença dos senhores de Saint-Venant, de Saint-Paul, de Waillepayelle, cavaleiros que selarão com seus selos, e do advogado Teodorico d’Hirson, meu clérigo...”

Alguns olhares voltam-se para a Divion, que baixa o nariz.

“Hábil, hábil, isso de ter mencionado o bispo Teodorico”, pensa Roberto.

“Isso autentica os testemunhos sobre o seu papel, e tudo se encadeia muito bem.”

— “...que, quando do casamento de nosso filho Filipe, nós lhe demos a investidura de nosso condado, reservando-nos o gozo dele enquanto vivermos, com o que concordou nossa filha Mafalda, que renunciou ao dito condado...”

— Ah! Mas é uma coisa importante — exclamou Roberto. — É mais do que eu esperava! Jamais ninguém me tinha dito que Mafalda consentira!

Vede, meus amigos, que vilania, a dela!... Continuai, advogado Tesson.

Os presentes estão muito impressionados. Sacodem a cabeça, olham uns para os outros... Sim, o documento é importante...

— “... e agora que Deus chamou a si nosso bem-ama-do filho o conde Filipe, pedimos a nosso senhor, o rei, se for da vontade de Deus que pereçamos na guerra, que vele para que os herdeiros de nosso filho não sejam deserdados...”

As cabeças continuam a aprovar com dignidade; o cavaleiro de Hangest, que pertence ao Parlamento, afasta as mãos, voltando-se para Roberto, num gesto que significa: “*Monseigneur*, vosso processo está ganho”.

O tabelião acaba:

— “... e selamos esta com o nosso sinete, em nosso palácio de Arras, no vigésimo oitavo dia de junho do ano da graça de mil trezentos e vinte e dois”.

Roberto não pode reprimir um sobressalto. A condessa de Beaumont empalidece. A Divion, contra a sua parede, sente-se morrer.

Não foram eles os únicos a ouvir “mil trezentos e vinte e dois”. No auditório, cabeças voltam-se com surpresa para o tabelião, que também mostra sinais de aflição.

— Lestes “trezentos e vinte e dois”? — pergunta o cavaleiro de Hangest.

— É trezentos e dois que quereis dizer, o ano da morte do conde Roberto?

O advogado Tesson bem gostaria de se confessar culpado de um lapso, mas o texto está ali, sob seus olhos, trazendo claramente “mil trezentos e vinte e dois”. E vão pedir para ver de novo o documento. Como pôde acontecer aquilo? Ah! Monseigneur Roberto vai ficar furioso! E ele próprio, Tesson, em que negócio se deixara meter! No Châtelet... é no Châtelet que tudo aquilo vai terminar!

Ele faz o que pode para reparar o desastre: diz, atabalhoadamente: — Há aqui um vício de escrita... Mas, sim, é isso mesmo, é “mil trezentos e dois” que se deve ler...

E, com presteza, mete a pena na tinta, rasura, risca algumas letras, restabelece a data correta.

— Está certo, isso de corrigirdes assim? — diz-lhe o cavaleiro de Hangest, um tanto abalado.

— Mas, sim, *messire* — diz o tabelião. — Há dois pontos marcados sobre a palavra, e é hábito de tabeliões corrigir as palavras mal escritas sobre as quais se colocaram dois pontos...

— Isso é verdade — confirma o arceidiago d’Avranches.

Mas o incidente destruiu toda a boa impressão causada pela leitura.

Roberto chama um escudeiro, recomenda-lhe ao ouvido que faça apressar a refeição, e depois se esforça para re-animar a conversação.

— Em suma, advogado Tesson, para vós a carta é boa?

— Com certeza, *monseigneur*, com certeza — apressa-se Tesson a responder.

— E para vós também, *messire* arceidiago?

— Eu a considero boa.

— Talvez — diz sire de Brécy, em voz amistosa — devêsseis mandar compará-la com outra carta do falecido conde d’Artois, do mesmo ano...

— E como, meu caro — responde Roberto —, e como comparar, quando minha tia Mafalda tem tudo em seus registros! Acho que o documento é bom. Não se inventam coisas como essas! Eu próprio não sabia tanto, e, particularmente, que Mafalda tivesse renunciado.

Nesse momento, um clangor de trompas ressoa no pátio. Roberto bate as mãos.

— Toquem para a água, *messeigneurs*! Passemos a lavar os dedos e vamos jantar.

Ele espumava, andando de cá para lá no quarto da condessa sua esposa, e o piso tremia sob seus passos.

— E vós a lestes! E Tesson a leu! E a Divion a leu! E ninguém, ninguém foi capaz de ver aquele desgraçado “vinte e dois” que põe em perigo todo o nosso edifício!

— Mas vós próprio, meu amigo — responde calmamente Joana de Beaumont —, vós a lestes e relestes, e parecíeis bastante satisfeito.

— Pois sim! Eu a li, e também não vi aquele erro! Ler com os olhos é diferente de ler com a voz. E poderia eu pensar que se cometeria semelhante tolice? Foi preciso que aquele asno do tabelião... E o outro asno que escreveu a carta... como se chama ele? Rossignol?... Esse pretende saber redigir um documento, arranca-vos mais dinheiro do que o necessário para construir, e não é mesmo capaz de traçar a data certa! Vou mandar agarrar esse Rossignol, para que o chicoteiem até tirar sangue!

— Será preciso mandar agarrá-lo em Santiago, meu amigo, para onde ele foi em peregrinação, com o vosso dinheiro.

— À sua volta, então!

— E não temeis que ele fale um tanto alto demais, enquanto o chicoteiam? Roberto ergueu os ombros.

— Ainda bem que a coisa se passou aqui, e não em leitura diante do Parlamento! Será preciso que vigieis mais, minha amiga, os outros documentos, para que tais erros não se repitam.

A senhora de Beaumont considerava injusto que a cólera de seu esposo se descarregasse sobre ela. Deplorava o erro tanto quanto ele, entristecia-se igualmente, mas depois de todo o trabalho que tivera, depois de ter esfolado as mãos cortando a cera de tantos sinetes, achava que Roberto podia se conter e não tratá-la como culpada.

— Afinal, Roberto, por que fazeis tanta questão desse processo? Por que vos arriscais e me fazeis arriscar, assim como a tantas pessoas de vossa casa, a respondermos um dia por mentira e falsificação?

— Não são mentiras, não são falsificações! — urrou Roberto. — É a verdade que quero fazer brilhar aos olhos de todos, quando se obstinaram a escondê-la!

— Seja, é a verdade — disse ela. — Mas uma verdade, confessai, que tem má aparência. Temei, sob tais roupagens, que não a reconheçam! Tendes tudo, meu amigo: sois par do reino, irmão do rei, por mim, que sou sua irmã, e todo-poderoso em seu conselho; vossas rendas são grandes, e o que eu vos trouxe como dote e herança faz a nossa fortuna invejada por todos. Por que não deixais o Artois? Não achais que já nos metemos demais num jogo que nos pode custar muito caro?

— Minha amiga, raciocinais mal, e eu me admiro de vos ouvir falar assim, quando, de ordinário, sois tão sensata. Sou o primeiro barão da França, mas um barão sem terra. Meu pequeno condado de Beaumont, que me foi dado como compensação, é domínio da coroa. Eu não o exploro, apenas recebo as rendas dele. Elevaram-me ao pariado, acabais de dizer, porque o rei é vosso irmão. Ora, Deus possa guardá-lo para nós por muito tempo, mas um rei não é eterno. Vimos passar muitos deles! No caso de Filipe vir a morrer, ficarei eu com a regência? Se aquela sua detestável esposa coxa, que me odeia e vos odeia, se apoiar em Borgonha para reger, serei eu tão poderoso, e o Tesouro continuará a pagar as minhas rendas? Não tenho administração, não tenho justiça, não tenho verdadeiramente grandes vassalos. Não posso tirar da minha terra homens que me pertençam e que me devam toda a obediência e que eu consiga colocar em empregos. Quem se encontra, hoje, investido dos cargos? Pessoas vindas de Valois, de Anjou, do Maine, dos apanágios e feudos do bom Carlos, vosso pai. De onde fui tirar meus próprios servidores? Entre esses mesmos. Eu vos repito: nada tenho.

Não posso levantar companhias suficientemente numerosas, que façam outros tremer diante de mim. O verdadeiro poder não se conta senão pelo número de castelánias que se dirige e das quais se podem tirar homens para a guerra. Minha fortuna repousa apenas em mim, em meus braços, no lugar que ocupo no conselho: meu crédito está baseado somente no favor, e favor só gozamos aqueles a quem Deus o quer dar. Temos filhos. Pois bem: pensai!

neles, minha amiga. Como não é certo que eles tenham herdado meu cérebro, gostaria de deixar-lhes a coroa do Artois... que é sua por justa herança!

Jamais ele falara tão longamente sobre seus pensamentos profundos, e a condessa de Beaumont, esquecendo sua ofensa do momento precedente, via seu marido sob luz nova, não somente como o gigante astuto cujas intrigas a divertiam, o mau sujeito capaz de todas as velhacarias, o arregaçador das saias de todas as moças, fossem elas nobres, burguesas ou servas — mas um verdadeiro grande senhor, raciocinando sobre as leis de sua condição. Carlos de Valois, quando outrora corria atrás de um reino e de uma coroa de imperador, e procurava para as suas filhas alianças soberanas, justificava seus atos com preocupações semelhantes.

Nesse momento, um escudeiro bateu à porta: a dama de Divion pedia para falar ao conde com toda a urgência.

— Que quer esta ainda? Não teme que eu a esmague? Manda-a entrar.

A Divion apareceu, lívida. Acabava de saber que suas duas mesquinhas do Artois, Maria, a Branca, e Maria, a Preta, as que haviam ajudado a comprar os sinetes e a carta falsa, acabavam de ser presas pelos sargentos da condessa Mafalda.

Mafalda e Beatriz

— Que o Diabo faça secar as entranhas de todos vós, gente perversa que sois! — gritava a condessa Mafalda. — Como? Mando-vos agarrar aquelas duas mulheres, pelas quais tudo poderia saber, e mal as prendem eis que as soltam?

Em seu castelo de Conflans-sur-la-Seine, junto de Vincennes, a condessa Mafalda acabava de saber que as duas criadas da Divion, presas por ordem sua pelo bailio de Arras, tinham sido libertadas. Sua cólera era grande, e as “pessoas perversas” às quais suas maldições se dirigiam só estavam sendo representadas, naquele momento, por Beatriz d’Hirson, sua dama de companhia, sobre a qual ela descarregava seu furor. Acontecia que o bailio de Arras era tio de Beatriz, irmão mais moço do falecido bispo Teodorico.

— Aquelas mesquinhas, senhora, foram soltas por ordem do rei, apresentada por dois sargentos — respondeu calmamente Beatriz.

— Ora essa! O rei pouco está se importando com duas criadas que trabalham na cozinha num bairro de Arras! Elas foram libertadas por ordem de meu Roberto, que correu para junto do rei a fim de obter sua soltura.

Tomaram, ao menos, os nomes dos sargentos? Têm certeza de que eram oficiais do rei?

— Chamam-se Maciot, o alemão, e João le Servoisier, senhora — respondeu Beatriz, com a mesma calma.

— Dois sargentos de armas de Roberto! Eu conheço esse Maciot, o Alemão: é dos tais que o velhaco do meu sobrinho emprega para seus golpes perversos. Aliás, como terá Roberto sabido que as criadas da Divion haviam sido presas? — indagou Mafalda, lançando sobre sua dama de cerimônia um olhar carregado de suspeitas.

— Monseigneur Roberto mantém muitos espíões no Artois. Isso não ignorais, senhora.

— Desejo — disse Mafalda — que não os tenha encontrado entre as pessoas que me tocam de perto... Mas isso de me servir mal já é trair-me!

Estou sendo traída por todos os lados. Ah! Depois da morte de Teodorico, dir-se-ia que não tendes mais coração! Ingratos! Cobri-vos a todos com os meus benefícios, há quinze anos que te trato como minha própria filha...

Beatriz d’Hirson baixou os cílios longos, contemplando vagamente o piso de ladrilhos. Seu rosto ambarino, liso, de lábios bem-delineados, não traía sentimento algum, nem humildade nem revolta, simplesmente uma certa falsidade, através daquele baixar de cílios extraordinariamente longos atrás dos quais se escondia o olhar.

— ...Teu tio Dionísio, do qual fiz meu tesoureiro, para comprazer Teodorico, me explora e me rouba! Onde estão as contas das cerejas do meu pomar, que ele mandou vender no mercado de Paris? Virá o dia em que mandarei verificar

as contas dele! Tendes tudo, terras, casas, castelos comprados com os lucros que tirais de mim! Teu tio Pedro, um pateta, que nomeei bailio, pensando que sendo tolo pelo menos me seria fiel, nem mesmo é capaz de manter fechadas as portas das minhas prisões! Sai-se delas à vontade, como de um albergue ou de um bordel!

— Meu tio podia se recusar a libertá-las, senhora, diante do sinete do rei?

— E os dois dias que elas passaram no cárcere, que disseram as criadas daquela prostituta malvada? Fizeram-nas falar? Teu tio submeteu-as a um interrogatório?

— Mas, senhora — disse Beatriz, sempre com a mesma voz lenta —, ele não poderia fazer tal coisa sem ordem da justiça. Vede o que aconteceu ao vosso bailio de Béthune...

Com um gesto de sua grande mão salpicada de manchas, Mafalda varreu o argumento.

— Não, vós não me servis mais de bom coração — disse ela —, ou melhor, sempre me servistes mal!

Mafalda envelhecia. A idade marcava seu corpo de gigante. Rude penugem branca cruzava suas faces, que o menor descontentamento tornava purpúreas. A subida do sangue recortava então, sobre seu peito, como que um baba-dor vermelho. No curso do ano precedente tivera vários transtornos graves de saúde. Aquele período lhe fora funesto, sob todas as formas.

Desde seu perjúrio de Amiens, seguido da constituição da comissão de inquérito, seu gênio tornara-se odioso. Além disso, seu espírito fatigava-se, e ela colocava todas as coisas num mesmo plano. A geada arruinara as rosas que mandava cultivar aos milhares em seus jardins, ou algum acidente surgira nas máquinas hidráulicas que alimentavam as cascatas artificiais de seu castelo em Hesdin? Sua cólera abatia-se, tal uma tempestade, sobre seus jardineiros, sobre os engenheiros, sobre os escudeiros, sobre Beatriz.

— E essas pinturas, que ainda não têm dez anos! — exclamou ela, apontando para os afrescos da galeria de Conflans. — Quarenta e oito libras parisis, foi o que paguei àquele pintor que teu tio Dionísio mandou buscar em Bruxelas, e que me garantiu que empregaria as tintas mais finas! Nem dez anos se passaram, e olha para isto! A prata dos elmos já descora, e a parte de baixo vai escamando toda.

Beatriz se entediava. O pessoal de Mafalda era numeroso, mas composto apenas de pessoas mais velhas. Mafalda vivia atualmente bastante afastada da corte da França, que se mostrava submissa à influência de Roberto. Lá, em Paris, em Saint-Germain, em torno do Rei Achado, havia, sem cessar, justas, torneios e festas, pelo aniversário da rainha, pela partida do rei da Boêmia, ou mesmo sem razão alguma, só pelo prazer de festejar. Mafalda quase não ia a essas festividades, ou fazia apenas breves aparições, quando sua categoria de par do

reino a isso a obrigava. Mafalda não tinha mais idade para dançar nem disposição para ver os demais se divertirem, sobretudo numa corte onde a tratavam tão mal. Não sentia sequer encanto em se instalar em Paris, em seu palácio da Rue Mauconseil. Vivia retraída dentro das altas paredes de Conflans, ou então em Hesdin, que tinha que restaurar depois das devastações feitas por Roberto em 1316.

Tirânica desde que não tinha mais amante — o último fora o bispo Teodorico, que se dividia entre ela e a Divion, e daí o ódio que Mafalda votava àquela mulher — e, temendo ser assaltada por indisposições noturnas, obrigava Beatriz a dormir no fundo de seu quarto, onde se estagnavam os odores acumulados de velhice, de medicamentos e de comida. Pois Mafalda continuava comendo da mesma maneira, dominada a todo momento pelos mesmos apetites violentos e monstruosos. Os reposteiros, as tapeçarias, cheiravam a guisado de lebre, a carne de caça, a caldo de alho. Frequentes indigestões obrigavam-na a chamar curandeiros, médicos, barbeiros e boticários. As poções e as cocções de ervas sucediam-se às carnes temperadas. Ah! Onde estava o bom tempo em que Beatriz ajudava Mafalda a envenenar reis!

A própria Beatriz começava a sentir o peso do tempo. Sua juventude terminava. Trinta e três anos é a idade em que todas as mulheres, mesmo as mais perversas, contemplam as duas vertentes de sua vida, pensando, com nostalgia, nas estações passadas e, com inquietude, nas estações vindouras.

Beatriz conservava-se bela, e disso se assegurava pelos olhares dos homens, seus espelhos preferidos. Mas sabia, também, que não tinha mais aquela tez de fruto dourado que fizera o atrativo de seus vinte anos. Seus olhos muito escuros, e que quase não deixavam aparecer o branco entre os cílios, eram menos brilhantes quando ela acordava. Suas ancas faziam-se um tanto pesadas, e Beatriz precisara reajustar os vestidos. Não podia mais perder tempo.

Mas, ao lado daquela Mafalda que a obrigava a dormir no seu quarto, como escapar para reunir-se a um amante de ocasião, ou para ir, à meia-noite, assistir a uma missa negra e encontrar, nas práticas do sabá, o estimulante do prazer?

— Que está aí sonhando? — gritou-lhe bruscamente Mafalda.

— Não estou sonhando, senhora — disse ela, levantando para Mafalda seu olhar fugidio. — Penso apenas que poderíeis encontrar moça melhor do que eu para vos servir. Penso em me casar.

Era perversidade calculada, cujo efeito não se fez esperar.

— Belo partido serás tu! — exclamou Mafalda. — Ah! como estará bem servido aquele que te tomar como esposa. Poderá procurar tua virgindade na cama de todos os meus escudeiros, antes de também encontrar ali os seus cornos!...

— Na minha idade, senhora, e à qual cheguei sem casamento porque me conservastes solteira para vos servir, virgindade é mais desgraça que virtude.

Seja como for, a falta dela é mais comum do que as casas e os bens que levarei para um marido.

— Se os conservares, minha filha! Se eu tos deixar, esses bens! Porque eles foram tosquiados em minhas costas!

Beatriz sorriu, e seus olhos negros velaram-se novamente.

— Oh, senhora! — disse ela, com doçura extrema.

— Não iríeis retirar vossos benefícios de quem vos serviu em coisas tão secretas, que realizamos juntas...

Mafalda olhou com raiva para ela. “A velhaca me tem segura.”

Beatriz sabia quando era necessário relembrar a Mafalda os cadáveres reais que dormiam entre elas, as pastilhas do Turbulento, o veneno sobre os lábios do pequeno João I... e sabia também como ia terminar aquela cena: com uma subida de sangue ao rosto da condessa, com o babado vermelho marcado em seu colo bovino.

— Tu não te casarás! Olha, olha o mal que me fazes, teimando comigo, e fica satisfeita! — disse Mafalda, deixando-se cair sobre uma cadeira. — O sangue sobe-me às orelhas, e elas começam a zumbir. Vou precisar sangrar-me outra vez.

— Não será, senhora, porque comeis demais que sois obrigada a tirar tanto sangue?

— Comerei o que quiser — urrou Mafalda — e quando quiser! Não tenho necessidade de que uma ignorante como tu resolva o que me convém.

Vai me buscar queijo inglês! E vinho! E sem demora!

Não havia mais queijo inglês nas reservas. A última encomenda se esgotara.

— Quem o comeu? Roubam-me! Então que me tragam *pâté en croûte!*

“Sim, *pâté en croûte*. Enche-te e rebenta!”, pensava Beatriz, pousando a bandeja.

Mafalda tomou uma grande fatia nas mãos e mordeu-a. Mas o estalo que ouviu, e que ressoou em seu crânio, não foi apenas o da crosta: um dente da frente, cariado no colo, acabava de se quebrar.

Os olhos de Mafalda, cinzentos e injetados, dilataram-se, e seu rosto imobilizou-se numa expressão estupefata: com a fatia de *pâté* numa das mãos, um copo de vinho na outra, Mafalda conservava-se de boca aberta, com aquele incisivo meio solto, que se levantara, horizontal, contra o lábio.

Pousou o copo, arrancou sem dificuldade alguma o dente quebrado e contemplou-o com uma espécie de angústia infantil. Com a ponta da língua, tateava o lugar vazio em seu maxilar, e a superfície áspera, cortante, da raiz.

Já perdera muitos dentes, todos os do fundo, mas de outra maneira: aos pedaços, por abscesso, dentes estragados que lhe tinham sido extraídos, depois de lhe terem plantado dentes de cravo nas gengivas. Aquele era um dente da frente, uma parcela dela própria, que se habituara a ver, e que se partia de repente.

Entre seus dedos grandes mantinha o pedacinho de marfim amarelado como uma prova de velhice. Levantou os olhos, porque Beatriz, diante dela, estava para estourar de riso. Com os braços cruzados sobre a barriga, os ombros agitados, a dama de cerimônia não podia conter o riso desabalado.

Antes que a outra tivesse tido tempo de recuar, Mafalda caiu sobre ela, esbofeteando-a num ímpeto, por duas vezes. O riso de Beatriz parou bruscamente. Os longos cílios se levantaram sobre as pupilas negras, que brilhavam com fulgor perverso, depois imediatamente se extinguíram.

Naquela noite, quando Beatriz ajudava a condessa a despir-se, parecia que a paz se havia celebrado entre elas. Mafalda, passando a língua maquinalmente sobre seu toco, que o barbeiro limara, voltara à sua obsessão e explicava a Beatriz:

— Compreendes por que eu fazia tanta questão que interrogassem aquelas duas mulheres? Estou certa de que a Divion ajuda Roberto a fabricar documentos falsos, e gostaria que os apanhassem com a mão na massa.

Depois das duas bofetadas, Beatriz elaborara seu plano: — Posso dar-vos um conselho, senhora? Aceitaríeis ouvi-lo?

— Claro, minha filha, fala. Sou impetuosa, tenho a mão rápida, mas tenho confiança em ti, sabes muito bem disso.

— Pois bem, senhora, todo o mal vem da herança de meu tio Teodorico, e de não terdes querido pagar o que ele deixava à Divion. Uma criatura bastante má, sem dúvida, e que não merecia tanto! Mas fizestes assim uma inimiga, que, com certeza, conserva alguns segredos revelados por meu tio, e que os está vendendo a monseigneur Roberto. Foi uma sorte, ainda assim, que eu pudesse ter esvaziado o cofre de Hirson, onde meu tio guardava alguns de vossos documentos! Vede que uso aquela má mulher teria podido fazer deles... Um pouco de dinheiro e de terra que lhe tivésseis fornecido, e ela calaria o bico para sempre.

— Sim — disse Mafalda —, talvez eu tenha errado. Mas confessa que uma debochada que vai se esquentar nos lençóis de um bispo, e faz-se incluir no testamento, como se fosse esposa legítima... Sim, talvez eu tenha errado...

Beatriz ajudava Mafalda a tirar sua camisa de dia. A gigante mantinha os braços enormes para cima, descobrindo nas axilas um triste toirão branco. A gordura formava bossa sobre a nuca, como sobre o espinhaço dos bois, as mamas eram pesadas, deprimidas, monstruosas.

“Ela é velha”, pensava Beatriz, “ela vai morrer... mas quando? Até seu último dia vou vestir e despir esse corpo horrível e passar todas as minhas noites junto dele... E quando ela tiver morrido, que me acontecerá?”

Monseigneur Roberto obterá, sem dúvida, o apoio do rei... A casa de Mafalda será dispersada...”

Quando Mafalda acabou de vestir a camisola de dormir, Beatriz começou:

— Se oferecêsseis àquela Divion o pagamento do legado que ela reclama, e

mesmo alguma coisa mais, sem dúvida ela seria atraída para o vosso partido, e assim, se ela serviu *monseigneur* em certas más tarefas, poderíeis saber quais foram, e disse tirar proveito...

— Talvez seja sensato o que estás dizendo — respondeu Mafalda. — Meu condado vale bem a despesa de um milhar de libras, mesmo para pagar o pecado. Mas como chegar àquela dissoluta? Mora no palácio de Roberto, que deve mandar vigiá-la de perto... e mesmo acariciá-la de vez em quando, pois não tem repulsa alguma... Seria preciso que nosso plano não fosse ventilado.

— Eu me ofereço, senhora, para ir vê-la e falar-lhe. Sou a sobrinha de Teodorico. Ele poderia me haver confiado um recado qualquer para ela...

Mafalda olhou atentamente para o rosto calmo, quase sorridente, de sua dama de companhia.

— Arriscarás muito — disse ela. — Se Roberto o souber...

— Sei, senhora, sei o que arrisco, mas o perigo não me assusta — disse Beatriz, lançando sobre a condessa, que se tinha deitado, a coberta bordada.

— Vamos, és uma boa moça — disse Mafalda. — O rosto parou de arder?

— Sim, senhora, sempre... para vos servir...

Beatriz e Roberto

Lormet recebera-a à pequena porta do palácio, a que era usada pelos fornecedores, como se a visitante fosse qualquer vendedora ou bordadeira que tivesse vindo entregar uma encomenda. Aliás, vestida com uma capa de lã cinzenta leve, cujo capuz lhe cobria os cabelos, Beatriz d'Hirson em nada se distinguia de uma burguesa comum.

Tinha reconhecido imediatamente o velho criado de *monseigneur* d'Artois, o que servia aos seus empreendimentos secretos. Mas não demonstrava surpresa, como não demonstrara surpresa ao atravessar os dois pátios, os edifícios de serviços, vendo que a conduziam aos apartamentos senhoriais.

Lormet ia à frente, com o fôlego um tanto ruidoso, e voltava-se de vez em quando para atirar por sobre o ombro um olhar desconfiado àquela moça bonita demais, de andar deslizando e bamboleado, que não parecia absolutamente intimidada.

“Que tem a gente de Mafalda a fazer aqui?”, resmungava Lormet intimamente. “Que prato essa velhaca vem cozer em nossos fornos? Ah!

Monseigneur Roberto é bem imprudente, abrindo-lhe as portas! A dama Mafalda sabe bem como agir, e não é a mais feia de suas mulheres que manda ter com ele!”

Um corredor abobadado, uma tapeçaria, uma porta baixa que girava sobre gonzos bem lubrificadas, e Beatriz viu, nas três paredes, São Jorge atirando a lança ao dragão, São Maurício apoiado em seu gládio e São Pedro puxando suas

redes.

Monseigneur Roberto estava de pé no meio do aposento, com as pernas amplamente afastadas, os braços cruzados sobre o peito, o queixo pousado na gola.

Beatriz baixou seus cílios longos e sentiu-se percorrida por um frêmito deleitável, onde havia mescla de medo e satisfação.

— Não esperáveis ver-me, penso — disse Roberto d'Artois.

— Oh! sim, *monseigneur* — respondeu Beatriz com sua voz lenta. — Era exatamente de vós que eu queria me aproximar.

Fizera o necessário para isso, e disfarçara tão pouco, durante uma semana, seus emissários junto da Divion, que todo o palácio devia estar advertido de suas manobras.

A resposta surpreendeu um pouco Roberto.

— Então que vindes fazer? Anunciar-me a morte de minha tia Mafalda?

— Oh! não, *monseigneur*; a senhora Mafalda perdeu apenas um dente.

— Bela notícia — disse Roberto —, mas que me parece não valer o trabalho que tivestes. Ela vos envia na qualidade de mensageira? Vê que perdeu a causa e quer tratar diretamente comigo? Eu não farei acordo com ela!

— Oh! não, *monseigneur*; a senhora Mafalda não quer acordo, pois sabe que ganhará.

— Ela ganhará? Ora essa! Contra cinquenta testemunhas, que reconhecem os roubos e falsidades cometidos contra mim?

Beatriz sorriu.

— A senhora Mafalda terá sessenta, *monseigneur*; para provar que vossas testemunhas não dizem a verdade, e que terão sido pagas pelo mesmo preço...

— Olá, minha bela! Foi para zombar de mim que entrastes aqui? As testemunhas de vossa ama nada valerão, porque as minhas apóiam-se em bons documentos, que exibirei.

— Ah! Realmente, *monseigneur*? — disse Beatriz, em tom falsamente respeitoso. — Então a senhora Mafalda se engana quando se espanta ao ver quanto se procuraram os sinetes do Artois para vossa casa ultimamente.

— Procuram-se selos — disse Roberto, irritado — porque se procuram todos os documentos antigos, e meu novo chanceler quer pôr ordem nos meus registros.

— Ah! Realmente, *monseigneur* — repetiu Beatriz.

— Mas não vos compete interrogar-me! Sou eu quem vos pergunta o que vindes buscar aqui! Vindes subornar minha gente?

— Não há necessidade disso, *monseigneur*; pois que cheguei à vossa presença.

— Mas que quereis de mim, afinal? — exclamou ele. Beatriz percorria o aposento com os olhos. Viu a porta pela qual entrara, e que se abria no ventre da Madalena. Riu, um riso leve.

— É por essa armadilha que passam sempre as damas que recebeis?

O gigante começava a enervar-se. Aquela voz arrastada, irônica, aquele riso leve, aqueles olhos negros, que brilhavam num instante e desapareciam rapidamente por trás dos longos cílios recurvos, tudo aquilo o perturbava um pouco.

“Cuidado, Roberto”, dizia consigo mesmo, “esta é uma famosa meretriz, e não a enviaram para teu bem!”

Roberto conhecia demoiselle Beatriz de longa data! Não era a primeira vez que ela o provocava. Lembrava-se de como, na Abadia de Chaâlis, saindo de um conselho noturno convocado por Carlos IV a propósito dos casos da Inglaterra, encontrara Beatriz à sua espera sob os arcos do claustro da hospedaria. E muitas outras vezes mais... A cada encontro, era o mesmo olhar preso ao dele, os mesmos movimentos ondulantes de ancas, o mesmo erguer de seios. Roberto não era homem que se prendesse à fidelidade: um tronco de árvore que vestisse saias o tiraria de seu caminho. Mas aquela moça, que pertencia a Mafalda para todas as tarefas, sempre lhe inspirara prudência.

— Minha bela, sois seguramente muito velhaca, mas talvez sejais igualmente atilada. Minha tia acredita que ganhará a causa, mas vós, de olho mais aberto, já dissestes convosco mesma que ela a perderá. Provavelmente, pensais que o bom vento vai deixar de soprar do lado de Conflans, e que seria ocasião de se fazer notar por esse monseigneur Roberto, do qual tanto mal se disse, ao qual se fez tanto mal, e cuja mão se arrisca a parecer pesada no dia da vingança. Não é isso?

Caminhava de cá para lá, segundo seu hábito. Levava uma cota curta que lhe modelava o ventre. Os enormes músculos de sua coxa esticavam o tecido de seus calções. Beatriz, através de seus cílios, não cessava de observá-lo, desde a cabeleira ruiva até os sapatos.

“Como deve ser pesado!”, pensava ela.

—...Mas não se obtêm meus favores com um sorriso, sabei — continuava Roberto. — A menos que tenhais grande necessidade de dinheiro e algum segredo a me vender. Eu recompenso os que me servem, mas sou impiedoso com os que desejam enganar-me!

— Nada tenho a vos vender, *monseigneur*.

— Então, demoiselle Beatriz, para vosso governo e salvação, sabeis que deveríeis ter passado ao largo das portas do meu palácio, seja qual for o vosso pretexto para vos aproximar! Minhas cozinhas são bem guardadas, meus pratos são provados previamente e o mesmo acontece ao meu vinho!

Beatriz passou a ponta da língua sobre os lábios como se provasse um licor saboroso.

“Tem medo que eu o envenene”, dizia consigo.

Oh! Como se divertia, e como ao mesmo tempo tinha medo! E Mafalda,

durante aquele tempo, acreditando que ela estava ocupada em se entender com a Divion! Oh! admirável momento! Beatriz tinha a impressão de ter na concha da mão vários laços invisíveis e mortíferos. Ainda assim, seria preciso mantê-los firmes!

Atirou para trás seu capuz, desfez o cordão do pescoço e tirou a capa.

Seus cabelos escuros e espessos estavam enrolados, em trancas, em torno das orelhas. Seu vestido de chamalote mostrava o nascimento generoso dos seios. Roberto, que gostava das mulheres abundantes, não pôde deixar de pensar que Beatriz ganhara em beleza depois de seu último encontro.

Beatriz colocou sua capa sobre o ladrilho, de forma que ela desenhasse a metade de um disco.

Roberto teve um olhar de surpresa:

— Que fazeis?

Sem responder, ela tirou de sua bolsa, que trazia pendurada à cinta, três penas pretas, que pôs no alto da capa, cruzando-as para formar com elas uma estrelinha. Depois, começou a girar, descrevendo com o indicador um círculo imaginário e murmurando palavras incompreensíveis.

— Mas que fazeis? — repetiu Roberto.

— Eu vos enfeitiço, *monseigneur* — respondeu tranqüilamente Beatriz, como se aquilo fosse a coisa mais natural do mundo, ou, pelo menos, a coisa mais habitual para ela.

Roberto soltou uma gargalhada. Beatriz olhou para ele e tomou-lhe a mão, como para trazê-lo para o centro do círculo. A mão de Roberto retirou-se.

— Tendes medo, *monseigneur*? — perguntou Beatriz, sorrindo.

Ali estava a força das mulheres! Que fidalgo teria ousado dizer do conde Roberto d’Artois que ele tinha medo, sem que um punho enorme se esmagasse contra seu rosto ou uma espada de vinte libras se abatesse contra seu crânio? E eis que uma vassala, uma camareira, vem rondar seu palácio, faz-se conduzir até ele, ocupa seu tempo contando-lhe frioleiras... “Mafalda perdeu um dente... Eu não tenho segredo a vos vender...”, estende sua capa sobre o piso, e lhe declara, em pleno rosto, que ele tem medo!

— Pareceis sempre ter medo de vos aproximar de mim — continuou Beatriz. — No dia em que eu vos vi pela primeira vez, há bastante tempo, no palácio da senhora Mafalda, quando viestes anunciar-lhe que suas filhas iam ser julgadas... talvez vos lembreis... já vos afastastes de mim. E muitas outras vezes, depois... Não, *monseigneur*, não me façais crer que poderíeis ter medo!

Roberto ia tocar a campainha para chamar Lormet e mandar expulsar aquela zombadora. Eis o que ele devia fazer! Mas atrás dela havia a Madalena, com as ancas arredondadas surgindo de seus cabelos...

— E que queres fazer surgir, com tua capa, teu círculo e tuas três penas?

— perguntou ele. — O Diabo?

— Isso mesmo, *monseigneur* — respondeu Beatriz. Ele ergueu os ombros diante daquela gaiatice, e, por brincadeira, avançou para o círculo.

— Eis que se realizou, *monseigneur*. É exatamente o que eu dizia, porque sois vós o Diabo!

Que homem resiste a um cumprimento desses? Roberto riu de verdade dessa vez, um riso gutural, satisfeito. Tomou o queixo de Beatriz entre o polegar e o indicador.

— Sabes que eu poderia mandar queimar-te como feiticeira?

— Oh! *monseigneur*...

Ela se mantinha contra o homem, com a cabeça levantada para a grande mandíbula marcada de pêlos ruivos, e sentia seu odor de javali ofegante.

Emocionava-se pelo perigo, pela traição, pelo desejo, e pelo satanismo.

Uma dissoluta, uma dissoluta declarada, tal como Roberto gostava!

“Que arrisco eu?”, disse ele consigo.

Agarrou-a pelos ombros e atraiu-a contra si.

“É o sobrinho da senhora Mafalda, o sobrinho que lhe deseja tanto mal”, pensava Beatriz, enquanto perdia o fôlego contra a sua boca.

A casa Bonnefille

O bispo Teodorico d’Hirson, quando em vida, possuía em Paris, na Rue Mauconseil, um palácio vizinho ao da condessa d’Artois, e que ele aumentara comprando a casa de um de seus vizinhos, chamado Juliano Bonnefille. Foi aquela casa, recebida em herança, que Beatriz propôs a Roberto d’Artois para abrigo de seus encontros.

A perspectiva de folgar em companhia da dama de cerimônia de Mafalda, ao lado do palácio de Mafalda, numa casa paga com o dinheiro de Mafalda, e que, além disso, conservava o nome de casa Bonnefille*, tinha tudo para satisfazer a natural tendência de Roberto para a farsa. A sorte organiza às vezes desses divertimentos...

*“Boa moça”, *daí o jogo de palavras. (N. da T.)*

Ainda assim, Roberto, das primeiras vezes, só usou deles com extrema prudência. Embora ele próprio fosse proprietário, naquela mesma rua, de um palácio onde não residia, mas que podia servir para justificar sua presença naquelas paragens, preferia ir à casa Bonnefille quando caía a noite. Naquele bairro próximo do Sena, onde as ruas estreitas viviam cheias de uma turba densa e lenta, um fidalgo como Roberto d’Artois, de estatura tão reconhecível e escoltado por escudeiros, não podia passar despercebido.

Roberto esperava, pois, que o dia declinasse. Fazia-se acompanhar sempre de Gillet de Nelle e de três criados, escolhidos entre os mais discretos, e sobretudo

mais fortes. Gillet era o cérebro daquela guarda, e os três atletas de punhos de magarefes se colocavam às saídas da casa Bonnefille, sem libré, como basbaques quaisquer.

No curso das primeiras visitas, Roberto recusou-se a beber o vinho aromatizado que Beatriz lhe oferecia. “A donzela pode muito bem ter sido encarregada de me envenenar com ervas”, dizia ele consigo. Não se despia sem certa apreensão, ao tirar sua cota curta forrada de fina malha de ferro, e, durante todo o tempo do prazer, mantinha o olho voltado para o cofre onde pousara a sua adaga.

Beatriz deleitava-se ao vê-lo tomado de tais receios. Como? Ela, pequena burguesa do Artois, ela, moça solteira de trinta anos passados, e que tinha rolado em toda espécie de lençóis, podia, pois, inspirar receio a um tal colosso, a um tão poderoso par de França?

Para ela também, para ela sobretudo, a aventura tinha o sabor picante da perversidade. Na casa de seu tio, o bispo! E com o inimigo mortal da senhora Mafalda, à qual, para desculpar suas ausências, Beatriz precisava contar constantemente novas fábulas... A Divion mostrava-se reticente... Ela não cederia de repente, e seria loucura dar-lhe uma soma grande pela qual a mulher poderia vender uma grande mentira... Não! Era necessário vê-la mais vezes, arrancar-lhe, fragmento por fragmento, as intrigas do perverso monseigneur Roberto, fazê-la revelar os nomes das testemunhas complacentes, e em seguida verificar suas declarações, ir procurar o senhor Juvigny, no Louvre, ou Michelet Guéroult, o criado do tabelião Tesson. Ah!

Tudo isso não se fazia sem trabalho, sem tempo, sem dinheiro... “Precisarei, senhora, dar um corte de fazenda àquele funcionário, para sua mulher. A língua dele se soltará. Autorizais-me a retirar duas libras?...”

E que prazer olhar a senhora Mafalda nos olhos, sorrir-lhe e pensar: “Há menos de doze horas eu me oferecia, toda nua, ao *messire* vosso sobrinho!”

Vendo sua dama de companhia tão solícita a seu serviço, Mafalda maltratava-a menos, mostrava-lhe novamente afeição e não lhe regateava agrados. Para Beatriz era uma ocupação duplamente refinada zombar de Mafalda conquistando Roberto. Porque conquistar um homem não é passar uma hora com ele na mesma cama, da mesma forma que não se é senhora de uma fera por comprá-la e metê-la numa jaula.

A posse não faz o poder.

Só se é senhor, verdadeiramente, quando se trabalhou tão bem a fera que ela se deita à voz de comando, guarda suas garras e vê num olhar uma barra de ferro.

As desconfianças de Roberto em relação a Beatriz eram como garras a limar. Em toda a sua carreira de caçadora, ela jamais tivera ocasião de apanhar em sua armadilha caça tão importante, cuja fama de periculosidade era proverbial.

Chegava-se quase a citar o nome de Roberto d'Artois para meter medo às crianças.

No dia em que Roberto consentiu em aceitar da mão de Beatriz um copo de vinho, ela conheceu sua primeira vitória. “Eu poderia, pois, ter colocado veneno ali, porque ele beberia...”

E quando certa vez ele adormeceu, como um ogro dos *fabliaux*, ela gozou, então, uma sensação de triunfo. O gigante tinha no pescoço uma linha bem nítida, onde se fechava o manto ou a couraça. A cor atijolada do rosto tanado pelo ar livre parava bruscamente, e, abaixo dela, começava a pele branca, salpicada de sardas e coberta nos ombros por pêlos ruivos como a cerda dos porcos. Aquela linha parecia a Beatriz a marca bem desenhada para o fio de um machado.

Os cabelos cor de cobre, frisados em cachos sobre as faces, se haviam deslocado e descobriam uma orelha pequena, delicadamente recortada, infantil, enternecedora. “Por essa orelhinha”, pensava Beatriz, “seria possível enterrar um ferro até o cérebro...”

Ele acordou sobressaltado, depois de alguns minutos, inquieto.

— Vês bem, *monseigneur*, que não te matei — disse ela, rindo.

Seu riso descobria gengivas de um tom vermelho-escuro.

Como que para agradecer-lhe, ele retornou ao folguedo. Tinha de confessar que ela o secundava bem: era inventiva, dissimulada, pouco se poupava, jamais estava de má cara e proclamava alto seu prazer. Roberto, que por ter arregaçado toda espécie de saias, de seda, linho ou cânhamo, se julgava grande mestre de deboche, teve que reconhecer que encontrara nela a parte mais forte.

— Se foi no sabá, minha amiguinha — dizia-lhe ele —, que aprendeste essas galanerias, deveriam mandar até lá, mais vezes, as donzelas.

Porque Beatriz lhe falava muitas vezes do sabá e do Diabo. Aquela moça lenta e mole na aparência, ondulante em seu andar, arrastada na palavra, não revelava senão no leito sua verdadeira violência, da mesma maneira que suas expressões só se tornavam rápidas e animadas quando se tratava de demônios e de feitiçaria.

— Por que nunca te casaste? — perguntava-lhe Roberto. — Não devem ter faltado propostas, sobretudo se lhes deste tal antecipação do casamento...

— Porque o casamento se faz na igreja, e a igreja não é boa para mim.

Ajoelhada na cama, com as mãos nos joelhos, que lançavam sombra sobre a concavidade do ventre, com os olhos bem abertos, dizia: — Tu compreendes, *monseigneur*, os padres e os papas de Roma e de Avignon não ensinam a verdade. Não há um só Deus, há dois, o da luz e o das trevas, o príncipe do bem e o príncipe do mal. Antes da criação do mundo, o povo das trevas se revoltou contra o povo da luz, e os vassalos do mal, para poderem existir de fato, pois que o mal é o nada e a morte, devoravam uma parte dos princípios do bem. E, porque as duas forças, do bem e do mal, estavam neles, puderam criar o mundo e engendrar os

homens, onde os dois princípios estão mesclados e sempre em luta, e onde o mal dirige, pois que é o elemento natural do povo de origem. E vê-se bem que há dois princípios, pois que há homem e mulher, feitos como tu e eu, de maneira diversa — prosseguia ela, com um sorriso ávido. — E é o mal que titila nossos ventres e os impele a unir-se... Ora, as pessoas nas quais a natureza do mal é mais forte do que a natureza do bem devem honrar Satã e fazer pacto com ele para ser felizes e triunfar em seus negócios. Desses, o senhor do bem é inimigo.

Aquela estranha filosofia, que tresandava fortemente a enxofre e onde se arrastavam retalhos maldigeridos de maniqueísmo, elementos impuros de teorias cátaras, mal transmitidos e mal compreendidos, estava, então, mais espalhada do que o acreditavam os que se encontravam no poder. Beatriz não era uma exceção. Mas, para Roberto, a cujo espírito jamais aflorara aquela espécie de problema, Beatriz entreabria as portas de um mundo misterioso. E ele se sentia, sobretudo, muitíssimo admirado ao ouvir tais raciocínios na boca de uma mulher.

— Tens mais miolo do que eu pensava. Quem te ensinou tudo isso?

— Antigos templários — respondeu ela.

— Ah! Os templários! Sim, eles sabiam muitas coisas...

— Vós os destruístes.

— Eu não, eu não! — exclamou Roberto. — Filipe, o Belo, e Enguerrand de Marigny, os amigos de Mafalda... Carlos de Valois e eu próprio, entretanto, éramos contrários à destruição deles...

— Eles se conservaram poderosos através da magia, e todos os males que aconteceram desde então ao reino vieram através de um pacto que os templários fizeram com Satã, porque o papa os havia condenado...

— As desgraças do reino, as desgraças do reino — dizia Roberto, pouco convencido. — Não serão antes trabalho de minha tia do que do Diabo?

Porque foi ela que despachou meu primo, o Turbulento, e em seguida o filho dele... E tu, não terás posto tua mão nesse trabalho?

Fazia várias vezes essas perguntas, mas Beatriz sempre se esquivava a elas. Sorria, vagamente, como se não tivesse ouvido. Ou respondia, evasiva: — Mafalda não sabe... não sabe que fiz pacto com o Diabo... Com toda a certeza me expulsaria...

E lançava-se imediatamente na explanação rápida de seus assuntos prediletos, a missa negra, o oposto, a negação da missa cristã, que se devia celebrar à meia-noite, num subterrâneo, e de preferência junto de um cemitério. O ídolo tinha uma cabeça com dois rostos, e serviam-se hóstias pretas que eram consagradas pronunciando-se três vezes o nome de Belzebu.

Se o oficiante fosse um padre renegado, ou um frade que tivesse abandonado o hábito, tanto melhor, e eis por que tantos antigos templários...

— O deus do alto está falido: promete felicidade e só dá desgraça às criaturas que o servem. É preciso obedecer ao deus de baixo. Vê, *monseigneur*, se quiseres

que os documentos de teu processo sejam reforçados pelo Diabo, faz atravessá-los com um ferro em brasa no canto da folha, e que ali fique um buraco marcado com um pouco do chamusco. Ou, então, borra a página com uma pequena mancha de tinta feita em forma de cruz, cuja haste de cima termine como se fosse uma mão... Eu sei fazer isso.

Mas Roberto também não se entregava inteiramente. E, embora fosse ela a primeira a saber que os documentos que ele se gabava de possuir não podiam senão ser falsos, jamais teria chegado ao ponto de confirmar tal coisa.

— Se quiseres ter todo o poder sobre um inimigo a fim de que ele trabalhe em sua própria perda por vontade maligna — confiou-lhe ela um dia —, é preciso que mandes esfregar nas axilas dele, atrás das orelhas e na planta dos pés, um unguento feito de fragmentos de hóstias e pó de ossos de uma criança sem batismo, misturado com sêmen de homem espalhado sobre as costas de uma mulher durante a missa inútil, e com o sangue menstrual dessa mulher...

— Eu estaria mais seguro — respondeu Roberto — se dessem, a uma boa inimiga que tenho, um pó de matar ratos e animais malcheirosos...

Beatriz fingiu não reagir. Mas a idéia lhe provocou ondas quentes sob a pele. Não, não devia responder imediatamente a Roberto. Ele não devia saber que Beatriz já consentia... Há pacto melhor para ligar eternamente os amantes do que um crime?

Porque ela o amava. Não percebia que, tentando armar-lhe uma cilada, fora ela própria quem ficara dependente dele. Não vivia senão para o momento de se encontrar com Roberto, para viver em seguida da lembrança e da espera. A espera de tornar a sentir o peso de duzentas libras, aquele esmagamento, aquele cheiro de estábulo que dele emanava, sobretudo nos folguedos amorosos, aquele ronco de felino que ela lhe arrancava à garganta!

Há mais mulheres do que se pensa que gostam de monstros. João, o Louco, e os outros anões da corte, bem o sabiam, pois mal podiam bastar às suas conquistas! Mesmo uma anomalia accidental é objeto de curiosidade e, portanto, de desejo. Um cavaleiro caolho, por exemplo, apenas levantando o pedaço de pano preto de sua frente... Roberto, à sua maneira, era uma espécie de monstro.

A chuva de outono tombava sobre os telhados. Os dedos de Beatriz divertiam-se em seguir as intumescências de um ventre gigantesco.

— Antes de mais nada, tu, *monseigneur* — dizia ela —, não precisas de coisa alguma para obter o que queres, nem tens necessidade de ser instruído em ciência alguma... Tu és o Diabo que chamei para ti. O Diabo não sabe que é o Diabo...

Ele devaneava, saciado, com o queixo para o ar, ouvindo aquilo...

O Diabo tem olhos que ardem como brasas, garras imensas na ponta dos dedos para lacerar carnes, língua dividida em duas metades, e um hálito de fofalha se escapa de sua boca. Mas o Diabo talvez tivesse o peso e o cheiro de

Roberto. Ela estava realmente apaixonada por Satã. Era a fêmea do Diabo, e jamais se separariam...

Uma noite em que Roberto d'Artois, vindo da casa Bonnefille, entrava em seu palácio, sua mulher apresentou-lhe o famoso tratado de casamento, enfim redigido, e ao qual não faltavam senão os sinetes.

Depois de examinar o documento, Roberto aproximou-se da lareira, e, com gesto negligente, meteu o atizador entre as brasas. Depois, quando a ponta ficou vermelha, furou com ela um canto de uma das folhas, que começou a encarquilhar.

— Que fazeis, meu amigo? — perguntou a senhora de Beaumont.

— Quero apenas me certificar de que o velino é de boa qualidade — respondeu Roberto.

Joana de Beaumont contemplou um momento seu marido, depois lhe disse docemente, quase maternal:

— Deveríeis, Roberto, mandar aparar vossas unhas... Que moda nova é essa de usá-las tão compridas?

Volta a Maubuisson

Acontece que toda maquinação por muito tempo urdida fica desde o início comprometida por uma falha de raciocínio.

Roberto percebeu, de súbito, que as catapultas que montara tão bem podiam quebrar-se por completo no momento de atirar, por não ter ele pensado num ponto importante.

Tinha garantido ao rei seu cunhado, e jurado solenemente sobre as Escrituras, que seus títulos de herança existiam. Mandara preparar cartas semelhantes, tanto quanto possível, aos documentos desaparecidos. Tinha aliciado numerosos testemunhos para atestar a validade daqueles documentos. Todas as possibilidades pareciam reunidas, portanto, para que suas provas fossem aceitas sem discussão.

Mas havia uma pessoa que sabia, indubitavelmente, que os papéis eram falsos: Mafalda d'Artois, pois que queimara os verdadeiros, primeiro os registros de Paris, furtados cerca de vinte anos antes, graças à complacência de Enguerrand de Marigny, e, mais recentemente, as cópias encontradas no cofre de Teodorico d'Hirson.

Ora, se um documento falso pode passar por autêntico aos olhos de pessoas favoravelmente prevenidas, e que jamais tiveram conhecimento dos originais, não se dá o mesmo quando se está advertido de uma falsificação.

Sem dúvida, Mafalda não iria declarar: “Estes documentos são mentirosos, pois que atirei os autênticos ao fogo”. Mas, sabendo que os papéis eram fraudulentos, ia meter-se à obra para demonstrar tal coisa. Sobre esse ponto podia-se confiar nela! A prisão malograda das mesquinhas da Divion constituía

advertência suficiente. Demasiadas eram as pessoas que tinham participado da fabricação dos documentos para que entre elas não se encontrasse alguma capaz de trair, por medo, ou pela atração do ganho.

Se algum erro se insinuara naqueles documentos, como o infeliz “1322”, em vez de “1302”, da carta lida em Reully, Mafalda não deixaria de descobri-lo. Os sinetes poderiam parecer perfeitos, mas Mafalda exigiria uma verificação minuciosa. Depois, o falecido conde Roberto II tinha, como todos os príncipes, o hábito de fazer mencionar em seus atos oficiais o nome do escrivão que os redigira. Evidentemente, nas cartas falsas, tinha-se evitado tal precisão. Ora, uma omissão dessas num só documento poderia passar, mas nos quatro que iam ser apresentados? Mafalda estaria em condições de mandar abrir os registros do Artois, dizendo: “Comparai, procurai entre todos os documentos selados por meu pai a caligrafia de um de seus escrivães que se assemelhe à desses documentos!”

Roberto chegara à conclusão de que seus documentos, que tinham em seu espírito o valor de verdade, não podiam ser utilizados senão quando a pessoa que fizera desaparecer os originais tivesse, por sua vez, desaparecido.

Dito de outra forma: seu processo só seria ganho com a condição de que Mafalda morresse. Mais do que um desejo, isso era uma necessidade.

— Se Mafalda falecesse — disse ele um dia a Beatriz, com ar sonhador e as duas mãos sob a cabeça, olhando para o forro da casa Bonnefille —, sim, se ela morresse, eu poderia muito bem te fazer entrar no meu palácio como dama de companhia de minha esposa. Já que receberia a herança do Artois, todos compreenderiam que tomasse algumas pessoas da casa de minha tia. E

assim poderia ter-te sempre junto de mim...

O anzol era grande, mas atirado para um peixe que tinha a boca aberta.

Beatriz não acalentava esperança mais doce do que aquela. Via-se morando no palácio de Roberto, ali tramando suas intrigas, amante de início secreta, depois declarada, porque essas coisas que o tempo instala... E quem sabe? A condessa de Beaumont, como toda criatura humana, não seria eterna... Sem dúvida, ela tinha sete anos menos do que Beatriz e gozava de uma saúde que parecia excelente, mas que triunfo, justamente, para uma mulher mais velha, suplantar a mais nova! Um feitiço bem realizado não poderia, dentro de alguns anos, fazer de Roberto um viúvo? O amor tira todo freio à razão, todo limite à imaginação. Beatriz sonhava-se, em certos momentos, condessa d'Artois, usando o manto de par...

E se o rei, como também poderia acontecer, morresse, e Roberto se tornasse regente? Em cada século existem mulheres de origem menos nobre, mas que se elevam ao primeiro plano, mercê do desejo que inspiram a um príncipe, e porque têm graças físicas e cabeça hábil que as tornam superiores, por direito natural, a todas as outras. As damas imperatrizes de Roma e Constantinopla, ao que contavam os romances dos menestrelis, não tinham nascido todas sobre I os

degraus de um trono. Na sociedade dos grandes deste mundo, é deitada que uma mulher se eleva mais depressa...

Beatriz, para se deixar persuadir, permitiu que se passasse algum tempo, o necessário para se assegurar de seu domínio sobre aquele que a queria tomar. Foi preciso que Roberto, para convencê-la, se comprometesse bastante, e lhe afirmasse dez vezes que ela entraria para o Palácio do Artois, e quais os títulos e prerrogativas de que gozaria, e que terra lhe seria dada...

Sim, então talvez ela pudesse indicar um feiticeiro que, através de uma imagem de cera bem-trabalhada, agulhas espetadas e conjuros pronunciados, fizesse obra nociva sobre Mafalda. Mas fingia estar ainda tomada de hesitações, de escrúpulos: Mafalda não era sua benfeitora, e a benfeitora da família d'Hirson?

Fechos de ouro e fivelas de pedrarias vieram prender-se ao pescoço de Beatriz. Roberto aprendia hábitos galantes. Acariciando com a mão a jóia que ele acabava de lhe oferecer, Beatriz dizia que, quando se desejava que o feitiço tivesse êxito, o meio mais rápido era tomar uma criança de menos de cinco anos, à qual se fazia engolir uma hóstia branca, depois cortar a cabeça da criança e esgotar o sangue dela sobre uma hóstia preta, que a seguir, sob um subterfúgio qualquer, se daria a comer ao enfeitado. Uma criança de cinco anos não era coisa muito difícil de encontrar: quantas famílias pobres, sobrecarregadas de filhos, consentiriam em vender um deles, sem que se fosse obrigada a dizer qual o uso que se iria fazer da criança!

Roberto fazia caretas: complicações excessivas para resultado incerto.

Preferia um bom veneno, bem simples, que se administra e faz seu papel.

Beatriz pareceu ceder, finalmente, por devotamento àquele Diabo que ela adorava, por impaciência de viver junto dele, no Palácio do Artois, pela esperança de vê-lo várias vezes por dia. Por ele, era capaz de tudo. Havia já uma semana que tinha obtido um fornecimento de arsênico branco, tão grande que com ele poderia exterminar o bairro todo, quando Roberto acreditou triunfar, fazendo-a aceitar cinquenta libras para adquirir o veneno.

Era necessário esperar, agora, uma ocasião favorável. Beatriz fez ver a Roberto que Mafalda vivia rodeada de médicos que acorriam à sua menor indisposição. As cozinhas eram vigiadas; os escanções, diligentes... A empresa não era fácil.

Depois, subitamente, Roberto mudou de idéia. Tivera uma longa conversa com o rei. Este último recebera o relatório dos comissários que tinham trabalhado tão bem sob a direção do pleiteante. Filipe VI, mais do que nunca convencido do direito de seu cunhado, não queria senão servi-lo.

E, para evitar um processo cuja conseqüência era certa, mas cuja repercussão não podia ser senão desagradável para a corte e para todo o reino, tinha resolvido convocar Mafalda para convencê-la a renunciar ao Artois.

— Ela jamais aceitará tal coisa — disse Beatriz —, e tu sabes disso tão bem quanto eu, *monseigneur*.

— Tentemos, seja como for. Se o rei chegasse a fazê-la ouvir a voz da razão, não seria essa a melhor saída?

— Não: a melhor saída é o veneno...

Porque a eventualidade de um entendimento amistoso não era negócio que agradasse de forma alguma a Beatriz: sua entrada para o palácio de Roberto seria adiada. Beatriz deveria conservar-se como dama de cerimônia da condessa até que ela se extinguisse, Deus saberia quando! Agora era ela quem queria apressar as coisas. Os obstáculos, as dificuldades por ela mesma levantados já não a assustavam. A ocasião favorável? Tinha várias, todos os dias, quando levava a Mafalda suas tisanas ou seus remédios...

— Mas, já que o rei a convida a passar três dias em Maubuisson? — insistia Roberto.

Entre os dois amantes ficou assim combinado: ou Mafalda aceitava a proposta real de renunciar ao Artois, e então a deixariam viver, ou a recusaria, e em tal caso, nesse mesmo dia, Beatriz lhe administraria o veneno. Que melhor oportunidade poderia arranjar-se? Mafalda se sentiria mal ao sair da mesa do rei! Quem ousaria supor que este último tivesse mandado assassiná-la, e, mesmo suspeitando, quem ousaria dizê-lo?

Filipe VI tinha proposto a Roberto estar presente à entrevista de conciliação, mas Roberto recusou.

— Sire meu irmão, vossas palavras terão mais efeito se eu não estiver presente. Mafalda odeia-me demais, e a visão da minha pessoa poderia, ao invés de encorajá-la a submeter-se, torná-la mais obstinada.

Pensava assim, seriamente, mas além disso, desejava, pela sua ausência, furtar-se a qualquer acusação eventual...

Três dias mais tarde, dia 23 de outubro, a condessa Mafalda, sacudida em sua grande liteira toda dourada, e decorada com as armas do Artois, seguia pela estrada de Pontoise. Sua única filha viva, a rainha Joana, viúva de Filipe, o Longo, viajava com ela. Beatriz ia diante de sua ama, num tamborete de tapeçaria.

— Que imaginais, senhora, que o rei deseja propor-vos? — dizia Beatriz.

— Se é um acordo, perdoai-me dar-vos conselho, mas eu vos convido a recusá-lo. Eu vos conseguirei depressa todas as boas provas contra *monseigneur* Roberto. A Divion está pronta, desta vez, a nos entregar documentos com que o possamos confundir.

— Por que não a trazes à minha presença, essa Divion, que se tornou tão familiar a ti e que eu jamais vejo? — disse Mafalda.

— Não é possível fazer isso, senhora. Ela teme por sua vida. Se *monseigneur* Roberto soubesse, ela não ouviria a missa na manhã seguinte.

A mim própria só vem visitar à noite, na casa Bonnefille, e sempre escoltada

por vários criados que a guardam. Mas recusai, recusai com firmeza, senhora!

Joana, a Viúva, vestida de branco, via correr a paisagem e calava-se.

Apenas quando os telhados pontudos de Maubuisson apareceram ao longe, por cima das massas arruivadas da floresta, ela abriu a boca para dizer: — Vós vos lembrais, minha mãe, há quinze anos..

Havia quinze anos que, naquela mesma estrada, vestida de burel e de cabeça raspada, ela urrava sua inocência na carreta preta que a levava para Dourdan. Uma outra carreta preta conduzia sua irmã Branca e sua prima Margarida de Borgonha para o Château-Gaillard. Quinze anos!

Tinha sido agraciada, tinha encontrado novamente a ternura de seu esposo. Margarida morrera, Luís X morrera. Nunca Joana tinha feito perguntas a Mafalda sobre as condições do desaparecimento de Luís, o Turbulento, e do pequeno João I... E Filipe, o Longo, se tornara rei durante seis anos, e por sua vez morrera. Joana não tinha a impressão de ser a mesma pessoa que vivera o dia atroz de Maubuisson, quinze anos antes, e a que tinha sido sagrada rainha da França, em Reims, e a que se encontrava naquele momento na liteira. A única continuidade estava representada por aquela mãe impositiva, autoritária, que sempre a dominara, e à qual, desde a infância, temia dirigir a palavra. Também Mafalda se recordava...

— E sempre por causa daquela malvado Roberto — disse ela. — Foi ele que arranjou tudo com a cadela da Isabel, cujos negócios, segundo soube, vão mal no momento, assim como os de Mortimer, do qual ela é a puta. Eles todos serão castigados um dia!

Cada qual seguia seus próprios pensamentos.

— Agora tenho cabelos... e tenho rugas... — murmurou a rainha viúva.

— Terás o Artois, minha filha — disse Mafalda, pousando a mão sobre os joelhos dela.

Beatriz contemplava o campo e sorria para as nuvens...

Filipe VI recebeu Mafalda cortesmente, mas não sem alguma altanaria, e falou como compete a um rei. Queria a paz entre seus grandes barões. Os pares, sustentáculos da coroa, não deviam dar exemplo de discórdia nem oferecer-se à desonra pública.

— Não quero julgar o que foi realizado em reinados precedentes — disse Filipe, como se a tirasse um véu de indulgência sobre os antigos atos de Mafalda. — É sobre o estado presente que quero preceituar. Meus comissários acabaram sua tarefa, e os testemunhos, minha prima, não vos são muito favoráveis, não vos posso ocultar isso. Roberto vai exhibir seus documentos...

— Testemunhos comprados e trabalhos de falsários... — resmungou Mafalda.

A refeição teve lugar na sala grande, aquela mesma sala onde outrora Filipe, o Belo, tinha julgado suas três noras. “Todo mundo deve estar pensando nisso”,

dizia consigo a rainha Joana, a Viúva, sentindo que perdia o apetite. Ora, a não ser sua mãe e ela própria, ninguém mais se lembrava daquele acontecimento remoto, do qual quase todas as testemunhas haviam desaparecido. Logo mais, talvez, à saída do jantar, um velho escudeiro dissesse a outro:

— Lembrai-vos, *messire*, estávamos aqui, junto de monseigneur Carlos de Valois... e eis que a senhora Joana volta como rainha viúva...

E a lembrança se apagaria mal fosse evocada.

É engano comum a todos os humanos crer que o próximo dá à sua pessoa tanta importância quanta dão a si próprios. Os outros, a não ser quando tenham um interesse particular em recordar, esquecem depressa o que nos aconteceu. E se não tiverem esquecido, a recordação não se reveste da gravidade que imaginamos.

Noutro lugar talvez Mafalda se tivesse mostrado mais acessível às propostas de Filipe VI. Monarca que desejava ser árbitro, ele procurava um acordo. Mas por estar em Maubuisson, onde todos os seus ódios se reavivavam, Mafalda não se sentia com disposição de ceder. Faria condenar Roberto como falsário, provaria que ele tinha sido perjuro: era seu único pensamento.

Obrigada a medir suas palavras, comia de maneira espantosa, por compensação, engolindo tudo quanto se encontrava em seu prato e esvaziando seu *hanap* assim que o enchiam. O vinho, tanto quanto a cólera, purpurejava-lhe o rosto. O rei não estava lhe propondo, muito simplesmente, que abandonasse seu condado a Roberto, desde que este último se comprometesse a entregar à sua tia quarenta mil libras por ano?

— Posso afiançar-vos — disse Filipe — que conseguirei o consentimento de vosso sobrinho.

Mafalda pensou: “Se Roberto manda fazer-me essa proposta pelo seu cunhado é porque não está muito seguro de seus títulos e prefere, o devasso, pagar uma renda de quarenta mil libras por ano a mostrar seus documentos falsos!”

— Recuso-me, sire meu primo — disse ela —, a despojar-me assim. E como o Artois me pertence, vossa justiça me guardará.

Filipe VI olhou para ela por cima do seu narigão. Aquela teimosia em recusar talvez fosse ditada a Mafalda pelo orgulho, ou então pelo receio de, cedendo, dar crédito às acusações... Filipe, para tudo conciliar, tinha ainda mais uma solução substitutiva: Mafalda guardaria seu condado, seus títulos e direitos, sua coroa de par, por toda a sua vida, e instituiria, diante do rei, em documento ratificado pelos pares, seu sobrinho Roberto como herdeiro do Artois. Honestamente, ela não tinha razão alguma para se opor a tal arranjo: seu único filho depressa fora chamado por Deus. Sua filha ali presente estava provida de um dote real; sua neta possuía, pelo casamento, o enorme ducado da Borgonha. Mafalda poderia desejar algo melhor? Quanto ao Artois, voltaria um dia ao seu destinatário

natural.

— Se vosso irmão, o conde Filipe, não tivesse morrido antes de vosso pai, poderíeis negar, minha prima, que seria vosso sobrinho quem hoje teria a posse do condado? Assim, para ambos fica salva a honra, e eu dou à diferença que vos tornou adversários um arranjo honesto.

Mafalda cerrou os maxilares e agitou a cabeça em sinal de recusa.

Então, Filipe VI mostrou certa irritação e mandou apressar o serviço. Já que Mafalda procedia assim, já que lhe fazia a ofensa de recusar sua arbitragem, iria ao processo... à vontade!

— Não vos retenho aqui, minha prima — disse ele, mal as mãos foram lavadas. — Não acho que a estada em minha corte vos seja agradável.

Era a desgraça, e claramente exposta.

Antes de retomar o caminho, Mafalda foi, por amor à conveniência, derramar algumas lágrimas sobre a sepultura de sua filha Branca, na capela da abadia. Ela própria, em suas vontades expressas, resolvera enterrar-se ali!5.

— Ah! Maubuisson — dizia ela — não é lugar que nos tenha trazido felicidade. Mas para dormir aqui, depois de morta, não faz mal...

Durante todo o longo trajeto de volta, não cessou de manifestar sua cólera.

— Ouvistes aquele grande pateta que a má sorte nos deu como rei?

Desfazer-me simplesmente do Artois, e para comprazê-lo! Instituir meu herdeiro aquele grande descarado do Roberto! Preferiria ver minha mão secar na ponta do braço a selar tal acordo! É preciso que entre ambos haja grande mercado de velhacaria e que devam muito um ao outro... E dizer que sem mim, se eu não tivesse limpado um pouco, outrora, os caminhos que levavam ao trono...

— Minha mãe... — murmurou docemente Joana, a Viúva.

Se ela tivesse ousado expressar seu pensamento, se não receasse ter de suportar uma reação grosseira, Joana aconselharia sua mãe a aceitar as propostas do rei. Mas isso de nada serviria.

— Jamais! — repetia Mafalda. — Jamais obterão de mim tal coisa.

Acabava, sem saber, de assinar sua sentença de morte, e o executor estava à sua frente na liteira, olhando-a através de cílios negros.

— Beatriz — disse bruscamente Mafalda —, ajuda-me a desapertar um pouco minha roupa. Meu ventre está inchando.

A raiva lhe arruinara a digestão. Foi preciso parar a liteira para que a senhora Mafalda fosse aliviar as entranhas no primeiro campo que encontraram.

— Esta noite, senhora — disse Beatriz —, eu vos darei pasta de marmelo.

Chegando a Paris, à noite, no palácio da Rue Mauconseil, Mafalda sentia ainda certo enjôo, mas estava melhor. Fez uma refeição frugal e deitou-se.

O salário dos crimes

Beatriz esperou que todos os criados estivessem dormindo. Aproximou-se da cama de Mafalda, ergueu o reposteiro de tapeçaria que se fechava à noite. O velador pendia do dossel e lançava ligeira luz azulada. Beatriz estava de camisa e trazia uma colher na mão.

— Senhora, esqueceste de tomar vossa pasta de marmelo...

Mafalda, sonolenta, e cujos sentidos lutavam entre o furor e a fadiga, disse, simplesmente:

— Ah! Sim... és uma boa menina por teres pensado nisso.

E engoliu o conteúdo da colher.

Duas horas antes do amanhecer, acordou sua gente com grandes chamados e toques de campainha. Encontraram-na vomitando sobre uma bacia que Beatriz sustentava.

Tomás le Miesier e Guilherme de Venat, seus médicos, imediatamente chamados, pediram que lhes contassem detalhadamente o dia anterior, dizendo com pormenores o que a condessa comera. Concluíram, sem trabalho, que se tratava de uma forte indigestão, acompanhada de um fluxo de sangue causado pelo aborrecimento.

Mandaram chamar o barbeiro Tomás, que, pelos quinze soldos do costume, sangrou a condessa; e a dama Mesnière, ervanária do Petit Pont, forneceu um clister de ervas 16.

Sob o pretexto de ir buscar um eletuário em casa de mestre Palin, o merceiro, Beatriz conseguiu escapar à noite e encontrar-se com Roberto, três portas adiante da casa de Mafalda, na casa Bonnefille.

— Está feito — disselhe ela.

— Ela morreu? — exclamou Roberto.

— Oh! Não! Ela vai sofrer longamente! — disse Beatriz, com um brilho sombrio no olhar. — Mas precisamos ser prudentes, *monseigneur*, e vermo-nos com menos frequência durante esse tempo.

Mafalda levou um mês para morrer.

Beatriz, noite após noite, pitada por pitada, a empurrava para a sepultura, e tanto mais impunemente quanto Mafalda só tinha confiança nela e só tomava remédios por sua mão.

Depois dos vômitos que duraram três dias, foi tomada por um catarro na garganta e nos brônquios. Só conseguia engolir sob grandes dores. Os médicos declararam que ela se resfriara durante sua indigestão. Depois, quando o pulso começou a enfraquecer, pensaram tê-la sangrado demais. Em seguida sua pele, no corpo inteiro, cobriu-se de empolas e pústulas.

Obsequiosa, atenta, sempre presente, mostrando aquela disposição igual e sorridente tão preciosa aos doentes, Beatriz deleitava-se ao contemplar os repulsivos progressos de sua obra. Já quase não se ia encontrar com Roberto, mas

a preocupação de arranjar diariamente algum alimento ou remédio onde introduzisse o veneno dava-lhe prazer suficiente.

Quando os cabelos começaram a cair aos tufos, como feno morto, Mafalda se viu perdida.

— Envenenaram-me — disse ela, angustiada, à sua dama de companhia.

— Oh! senhora, senhora, não deveis pronunciar essas palavras. Foi na casa do rei que jantastes pela última vez, antes de adoecer.

— Pois é nisso mesmo que penso — disse Mafalda.

Continuava colérica, impetuosa, maltratando seus médicos, que acusava de serem asnos. Não dava sinal de desejar aproximar-se da religião, e se mostrava mais preocupada com os negócios de seu condado do que com os de sua alma. Ditou uma carta à sua filha: “Se eu morrer, ordeno-vos que vos dirijais imediatamente ao rei, exigindo render-lhe homenagem pelo Artois, antes que Roberto possa tentar alguma coisa...”

Os sofrimentos que ela suportava não a faziam absolutamente pensar nos sofrimentos que outrora infligira a outros. Conservou-se até o fim uma alma egoísta e dura, na qual nem sequer a aproximação da morte fazia aparecer qualquer forma de arrependimento nem de compaixão humana.

Pareceu-lhe necessário, contudo, confessar que matara dois reis, o que jamais relatara a seus confessores habituais. Escolheu para isso um franciscano obscuro, que mandou chamar. Quando o frade saiu, lívido, de seu quarto, foi tomado por dois sargentos que tinham ordem de conduzi-lo ao castelo de Hesdin. As instruções de Mafalda foram mal compreendidas: ela dissera que o monge deveria ser guardado em Hesdin até a sua morte. O

governador do castelo acreditou que se tratasse da morte do monge, e atiraram-no a uma masmorra. Foi esse o último crime, dessa vez involuntário, da condessa Mafalda.

Enfim, a doente foi tomada de câibras atrozes, que se manifestaram primeiro nos artelhos, depois nas barrigas das pernas; a seguir foram os antebraços que se fizeram rígidos. A morte subia.

No dia 27 de novembro, mensageiros partiram para o convento de Poissy, onde se encontrava então Joana, a Viúva; para Bruges, a fim de prevenir o conde da Flandres; e três outros a seguir, no curso do dia, para Saint-Germain, onde estava o rei, em companhia de Roberto d’Artois. Cada um dos cavaleiros que ia para Saint-Germain parecia a Beatriz o portador de uma mensagem amorosa dedicada a Roberto: a condessa Mafalda tinha recebido os sacramentos, a condessa não podia mais falar, a condessa estava às portas da morte...

Aproveitando-se de um momento em que estava a sós com a agonizante, Beatriz inclinou-se para a cabeça calva, para o rosto pustulento que não parecia viver senão pelos olhos, e disse, muito docemente: — Fostes envenenada, senhora... por mim... e pelo amor que tenho a monseigneur Roberto.

A moribunda teve primeiro um olhar de incredulidade, depois de ódio.

Naquele ser cuja existência fugia, o último sentimento foi o desejo de matar.

Oh! Não! Ela não devia se arrepender de nenhum de seus atos, tinha tido muita razão de ser má, pois que o mundo é povoado por perversos! O pensamento de que recebia ali, naquele último instante, o salário de seus crimes, nem sequer roçou por ela. Era uma alma sem redenção.

Quando sua filha chegou a Poissy, Mafalda apontou para Beatriz com um dedo rígido e frio que quase não podia mais mover-se. Seus lábios contraíram-se, mas sua voz não pôde sair, e ela esgotou a vida naquele esforço.

Nas exéquias, que tiveram lugar no dia 30 de novembro, em Maubuisson, Roberto manteve uma atitude pensativa e sombria que surpreendeu. Sua maneira seria antes de exibir ar de triunfo. Entretanto, aquela atitude não era fingida. Perder um inimigo contra o qual se tem batido durante vinte anos produz uma espécie de despojamento. O ódio é um vínculo muito forte, que deixa, ao romper-se, alguma melancolia.

Obedecendo às últimas vontades de sua mãe, a rainha Joana, a Viúva, logo no dia seguinte pedia a Filipe VI que o governo do Artois lhe fosse entregue. Antes de responder, Filipe VI fez questão de se explicar muito francamente com Roberto:

— Não posso senão deferir o pedido de tua prima Joana, pois, segundo os tratados e o julgamento, ela é a herdeira legítima. Mas é um consentimento de pura formalidade que vou dar, e provisório, até que cheguemos a um acordo ou que o processo tenha lugar... Peço-te que me dirijas o mais depressa possível tua própria solicitação.

O que Roberto apressou-se a fazer em carta assim redigida: “Meu muito caro e temido senhor, como eu, Roberto d’Artois, vosso humilde conde de Beaumont, de há muito fui deserdado contra direitos e contra toda a razão, através de muitas malícias, fraudes e astúcias, do condado do Artois, que me pertence e deve me pertencer por muitas causas boas, justas, de novo vindas ao meu conhecimento, requero humildemente que vos digneis ouvir o meu direito...”

Da primeira vez em que Roberto voltou à casa Bonnefille, Beatriz acreditou servir-lhe um prato apetitoso fazendo-lhe o relato, hora a hora, dos últimos momentos de Mafalda. Ele a ouviu sem nada dizer, sem testemunhar qualquer satisfação.

— Parece que tens pena dela! — disse a mulher.

— Não, não é isso — respondeu Roberto, pensativa-mente. — Ela pagou bem...

Seu espírito já se tinha voltado para o próximo obstáculo.

— Agora posso ser dama de cerimônia em tua casa. Quando me fazes entrar para o teu palácio?

— Quando tiver o Artois — respondeu Roberto. — Faze o possível para te

conservares junto da filha de Mafalda. É ela, agora, que precisamos afastar do meu caminho.

Quando a senhora Joana, a Viúva, tendo provado de novo honrarias que não mais provara desde a morte de seu esposo Filipe, o Longo, e liberta, enfim, aos trinta e sete anos, da sufocante tutela materna, mudou-se com grande aparato para ir tomar posse do Artois, fez uma parada em Roye-en-Vermandois. Lá, desejou beber um copo de vinho clarete. Beatriz d'Hirson mandou o escanção Huppin buscar a bebida. Huppin estava mais atento aos olhos de Beatriz do que aos deveres de seu serviço. Havia quatro semanas que ele enlanguescia de amor. Foi Beatriz quem trouxe o copo. Dessa vez, com pressa de acabar, não usou arsênico, -4 mas sal de mercúrio.

E a viagem da senhora Joana cessou ali.

Os que assistiram à agonia da rainha viúva contaram que o mal a atacou no meio da noite, que o veneno saía-lhe pelos olhos, pela boca e pelo nariz, e que seu corpo ficou todo manchado de branco e preto. Resistiu apenas dois dias, não tendo sobrevivido senão dois meses a sua mãe.

Então, a duquesa da Borgonha, neta de Mafalda, reclamou o condado do Artois.

Terceira parte

As decadências

O conluio do fantasma

O monge declarara chamar-se Tomás Dienhead. Tinha a testa curta sob delgada coroa de cabelos cor de cerveja e trazia as mãos escondidas nas mangas do hábito. Seu traje de irmão pregador era de um branco duvidoso.

Olhava à direita e à esquerda e tinha perguntado três vezes se estava só, se nenhum outro ouvido poderia ouvi-lo.

— Mas falai, então — disse o conde de Kent, do fundo de sua cadeira, sacudindo a perna com uma impaciência entediada.

— Milorde, nosso bom sire o rei Eduardo II continua vivo.

Edmundo de Kent não teve o sobressalto que se poderia esperar, antes de mais nada por não ser homem que exibisse de boa vontade suas emoções, depois porque aquela notícia espantosa já lhe tinha sido trazida, alguns dias antes, por outro emissário.

— O rei Eduardo está guardado secretamente no castelo de Corfe — recomçou o monge. — Eu o vi, e venho trazer-vos meu testemunho.

O conde de Kent levantou-se, passou por cima de seu lebré e aproximou-se da janela de pequenas vidraças e pinázios de chumbo, através dos quais observou um momento o céu cinzento por cima de sua casa de campo de Kensington.

Kent tinha vinte e nove anos. Não era mais o jovem esbelto que comandara a defesa inglesa durante a desastrosa guerra da Guyenne, em 1324, e tivera, por falta de tropas, de render-se, em La Réole cercada, a seu tio Carlos de Valois. Embora um tanto espesso de corpo, conservava sempre a mesma palidez loura e a mesma remota displicência que escondia mais urna tendência ao sonho do que uma verdadeira meditação.

Na verdade, jamais ouvira coisa mais surpreendente!

Então, seu meio irmão Eduardo II, cuja morte fora anunciada havia três anos, que tinha sua sepultura em Gloucester — e do qual presentemente não se hesitava em apontar os assassinos —, estaria ainda neste mundo? A detenção no castelo de Berkeley, o assassinio atroz, a carta do bispo Orleton, a culpabilidade conjunta da rainha Isabel, de Mortimer e do senescal Maltravers, enfim, a inunção às pressas, tudo aquilo não passara de uma fábula, montada pelos que tinham interesse de fazer passar por morto o antigo rei, e aumentada em seguida pela imaginação popular?

Pela segunda vez, em menos de quinze dias, vinham fazer-lhe aquela revelação. Da primeira vez, recusara-se a crer nela. Mas, agora, começava a sentir-se abalado.

— Se a notícia for verdadeira, pode modificar as coisas no reino — disse ele, sem se dirigir precisamente ao monge.

Porque, depois de três anos, a Inglaterra tinha tido tempo para acordar de seus sonhos. Onde estavam a liberdade, a justiça, a prosperidade que se imaginava estarem ligadas aos passos da rainha Isabel e do glorioso lorde Mortimer? Da confiança que a eles tinham outorgado, das esperanças que neles haviam depositado, não restava senão a lembrança de uma vasta ilusão malograda.

Para que ter expulsado, destituído, aprisionado, e — pelo menos até aquele dia assim se acreditava — para que ter deixado assassinar o fraco Eduardo II, submetido a favoritos odiosos, se era para substituí-lo por um rei menor de idade, mais fraco ainda, e despojado de todo o poder pelo amante de sua mãe?

Para que ter decapitado o conde d'Arundel, matado a pancadas o chanceler Baldock, esquartejado Hugo Despenser, quando agora lorde Mortimer governava com a mesma arbitrariedade, oprimia o país com a mesma avidez, insultava, tiranizava, aterrorizava, não suportava que de forma alguma se discutisse sua autoridade?

Pelo menos, Hugo Despenser, criatura viciosa e cúpida, tinha, pela sua natureza feminina, algumas fraquezas sobre as quais se poderia agir.

Acontecia-lhe ceder diante do medo ou do dinheiro. Rogério Mortimer era um barão inflexível e violento. A Loba de França, como era chamada a rainha-mãe, tinha por amante um lobo.

O poder corrompe rapidamente os que o empolgam sem serem levados,

antes de tudo, pela preocupação do bem público.

Bravo, heróico mesmo, célebre por uma evasão sem precedentes, Mortimer tinha, em seus anos de exílio, encarnado as aspirações de um povo infeliz. Lembrava-se de que ele conquistara o reino da Irlanda para a coroa inglesa e esquecia-se de que ele disso tirara proveito. Nunca, em verdade, Mortimer pensara na nação em seu conjunto, nem nas necessidades de seu povo. Não fora o campeão da causa popular senão porque aquela causa por um momento se confundira com a sua própria. Encarnava apenas os agravos de uma certa facção da nobreza; nele existia somente o desejo impaciente de mandar. Tornado senhor, comportava-se como se a Inglaterra inteira estivesse a seu serviço.

Antes de mais nada, havia-se apoderado de quase um quarto do reino, tornando-se conde das Marcas, título e feudo que só fizera criar para recebê-los. Pelo braço da rainha-mãe, levava vida de rei, e agia como se o jovem soberano não fosse senão o seu herdeiro.

Quando, em outubro de 1328, Mortimer exigira do Parlamento, reunido em Salisbury, a confirmação de sua *l* elevação ao pariato, Henrique de Lancastre do Pescoço-Torto, decano da família real, abster-se de tomar assento. No curso da mesma sessão, para reforçar suas pretensões, Mortimer mandara entrar no recinto do Parlamento suas tropas armadas. Esse gênero de constrangimento jamais correspondeu ao gosto das assembléias.

Quase fatalmente, a mesma coalizão que se formara outrora para derrubar os Dispensers se reconstituíra em torno dos mesmos príncipes de sangue, em torno de Henrique Pescoço-Torto, em torno dos condes de Norfolk e de Kent, tios do jovem rei.

Dois meses depois do caso de Salisbury, Pescoço-Torto, aproveitando-se de uma ausência de Mortimer e de Isabel, reunia secretamente, em Londres, na Igreja de Saint-Paul, numerosos bispos e barões, a fim de organizar uma sublevação armada. Mortimer, entretanto, tinha espiões em toda parte e, antes mesmo que a coalizão fosse concretizada, tinha ido devastar com suas próprias tropas a cidade de Leicester, primeiro feudo dos Lancastres.

Henrique queria continuar a luta, mas Kent, vendo a operação mal iniciada, se furtava à batalha, sem glória.

Lancastre tinha podido sair desse episódio sem mais prejuízo do que uma multa, aliás não paga, de onze mil libras, apenas por ser nominalmente o presidente do conselho de regência e tutor do rei, e porque, através de absurda lógica, Mortimer tinha necessidade de manter a ficção jurídica daquela tutela a fim de poder fazer com que fossem condenados, legalmente, por se terem revoltado contra o rei, adversários tais como o próprio Lancastre.

Este último fora enviado à França, sob o pretexto de negociar o casamento da irmã do jovem rei com o filho mais novo de Filipe VI. Aquele afastamento era uma forma prudente de desgraça: sua missão duraria muito tempo.

Na ausência de Pescoço-Torto, Kent se vira, e quase contra a própria vontade, chefe dos descontentes. Tudo refluía para a sua pessoa, e ele fazia questão que esquecessem sua defecção do ano anterior, provando que não fora a covardia que lhe retivera os movimentos...

Pensava agora em todas essas coisas, confusamente, diante da janela de seu castelo de Kensington. O monge se conservava imóvel, com as mãos metidas nas mangas do hábito. O fato de ser ele um irmão pregador, tal como o primeiro mensageiro que lhe garantira não estar morto Eduardo II, fazia com que o conde de Kent refletisse e se inclinasse a levar a sério a notícia, pois a ordem dos dominicanos era conhecida como hostil a Mortimer.

Se fosse verdadeira, a informação faria cair naturalmente todas as presunções de regicídio que pesavam sobre Isabel, sobre Mortimer e sobre seus fanáticos. Mas poderia, também, modificar toda a situação do reino.

Porque agora o povo lamentava o desaparecimento de Eduardo II e, passando de um extremo a outro, não estava longe de fazer daquele príncipe dissoluto um mártir. Se Eduardo II ainda vivia, o Parlamento poderia muito bem anular seus atos[^] passados, declarando que eles lhe haviam sido impostos, e restaurar no trono o antigo soberano.

Ora, que prova real tinham da morte dele? O fato de os habitantes de Berkeley terem desfilado diante de seus despojos? Mas quantos, entre eles, tinham visto antes Eduardo II? Quem poderia afirmar que não lhes tinham mostrado outro corpo?... Nenhum membro da família real assistira às exéquias misteriosas na Catedral de Gloucester. Ademais, o corpo que tinha descido ao túmulo, numa caixa coberta por um pano preto de lã, era um cadáver de mais de um mês.

— E dizeis, irmão Dienhead, que verdadeiramente o vistes, com os vossos olhos? — perguntou Kent, voltando-se.

Tomás Dienhead olhou de novo ao seu redor, como bom conspirador, e respondeu, em voz baixa:

— Foi o prior de nossa ordem que me mandou ir lá; ganhei a confiança do capelão, que, para me deixar entrar, obrigou-me a vestir roupas seculares.

Fiquei um dia inteiro escondido num edifício pequeno, à esquerda do corpo da guarda. À noite, fizeram-me entrar numa sala grande, e lá vi muito bem o rei, sentado à mesa, rodeado de um serviço de honra.

— Falastes com ele?

— Não deixaram que eu me aproximasse — disse o irmão. — Mas o capelão mostrou-mo, por trás de uma coluna, e me disse: “É ele”.

Kent ficou um momento silencioso, depois perguntou: — Se eu tiver necessidade de vós, posso mandar chamar-vos no Convento dos Frades Pregadores?

— Não, milorde, porque meu prior aconselhou-me que não ficasse no

convento por enquanto.

E deu seu endereço em Londres, na casa de um clérigo do bairro de Saint-Paul.

Kent abriu sua bolsa e estendeu-lhe três moedas de ouro. O irmão recusou: não tinha o direito de aceitar presente algum.

— Para as esmolas da vossa ordem — disse o conde de Kent.

Então, o irmão Dienhead retirou uma das mãos da manga, inclinou-se profundamente e se retirou.

Naquele mesmo dia Edmundo de Kent mandava advertir os dois principais prelados que tinham tomado parte na conjuração malograda: Graveson, bispo de Londres e o arcebispo de York, Guilherme de Melton, o mesmo que casara Eduardo III com Filipa de Hainaut.

“Afirmam-me duas vezes, e através de fontes que me parecem seguras...”, escrevia-lhes ele.

As respostas não se fizeram esperar. Graveson garantia seu apoio ao conde de Kent para qualquer ação que ele quisesse iniciar. Quanto ao arcebispo de York, primaz da Inglaterra, enviou seu próprio capelão, Allyn, a fim de prometer quinhentos homens armados, e mesmo mais, se fosse necessário, para a libertação do antigo rei.

Kent fez então outros contatos, com o lorde de la Zouche principalmente, e com vários fidalgos, tais como lorde Beaumont e sir Tomás Rosslyn, que se haviam refugiado em Paris para se furtarem à vingança de Mortimer.

Havia de novo, na França, um partido de emigrados.

O que se sobrepôs a tudo foi uma comunicação pessoal e secreta do papa João XXII ao conde de Kent. O Santo Padre, tendo também sabido que o rei Eduardo II continuava vivo, recomendava ao conde de Kent que tudo fizesse para libertá-lo, absolvendo antecipadamente aqueles que participassem do movimento “*ab omni poena et culpa*”... seria possível assegurar mais claramente que todos os meios seriam legítimos?...chegando mesmo a ameaçá-lo de excomunhão se ele negligenciasse aquela tarefa eminentemente piedosa.

Ora, aquela não era uma mensagem oral, mas uma carta em latim, onde um eminente prelado da Santa Sé, cuja assinatura era bem pouco inteligível, relatava fielmente as palavras pronunciadas por João XXII, quando de uma conversa sobre o assunto.

Uma missão chefiada pelo chanceler Burghersh, bispo de Lincoln, acabava de voltar de Avignon, onde tinha ido negociar o hipotético casamento da irmã de Eduardo III com o herdeiro da França. A carta fora trazida por um membro do séquito do bispo.

Muitíssimo emocionado, Edmundo de Kent resolveu, então, ir verificar pessoalmente todas aquelas informações tão concordantes e estudar as possibilidades de uma evasão.

Mandou procurar o irmão Dienhead no endereço que ele lhe dera, e com escolta reduzida, mas segura, partiu para o Dorset. Era o mês de fevereiro.

Chegando a Corfe, num dia de mau tempo em que as borrascas vindas do mar varriam a península desolada, Kent mandou chamar o governador da fortaleza, sir João Daverill. Este veio apresentar-se ao conde de Kent no único albergue de Corfe, diante da Igreja de Santo Eduardo, o Mártir, o rei assassinado da dinastia saxônia.

Alto, estreito de ombros, com a testa marcada de rugas e o lábio desdenhoso, e uma espécie de pesar em sua polidez, tal como convém a um homem de dever, João Daverill desculpou-se por não poder receber o nobre lorde no castelo. Tinha ordens terminantes.

— O rei Eduardo II está vivo ou morto? — perguntou-lhe Edmundo de Kent.

— Isso não vos posso dizer.

— É meu irmão! Sois vós quem o guarda?

— Não estou autorizado a falar. Um prisioneiro me foi confiado, e não devo revelar nem seu nome nem sua categoria.

— Poderíeis deixar-me ver o prisioneiro?

João Daverill fez com a cabeça um movimento de recusa. Era um muro, uma rocha, aquele governador, tão impenetrável como o torreão enorme e sinistro, defendido por três vastos círculos de muralhas, que se levantava ao alto da colina, acima da pequena aldeia cujos telhados eram de pedras planas. Ah! Mortimer escolhia bem seus servidores!

Mas há maneiras de negar que são como que confirmações. Daverill teria feito tal mistério, teria mostrado semelhante inflexibilidade, se não se tratasse precisamente do antigo rei o prisioneiro colocado sob a sua guarda?

Edmundo de Kent usou seu encanto, que era grande, e também outros argumentos, aos quais a natureza humana nem sempre é insensível. Colocou sobre a mesa uma pesada bolsa de ouro.

— Eu gostaria — disse ele — que esse prisioneiro fosse bem tratado.

Isto é para lhe melhorar a sorte. Há nesta bolsa cem libras esterlinas.

— Posso assegurar-vos, milorde, que ele é bem tratado — disse Daverill, em voz baixa, num tom cúmplice.

E, sem qualquer constrangimento, apanhou a bolsa.

— Eu daria de boa vontade o dobro — disse Edmundo de Kent — apenas para vê-lo de longe.

Daverill manifestou uma recusa desolada.

— Compreendi, milorde, que há neste castelo duzentos homens de guarda...

Edmundo de Kent sentiu-se um grande estrategista ao anotar intimamente aquela importante informação. Teriam de levar aquilo em conta por ocasião da evasão.

—...e se algum deles viesse um dia a falar, se a rainha-mãe viesse a saber,

ela me mandaria decapitar.

Seria possível trair-se melhor, confessar o que pretendiam esconder, e confirmar que se tratava realmente do rei Eduardo II que estava ali atrás daqueles muros?

— Mas posso fazer chegar a ele uma mensagem — continuou o governador —, pois isso ficará entre mim e vós.

Imediatamente, feliz ao ver que seu caso se desenvolvia tão depressa, Kent escreveu a carta seguinte, enquanto rajadas de um vento úmido faziam bater as janelas do albergue:

“Fidelidade e respeito a meu muito caro irmão. Peço a Deus que gozeis boa saúde, pois todas as medidas estão sendo tomadas para que depressa possais sair da prisão e sejais libertado dos males que vos oprimem. Podeis estar certo de que conto com o apoio dos maiores barões da Inglaterra e de todas as suas forças, isto é, suas tropas e seus tesouros. Sereis rei novamente: prelados e barões juraram-no sobre o Evangelho”.

Estendeu a folha, simplesmente dobrada, para o governador.

— Peço-vos que a seleis, milorde — disse este —, não desejo ter podido conhecer-lhe os termos.

Kent ordenou que alguém de seu séquito lhe trouxesse cera e após seu sinete à carta. Daverill escondeu-a em sua cota.

— Terá chegado uma mensagem do exterior para o prisioneiro, que — disse ele — a destruirá imediatamente, eu penso. Assim...

E suas mãos fizeram um gesto que significava desaparecimento, olvido.

“Este homem, se estou certo, abrirá as portas para nós, amplamente, quando chegar o dia. Nem mesmo teremos de combater”, pensava Edmundo de Kent.

Três dias mais tarde, a carta estava em mãos de Rogério Mortimer, que a lia no conselho, em Westminster. E a rainha Isabel, dirigindo-se ao jovem rei, exclamava, pateticamente:

— Meu filho, meu filho, eu vos suplico. É preciso agir contra vosso mais mortal inimigo, que quer impingir ao reino a fábula de que vosso pai está vivo ainda, a fim de poder depor-vos e tomar vosso lugar. Por favor, dai ordens para que castiguem esse traidor, enquanto é tempo.

Realmente, as ordens já estavam dadas, e os esbirros de Mortimer galopavam em direção de Winchester, para deter o conde de Kent em seu caminho de volta. Mas não era apenas a prisão que Mortimer desejava: exigia uma condenação espetacular. Tinha algumas razões para apressar-se assim. Dentro de um ano Eduardo III chegaria à maioridade, e já dava muitos sinais de sua impaciência para governar. Eliminando Kent, depois de ter afastado Lancastre, Mortimer decapitava a oposição e impedia que o jovem rei pudesse escapar ao seu império.

No dia 19 de março, o Parlamento reunia-se em Winchester para julgar o tio do rei.

Ao sair da prisão onde tinha ficado por mais de um mês, o conde de Kent apareceu abatido, magro, desvairado, como se não compreendesse nada do que lhe estava acontecendo. Não era, decididamente, um homem feito para suportar a adversidade. Sua bela e remota displicência desaparecera. Sob o interrogatório de Roberto Howell, *coroner* da casa real, desmoronou, confessou tudo, contou sua história de ponta a ponta, deu o nome de seus informantes e de seus cúmplices. Mas que informantes? A Ordem dos Dominicanos não conhecia nenhum irmão com o nome de Dienhead: tratava-se de uma invenção do acusado, para tentar salvar-se. Invenção, igualmente, era a carta do papa João XXII. Ninguém no séquito do bispo de Lincoln, durante a embaixada de Avignon, tinha tido conversação alguma a propósito do falecido rei, nem com o Santo Padre, nem com qualquer de seus cardeais ou conselheiros. Edmundo de Kent obstinava-se em afirmar sua verdade, e tinha impressão de que estava enlouquecendo. Entretanto, ele tinha falado com aqueles irmãos pregadores! Tivera nas mãos aquela carta “*ab omni poena et culpa*”...

Kent descobria, enfim, a que atroz armadilha o haviam atraído, servindo-se do fantasma do rei morto. Tratava-se de uma conspiração organizada em todas as peças por Mortimer e pelas suas criaturas: emissários falsos, monges falsos, escritos falsos, e mais falso que todos e que tudo, aquele Daverill do castelo de Corfe! Kent havia caído no laço.

O *coroner* do rei pediu a pena de morte.

Mortimer estava na primeira fila dos lordes, e mantinha cada qual sob seu olhar. E Lancastre, o único que teria ousado falar em favor do acusado, estava fora do reino. Mortimer tinha feito saber que não decretaria perseguições em relação aos cúmplices de Kent, fossem ou não eclesiásticos, se sua condenação fosse pronunciada. Muitos dos barões se encontravam de alguma maneira comprometidos. Abandonaram o acusado ao rancor do conde das Marcas. Uma vítima expiatória, em suma.

E embora Kent, humilhando-se diante da assembléia e reconhecendo seu desmando, tivesse se oferecido para levar sua submissão diante do rei, em camisa, com os pés nus e a corda ao pescoço, os lordes, forçados, deram a sentença que se esperava deles. Para tranquilizar sua consciência, cochichavam entre si:

— O rei vai agraciá-lo, o rei usará de seu poder de agraciar...

Não era verossímil que Eduardo III mandasse decapitar seu tio por uma ação culposa, certamente, mas onde a leviandade tinha sua parte, e onde a provocação era bastante evidente.

Numerosos eram os que, tendo votado pela morte do conde, propunham-se ir, no dia seguinte, pedir sua graça.

Os comuns recusaram-se a ratificar a sentença dos lordes. Pediam informações suplementares, e queriam ser mais bem instruídos sobre o assunto.

Mal conseguí o voto da Câmara Alta, Mortimer correu ao castelo, onde a rainha Isabel estava jantando.

— Está feito — disselhe ele. — Podemos executar Edmundo. Mas muitos de nossos falsos amigos esperam que vosso filho o salve da pena máxima. Assim, eu vos conjuro a agir antes.

Tinham tido o cuidado de afastar o jovem rei durante várias horas, organizando para ele uma recepção oficial no Colégio de Winchester, um dos mais antigos e mais famosos da Inglaterra.

— O governador — acrescentou Mortimer — executará a vossa ordem, minha amiga, como se se tratasse da do rei.

Isabel e Mortimer olharam-se nos olhos; não seria aquele seu único crime, seu abuso de poder. A Loba de França assinou a ordem de decapitação imediata de seu cunhado e primo irmão.

Edmundo de Kent foi novamente retirado de sua masmorra, e, em camisa, de mãos atadas, conduzido, sob a escolta de um pequeno destacamento de arqueiros, a um pátio interior do castelo. Ali ficou uma hora, duas horas, três horas, sob a chuva, enquanto a tarde descia. Por que aquela interminável espera diante do cepo? Ele passava por alternativas de abatimento e de louca espera. O jovem rei, seu sobrinho, devia lhe conceder o seu perdão. Aquele interlúdio trágico era o castigo que lhe impunham para lhe inspirar o arrependimento e fazê-lo apreciar a magnanimidade da clemência. Ele rezava e, subitamente, punha-se a soluçar. Tiritava sob sua camisa encharcada; a chuva corria sobre o cepo e sobre o casco dos arqueiros. Quando iria terminar aquele suplício?

Acontecia que se procurava em toda Winchester um carrasco, e não se encontrava. O da cidade e seus ajudantes, sabendo como acabava de se desenrolar o processo, e que o rei não tinha podido pronunciar-se sobre a graça, recusavam-se obstinadamente a exercer seu ofício sobre um príncipe de sangue. Preferiam perder o cargo.

Dirigiram-se aos oficiais da guarnição para que eles designassem um de seus homens ou pedissem um voluntário, ao qual seria dada gorda gratificação. Os oficiais tiveram um movimento de repugnância.

Concordavam em manter a ordem, montar guarda em torno do Parlamento, acompanhar o condenado até o local da execução, porém não lhes deviam pedir nada além disso, nem a eles nem a seus soldados.

Mortimer sentiu fria e feroz cólera contra o governador.

— Não tendes na prisão algum assassino, falsário ou desordeiro que queira ter a vida salva em troca desse ato? Vamos, apressai-vos, se não quereis terminar também na masmorra!

Visitando os cárceres, encontrou-se enfim o homem desejado. Tinha roubado

objetos da igreja e devia ser enforcado na semana seguinte. Deram-lhe o machado, mas ele exigiu que lhe cobrissem o rosto com máscara.

A noite descera. À luz das tochas, que lutavam contra a chuva, o conde de Kent viu adiantar-se seu executor e compreendeu que as longas horas de esperança não tinham sido senão última e irrisória ilusão. Soltou um grito medonho, e foi preciso obrigá-lo a ajoelhar-se diante do cepo. ^ O carrasco improvisado era antes timorato do que cruel, e tremia mais do que a sua vítima. Não se decidia a levantar o machado. Errou o golpe, e o ferro escorreu sobre os cabelos. Precisou repetir a pancada quatro vezes, batendo contra uma repugnante papa vermelha. Os velhos archeiros, em derredor, vomitavam.

Assim morreu, antes de completar trinta anos, o conde Edmundo de Kent, príncipe cheio de graça e ingenuidade. E um ladrão de cibórios foi devolvido à sua família.

Quando o jovem rei Eduardo III saiu de um longo debate em latim sobre as doutrinas de mestre Occam, contaram-lhe que seu tio tinha sido decapitado.

— Sem minha ordem? — espantou-se ele.

Mandou chamar lorde Montaigu, que o tinha acompanhado na homenagem de Amiens, e cuja lealdade pudera constatar em várias oportunidades.

— Milorde — disse ele —, estáveis no Parlamento naquele dia. Gostaria de saber a verdade...

O machado de Nottingham

O crime de Estado tem sempre necessidade de ser coberto com uma aparência de legalidade.

A fonte da lei está no soberano, e a soberania pertence ao povo que a exerce, seja por intermédio de uma representação eleita, seja por delegação hereditariamente feita a um monarca, e às vezes segundo as duas formas, como era o caso da Inglaterra.

Não havia, pois, naquele país, ato legal que não devesse depender do consentimento conjunto do monarca e do povo, quer tal consentimento fosse tácito ou expresso.

A execução do conde de Kent era legal em sua forma, pois que os poderes reais eram exercidos pelo conselho de regência, e, na ausência do conde de Lancastre, presidente desse conselho, a assinatura seria incumbência da rainha-mãe. Mas aquela execução não tinha nem o consentimento verdadeiro de um Parlamento, que se reunira sob constrangimento, nem a adesão do rei, mantido na ignorância de uma ordem dada em seu nome. Tal ato não podia deixar de ser funesto a seus autores.

Eduardo III demonstrou sua reprovação tanto quanto lhe foi possível, exigindo que se fizessem a seu tio Kent funerais dignos de um príncipe de sangue 17.

Como não se tratava senão de um cadáver, Mortimer consentiu em deferir os desejos do jovem rei. Mas Eduardo jamais perdoaria a Mortimer o ter disposto, à sua revelia, da vida de um membro de sua família. Também jamais lhe perdoaria o desmaio da senhora Filipa causado pelo anúncio brutal da execução do tio de Kent. Ora, a jovem rainha estava grávida de seis meses, e poderiam ter tido um pouco mais de atenção para com ela. Eduardo censurou por isso sua mãe, e como aquela replicasse, irritada, que a senhora Filipa mostrava excessiva sensibilidade para com os inimigos do reino, e que era preciso ter alma forte se pretendia ser rainha, Eduardo lhe respondeu: — Nem toda mulher, senhora, tem o coração de pedra como vós.

O incidente não teve conseqüências para a senhora Filipa, e, em meados de junho, ela deu à luz um filho. Eduardo III teve a alegria simples, profunda e grave, que sente todo homem quando do nascimento do primeiro filho que lhe dá a mulher que ele ama e pela qual é amado. Ao mesmo tempo, sentia-se, como rei, bruscamente amadurecido. Sua sucessão estava assegurada. O sentimento da dinastia, de seu próprio lugar entre a linhagem de seus ancestrais e essa sua descendência, ainda tão frágil, mas já presente em berço macio, ocupava suas meditações e lhe tornava cada vez menos suportável a incapacidade jurídica em que o mantinham.

Todavia, assaltavam-no escrúpulos: de nada adianta derrubar um grupo dirigente se não há homens melhores para substituí-los nem princípios melhores a aplicar.

“Saberei realmente reinar, e estou bastante preparado para isso?”, perguntava ele a si próprio freqüentemente.

Seu espírito conservava-se marcado pelo detestável exemplo que dera seu pai, inteiramente governado, como tinha sido, pelos Despenser, e pelo exemplo igualmente detestável que sua mãe oferecia, sob o domínio de Rogério Mortimer.

Sua inação forçada permitia-lhe observar e refletir. Nada se podia fazer no reino sem o Parlamento, sem seu acordo espontâneo ou obtido. A importância adquirida durante os últimos anos por uma assembléia de consulta, reunida cada vez mais freqüentemente, e em toda parte, a qualquer propósito, era conseqüência da má administração, das expedições militares mal conduzidas, das desordens da família real e do estado de constante hostilidade entre o poder central e as coligações dos grandes senhores feudais.

Seria necessário acabar com as deslocções ruins, pelas quais lordes e comuns precisavam correr para Winchester, para Salisbury, para York, a fim de se reunirem em sessões que não tinham outro objetivo senão permitir que lorde Mortimer fizesse sentir ao reino a sua férula.

“Quando eu for realmente rei, o Parlamento se reunirá em datas convencionadas, e tanto quanto possível em Londres... O exército? O

exército não é o exército do rei; compõe-se de exércitos de barões, que só

obedecem à vontade deles. Será preciso ter um exército recrutado para o serviço do reino, e comandado por chefes que recebam seu poder apenas do rei... A justiça?... A justiça deve se concentrar na mão do soberano, que deve se esforçar para que ela seja igual para todos. No reino da França, digam o que disserem, a ordem é maior. É preciso dar também oportunidades ao comércio, que dizem ser dificultado pelos impostos e interdições sobre os couros e lãs, que são a nossa riqueza.”

Eram idéias que podiam parecer bastante simples, mas que deixavam de sê-lo pelo fato de se encontrarem numa cabeça real; idéias quase revolucionárias em tempos de anarquia, de arbitrariedade e crueldade, como raramente uma nação conheceu.

Submetido a vexames, o jovem soberano reunia-se em pensamento às aspirações de seu povo oprimido. Não falava de suas intenções senão a poucas pessoas, à sua esposa Filipa, a Guilherme de Mauny, o escudeiro que ela trouxera de Hainaut, a lorde Montaigu sobretudo, que interpretava para ele os sentimentos dos jovens lordes.

É muitas vezes aos vinte anos que um homem formula alguns princípios que levará uma vida a aplicar. Eduardo III tinha uma grande qualidade para um homem que reina: era destituído de paixões e de vícios. Tivera a oportunidade de casar-se com uma princesa que amava: tinha possibilidade de continuar a amá-la. Possuía aquela forma suprema de orgulho que consistia em tomar como natural sua posição de rei. Exigia respeito à sua pessoa e à sua função. Desprezava o servilismo, porque excluía a franqueza.

Detestava a pompa inútil, porque insulta a miséria e é o oposto da verdadeira majestade.

As pessoas que outrora haviam passado temporadas na corte da França diziam que em muitos pontos ele se parecia ao rei Filipe, o Belo. Viam nele a mesma figura, idêntica palidez de rosto, idêntica frieza em seus olhos azuis, quando, às vezes, levantava os cílios longos.

Eduardo era mais comunicativo e entusiasta, sem dúvida, do que seu avô materno. Mas os que assim falavam só tinham conhecido o Rei de Ferro em seus últimos anos, depois de mais de um quarto de século de poder.

Ninguém j se lembrava do que fora Filipe, o Belo, aos vinte anos. Em Eduardo III, o sangue da França tinha suplantado o dos Plantagenetas, e parecia que o verdadeiro Capeto estava no trono da Inglaterra.

Em outubro daquele mesmo ano de 1330, o Parlamento foi de novo convocado, dessa vez em Nottingham, ao norte do reino. A reunião prometia ser agitada: a maior parte dos lordes não perdoava a execução do conde de Kent, que continuava a pesar em sua consciência. E aquele processo confirmara todas as suas suspeitas em relação ao assassinio de Eduardo II.

O conde de Lancastre do Pescoço-Torto, que chamavam de o velho

Lancastre por ser o único da família real a ter salvo até os cinqüenta anos sua grande cabeça torcida, Lancastre, corajoso e sensato, estava finalmente de volta. Uma doença dos olhos, que o ameaçava havia muito tempo, agravara-se até se transformar em quase cegueira. Precisavam guiá-lo, mas a própria doença o tornava ainda mais venerável, e solicitavam-lhe a opinião com maior deferência.

Os comuns inquietavam-se, porque iam pedir-lhes que consentissem em novos subsídios que ratificassem novos impostos sobre a lã. Mas para onde ia, então, o dinheiro?

As trinta mil libras do tributo da Escócia, onde as havia empregado Mortimer? Era para ele ou para o reino que tinham feito aquela dura campanha, três anos antes? E por que ter gratificado o triste barão Maltravers, além de seu cargo de senescal, com uma soma de mil libras como salário pela guarda do falecido rei, se não fosse, aquilo, o pagamento pelo assassinio? Porque tudo se sabe, ou acaba-se por saber, e as contas do Tesouro não podem ficar eternamente secretas! Eis, pois, para que serviam as rendas das taxas! E Ogle e Gournay, os assessores de Maltravers, e Daverill, o governador de Corfe, tinham recebido outro tanto.

Mortimer, que avançava pela estrada de Nottingham, num tal aparato esplendoroso que o próprio jovem rei parecia fazer parte do seu séquito, não era sustentado agora senão por uma centena de partidários que lhe deviam toda a sua fortuna, que não eram poderosos senão por lhe terem prestado serviços, e que se arriscavam à desgraça, ao banimento ou ao patíbulo, se ele próprio viesse a cair.

Acreditava-se servido por uma rede de espíões, até junto do rei, na pessoa de João Wynyard, que lhe dava informação de todas as palavras pronunciadas e dificultava as conjurações. Acreditava-se poderoso porque suas tropas impunham receio aos lordes e aos comuns. Mas tropas podem marchar sob outras ordens, e espíões podem trair.

Sem o consentimento daqueles sobre os quais é exercido, o poder torna-se uma burla que não pode durar muito, um equilíbrio essencialmente frágil entre o medo e a revolta, e que se rompe num só golpe quando um número suficiente de homens adquire a consciência de que partilha o mesmo estado de espírito.

Cavalgando sobre uma sela bordada de ouro e prata, rodeado de escudeiros de caparazão escarlate, e levando uma flâmula flutuante na ponta das lanças, Mortimer avançava por uma estrada em mau estado.

Durante a viagem, Eduardo III reparou que sua mãe parecia doente.

Mostrava o rosto descorado e abatido, olhos marcados de fadiga, olhar menos brilhante. Ia de liteira, e não em sua hacanéia branca, que habitualmente cavalgava. Muitas vezes fora preciso parar a liteira, cujo movimento lhe causava náuseas. Mortimer, ao lado dela, era uma presença atenta e constrangida.

Talvez Eduardo III reparasse menos naqueles sintomas se não os tivesse igualmente observado, no início do ano, na senhora Filipa, sua esposa.

Depois, em viagem, os servidores tagarelam mais, e as mulheres da rainha-

mãe falaram com as da senhora Filipa. Em York, onde se fez uma parada de dois dias, Eduardo não mais podia ter dúvidas: sua mãe estava grávida.

V Sentiu-se inteiramente sufocado de vergonha e repulsa. De ciúme, também, um ciúme de filho primogênito que aumentava o seu ressentimento.

Que fim levava a nobre imagem que tinha de sua mãe quando na infância? 0

“Por ela odiei meu pai, por causa das vergonhas que ele lhe infligia. E eis que presentemente ela me desonra! Mãe, aos quarenta anos, de um bastardo, que será mais jovem do que meu próprio filho!”

Como rei, sentia-se humilhado diante de seu reino, e como esposo, diante de sua esposa.

No quarto do castelo de York, voltando-se entre os lençóis sem conseguir dormir, dizia a Filipa: — Lembra-te, minha amiga, de que aqui nos casamos... Ah! Eu te convidei para um reinado bem triste!

Plácida e refletida, Filipa considerava o acontecimento com menos paixão. Mas, bastante melindrosa em questões de virtude, julgava.

— Coisas assim — disse ela — não se veriam na corte da França.

Então Eduardo sobressaltou-se.

— Ah! minha amiga... E vossas primas da Borgonha, que desonraram seus três esposos?... E vossos reis envenenados?

De repente, a dinastia francesa tornava-se, unicamente, a família de Filipa.

— Na França são mais cortesões — respondeu Filipa —, menos excessivos em seus desejos, menos cruéis em seus rancores.

— São mais dissimulados, mais sonsos. Preferem o veneno ao ferro...

— Vós, vós sois mais selvagens...

Ele calou-se. Temerosa de tê-lo ofendido, Filipa estendeu-lhe um braço arredondado e macio.

— Amo-te muito, meu amigo, porque tu — disse ela — não te parecez com eles.

— E não é apenas a vergonha — retornou Eduardo —, mas também o perigo...

— Que queres dizer?

— Quero dizer que Mortimer é bem capaz de nos matar a todos, e desposar minha mãe a fim de se fazer reconhecer como regente e empurrar seu bastardo para o trono...

— E uma loucura pensar numa coisa dessas — disse Filipa.

Sem dúvida, tal subversão, que implicava a negação de todos os princípios, tanto religiosos como dinásticos, teria sido, numa monarquia estável, inteiramente unimaginável. Mas tudo é possível, e as aventuras mais alucinadas são suscetíveis de serem tentadas, quando se trata de um reino dilacerado e abandonado à luta dos partidos.

— Eu me abrirei amanhã com Montaigu — disse o jovem rei.

Chegando a Nottingham, lorde Mortimer mostrou-se particularmente impaciente, autoritário e nervoso, porque João Wynyard, sem poder tomar conhecimento do tipo de conversação, informara-lhe sobre os freqüentes colóquios que, na última parte do trajeto, o rei tinha tido com Montaigu e vários outros jovens lordes.

Para começar, Mortimer atacou sir Eduardo Bohun, o vice-governador, que, encarregado de organizar o alojamento, e agindo, aliás, segundo os hábitos, tinha previsto a instalação dos grandes nobres no próprio castelo.

— Com que direito — exclamou Mortimer —, sem me consultar, dispusestes de apartamentos tão próximos dos da rainha-mãe?

— Eu pensava, milorde, que o conde de Lancastre.

— O conde de Lancastre, assim como todos os outros, deverá alojar-se uma milha, pelo menos, distante do castelo...

— E vós, milorde?

Mortimer franziu as sobrancelhas, como se aquela pergunta constituísse uma ofensa.

— Meu apartamento será ao lado do da rainha-mãe, e fareis entregar a ela, todas as noites, pelo condestável, as chaves do castelo.

Eduardo Bohun inclinou-se.

Há, às vezes, prudências funestas. Mortimer queria evitar que se constatasse o estado da rainha-mãe. Queria, sobretudo, isolar o rei, o que permitiu aos jovens lordes reunir-se e confabular com maior liberdade, longe do castelo e dos espíões de Mortimer.

Lorde Montaigu reuniu os amigos que lhe pareciam mais resolutos, moços quase todos entre os vinte e os trinta anos: os lordes Molins, Hufford, Stafford, Clinton, assim como João Nevil de Horneby e os quatro irmãos Bohun, Eduardo, Humphrey, Guilherme e João, este último conde de Hereford e Essex. A juventude formava o partido do rei. Tinham o beneplácito de Henrique de Lancastre, e mais alguma coisa além do beneplácito.

De seu lado, Mortimer reunia-se no castelo com o chanceler Burghersh, Simão Bereford, João Monmouth, João Wynyard, Hugo Turplington e Maltravers, consultando-os sobre os meios de destruir a nova conjuração que ele adivinhava se estar tramando contra a sua pessoa.

O bispo Burghersh sentia o vento mudar e mostrava-se menos ardente na severidade. Cobrindo-se com sua dignidade eclesiástica, pregava o entendimento. Soubera, outrora, deslizar a tempo do partido de Despenser para o de Mortimer.

— Chega de prisões, de processos e de sangue — dizia ele. — Talvez algumas satisfações outorgadas em terras, dinheiro ou honras...

Mortimer interrompeu-o com o olhar. Seus olhos, de pálpebras cortadas em linha reta, sob sobrancelhas maciças, faziam ainda tremer. O bispo de Lincoln calou-se.

Mas, na mesma hora, lorde Montaigu conversava em Particular com Eduardo III.

— Eu vos suplico, meu nobre rei — dizia-lhe ele —, que não tolereis por mais tempo as insolências e as intrigas de um homem que mandou assassinar vosso pai, decapitar vosso tio e corrompeu vossa mãe. Juramos derramar nossa última gota de sangue para vos livrar dele. Estamos prontos para tudo.

Será, entretanto, necessário agir depressa, e para isso precisamos entrar em grande número no castelo, no qual nenhum de nós está alojado.

O jovem rei refletiu um momento.

— Agora, com certeza, Guilherme — respondeu ele —, sei que vos quero bastante.

Ele não tinha dito: “que me quereis bastante”. Com uma disposição de alma verdadeiramente real, ele não duvidava de que o quisessem servir. O importante, para ele, era conceder sua confiança e sua afeição.

— Ide, pois — continuou ele —, procurar o condestável do castelo, sir Guilherme Eland, em meu nome, e dizer, por minha ordem, que vos obedeça no que lhe pedirdes.

— Então, milorde — disse Montaigu —, que Deus nos ajude!

Tudo dependia agora de Eland, de conseguir obter-lhe a adesão, e de sua lealdade. Se revelasse o pedido de Montaigu, os conjurados estavam perdidos, e talvez o próprio rei. Mas sir Eduardo Bohun garantia que ele penderia para o lado bom, quando mais não fosse, pela maneira com que Mortimer, desde que chegara a Nottingham, o tratava como a um criado.

Guilherme Eland não decepcionou Montaigu, prometeu obedecer-lhe às ordens em tudo quanto pudesse e jurou guardar segredo.

— Pois que estais conosco — disselhe Montaigu —, dai-me esta noite as chaves do castelo.

— Milorde — respondeu o condestável —, sabeis que as grades e portas são fechadas toda noite com chaves que devo entregar à rainha-mãe, que as esconde sob seus travesseiros até de manhã. Eu vos informo também que a guarda habitual do castelo foi rendida e substituída por quatrocentos homens das tropas pessoais de lorde Mortimer...

Montaigu viu todas as suas esperanças desmoronarem-se.

— Mas conheço uma abertura secreta que leva do campo até o castelo — continuou Eland. — É um subterrâneo que data dos reis saxões, e que foi feito por eles para fugir aos dinamarqueses, quando estes últimos invadiam a região. Esse subterrâneo é desconhecido da rainha Isabel, de Mortimer e de sua gente, aos quais eu não tinha razão alguma para mostrá-lo: termina no coração do castelo, no *keep*, e por ele se pode entrar sem que ninguém perceba.

— Mas como encontraremos a entrada no campo?

— Estarei convosco, milorde!

Lorde Montaigu teve uma segunda e rápida conversa com o rei. Depois, durante a noite, em companhia dos irmãos Bohun, dos outros conjurados e do condestável Eland, montou a cavalo e deixou a cidade, declarando a um bom número de pessoas que Nottingham lhe parecia pouco seguro.

Aquela partida, que se assemelhava bastante a uma fuga, foi imediatamente relatada a Mortimer.

— Eles se sabem descobertos e denunciam a si próprios. Amanhã eu os mandarei prender e trazer diante do Parlamento. Vamos, teremos uma noite tranqüila, minha amiga — dizia ele à rainha Isabel.

Lá pela meia-noite, do outro lado do *keep*, num quarto de paredes de granito iluminadas apenas por um velador, a senhora Filipa perguntava ao esposo por que ele não se deitava e se conservava assim à beira do leito, com uma cota de malha sobre sua cota de rei, e uma espada curta ao f lanço.

— Pode ser que aconteçam grandes coisas esta noite — respondeu Eduardo.

Filipa mantinha-se calma e plácida na aparência, mas o coração batia-lhe fortemente no peito. Lembrava-se da sua conversa em York

— Pensais que ele deseje assassinar-vos?

— Também isso pode acontecer.

Houve um ruído de vozes sussurradas no aposento vizinho, e Gualter de Mauny, que o rei tinha designado para ficar de guarda em sua antecâmara, bateu discretamente à porta. Eduardo foi abrir.

— O condestável está aqui, milorde — disse ele —, e os outros o acompanham.

Eduardo foi dar um beijo na testa de Filipa, que lhe agarrou a mão, mantendo-a estreitamente presa por um instante, e murmurou: — Deus te guarde! Gualter de Mauny perguntou: — Devo seguir-vos, milorde?

— Fecha bem as portas atrás de mim e vela pela senhora Filipa.

No pátio relvoso do torreão, sob a claridade do luar, os conjurados se haviam reunido em torno do poço; eram sombras armadas de gládios e de machados.

A juventude do reino tinha envolvido os pés em trapos. O rei não tomara essa precaução, e seu passo foi o único a ressoar nas lajes dos compridos corredores. Uma só tocha iluminava aquela marcha.

Aos servidores, deitados no chão nu, e que se soerguiam, sonolentos, murmurava-se: “O rei”, e eles ficavam onde estavam, encolhidos sobre si mesmos, inquietos com aquele passeio noturno de fidalgos armados, mas sem procurar saber demais.

A contenda estourou na antecâmara dos apartamentos da rainha Isabel, onde os seis homens ali colocados por Mortimer recusaram passagem, embora fosse o rei que a pedisse. Batalha bem rápida, onde só João de Nevil foi ferido com um golpe de pique que lhe atravessou o braço. Rodeados e desarmados, os homens da guarda colaram-se às paredes: a luta não durara mais de um minuto, e atrás

da espessa porta ouviu-se um grito que escapou da garganta da rainha-mãe, depois o ruído de trincos empurrados.

— Lorde Mortimer, sai! — ordenou Eduardo III. — É o vosso rei que vos vem prender.

Tinha lançado sua voz clara e forte de batalha, a voz que a multidão de York ouvira no dia de seu casamento.

Não houve outra resposta a não ser um ranger de espada desembainhada.

— Mortimer, sai! — repetiu o jovem rei.

Esperou ainda alguns segundos, depois, de súbito, agarrou o machado mais próximo das mãos de um jovem lorde, ergueu-o acima da cabeça, e, com todas as suas forças, atirou-o contra a porta.

Aquele golpe de machado era a afirmação nítida e longamente esperada de seu poder real, o fim de suas humilhações, o termo dos decretos lançados contra a sua vontade. Era a libertação de seu Parlamento, a honra devolvida aos lordes e a legalidade restaurada no reino. Bem mais do que no dia da coroação, o reino de Eduardo III começava ali, com aquele ferro brilhante plantado no carvalho escuro, e com aquele choque, aquele rachar de madeira, cujo eco repercutia sob as abóbadas de Nottingham.

Dez outros machados atacaram a porta, e logo o pesado batente cedia.

Rogério Mortimer mantinha-se no centro do aposento.

Tinha tido tempo de vestir os calções. Tinha a camisa branca aberta no peito e a espada na mão.

Seus olhos cor de sílex brilhavam sob as sobrancelhas espessas; seus cabelos, que encaneciam e estavam despenteados, rodeavam-lhe o rosto rude. Havia ainda uma bela força naquele homem.

A rainha Isabel mantinha-se ao lado dele, com as faces banhadas de lágrimas. Tremia de frio e de medo. Seus delgados pés nus faziam duas manchas claras no ladrilho. No aposento vizinho, percebia-se uma cama desfeita.

O primeiro olhar do jovem rei foi para o ventre refundo de sua mãe, delineado pela camisola de noite. Jamais perdoaria a Mortimer ter reduzido sua mãe, tão bela e tão valente na adversidade, tão cruel no triunfo, mas sempre tão rainha, ao estado daquela mulher lacrimosa, à qual vinham arrancar seu homem, e que torcia as mãos, gemendo: — Belo filho, belo filho, eu vos conjuro, poupai o gentil Mortimer!

Ela se colocara entre seu filho e seu amante.

— Ele poupou vossa honra? — indagou Eduardo.

— Não façais mal ao seu corpo! — exclamou Isabel. — Ele é valente cavaleiro, nosso amigo bem-amado. Lembrai-vos de que lhe deveis o trono!

Os conjurados hesitavam. Ia haver combate. Seria necessário matar Mortimer sob os olhos da rainha?

— Ele foi suficientemente pago por ter apressado meu reinado! Vamos, meus

lordes, apoderaí-vos dele — disse o jovem rei, afastando sua mãe e fazendo sinal a seus companheiros para avançar.

Montaigu, os Bohun, lorde Molins e João Nevil, de cujo braço escorria sangue sem que ele o notasse, rodearam Mortimer. Dois machados ergueram-se atrás dele, três lâminas dirigiram-se para seus flancos, uma mão abateu-se sobre seu braço para fazê-lo largar a espada que segurava.

Empurraram-no para a porta. No momento de transpô-la, Mortimer voltou-se: — Adeus, Isabel, minha rainha — exclamou ele —, nós nos amamos bastante!

E era verdade. O amor maior, o mais espetacular, o mais devastador do século, iniciado como uma façanha de cavalaria e que tinha emocionado todas as cortes da Europa, até mesmo a da Santa Sé, aquela paixão que fretara uma frota, que equipara um exército, se havia consumido num poder tirânico e sangrento e acabava-se entre machados, à luz de uma tocha fumarenta. Rogério Mortimer, oitavo barão de Wigmore, antigo grande juiz da Irlanda, primeiro conde das Marcas, era conduzido para a prisão. Sua amante real, em camisola, desabava no chão, aos pés do leito.

Antes do amanhecer, Bereford, Daverill, Wynyard e os principais partidários de Mortimer foram presos. Lançaram-se em perseguição do senescal Maltravers, de Gournay e Ogle, os três assassinos de Eduardo II, que se tinham imediatamente evadido.

Pela manhã, a multidão aglomerava-se nas ruas de Nottingham e urrava sua alegria pela passagem da escolta que levava sobre uma carreta, vergonha suprema para um cavaleiro, Mortimer carregado de ferros. Pescoço-Torto, com a orelha sobre o ombro, estava na primeira fila da população, e, embora seus olhos doentes mal vissem o cortejo, dançava e atirava seu gorro para o ar.

— Para onde o levam? — perguntavam as pessoas.

— Para a Torre de Londres.

Para as Common Gallows

Os corvos da Torre vivem muitíssimo, mais de cem anos, dizem. O mesmo corvo enorme, atento e dissimulado, que sete anos antes procurava bicar os olhos do prisioneiro através das barras do respiradouro, tinha voltado a postar-se diante da cela.

Seria por escárnio que Mortimer fora colocado na mesma masmorra de outrora? Ali onde o pai o havia encerrado dezessete meses, o filho, por sua vez, tinha-o cativo. Mortimer dizia a si mesmo que devia haver em sua natureza, em sua pessoa qualquer coisa que o tornava intolerável à autoridade real, ou que lhe tornava insuportável essa autoridade. Fosse como fosse, um rei e ele não podiam coabitar a mesma nação, e era preciso que um deles desaparecesse. Ele

suprimira um rei. Outro rei ia suprimi-lo. É uma grande desgraça nascer com alma de monarca quando não se está destinado a reinar.

E se fora por prudência que o tinham colocado naquele mesmo cárcere, porque se conheciam os meios de que ele se utilizara outrora para dele sair, aquela precaução era inútil; dessa vez, ele não mostrava desejo algum de se evadir.

Rogério Mortimer tinha a impressão de haver morrido em Nottingham.

Para criaturas como ele, dominadas pelo orgulho, e cujas mais altas ambições haviam sido satisfeitas por um momento, a queda equivalia à morte. O verdadeiro Mortimer estava, presentemente, e para a eternidade humana, inscrito nas crônicas da Inglaterra. A masmorra da Torre continha apenas seu invólucro carnal, mas indiferente.

Coisa singular, aquele invólucro tinha retomado seus hábitos. Assim como se volta, depois de vinte anos de ausência, à casa em que se passou a infância, e o joelho dobra-se espontaneamente, por uma espécie de memória muscular, sobre o batente da porta que outrora forçava, ou então o pé pousa na parte mais larga da escada para evitar a beirada de um degrau gasto — da mesma forma Mortimer tinha retomado os gestos da sua detenção precedente. Podia, mesmo durante a noite, dar alguns passos do respiradouro à parede sem esbarrar em nada. Tinha, desde o momento em que chegara, empurrado o escabelo para seu antigo lugar. Reconhecia os ruídos familiares, a mudança da guarda, o toque dos ofícios na Capela de São Pedro, e isso sem o menor esforço de atenção. Sabia a hora em que viriam lhe trazer a refeição. A comida era apenas um pouco menos má do que no tempo do ignóbil condestável Seagrave.

Já que o barbeiro Ogle tinha servido de emissário a Mortimer, da primeira vez, a fim de organizar sua fuga, recusavam-se a enviar alguém para barbeá-lo. Uma barba de um mês cobria-lhe o rosto.

Mas, a não ser por esse pormenor, tudo era semelhante, até o corvo que Mortimer outrora chamara “Eduardo”, e que fingia dormir, abrindo de vez em quando seu olho redondo antes de atirar o grande bico através das grades.

Ah! Sim! Algo faltava: os monólogos tristes de seu velho tio, lordê Mortimer de Chirk, deitado na tábua que lhe servia de leito... Agora, Rogério Mortimer compreendia por que o velho tinha se recusado a segui-lo em sua evasão. Não era o receio do risco, nem mesmo a fraqueza do corpo, pois temos sempre forças para empreender uma caminhada, mesmo que se deva tombar na estrada. Fora o sentimento de que sua vida estava terminada que retivera o velho lordê de Chirk e levava-o a preferir conservar-se ali, sobre aquela tábua, à espera do fim.

Para Rogério Mortimer, que não tinha senão quarenta e cinco anos, a morte não viria espontaneamente. Sentia uma certa angústia quando olhava para o lugar onde habitualmente erguiam o cepo. Mas é possível habituar-se à proximidade da

morte através de toda uma série de pensamentos muito simples, que terminam por constituir lânguida melancolia. Mortimer dizia consigo que o corvo dissimulado lhe sobreviveria e zombaria de outros prisioneiros. Os ratos também viveriam, os grandes ratos molhados que saíam à noite das ribas lodosas do Tâmis e corriam sobre as pedras da fortaleza. Mesmo a pulga que o infernizava sob a camisa saltaria para o carrasco, no dia da sua execução, e continuaria a viver. Toda vida que se apaga no mundo deixa as outras vidas intatas. Nada é mais banal do que morrer.

Pensava, às vezes, em sua mulher, lady Joana, sem nostalgia nem remorsos. Tinha-a mantido afastada de seu poderio, e por isso não temia que alguém se voltasse contra ela. Deveriam deixar-lhe, sem dúvida, o gozo de seus bens pessoais. Seus filhos? Sim, seus filhos teriam de suportar o peso dos ódios que o haviam derrubado. Mas como poucas possibilidades havia de que viessem a ser homens tão valorosos e tão ambiciosos como ele próprio, que importância tinha que fossem ou não fossem condes das Marcas? O grande Mortimer era ele, ou antes, tinha sido ele. Nem por sua mulher, nem por seus filhos, ele sentia remorsos.

A rainha?... A rainha Isabel morreria um dia, e dali por diante ninguém mais existiria sobre a terra que tivesse tido conhecimento da verdade. Era apenas quando pensava em Isabel que se perdia o seu desprendimento desdenhoso da existência. Ele morreria em Nottingham, era verdade, mas a lembrança daquela paixão de quatro anos continuava a viver, um pouco como os cabelos se obstinam em crescer quando o coração cessou de palpitar. Eis tudo quanto restava ao carrasco decepar. Quando separassem sua cabeça do corpo, aniquilariam a lembrança das mãos reais que se tinham cruzado naquele pescoço.

Como a cada manhã, Mortimer tinha perguntado em que dia estavam.

Era 29 de novembro. O Parlamento devia, pois, reunir-se, e o prisioneiro esperava para comparecer diante dele. Conhecía bastante a covardia dos que ali se reuniam para saber que nenhum tomaria a sua defesa. Muito ao contrário, lordes e comuns iam vingar-se, com alvoroço, do terror que durante tanto tempo ele lhes inspirara.

O julgamento já fora pronunciado no quarto de Nottingham. Não era a um ato de justiça que o iam submeter, mas apenas a um simulacro necessário, uma formalidade, tudo exatamente como nas condenações outrora ordenadas por ele.

Um soberano de vinte anos, impaciente para governar, e jovens lordes impacientes para serem senhores do favor real, tinham necessidade de sua desapareição para assegurar-se de seu poderio.

“Minha morte, para esse pequeno Eduardo, é o complemento indispensável de sua sagração... Entretanto, não farão melhor do que eu. O

povo não se sentirá mais feliz sob sua lei. Onde eu não tive êxito, quem o poderá ter?”

Que atitude deveria adotar durante o simulacro de justiça? Suplicar, como o conde de Kent? Bater no peito, implorar, oferecer submissão, de pés nus e corda ao pescoço, confessar o remorso de seus erros? É preciso ter muita vontade de viver para se impor a comédia da decadência!

“Não cometi falta alguma. Fui o mais forte, e me conservei assim até o momento em que outros, momentaneamente mais fortes, me abateram. É tudo.”

Então o insulto? Fazer frente, pela última vez, àquele Parlamento de carneiros e lançar-lhes: “Tomei armas contra o rei Eduardo II. Meus lordes, quais, dentre vós que me julgais hoje, não me seguiram então? Evadi-me da Torre de Londres. Meus lordes-bispos, quais dentre vós que me julgais hoje não forneceram ajuda e tesouro para a minha libertação? Livrei a rainha Isabel de ser assassinada pelos favoritos de seu esposo, levantei tropas, armei uma frota que vos livraram dos Despenser, depus o rei que odiáveis e fiz coroar o filho que hoje me manda julgar. Meus lordes, condes, barões e bispos, e vós *messires* dos comuns, quais dentre vós não me pediram que fizesse tudo isso, e não aplaudiram tudo isso? Mesmo o amor que a rainha me concedeu! Não tendes nada a me censurar, senão ter agido em vosso lugar, e tendes belos dentes para me dilacerar, para que seja esquecida com a morte de um só o que foi tarefa de todos...”

Ou, então, o silêncio... Recusar resposta ao interrogatório, recusar defender-se, não ter o trabalho inútil de se justificar. Deixar os cães uivarem, pois que já não estavam sob o chicote... “Como tive razão de submetê-los pelo medo!”

Foi arrancado aos seus pensamentos pelo ruído de passos. “Eis o momento”, disse consigo.

A porta abriu-se e sargentos-de-armas apareceram, afastando-se para deixar passar o conde de Norfolk, marechal da Inglaterra, seguido do lorde-prefeito e dos xerifes de Londres, bem como de vários representantes dos lordes e dos comuns. Toda aquela gente não caberia na cela, e as cabeças aglomeravam-se no corredor estreito.

— Milorde — disse o conde de Norfolk —, venho, por ordem do rei, fazer-vos a leitura do julgamento que se realizou a vosso respeito, trasanteontem, pelo Parlamento reunido.

Os presentes ficaram surpresos ao ver Mortimer sorrir ao ouvir aquilo.

Um sorriso calmo, desdenhoso, que não se dirigia aos demais, mas a ele próprio. O julgamento fora realizado havia dois dias sem sua presença diante do tribunal, sem interrogatório, sem defesa... quando, havia apenas alguns instantes, ele se preocupava com a atitude que devia assumir diante de seus acusadores. Preocupação vã! Davam-lhe uma lição: ele tinha podido dispensar, para os Despenser, para o conde d'Arundel, para o conde de Kent, qualquer formalidade de justiça.

O *coroner* da corte havia começado a leitura da sentença 20.

— “Visto que foi decretado pelo Parlamento sediado em Londres, imediatamente depois da coroação de nosso senhor o rei, que o conselho do rei compreenderia cinco bispos, dois condes e cinco barões, e que nada poderia ser decidido senão na presença deles, e que o dito Rogério Mortimer, sem consideração para com a vontade do Parlamento, apropriou-se do governo e da administração do reino, colocando e exonerando à sua vontade os oficiais da casa do rei e do conjunto do reino para ali introduzir seus próprios amigos, a seu bel-prazer...”

De pé, encostado à parede, com a mão pousada numa barra do respiradouro, Rogério Mortimer olhava para o pátio e mal parecia interessado na leitura.

— “... Visto que o pai do nosso rei, tendo sido levado para o castelo de Kenilworth, por decreto dos pares do reino, para ali ficar e ali ser tratado segundo sua dignidade de grande príncipe, foi transferido, por ordem do dito Rogério, para o castelo de Berkeley, onde, finalmente, por ordem do dito Rogério, foi traiçoeira e ignomiosamente assassinado...”

— Vai-te, pássaro malévolo! — exclamou Mortimer, com espanto dos presentes, porque o corvo dissimulado acabava de lhe descarregar uma bicada nas costas da mão.

— “... Visto que, embora fosse proibido por decreto do rei, selado com o grande selo, penetrar armado na sala de deliberação do Parlamento sediado em Salisbury, sob pena de deslealdade, o dito Rogério e seu séquito armado nem por isso deixaram de penetrar nela violando assim o decreto real...”

A lista dos agravos era interminável. Censuravam a Mortimer sua expedição militar contra o conde de Lancastre; seus espiões colocados juntos do jovem soberano, constrangido, assim, “a se conduzir mais como prisioneiro do que como rei”; a entrega, para seu proveito, e como se se tratasse de benefícios, de numerosas terras pertencentes à coroa; o resgate, a espoliação, o banimento de numerosos barões que se haviam revoltado contra a sua tirania; a maquinação montada para que o conde de Kent acreditasse que o pai do rei continuava vivo, “o que levou o dito conde a verificar os fatos pelos meios mais honestos e mais leais”; a usurpação dos poderes reais para citar o conde de Kent diante do Parlamento e condená-lo à morte; o desvio de somas destinadas a financiar a guerra da Gasconha, assim como de trinta mil marcos de prata entregues pelos escoceses na execução do tratado de paz; a penhora do Tesouro real em seu benefício e de certos membros do conselho, de forma que o rei não estava mais em condições de manter sua categoria. Era acusado, enfim, de ter ateadado o fogo da discórdia entre o pai do rei e a rainha consorte, “sendo, assim, responsável pelo fato de não voltar nunca mais a rainha para seu senhor a fim de partilhar seu leito, com grande desonra para o rei e para todo o reino”, e também de ter desonrado a rainha, “mostrando-se junto dela como seu amante notório e confesso”.

Mortimer, com os olhos no forro, acariciava a barba e recomeçara a sorrir. Era toda a sua história que estavam lendo, e que, sob aquela forma estranha, ia entrar para sempre para os arquivos do reino.

— “...Eis por que o rei deu aos condes, barões e outros, a incumbência de pronunciar um julgamento justo contra o dito Rogério Mortimer, o que os membros do Parlamento, depois de terem conferenciado, fizeram, declarando que todas as acusações enumeradas eram válidas, notórias, conhecidas de todo o povo, particularmente o artigo relativo à morte do rei no castelo de Berkeley. Eis por que ficou resolvido por eles que o dito Rogério, traidor e inimigo do rei e do reino, seja arrastado sobre a grade e depois enforcado.

Mortimer teve um ligeiro sobressalto. Então não seria o cepo? Até o fim aparecia o imprevisto.

— “...e também que à sentença não caberá apelação, assim como o próprio referido Mortimer outrora resolveu nos processos dos dois Despenser e do falecido lorde Edmundo, conde de Kent e tio do rei.”

O escrivão terminara e enrolava as folhas. O conde de Norfolk, irmão do conde de Kent, olhava Mortimer nos olhos. Que tinha feito, aquele, que se escondera tão bem durante os últimos meses, para reaparecer afetando um ar vingador e justiceiro? Por causa daquele olhar, Mortimer teve desejo de dizer alguma coisa... oh! não longamente! só para dizer ao conde-marechal, e, através daquela personagem, ao rei, aos conselheiros, aos lordes, aos comuns, ao clero, ao povo, a todos que lhe tinham sido submissos: — Quando aparecer no reino da Inglaterra um homem capaz de fazer todas as coisas que acabais de enumerar, vós vos submetereis a ele, mais uma vez, da mesma maneira. Mas não creio que ele nasça tão cedo. Já é tempo de terminar. Ides conduzir-me agora?

Parecia que ainda dava ordens e dirigia sua própria execução.

— Sim, milorde — disse o conde de Norfolk —, é agora. Vamos levar-vos às Common Gallows.

As Common Gallows, a força dos ladrões, dos bandidos, dos falsários, dos vendedores de mulheres, a força da crápula.

— Bem, vamos! — disse Mortimer.

— Mas, antes disso, deveis despir-vos, para a grade...

— Muito bem, despi-me.

Tiraram-lhe as vestes, não lhe deixando senão um pano em torno dos rins. Ele saiu assim, nu entre aquela escolta agasalhada em roupas quentes, sob uma chuva miúda e fina de novembro. Seu corpo alto e musculoso era uma mancha clara entre todos aqueles trajes sombrios e as roupas de ferro da guarda.

A grade estava no Green, construída de ripas ásperas, pousadas sobre dois patins, e ligadas aos arreios de um cavalo de tiro.

Mortimer conservou seu sorriso desdenhoso ao contemplar aquele aparato todo. Quantos cuidados, que aplicação em humilhá-lo! Deitou-se sobre a grade

sem que o ajudassem, e ali prenderam-lhe os pulsos e os tornozelos. Depois, o cavalo se pôs a andar e a grade a deslizar, primeiro suavemente, sobre a relva do Green, depois raspando o pedregulho e as pedras do caminho.

O marechal da Inglaterra, o lorde-prefeito, os delegados, os representantes do Parlamento, o condestável da Torre, seguiam-na. Uma escolta de soldados, de pique ao ombro, abria o caminho e protegia a marcha.

O cortejo saiu da fortaleza pela Porta dos Traidores, onde uma turba esperava, curiosa, encapelada, cruel, turba que foi aumentando sempre ao longo do caminho.

Quando, durante toda a vida, uma pessoa olhou para os homens do alto de um cavalo ou de uma cadeira de barão, é uma impressão estranha vê-los subitamente do nível do chão, com seus queixos agitados, suas bocas deformadas pelos gritos, suas narinas abertas. Os homens têm, verdadeiramente, rostos malévolos quando vistos assim, e as mulheres também, rostos grotescos e maus, horrendas bocas de gárgulas nas quais não se bateu bastante quando se estava de pé! E sem aquela chuva miúda e fina que lhe caía diretamente sobre os olhos, Mortimer, sacudido e abalado sobre sua grade, poderia ter visto ainda melhor aqueles rostos de ódio.

Algo de viscoso atingiu-o na face e correu-lhe pela barba: Mortimer compreendeu que era um escarro. Depois, uma dor aguda, fulgurante, atravessou-o todo: mão covarde lhe havia lançado uma pedra ao baixo-ventre. Sem os soldados armados, a multidão, embriagando-se com os próprios urros, o teria dilacerado ali mesmo.

Ele seguia sob a abóbada sonora de insultos e pragas, ele que, seis anos antes, em todas as estradas da Inglaterra, não ouvia senão aclamações. As multidões têm duas vozes, uma para o ódio, outra para o júbilo. É um grande mistério o fato de tantas gargantas urrando juntas poderem produzir dois rumores tão diferentes.

E, bruscamente, foi o silêncio. Já tinham chegado à forca? Não: tinham entrado em Westminster e faziam passar a grade sob as janelas onde se aglomeravam os membros do Parlamento. E estes calavam-se, vendo sobre o pavimento, arrastado como árvore fendida ao meio, aquele que durante tantos meses tinha feito pesar sobre eles a sua vontade. As instituições da Inglaterra haviam vencido finalmente.

Mortimer, com os olhos cheios de chuva, procurava um olhar: esperava que por suprema crueldade tivessem obrigado a rainha Isabel a contemplar seu suplício, mas não a viu.

Depois, o cortejo dirigiu-se para Tyburn²¹. Chegado às Common Gallows, o condenado foi desamarrado e confessado rapidamente. Pela derradeira vez Mortimer dominou a multidão, do alto do cadafalso. Sofreu pouco, pois a corda do carrasco, levantando-o bruscamente, rompeu-lhe as vértebras.

A rainha Isabel encontrava-se naquele dia em Windsor, onde convalescia

lentamente de ter perdido, ao mesmo tempo que seu amante, o filho que dele esperava.

O rei Eduardo mandou dizer à sua mãe que iria passar com ela as festas de Natal.

Um mau dia

Pelas janelas da casa Bonnefille, Beatriz d’Hirson olhava a chuva cair na Rue Mauconseil. Havia muitas horas esperava Roberto d’Artois, que lhe havia prometido passar por ali naquela tarde. Mas Roberto de forma alguma cumpria suas promessas, tanto as pequenas como as grandes, e Beatriz se julgava bem estúpida por ainda acreditar nele.

Para uma mulher que espera, um homem tem todas as culpas. Roberto também não lhe havia prometido, e mais de um ano antes, que seria dama de cerimônia em seu palácio? No fundo, não era diferente de sua tia: todos os D’Artois se pareciam. Ingratos! Esfalfava-se para lhe fazer as vontades, corria-se aos ervanários e feiticeiros, matava-se para servir seus interesses, arriscava-se à força e à fogueira... porque não seria monseigneur Roberto que prenderiam se tivessem apanhado Beatriz pondo arsênico na tisana da senhora Mafalda, ou o sal de mercúrio no *hanap* de Joana, a Viúva. “Não conheço essa mulher”, diria ele. “Ela diz estar agindo por ordem minha?”

Mentira. Ela era da casa de minha tia, não da minha. Diz isso para livrar-se.

Mandem-na para a roda.” Entre a palavra de um príncipe da França, cunhado do rei, e a de uma obscura sobrinha de bispo, cuja própria família não estava mais em favor, quem teria hesitado?

“E fiz tudo isso para quê?”, pensava Beatriz. “Para esperar. Para esperar, solitária em minha casa, que monseigneur Roberto se digne me visitar uma vez por semana! Ele me disse que viria depois das vésperas, e eis que o ofício da tarde está soando. Deve estar pandegando, recebendo barões para o jantar, falando de suas grandes façanhas, dos negócios do reino, de seu processo, acariciando as ancas de todas as camareiras. Mesmo a Divion come agora à sua mesa, eu o sei! E eu aqui estou, olhando para a chuva. Ele chegará à noite, pesado, arrotando muito, com as faces intumescidas, dirá três parvoíces e desabarará na cama, para dormir uma hora. Depois se irá. Se chegar a vir...”

Beatriz entediava-se, mais ainda do que em Conflans, nos últimos meses da vida de Mafalda. Seus amores com Roberto se esvaíam como sobre areia movediça. Tinha pensado prender o gigante em armadilha, mas ele havia escapado. A paixão contrariada, humilhada, transformava-se em rancor surdo. Esperar, sempre esperar! E nem mesmo poder sair, correr as tavernas com alguma amiga, à procura de aventura, porque Roberto poderia chegar exatamente em tal momento. Além disso, ele a mandava vigiar!

Compreendia que Roberto se desligava dela, e não a via agora a não ser por obrigação, como cúmplice que deve ser tratada com cuidado. Duas semanas inteiras se passavam, às vezes, sem que demonstrasse desejo dela.

“Tu não ganharás sempre, monseigneur Roberto!”, dizia ela, baixinho.

Comaçava a odiá-lo secretamente, por não possuí-lo.

Tinha tentado suas melhores receitas de filtros de amor: “Tirai vosso sangue, uma sexta-feira de primavera, e fazei-o secar ao forno numa vasilha pequena, com dois testículos de lebre e um fígado de pomba; reduzi tudo a um pó fino e fazei com que a pessoa que vos interessa o engula. Se não fizer efeito da primeira vez, repeti três vezes”.

Ou então: “Ireis, em manhã de sexta-feira, antes de sair o sol, a um pomar, e colhereis duma árvore a mais bela maçã que vos for possível; depois, escrevereis com o vosso sangue, num pedacinho de papel branco, vosso nome e sobrenome e, na linha seguinte, o nome e sobrenome da pessoa pela qual desejas ser amada. Tratareis de arranjar três fios de seus cabelos, que reunireis a três fios dos vossos e que vos servirão para amarrar o bilhete que escrevestes com o vosso sangue: depois cortareis a maçã em duas partes, retirareis as sementes e colocareis no lugar delas o bilhete amarrado com os cabelos. E com dois pequenos espetos pontudos, feitos com galhos verdes de mirta, juntareis corretamente as duas metades da maçã e a fareis secar bem no forno, de sorte que ela se torne dura e sem umidade, como as maçãs secas da Quaresma; em seguida, envolvereis a maçã em folhas de louro e de mirta e tratareis de metê-la sob a cabeceira da cama onde dorme a pessoa amada, sem que ela se aperceba disso; dentro de pouco tempo ela vos dará provas de seu amor”.

Empresa vã. As maçãs da sexta-feira mantinham-se inoperantes. A feitiçaria, na qual Beatriz se considerava infalível, parecia não ter domínio sobre o conde d’Artois. Ele não era o Diabo, afinal, apesar do que ela lhe afirmara para conquistá-lo.

Beatriz esperara engravidar. Roberto parecia amar seus filhos. Por orgulho, talvez, mas amava-os. Eram os únicos entes dos quais falava com um pouco de ternura. Então, um pequeno bastardo que lhe surgisse agora...

Depois, Beatriz poderia mostrar seu ventre e dizer: “Espero um filho de monseigneur Roberto...” Mas fosse por ter, no passado, contrariado a natureza, fosse por a ter o Maligno feito de forma que ela não pudesse conceber, aquela esperança também fora vã. E não restavam a Beatriz d’Hirson, antiga dama de cerimônia da condessa Mafalda, senão a espera, a chuva e sonhos de vingança.

Roberto d’Artois chegou, realmente, à noitinha, com ar preocupado, cocando com o polegar a barba hirta. Mal olhou para Beatriz, que tinha tido o cuidado de vestir um traje novo, e serviu-se de uma grande dose de hipocraz.

— Está morno — disse, com uma careta, deixando-se tombar sobre uma cadeira, que lançou um grande gemido de madeira.

Como não estaria morna a bebida? A jarra estava à espera havia mais de quatro horas!

— Eu esperava vossa vinda para mais cedo, *monseigneur*.

— Sim! Mas tive graves preocupações que me impediram de vir.

— Como ontem, como anteontem!

— Compreende, também, que não posso ser visto entrando durante o dia em tua casa, sobretudo no momento em que preciso ser mais prudente.

— Boa desculpa! Então não me digas que virás de dia, se não me queres visitar senão de noite. Mas a noite pertence à condessa, tua esposa...

Ele ergueu os ombros com ar exasperado.

— Sabes bem que não me aproximo mais dela.

— Todos os esposos dizem isso à sua amiguinha, os maiores do reino como o último dos remendões, e todos mentem. Eu queria ver se a senhora de Beaumont se apresentaria de rosto tão alegre e se mostraria tão bem disposta para contigo se jamais entrasses em seu leito... Durante os dias, *monseigneur* está no conselho, a ponto de se pensar que o rei tem conselho desde o romper da aurora até o pôr-do-sol! Ou então *monseigneur* está caçando, ou então, *monseigneur* está em justas, ou então *monseigneur* foi para Conches, visitar suas terras...

— Chega! — exclamou Roberto, batendo com a palma da mão sobre a mesa.

— Tenho outras preocupações na cabeça para ouvir tolices de mulherzinhas. Hoje apresentei minha solicitação diante do tribunal do rei!

Com efeito, estavam no dia 14 de dezembro, dia fixado por Filipe VI para abrir o processo do Artois. Beatriz o sabia. Roberto a havia prevenido, mas, enfadada pelo ciúme, ela o esquecera.

— E tudo se passou a teu gosto?

— Nada absolutamente a meu gosto — respondeu Roberto sombriamente. — Apresentei as cartas de meu avô, e contestaram sua legitimidade.

— E pensavas que eram verdadeiras? — perguntou Beatriz, com um sorriso perverso. — Quem as contestou?

— A duquesa da Borgonha, que mandou examinar os documentos...

— Ah! a duquesa da Borgonha está em Paris...

Os longos cílios negros se levantaram um instante, e o olhar de Beatriz brilhou com fulgor súbito, depressa dissimulado. Engolfado em suas preocupações, Roberto nada percebeu.

Batendo os punhos um contra o outro e contraindo os músculos dos maxilares, ele dizia:

— Ela veio de propósito, com o duque. Mafalda me prejudicará até na sua descendência? Que sangue mau corre naquela raça! Todas as mulheres da Borgonha são prostitutas, ladras e mentirosas! Ela tem apenas vinte e quatro anos, a pequena duquesa que casaram com aquele pateta do Eudes, que poderia ser quase seu avô. Mas já é velhaca, como toda a sua parentela.

Têm a Borgonha; por que ainda querem um condado que me roubaram? Mas eu ganharei. Levantarei o Artois, se for preciso, como já fiz com Filipe, o Longo, pai dessa macaca sinistra. E dessa vez não será sobre Arras que marcharei, mas sobre a Borgonha, de lança em punho..

Falava, mas seu coração não estava no que dizia. Era uma cólera assentada, sem grandes gritos, sem aquele passo que fazia desabar as paredes, sem toda aquela comédia de furor que sabia usar tão bem. Para que auditório se daria a tal trabalho?

O hábito do amor corrói os caracteres. Não se faz esforço senão pela novidade, e não se teme senão o que não se conhece. Nada é feito senão à força; o medo desaparece ao mesmo tempo em que o mistério se apaga. A cada vez que alguém se mostra nu, abandona um pouco do seu poder.

Beatriz já não temia Roberto.

Esquecia-se de temê-lo porque já o tinha visto dormir com demasiada frequência, e se permitia, em relação àquele gigante, o que ninguém ousaria.

O mesmo acontecia com Roberto em relação a Beatriz, que se tornara amante ciumenta, cheia de censuras, como toda mulher, quando uma ligação secreta dura muito tempo. Seus talentos de feiticeira não mais divertiam Roberto. Suas práticas de magia e de satanismo tornavam-se rotina. Ele desconfiava de Beatriz, mas por simples hábito atávico, pois acreditava que não há mulher que não seja mentirosa e desleal. Como ela lhe mendigava o prazer, Roberto não mais pensava em temê-la, e esquecia que ela se atirara em seus braços apenas pelo prazer da traição. Mesmo a lembrança dos dois crimes de ambos perdia importância e se dissolvia na poeira dos dias, enquanto os dois cadáveres se desfaziam sob a terra.

Viviam aquele período justamente perigoso porque não se acredita mais no perigo. Os amantes deviam saber, no momento em que deixam de se amar, que vão tornar a ser o que eram antes do início. As armas nunca são destruídas, mas apenas depositadas.

Beatriz observava Roberto em silêncio, enquanto ele devaneava, distante dela, pensando em novas maquinações com que ganhar seu processo. Mas, depois de usar de tudo durante vinte anos, depois de remexer as leis e os costumes, depois de utilizar documentos falsos e falsos testemunhos, e o próprio assassinio, quando se tem o rei por cunhado e ainda assim não se obtém a vitória, não há razão para desesperar?

Mudando de atitude, Beatriz veio ajoelhar-se diante de Roberto, subitamente dengosa, submissa e terna, como se quisesse ao mesmo tempo consolá-lo e aconchegar-se a ele.

— Quando, então, meu gentil senhor Roberto me tomará para seu palácio? Quando me fará dama de cerimônia da condessa, como prometeu?

Olha que boa coisa seria! Se eu estivesse sempre perto de ti, tu poderias

chamar-me à vontade... eu estaria lá para te servir e para zelar por ti melhor do que qualquer outra. Quando, então?

Ele não percebeu tudo o que estava em jogo, na resposta que ia dar.

— Quando tiver ganho o meu processo — disse, como a cada vez que ela voltava à pergunta.

— Da maneira como corre o tal processo, posso esperar ter cabelos brancos.

— Quando for julgado, se preferes. É coisa dita, e Roberto d'Artois só tem uma palavra. Mas paciência, que diabo!

Arrependia-se de ter feito, outrora, relancear aos olhos dela o espelho dessa promessa. Agora estava firmemente decidido a jamais cumpri-la.

Beatriz no palácio dos D'Artois? Que trabalho, que fadiga, que fonte de aborrecimentos!

Ela ergueu-se e foi estender as mãos para o fogo de turfa que ardia na chaminé.

— Paciência já tive bastante, creio — disse ela, sem levantar a voz. — Antes, devia ser logo depois da morte da senhora Mafalda; depois, a seguir à morte de Joana, a Viúva. Elas estão mortas, parece-me, e logo a igreja cantará o fim do ano... Mas não queres que eu entre para teu palácio. Uma prostituta rematada como a Divion, que foi amante de meu tio bispo, e que fabricou para ti documentos tão bons que um cego veria que são falsos, tem o direito de viver à tua mesa, de se pavonear na tua corte...

— Deixa a Divion Tu sabes muito bem que conservo aquela tola mentirosa apenas por prudência.

Beatriz teve um sorriso rápido. A prudência...! Com a Divion, porque ela cozinhou alguns sinetes, era preciso usar de prudência. Mas dela, de Beatriz, que enviara duas princesas para a sepultura, não se temia coisa alguma, e pagavam-lhe com ingratidão.

— Vamos, não te queixes — disse Roberto. — Tu tens o melhor de mim.

Se estivesse em minha casa, eu te veria menos vezes, com certeza, e com menor abandono.

Estava cheio de si, monseigneur Roberto, e falava de sua presença como de presentes sublimes que se dignasse outorgar!

— Então, se é o melhor de ti que tenho, por que tardas a dar-mo? — respondeu Beatriz, com sua voz arrastada. — O leito está pronto.

E mostrava a porta aberta de seu quarto.

— Não, minha amiguinha. Preciso voltar ao palácio e ali ver o rei, em segredo, para rebater o ataque da duquesa da Borgonha.

— Sim, sem dúvida, a duquesa da Borgonha... — repetiu Beatriz, balançando a cabeça com ar entendedor. — Então, é amanhã que devo esperar o melhor?

— Ai de mim, amanhã devo partir para Conches e Beaumont.

— E ficarás lá... ?

— Bem pouco. Duas semanas.

— Então não estarás aqui para a festa do Ano-Novo?

— perguntou ela.

— Não, minha bela gata. Mas te farei presente de uma boa fivela de pedrarias para decorar tua garganta.

— E eu a usarei para deslumbrar meus criados, pois que são as únicas pessoas que vejo...

Roberto deveria ter desconfiado. Há dias funestos. Na audiência, naquele dia 14 de dezembro, suas provas tinham sido contestadas tão firmemente pelo duque e pela duquesa da Borgonha que Filipe VI havia franzido as sobrancelhas por cima de seu grande nariz e olhado com inquietação para seu cunhado. Teria sido a hora de se mostrar mais atento, de não ferir, justamente naquele dia, uma mulher como Beatriz, de não a deixar, por duas semanas, insatisfeita de coração e de corpo. Ela se levantara.

— A Divion vai no seu séquito?

— Vai. Foi minha esposa quem decidiu isso.

Uma baforada de ódio ergueu o belo colo de Beatriz, e seus cílios fizeram uma sombra circular sobre suas faces.

— Então, monseigneur Roberto, eu te esperarei como criada amante e fiel — disse ela, apresentando-lhe um rosto sorridente.

Roberto roçou com um beijo maquinai o rosto de Beatriz. Pousou a mão pesada em sua anca, manteve-a ali um momento, e seu gesto acabou-se num tapinha indiferente.

— Não, decididamente, ele não a desejava mais: e essa era, para ela, a pior ofensa.

Conches

O inverno foi relativamente suave naquele ano.

Antes de nascer o dia, Lormet le Dolois vinha sacudir o travesseiro de Roberto. Este soltava grande bocejo de fera, molhava um pouco o rosto na bacia que Gillet de Nelle lhe apresentava, metia-se nos trajes de caça, todo de couro e forrado de pelica, os únicos verdadeiramente agradáveis de usar.

Depois, ia ouvir a missa em sua capela. O capelão tinha ordem de apressar o ofício, a epístola, o Evangelho, a comunhão, em poucos minutos. Roberto batia *com* o pé se o frade se demorava um pouco a rezar. O cibório não estava ainda arranjado, e já ele atravessava a porta.

Engolia uma tigela de caldo quente, duas asas de capão ou um pedaço gordo de porco, com um bom *hanap* de vinho de Meursault, que desentorpece um homem, corre como ouro na garganta e acorda os humores adormecidos pela noite. Tudo isso de pé. Ah! se a Borgonha só tivesse produzido seus vinhos, em

vez de ter também produzido seus duques!

“Comer de manhã dá muita saúde”, dizia Roberto, que ainda mastigava, montando seu cavalo. Com o cutelo de lado, a trompa pendurada ao pescoço, e seu gorro de lobo metido sobre as orelhas, ele estava na sela.

A matilha de cães corredores, mantida pelo chicote, ladrava a grandes vozes. Os cavalos escarvavam o chão, com as ancas picadas pelo friozinho matinal. A flâmula drapejava no alto do torreão, pois que o senhor estava em seu castelo. A ponte levadiça era baixada, e cães, cavalos, monteiros, criados, com grande ruído, lançavam-se bruscamente em direção ao charco no coração do burgo e ganhavam o campo, seguindo o gigantesco barão.

Nas manhãs de inverno, sobre os prados das regiões de Ouche, uma pequena névoa branca se arrasta, com odor de cortiça e fumaça.

Positivamente, Roberto d’Artois gostava de Conches! Era um castelo pequeno, sem dúvida, mas bem agradável, e com boas florestas em derredor.

Um sol pálido dissipava a bruma, exatamente quando chegavam ao ponto onde os criados que tratavam os cães, que tinham ido para o bosque muito cedo, a fim de levantar pistas e encontrar pistas perdidas, haviam marcado os caminhos da caça com ramos quebrados de árvores.

Os bosques de Conches regurgitavam de cervos e javalis. Os cães eram bem-treinados. Se impedissem o javali de parar para urinar, ele seria apanhado em menos de uma hora. Os grandes e majestosos cervos levavam os caçadores mais longe, e, depois de longas surtidas, nas quais as patas dos cavalos faziam voar blocos de terra, deixavam-se acuar, ofegantes, com a língua aparecendo entre sua pesada galharia, em algum lago ou pântano.

O conde Roberto caçava pelo menos quatro vezes por semana. Suas caçadas não se pareciam às grandes caçadas reais, onde duzentos fidalgos se aglomeravam, onde nada se via, e onde, com receio de perder o grupo, andava-se mais à caça do rei do que dos próprios animais. Ali, verdadeiramente, Roberto se divertia entre seus soldados armados de piques, alguns vassallos da vizinhança, muito orgulhosos pelo convite, e seus dois filhos, que ele começava a formar na arte venatória, que todo bom cavaleiro deve conhecer bem. Estava contente com seus filhos, de dez e de nove anos, que cresciam em força. Vigiava seu trabalho nas armas e na quintana.

Tinham sorte, aqueles garotos! Roberto fora privado de seu pai muito cedo...

Ele próprio tratava do halali, tomando seu cutelo para o cervo ou um chuçó para o javali. Mostrava nisso grande destreza, e sentia prazer quando o ferro, apoiado no ponto exato, se enfiava com um golpe na carne macia.

Caça e caçador ficavam igualmente fumegantes de suor, mas o animal tombava, fulminado, e o homem se conservava de pé.

No caminho de volta, enquanto se comentavam os incidentes da perseguição, os vilões das aldeolas, em farrapos, com as pernas envolvidas em trapos, surgiam

de seus pardieiros para virem beijar as esporas do fidalgo, numa atitude ao mesmo tempo extasiada e temerosa. Bom hábito, que na cidade se ia perdendo.

No castelo, logo que o senhor aparecia, tocavam-se as trombetas para a água das mãos, antes da refeição do meio-dia. Na sala grande, forrada de tapeçarias com as armas da França, do Artois, de Valois e de Constantinopla, já que a senhora de Beaumont era uma Courtenay, pelo lado de sua mãe, Roberto, sentava-se à mesa com apetite feroz e comia durante três horas seguidas, ao mesmo tempo em que gracejava com os que o rodeavam.

Mandava chamar seu mestre cozinheiro, com a colher de pau pendurada à cintura, para cumprimentá-lo se o pernil do javali fêmea, bem marinado, estivesse suculento, bem no ponto, ou prometer-lhe a força se o molho quente de pimenta, com o qual se regava o cervo inteiro assado ao espeto, não estivesse bastante picante.

Fazia uma sesta curta e depois voltava à sala grande para ouvir seus prebostes e recebedores, receber as contas, tratar dos negócios de seu feudo e administrar justiça. Gostava muito de dispensar justiça, ver a inveja e o temor nos olhos de seus pleiteantes, o engano, a malícia, a astúcia, a mentira, ver-se a si próprio, em suma, na pequena escala do rebotalho.

Regozjava-se, sobretudo, com as histórias das mulheres dissolutas e dos maridos enganados.

— Manda entrar o cornudo! — ordenava ele, instalado em seu cadeirão de carvalho.

E fazia as perguntas mais libertinas, enquanto os funcionários sufocavam os risos atrás de suas penas e os solicitantes ficavam roxos de vergonha.

Roberto tinha uma propensão desagradável, que seus prebostes reprovavam, para infligir apenas castigos leves aos ladrões, larápios, marcadores de dados, subornadores, defloradores, exploradores de mulheres, a não ser, é bem verdade, quando o mal ou o delito fosse cometido em seu detrimento. Secreta conivência o ligava a toda patifaria que houvesse sobre a terra.

Feita justiça, eis que o dia estava quase terminado. Roberto descia para a casa de banhos, instalada num aposento no subterrâneo do torreão, mergulhava numa cuba de água quente perfumada com ervas e arômatas que lhe tiravam a fadiga dos membros, fazia-se secar e esfregar como um cavalo, pentear, barbear, frisar. Depois disso, mantinha durante uma hora um odor quase humano.

Já escudeiros, escanções e criados haviam de novo montado os cavaletes para as mesas de ceia, onde Roberto aparecia com um imenso manto fidalgo de veludo vermelho trabalhado com flores-de-lis de ouro e castelos do Artois, e cuja peliça do forro lhe cobria o calçado.

A senhora de Beaumont trazia um vestido de *camocas* violeta, forrado de peles pequenas, bordado a ouro, com as iniciais “J” e “R” entrelaçadas e com trevos de prata espalhados *n*.

A refeição era menos pesada do que a do meio-dia: sopas de verdura ou de leite, um pavão ou um cisne assado no meio de uma coroa de borrachos, queijos frescos e fermentados, tortas e coscorões açucarados, acompanhados dos bons vinhos que vertiam das vasilhas em forma de leão ou de pássaro.

Servia-se à francesa, quer dizer, uma escudela para dois, um homem e uma mulher comendo no mesmo prato, com exceção do senhor. Roberto tinha, pois, seu prato particular, e o esvaziava com uma colher, com a faca e com os dedos, limpando-os na toalha como todos faziam. Quanto às aves miúdas, ele as mastigava com carne e osso, tudo junto.

Para o fim da ceia, o menestrel Watriquet de Couvin era solicitado a tomar sua harpa curta e a dizer um conto de sua composição. Messire Watriquet era de Hainaut: conhecia bem o conde Guilherme e a condessa, irmã da senhora de Beaumont, tendo feito sua estréia na corte deles.

Continuou a carreira passando pela casa de cada Valois, uma por vez.

Disputavam-no e pagavam-lhe grandes salários 23.

— Watriquet, o lai das damas de Paris! — reclamava Roberto, com a boca ainda engordurada.

Era seu conto preferido, e, embora o conhecesse quase de cor, queria ouvi-lo sempre, como as crianças que exigem todas as noites a mesma história, e que nada se omita. Quem poderia crer, naquele momento, que Roberto d'Artois fosse capaz de falsidades e crimes?

O lai das damas de Paris contava a aventura de duas burguesas, Margue e Marion, mulher e sobrinha de Adão de Gonesse, que, indo ao tripeiro, na manhã do Dia de Reis, encontram por infelicidade uma vizinha, a dama Tifaigue, cabeleireira, e se deixam arrastar por ela a um albergue onde o hospedeiro, diz ela, dá crédito.

Eis as comadres instaladas à mesa da taverna dos Maillets, onde o proprietário, Drouin, lhes serve coisas muito boas: vinho clarete, um ganso gordo, uma escudela cheia de alhos, bolos quentes.

A essa altura do conto, Roberto d'Artois começava a rir antecipadamente. E Watriquet continuava:

— “...Então começou Margue a suar

E a beber grandes hanapadas.

Em poucas horas tinham escapado

Três *chopines** pela sua garganta.

‘Vamos, pela fé que devo a São Jorge’,

Diz Maroclippe, sua comadre,

“Este vinho me faz a boca amarga;

Quero tomar *grenache*,

Mesmo que seja para vender minha vaca

A fim de ter nas mãos um jarro cheio”.

** Antiga medida de líquidos correspondente a meio litro. (N. do E.)*

Sentado junto da grande lareira, onde uma árvore inteira ardia, Roberto d'Artois, atirando-se para trás, gorgolejava um grande riso gutural.

Era toda a sua juventude, passada nas tavernas, nos bordéis e nos outros lugares de patifarias, que ele revia através daquele conto. Conhecera bem aquelas

cândidas

raparigas,

amesendadas,

embriagando-se

conscienciosamente, à revelia de seus maridos.

À meia-noite, cantava Watriquet, Margue, Marion e a cabeleireira, tendo provado de todos os vinhos, do Arbois até o Saint-Mélion, e tendo mandado vir coscorões, canudos doces, amêndoas descascadas, pêras, especiarias e nozes, estavam ainda no albergue. Margue propõe irem dançar fora. Para deixá-las sair, o taverneiro exige que deixem suas roupas como penhor. Num relance, elas se desfazem de suas roupas e peiças, camisas, bolsas e ligas.

Nuas como no dia em que nasceram, ei-las que partem pela noite de janeiro, berrando a plena voz: “Amor, eu lá me vou dançar”, titubeando, tropeçando, arranhando-se contra as paredes, agarrando-se uma à outra, para finalmente desabarem, mortas de bêbadas, sobre os montes de lixo.

O dia se levanta, as portas se abrem. Descobrem-nas todas sujas e sangrentas, imóveis, tal qual “merdas no meu caminho”. Vão chamar os maridos, que as acreditam assassinadas. Levam-nas ao Cemitério dos Inocentes e atiram-nas na vala comum.

“Uma sobre a outra, e vivas;

Saía-lhes pelas gengivas

O vinho, e por todos os canais.”

Elas só vão acordar na noite seguinte, no meio da vala, cobertas de terra, mas não refeitas da bebedeira, e se põem a gritar no cemitério negro e gelado:

“Drouin, Drouin, para onde foste tu?

Traz três arenques salgados

E um bom jarro do vinho mais forte

Que a cabeça nos conforte

E fecha também a janela grande!”

Então, monseigneur Roberto soltava um rugido. O menestrel Watriquet tinha dificuldade para terminar seu conto, porque, durante muitos minutos, o riso do

gigante enchia a sala. Com olhos lacrimejantes, batia nos flancos com as duas mãos. Dez vezes repetia: “E fecha também a janela grande!”

Sua alegria era tão contagiosa que todo o pessoal da casa torcia-se de riso com ele.

— Ah! as brejeiras! Nuinhas, as nádegas ao vento... “E fecha também a janela grande!”

E recomeçava a rir.

No fundo, era uma boa vida a que se levava em Conches. A felicidade não estaria ali? A senhora de Beaumont era uma boa esposa, o condado de Beaumont era um condado pequeno, mas bom, e que importava que fosse domínio da coroa, já que suas rendas lhe estavam asseguradas? E o Artois?...

Era assim tão importante o Artois, afinal? Merecia tantas preocupações, lutas e trabalhos?... “A terra onde me deitarão um dia, que seja a de Conches ou a de Hesdin...”

Isso são coisas que se dizem quando se passou dos quarenta anos, quando um negócio iniciado não se desenvolve completamente como se desejaria, e quando se dispõe de duas semanas de lazer. Mas sabe-se muito bem, no fundo, que não se ficará preso àquela sensatez efêmera... Ainda assim, no dia seguinte, Roberto iria perseguir um cervo para os lados de Beaumont, e aproveitaria para inspecionar o castelo, talvez mesmo para reformá-lo...

Foi ao voltar de Beaumont, onde estivera com sua esposa, na antevéspera da entrada do Ano-Novo, que Roberto d’Artois encontrou seus escudeiros e seus criados a esperá-lo, alvoroçados, na ponte levadiça de Conches.

Tinham vindo, naquela tarde, prender a dama de Divion, para levá-la à prisão, em Paris.

— Prendê-la? Quem veio prendê-la?

— Três sargentos.

— Que sargentos? Por ordem de quem? — urrou Roberto.

— Do rei.

— Vamos! E vós deixastes que o fizessem! Sois patetas que mandarei espancar. Prendê-la em minha casa? Que impostura! Lestes a ordem, ao menos?

— Nós a vimos, *monseigneur* — respondeu Gillet de Nelle, tremendo —, e exigimos ficar com ela. Só deixamos que levassem a senhora de Divion com essa condição. Ei-la.

Era, realmente, uma ordem do rei, escrita pela mão do escrivão, mas selada com o sinete de Filipe VI. E não se tratava do sinete da chancelaria, o que poderia explicar alta maroteira. A cera trazia o relevo do selo particular de Filipe, o “selo pequeno”, como se dizia, que o rei trazia consigo, na sua bolsa, e que só a sua mão utilizava.

O conde d’Artois não era, por natureza, homem apreensivo. Naquele dia, entretanto, conheceu o medo.

A rainha má

Ir de Conches a Paris num só dia era rude etapa mesmo para um cavaleiro treinado, e exigia cavalo resistente. Roberto d'Artois deixou no caminho dois escudeiros que o acompanhavam e cujas montadas tinham ficado mancas. Chegou à noite ao centro da cidade e encontrou, apesar da hora tardia, as ruas ainda repletas de grupos alegres que festejavam o Ano-Novo. Bêbados vomitavam pelos cantos, sobre o limiar das tavernas.

Mulheres davam-se os braços, cantando aos gritos e caminhando em passo pouco seguro, tal como no conto de Watricket.

Sem consideração para com aqueles plebeus que o peitoral de seu cavalo empurrava, Roberto foi direto ao palácio. O capitão da guarda informou-lhe que o rei ali estivera durante o dia, a fim de receber os cumprimentos dos burgueses, mas que voltara para Saint-Germain²⁴.

Então, transpondo a ponte, Roberto foi bater no Châtelet, onde tinha espiões. Um par de França podia permitir-se acordar o governador. Este, interrogado, declarou não ter recebido, nem na véspera nem naquele dia, dama alguma com o nome de Joana de Divion, nem que correspondesse à descrição que dela lhe faziam.

Um acusado, preso por ordem do rei, só poderia ter sido encarcerado no Châtelet ou no Louvre. Roberto foi até lá, mas o capitão do Louvre deu-lhe a mesma resposta. Então, onde estava a Divion? Teria Roberto caminhado mais depressa do que os sargentos do rei, e por outro caminho, tendo assim chegado antes do destacamento? Entretanto, em Houdan, onde se informara, tinham-lhe dito que três sargentos, conduzindo uma dama, haviam passado por ali muitas horas antes. O mistério se fazia cada vez mais denso em torno daquele caso.

Roberto resignou-se a ir para seu palácio, onde dormiu pouco. Partiu, antes do amanhecer, em direção a Saint-Germain.

O orvalho congelado cobria campos e prados; a geada envernizava os ramos das árvores. As colinas e a floresta, em torno do solar de Saint-Germain, tinham paisagem de confeitaria.

O rei acabava de acordar. As portas abriram-se para Roberto até o quarto de Filipe VI, que ainda estava na cama, rodeado de seus camareiros e de seus monteiros, dando ordens para a caça do dia.

Roberto entrou em passo de assalto, pôs um joelho em terra, rapidamente, levantou-se, e disse:

— Sire, meu irmão, retomai o pariato que me destes, meus feudos, minhas terras, minhas rendas, retirai-me o bem e o uso, expulsai-me do vosso conselho restrito, ao qual não mais sou digno de comparecer. Não, eu nada mais sou no reino!

Abrindo, surpreso, seus olhos azuis por cima do grande nariz carnudo, Filipe indagou:

— Mas que tendes, meu irmão? Por que estais nessas condições? Que estais dizendo?

— Digo a verdade. Digo que não sou mais ninguém no reino, pois que o rei, sem se dignar informar-me, manda prender uma pessoa que está alojada em minha residência!

— Eu mandei prender? Que pessoa?

— Uma certa dama de Divion, meu irmão, que é da minha casa, criada de vestir de minha esposa, vossa irmã, e que três sargentos, por vossa ordem, vieram prender em meu castelo de Conches para conduzi-la ao cárcere.

— Com minha ordem? — disse Filipe, estupefato. — Mas eu não dei tal ordem... Divion? Ignoro esse nome. E, seja como for, meu irmão, fazei-me o favor de crer-me, eu não mandaria fazer prisões em pessoa de vossa casa, mesmo quando para isso tivesse motivo, sem vos pôr ao corrente do fato e sem antes vos pedir a opinião.

— Eu acreditava que assim fosse, meu irmão — disse Roberto —, e no entanto a ordem foi bem vossa...

E tirou de sua cota a carta de captura deixada pelos sargentos.

Filipe VI lançou os olhos sobre ela, reconheceu seu selo pequeno, e as carnes de seu nariz empalideceram.

— Héroutart! Minha roupa! — gritou ele a um dos camareiros. — E que se apressem a sair. Que me deixem a sós com monseigneur d'Artois!

Tendo afastado as cobertas bordadas a ouro, já estava de pé, metido na comprida camisola branca. O camareiro ajudou-o a vestir um roupão forrado de peles e quis avivar o fogo da lareira.

— Sai, sai! Que me deixem só, eu disse.

Jamais Héroutart de Belleperche, desde o momento em que começara a servir o rei, fora tratado com tamanha violência, como simples moço de cozinha.

— Não, eu absolutamente não selei isto, nem ditei coisa alguma que com isso se pareça — disse o rei quando o camareiro se retirou.

Examinou o papel atentamente, aproximou as duas partes do selo quebrado pela abertura da carta, apanhou a lente de aumento numa gaveta de credencia.

— Não teriam imitado vosso selo meu irmão? — indagou Roberto.

— Não é possível. Os gravadores de moedas, provavelmente não sabes, são hábeis no evitar cópias, e dissimulam sempre alguma pequena imperfeição proposital, sobretudo nos selos reais ou de grandes barões. Olha para o “I” de meu nome. Vê a pequena rachadura que está no bastão, e esse ponto oco na folhagem da orla.

— Então — disse Roberto — não terão arrancado o selo de outro documento?

— Sei que isso pode ser feito, com uma navalha aquecida, ou de qualquer

outra maneira. Meu chanceler garantiu-me isso.

O rosto de Roberto assumiu expressão ingênua, como se estivesse tendo conhecimento, naquele instante, de uma coisa jamais suspeitada. Mas o coração lhe batia um pouco mais depressa.

— Mas esse não seria o caso — continuou Filipe —, pois, justamente para prevenir tal coisa, só uso meu selo pequeno nos sinetes de quebrar, jamais o emprego sobre páginas ou fitas.

Ficou silencioso por um momento, com os olhos fixos em Roberto, como se lhe pedisse uma explicação, que só procurava, realmente, em seu próprio pensamento.

— Com certeza — concluiu ele — roubaram-me o selo Por alguns momentos. Mas quem? Quando? Durante o dia inteiro ele não sai da bolsa que trago à cintura. Só a tiro à noite...

Foi até a credencia, apanhou na gaveta uma bolsa feita de malha de ouro, da qual ele primeiro apalpou o conteúdo, e que depois abriu, retirando dela um pequeno selo de ouro com uma flor-de-lis como o punho.

— ..e torno a apanhá-la pela manhã...

Sua voz se fizera mais lenta: uma suspeita terrível instalava-se nele.

Apanhou de novo a ordem de captura e estudou-a outra vez com grande atenção.

— Conheço essa caligrafia — disse ele. — Não é a de Hugo Pommard, nem de Tiago La Vache, nem de Godofredo de Fleury... 25

Tocou a campainha. Pedro Trousseau, o outro camareiro de serviço, apresentou-se.

— Manda chamar com urgência, se está no castelo, ou onde quer que se encontre, o escrivão Roberto Mulet: que ele venha aqui com suas penas.

— Esse Mulet — perguntou Roberto — não é o escrivão da rainha Joana, tua esposa?

Tinha retomado, maquinaalmente, o tratamento antigo na segunda pessoa do singular, que usava quando Filipe estava longe de ser o rei, quando ele próprio não era par, quando ambos não passavam de dois primos muito unidos. Naquele tempo monseigneur Carlos de Valois citava sempre Roberto como exemplo, a Filipe, pela sua força, sua tenacidade, sua inteligência nos negócios...

— Sim, Mulet serve tanto a mim quanto a Joana — disse Filipe VI evasivamente, para disfarçar seu constrangimento.

Roberto tinha, então, concebido a mesma suspeita...

Mulet estava no castelo. Chegou, apressado, com a escrivaninha portátil sob o braço, e curvou-se para beijar a mão do rei.

— Pousa tua caixa — disse Filipe, começando imediatamente a ditar: “Da parte do rei, a nosso amado e fiel preboste de Paris, João de Milon, saudações. Nós vos ordenamos providenciar.

Os dois primos, com um mesmo movimento, se haviam aproximado e liam por sobre os ombros do escrivão. Sua caligrafia era, realmente, a da ordem de captura.

— “a soltura imediata da dama Joana de...”

— “Divion” — disse Roberto.

— “...que está reclusa em nossa prisão...” Realmente, onde se encontra ela?
— perguntou Filipe.

— Nem no Châtelet nem no Louvre — disse Roberto.

— Na Torre de Nesle, sire — disse o escrivão, que supunha fazer-se apreciar pelo seu zelo e boa memória.

Os dois primos olharam-se e cruzaram os braços em gesto idêntico.

— E como o sabes? — perguntou o rei ao escrivão.

— Porque tive a honra, trasanteontem, de escrever vossa ordem de captura dessa dama.

— E quem te ditou tal ordem?

— A rainha, sire, que me disse que não tínheis tempo de fazê-lo, tendo por isso deixado a cargo dela o ditado. As duas ordens, para dizer melhor, a de captura e a de registro na prisão...

O sangue desaparecera completamente do rosto de Filipe, que, dividido entre a vergonha e a cólera, não ousava olhar para seu cunhado.

“Que velhaca!”, pensava Roberto. “Eu sabia que ela me odiava, mas não a ponto de roubar o selo do marido para me prejudicar... E quem a terá informado tão bem?”

— Não ides terminar a ordem, sire? — indagou ele.

— Sem dúvida, sem dúvida — disse Filipe, emergindo de seus pensamentos.

Ditou a fórmula final. O escrivão acendeu uma vela no fogo, deixou tombar algumas gotas de cera vermelha sobre a folha dobrada, que apresentou ao rei para que ele próprio aplicasse seu selo pequeno.

Filipe, engolfado em suas reflexões, parecia dar aos próprios gestos apenas uma atenção secundária. Roberto apanhou a ordem e agitou uma campainha. Foi Hérouart de Belleperche quem apareceu de novo. Naquela manhã não faziam outra coisa senão entrar e sair!

— Ao preboste, imediatamente, ordem do rei — disse Roberto, entregando-lhe a carta.

— E manda chamar aqui a rainha — ordenou Filipe VI, da outra extremidade do aposento.

O escrivão Mulet esperava, olhando alternadamente para o rei e para o conde d’Artois, e perguntando a si próprio se seu excesso de zelo teria sido muito oportuno. Roberto lhe fez, com a mão, sinal para desaparecer.

Alguns instantes mais tarde, a rainha Joana fez sua entrada, naquele seu andar particular que vinha da claudicação. Seu corpo se movimentava num quarto de círculo do qual a perna mais comprida formava o eixo. Era uma rainha ■ flagra, de rosto bastante belo, embora os dentes já estivessem se arruinando. Os olhos eram grandes, com a limpidez fl da mentira. Os dedos muito compridos, um pouco tortos, deixavam passar a luz entre eles, mesmo quando estavam unidos.

— Desde quando, senhora, enviam-se ordens em meu nome?

A rainha assumiu um ar de surpresa e inocência perfeitamente representadas.

— Uma ordem, meu amado sire?

Tinha a voz grave, melodiosa, onde corria uma nota bem fingida de ternura.

— E desde quando roubam-me meu selo enquanto eu durmo?

— Vosso selo, doce amor? Mas jamais toquei no vosso selo. De que selo falais?

Uma enorme bofetada veio cortar-lhe a palavra.

Os olhos de Joana, a Coxa, encheram-se de lágrimas, de tal forma a pancada fora brutal e pungente. Sua boca entreabriu-se, de estupor, e ela levou ao rosto os dedos compridos, ali onde se iam formando manchas vermelhas.

Roberto d'Artois não estava menos surpreso, mas de feliz surpresa.

Jamais acreditaria que seu primo Filipe, que todos diziam viver dominado pela mulher, fosse capaz de levantar a mão contra ela. “Teria ele se tornado rei?”, disse Roberto consigo mesmo.

Filipe de Valois, sobretudo, tinha-se tornado homem e, como qualquer esposo, seja grande fidalgo ou o último dos lacaios, corrigia a esposa mentirosa. Outra bofetada partiu, como se a primeira lhe tivesse imantado a mão. Depois, uma saraivada. Joana, alvoroçada, defendia o rosto com os dois braços levantados. A mão de Filipe caía onde podia, no alto da cabeça, sobre os ombros. Ao mesmo tempo, ele gritava: — Foi na outra noite, não foi, que me pregastes esta peça? E tivestes a coragem de negar, quando Mulet tudo confessou? Má prostituta que me acaricia, que se esfrega em mim, que se diz tomada de amor, que aproveita a fraqueza que tenho por ela e me engana quando durmo e rouba meu selo de rei! Não sabes que não há ato pior, mais feio do que o roubo? Que eu não toleraria de nenhum súdito de meu reino, fosse ele o mais alto, que usasse o selo de outro, sem o mandar espancar? E é do meu que se servem! Já se viu celerada maior, que me quer desonrar diante de meus pares, diante de meu primo, meu próprio irmão? Não tenho razão, Roberto? — disse ele, parando um instante de bater para buscar aprovação. — Como poderíamos governar nossos vassallos se cada qual se servisse à vontade de nossos selos para ordenar o que não desejávamos absolutamente? violar nossa honra.

Depois, voltando-se para a mulher com uma brusca recrudescência de furor:

— E eis o belo emprego que fazeis do palácio de Nesle que vos dei.

Tanto me replicastes para tê-lo! Sois tão má quanto vossa irmã, e aquela torre maldita servirá sempre para abrigar as más ações da família de Borgonha? Se não fôsseis a rainha, pela desgraça que tive de vos desposar, serieis vós quem iria agora para a prisão! E já que não vos posso fazer castigar por outros, castigo-vos eu próprio 26.

E as pancadas recomeçaram a chover.

“Possa ele matá-la a pancada!”, esperava Roberto.

Joana agora se encolhera sobre a cama, batendo as pernas fora do vestido, e cada pancada lhe arrancava um gemido ou um berro. Depois, subitamente, enfrentou-o como um gato, com as unhas, e começou a urrar.

Tinha as faces lambuzadas de lágrimas:

— Sim, fiz isso! Sim, roubei teu selo durante teu sono, porque a justiça que fazes é má. Fiz isso para servir meu irmão de Borgonha contra esse perverso Roberto que aí está, que sempre nos prejudicou pela astúcia e pelo crime, que, combinado com teu pai, matou minha irmã Margarida...

— Conserva a memória de meu pai fora de tua boca de víbora! — exclamou Filipe.

Vendo certo fulgor nos olhos do esposo, ela calou-se, pois ele seria bem capaz de matá-la.

Erguendo a mão num gesto protetor até o ombro de Roberto d'Artois, Filipe acrescentou:

— E livra-te, perversa, de prejudicar jamais meu irmão, que é o melhor sustentáculo do meu trono.

Quando ia abrir a porta para informar seu camareiro que suprimia a caça naquele dia, vinte cabeças coladas à porta recuaram juntas. Joana, a Coxa, era detestada pelos servidores, a quem perseguia com exigências, que denunciava pela menor falta, e que a chamavam, entre eles, “a rainha tná”. O

relato do castigo que ela acabava de receber faria as delícias do palácio.

Pelo fim da manhã, no pomar de Saint-Germain, onde a geada se derretia, Filipe e Roberto passeavam juntos, a passos lentos. O rei tinha a cabeça baixa...

— Não é uma coisa horrível, Roberto, ter de desconfiar da própria esposa, e mesmo quando se dorme? Que Posso fazer? Colocar meu selo sob o travesseiro? Ela meteria a mão ali. Tenho o sono pesado. Não posso encerrá-la num convento: afinal, é minha mulher! Não permitir mais que durma junto de mim, é tudo quanto posso fazer. O pior é que eu a amo, àquela velhaca! Não contes a ninguém, mas, como todo mundo, experimentei outras, como passatempo. E voltei para ela com mais gosto ainda... Mas se recomeçar, torno a bater-lhe!

Nesse momento, Trouillard d'Usages, vidama do Mans e cavalheiro do palácio, avançava pela alameda para anunciar o preboste de Paris, que o seguia.

De pança redonda, e rolando sobre pernas curtas, João de Milon não tinha a fisionomia alegre.

— Então, *messire* preboste, soltaste aquela dama?

— Não, sire! — disse o preboste com voz constringida.

— Quê? Minha ordem era falsa? Talvez não tenhas reconhecido meu selo.

— Não é isso, absolutamente, sire, mas, antes de executar vossa ordem, eu gostaria de conversar convosco, e estou satisfeito por encontrar também monseigneur d'Artois — disse João de Milon, olhando para Roberto com ar embaraçado. — Aquela dama confessou.

— Que confessou ela? — indagou Roberto.

— Toda espécie de vilanias, *monseigneur*: escrituras falsas, documentos falsificados, e ainda outras coisas.

Roberto conservou muito bom domínio sobre si próprio; fingiu, mesmo, tomar a coisa como gracejo, e exclamou, erguendo os ombros: — Sem dúvida, se a torturaram, ela deve ter confessado muita coisa! Se eu vos entregar aos torturadores, messire de Milon, garanto que confessareis que me quisestes sodomizar!

— Ai de mim, *monseigneur!* — disse o preboste. — A dama falou antes da tortura... de medo, simplesmente de medo de ser torturada. Forneceu uma longa lista de cúmplices...

Filipe VI, silencioso, observava seu cunhado. Uma nova maquinação se fazia em sua cabeça.

Roberto sentiu uma armadilha fechar-se à sua volta. Um rei que acaba de surrar sua esposa brutalmente, e diante de testemunha, por usurpação de selo e cartas falsas, dificilmente pode soltar, mesmo para comprazer seu parente mais íntimo, uma vassala comum que acaba de confessar faltas idênticas.

— Teu conselho, meu irmão? — perguntou Filipe a Roberto, sem tirar os olhos dele.

Roberto compreendeu que sua salvação dependia da resposta que desse: precisava representar a comédia da lealdade. Tanto pior para a Divion. Tudo quanto ela pudesse ter declarado, em relação a ele, seria tido como mentira afrontosa.

— Vossa justiça, sire meu irmão, vossa justiça! — declarou ele. — Mantende essa mulher na masmorra, e, se ela me enganou, sabe que reclamarei de vós o maior rigor.

Ao mesmo tempo, dizia consigo: “Mas quem preveniu o duque da Borgonha?” Depois, a resposta, a resposta evidente, veio-lhe de chofre.

Apenas uma pessoa teria podido dizer ao duque da Borgonha, ou à própria rainha má, que a Divion estava em Conches: Beatriz.

Foi apenas no fim de março, quando o Sena, intumescido pelas cheias da primavera, inundava as margens e entrava nos subterrâneos, que alguns barqueiros pescaram, do lado de Chatou, um saco que flutuava entre duas águas e continha um corpo de mulher inteiramente nu.

Toda a população da aldeia, patinhando na lama, reunira-se ao redor do achado macabro, e as mães esbofeteavam seus garotos, gritando-lhes: — Vamos, fora daqui, estas coisas não são para vocês!

O cadáver estava horrivelmente inchado, e mostrava a horrenda cor esverdeada de decomposição já adiantada. Há mais de um mês devia estar boiando no rio. Podia reconhecer-se, entretanto, que a morta era jovem. Seus longos cabelos pretos pareciam mover-se, porque bolhas estalavam entre eles. O rosto tinha sido lacerado, pisado, esmagado, para que não o pudessem identificar. O pescoço trazia o sinal de um laço.

Os barqueiros, divididos entre a repugnância e certa obscena atração, revolviam, com a ponta de seus croques, a carniça impudica.

Subitamente, o corpo, devolvendo a água que o intumescia, começou a mover-se sozinho, dando por um instante a ilusão de ressuscitar, e as comadres afastaram-se, aos berros.

O bailio, que tinha sido avisado, chegou, fez algumas Perguntas, andou em torno da morta, inspecionou os objetos ^e tinham encontrado no saco com o cadáver, e que secavam sobre a relva: um chifre de bode, uma figurinha de cera enrolada em trapos e transpassada de alfinetes, um cibório grosseiro, de estanho, onde estavam gravados sinais satânicos.

— É uma feiticeira assassinada por seus companheiros depois de algum sabá ou missa negra — declarou o bailio.

As comadres persignaram-se. O bailio designou um grupo para ir quanto antes enterrar o corpo e os desagradáveis objetos num bosquezinho afastado da cidade, e sem uma prece sequer.

Um crime bem-feito, em suma, bem-disfarçado, onde Gillet de Nelle tinha seguido as boas lições de Lormet le Dolois, e que terminava como os assassinos o desejavam.

Roberto d'Artois estava vingado da traição de Beatriz, o que não significava que isso o fizesse triunfante.

Durante duas gerações os aldeões de Chatou não saberiam por que um grupo de árvores, à jusante do rio, era chamado “o bosque da feiticeira”.

O torneio de Evreux

Em meados de maio, viram-se arautos, com a libré da França, acompanhados de tocadores de buzina, parar nas praças das cidades, nas estradas dos burgos e diante das entradas dos castelos. Os corneteiros sopravam as compridas trombetas de onde pendia uma flâmula com as flores-de-lis, o arauto desenrolava um pergaminho, e, com voz forte, proclamava:

“Ouvi, ouvi! Faz-se saber a todos os príncipes, senhores, barões, cavaleiros e escudeiros dos ducados da Normandia, da Bretanha e da Borgonha, dos condados e marcas de Anjou, do Artois, da Flandres e da Champagne, e a todos os outros, sejam deste reino ou de qualquer outro reino cristão, se não forem banidos nem inimigos do rei nosso sire, a quem Deus dê boa vida, que no dia de Santa Lúcia, sexto de julho, na cidade de Evreux, haverá grandíssima romaria de armas e muito nobre torneio, onde se cruzarão clavas sem peso e espada sem gume, com armaduras apropriadas, timbres, cotas de armas e gualdrapas de cavalos brasonadas com as armas dos nobres justadores, como é de velha tradição e costume.

“Do qual torneio são chefes os muito altos e poderosos príncipes, meus muito

temidos senhores, nosso sire bem-amado, Filipe, rei da França, como pleiteante, e sire João de Luxemburgo, rei da Boêmia, como acusado. E por este meio se faz mais uma vez saber a todos os príncipes, fidalgos, barões, cavaleiros e escudeiros das fronteiras acima ditas e outras de qualquer nação que seja, se tiverem vontade e desejo de entrar no torneio para adquirir honras, que usem pequenos escudos pelos quais se reconheça que são justadores. E no dito torneio haverá nobres e ricos prêmios, oferecidos pelas damas e *demoiselles*.

“Ainda mais, anuncio a todos vós, príncipes, barões, cavaleiros e escudeiros que tiverdes a intenção de torneiar, que vos pedem para irdes ao dito lugar de Evreux a fim de alojar-vos quatro dias antes do dito torneio, para colocar às janelas os vossos brasões e mostrar vossos paveses, sob pena de não serdes recebidos no dito torneio. E isto é dado a saber pelos meus senhores, os juizes de campo, e perdoai-me, por favor.”

As trombetas tornaram a soar, e os moleques, correndo, escoltavam até a saída do burgo o arauto, que ia mais adiante levar a notícia, Os basbaques, antes de se dispersarem, diziam: — Vai nos custar caro se nosso castelão quiser ir a esse torneio anunciado! Ele vai partir com sua dama e todo o pessoal de sua casa... Para eles, sempre os divertimentos, e para nós os impostos a pagar.

Mais de um, entretanto, pensava, ao mesmo tempo: “Se o fidalgo, desta vez, quisesse levar meu filho mais velho como moço de cavalaria, ele teria, sem dúvida, boa bolsa a ganhar, e talvez mesmo algum emprego para o futuro... Vou falar sobre isso com o cônego, a fim de que ele recomende o meu Gastão”.

Durante seis semanas, o torneio ia ser o grande assunto e a única preocupação dos castelos. Os adolescentes sonhavam espantar o mundo com suas primeiras façanhas.

— És muito jovem ainda: para o outro ano! As ocasiões não faltarão — respondiam os pais.

— Mas o filho de nosso vizinho de Chambray, que tem minha idade, vai ao torneio!

— Se o sire de Chambray perdeu a razão, ou se tem dinheiro bastante para atirar ao rio, isso é lá com ele.

Ah! Quantos jovens se sentiam impacientes para se tornarem órfãos!

Os velhos remoíam suas lembranças. Quem os ouvisse certamente acreditaria que em seu tempo os homens eram mais fortes; as armas, mais pesadas; os cavalos, mais rápidos:

— No torneio de Kenilworth, que promoveu lorde Mortimer de Chirk, tio daquele que enforcaram em Londres este inverno...

— No torneio de Condé-sur-Escaut, na casa de monseigneur João d’Avesnes, pai do atual conde de Hainaut.

Faziam-se empréstimos sobre a próxima colheita, sobre o corte dos bosques. Levava-se o vasilhame de prata aos lombardos que estivessem mais à mão, a

fim de transformá-lo em plumas para o elmo do fidalgo, em tecidos de cendal e *camocas* para as roupas da senhora, em caparazões para os cavalos.

Os hipócritas fingiam queixar-se:

— Ah! Quantas despesas, quantas preocupações! Agora que seria tão agradável ficar em casa! Mas não podemos deixar de comparecer a esse torneio, pela honra de nossa casa... Se o rei nosso sire mandou seus arautos até a porta de nosso solar, nós o iríamos contrariar se não aparecêssemos.

Em toda parte se costurava, batia-se o ferro, cosia-se o tecido de malhas sobre o couro das cotas pequenas, exercitavam-se os cavalos e exercitava-se a própria pessoa nos poma-⁴ res de onde os pássaros fugiam, assustados pelas cargas, por aqueles choques de lanças e grandes estalidos de espadas. Os pequenos barões passavam três horas experimentando seus capacetes.

Para treinar a mão, os castelões organizavam torneios locais, onde homens de idade, fungando em seus bigodes, julgavam os golpes, observando os mais moços vazarem-se os olhos. Depois do que, comia-se muito.

Esses jogos guerreiros, de baronia em baronia, terminavam sempre por custar tanto quanto uma verdadeira campanha.

Enfim, puseram-se a caminho: o avô resolvera, no último momento, tomar parte na viagem, para buscar um pouco do ar de sua juventude, e o filho de catorze anos tivera ganho de causa: serviria de pequeno escudeiro.

Os corcéis de armas, que não convinha fatigar, eram levados pela mão; os baús de roupas e as couraças seguiam em lombo de mulas. Os criados do serviço pesado arrastavam os pés na poeira. Os viajantes alojavam-se nas hospedarias dos conventos ou então na casa de algum parente cujo solar ficasse no caminho, e que também ia ao torneio. Uma grande ceia, copiosamente regada, e, mal surgia a manhã, seguiam todos juntos.

Assim, de parada em parada, os grupos iam aumentando, até o encontro, em formidável aparato, do sire conde de que se era vassalo.

Beijavam-lhe a mão, trocavam-se algumas banalidades que seriam longamente comentadas. As mulheres retiravam dos baús uma de suas roupas novas, e agregavam-se todos ao séquito do conde, já com meia légua de comprimento, que seguia com todas as flâmulas flutuando sob o sol do início do verão.

Exércitos falsos, equipados com lanças rombudas, espadas sem gume e clavas sem peso, atravessavam então o Sena, o Euro, o Risle, ou subiam do Loire, para ir a uma guerra falsa onde nada era sério, a não ser as vaidades.

Oito dias antes do torneio já não se encontrava mais aposento ou sótão desocupado na cidade de Evreux. O rei da França tinha sua corte na abadia maior, e o rei da Boêmia, em honra do qual as festas eram dadas, alojava-se na casa do conde d'Evreux, rei de Navarra.

Singular príncipe, aquele João de Luxemburgo, rei da Boêmia, inteiramente destituído de pecúnia, mais coberto de dívidas do que de terras, que vivia à custa do Tesouro da França, mas que não pensaria em aparecer com equipagem menor do que a do hospedeiro que lhe fornecia os recursos!

Luxemburgo tinha perto de quarenta anos, mas parecia ter trinta.

Reconheciam-no pela barba castanha, sedosa e aberta, por sua cabeça risonha e altaneira, suas mãos graciosas, sempre estendidas. Era um prodígio de vivacidade, de força, de audácia, de alegria, de parvoíce também. De estatura vizinha à de Filipe VI, mostrava-se verdadeiramente magnífico e oferecia em todos os pontos a imagem de um rei ta! como a imaginação popular o representaria. Sabia fazer-se amar por todos, pelos príncipes como pelo povo, universalmente. Conseguira, mesmo, ser ao mesmo tempo amigo do papa João XXII e do imperador Luís da Baviera, dois adversários irreconciliáveis. Realização maravilhosa para um imbecil pois, e nisso todos concordavam, João de Luxemburgo era tão estúpido quanto sedutor.

A parvoíce não impede o empreendimento; ao contrário, mascara os obstáculos e faz parecer fácil o que, para qualquer cabeça dotada de raciocínio, pareceria desesperador. João de Luxemburgo, abandonando a pequena Boêmia onde se entediava, meteu-se, na Itália, em aventuras insensatas. “As lutas entre guelfos e gibelinos estraçalham este país”, dissera ele consigo mesmo. “O imperador e o papa disputam-se as repúblicas cujos habitantes não cessam de matar-se. Pois bem! Como sou amigo de ambos os partidos, que me entreguem os Estados, e eu farei com que neles reine a paz!” O mais espantoso é que quase tivera êxito. Durante alguns meses, fora considerado ídolo na Itália, a não ser pelos florentinos, que são pessoas difíceis de enganar, e pelo rei Roberto de Nápoles, que aquele impertinente começava a inquietar.

Em abril, João de Luxemburgo tinha mantido uma conversa secreta com o cardeal-legado, Bertrand du Pouget — que diziam ser filho natural do papa João XXII —, conversa que devia regularizar, de um golpe, tanto a sorte de Florença como a retirada de Rimini aos Mala testa, e o estabelecimento de um principado independente do qual Bolonha seria a capital. Ora, sem saber como, sem compreender por quê, quando seus negócios pareciam tão bem encaminhados que ele chegava mesmo a pensar em substituir seu amigo íntimo, Luís da Baviera, no trono imperial, eis que de súbito João de Luxemburgo vê levantar-se contra ele duas coligações formidáveis, onde guelfos e gibelinos, coisa rara, faziam aliança, na qual Florença estava de acordo com Roma, na qual o rei de Nápoles, sustentáculo do papa, atacava ao sul, enquanto o imperador, inimigo do papa, atacava ao norte, e na qual os dois duques da Áustria, o margrave de Brandemburgo, o rei da Polônia, o rei da Hungria, vinham ajudá-los. Belo resultado para um príncipe tão amado, e que queria dar paz aos italianos!

Deixando a seu filho Carlos oitocentos cavalos para manter a Lombardia

inteira, João de Luxemburgo, com a barba ao vento, tinha corrido de Parma até a Boêmia, onde os austríacos acabavam de penetrar. Tombara nos braços de Luís da Baviera, e, à força de grandes beijos do outro, havia dissipado o absurdo mal-entendido. A coroa imperial? Mas não tinha sonhado com isso a não ser para dar satisfação ao papa! Agora, chegava à casa de Filipe de Valois para lhe solicitar que interferisse junto ao rei de Nápoles, pedindo-lhe, ainda, novos subsídios a fim de poder prosseguir em seu projeto de um reino pacífico.

Poderia Filipe VI fazer menos por aquele hóspede cavaleiresco do que oferecer um torneio em sua honra?

Assim, na planície de Evreux, às bordas do Iton, o rei da França e o rei da Boêmia, amigos fraternos, iam enfrentar-se em batalha simulada... com mais homens em armas do que tinha o filho daquele mesmo rei da Boêmia para resistir à Itália inteira!...

As liças, isto é, o recinto do torneio, tinham sido traçadas num vasto prado plano, onde formavam um retângulo de trezentos pés por duzentos, fechado por duas paliçadas; a primeira, uma cerca feita com estacas pontudas, a segunda, no interior, um pouco mais baixa, e provida de espesso corrimão. Entre as duas paliçadas ficavam, durante as provas, os criados de armas dos justadores.

Do lado da sombra tinham sido construídas três grandes tribunas, cobertas de tela e decoradas com flâmulas: a do meio para os juizes, e as duas outras para as damas.

Em toda a volta, na planície, aconchegavam-se os pavilhões dos criados e palafreiros: era ali que ficavam as montarias de torneio, que se ia admirar enquanto se passeava. Sobre cada pavilhão flutuavam as armas de seu proprietário.

Os quatro primeiros dias do encontro foram consagrados às justas individuais, aos desafios que se lançavam, dois a dois, os fidalgos presentes.

Alguns queriam a desforra de uma derrota sofrida em encontro precedente; outros, que ainda nunca se haviam medido, desejavam fazer mútua prova.

Ou então eram dois justadores famosos que os demais impeliam a se defrontar.

As tribunas mostravam-se mais ou menos cheias, segundo a qualidade dos adversários. Dois jovens escudeiros puderam, através de pedidos, encontrar uma hora matinal em que as liças estivessem livres? As tribunas, então, mostravam-se escassamente tomadas por alguns amigos e parentes.

Mas, se anunciassem um encontro entre o rei da Boêmia e messire João de Hainaut, vindo expressamente de sua Holanda com vinte cavaleiros, as tribunas ameaçavam ruir. Era então que as damas arrancavam uma das mangas de seu traje para entregá-la ao cavaleiro de sua escolha, quase sempre uma manga falsa, na qual a seda estava costurada por cima da manga verdadeira apenas com alguns fios fáceis de romper, ou então uma verdadeira manga, quando

certas damas ousadas desnudavam um braço bonito.

Naquelas tribunas havia toda espécie de pessoas e acontecia de tudo.

Porque, naquela grande afluência que fazia de Evreux como que uma feira da nobreza, não se podia selecionar muito. Algumas folionas de alto coturno, tão bem-vestidas quantos as baronesas, e muitas vezes mais bonitas, de maneiras mais finas, conseguiam insinuar-se nos melhores lugares, flertavam e provocavam os homens para outra espécie de torneio.

Os justadores que não estavam na liça, com o pretexto de assistir às façanhas de um amigo, vinham sentar-se junto daquelas damas, e ali se iniciavam galanteios que seriam continuados à noite, no castelo, entre as danças e as carolas.

Messire João de Hainaut e o rei da Boêmia, invisíveis sob suas armaduras empenachadas, levavam cada qual, na haste de sua lança, seis mangas de seda, como outros tantos corações ali presos. Seria preciso que um dos justadores derrubasse o outro, ou então que a madeira da lança se partisse. Não deviam golpear-se senão no peito, e £> escudo ficava curvado de forma a desviar os golpes. Com o ventre protegido pelo arção alto da sela, a cabeça metida num elmo cuja viseira estava baixada, os adversários se lançavam um contra o outro. Nas tribunas, berravam, sapateavam de alegria.

Os dois justadores tinham a mesma força, e por muito tempo se falaria da graça com que messire João de Hainaut apoiava a lança no *fautre* 21, como se falaria, também, da maneira pela qual o rei da Boêmia se conservava ereto como uma flecha sobre seus estribos e recebia os impactos, até que as duas lanças, dobrando-se em arco, terminassem por se romper.

Quanto ao conde Roberto d'Artois, vindo de Conches como vizinho, e que montava enormes cavalos percherões, seu peso tornava-o temível. De arnês vermelho, lança vermelha, lenço vermelho flutuando em seu elmo, tinha uma habilidade particular para colher o adversário em plena corrida, levantá-lo para fora da seda e atirá-lo ao pó. Mas estava de ânimo sombrio, naqueles últimos tempos, monseigneur d'Artois, e dir-se-ia que participava daqueles jogos mais por dever do que por prazer.

Entretanto, os juizes de campo, todos escolhidos entre as personagens mais importantes do reino, tais como o condestável Raul de Brienne, ou messire Mille de Noyers, se ocupavam da organização do grande torneio final.

Entre o tempo gasto em se equipar e se desequipar, em comparecer às justas, em comentar as façanhas, em lisonjear a vaidade dos cavaleiros que desejavam combater sob esta ou aquela flâmula, e depois com o tempo passado à mesa, em escutar os menestréis após os banquetes, em dançar depois de ter ouvido as canções, mal podiam o rei da França, o rei da Boêmia e seus conselheiros dispor de uma horazinha por dia para conversarem sobre os negócios da Itália, que eram, em suma, a razão daquela reunião. Mas sabe-se que os grandes negócios

se realizam com poucas palavras, se os interlocutores mostram boa vontade em se entender.

Como dois verdadeiros reis da Távola Redonda, Filipe de Valois, magnífico em suas roupas bordadas, e João de Luxemburgo, não menos suntuoso em sua barba aberta, dirigiam um ao outro, *hanap* em punho, solenes declarações de amizade. Resolviam, apressadamente, sobre uma carta ao papa João XXII ou uma embaixada ao rei Roberto de Nápoles.

— Ah! Será preciso também, meu doce sire, que falemos um pouco da cruzada — dizia Filipe VI.

Porque ele retomara o grande projeto de seu pai e de seu primo Carlos, o Formoso. Tudo ia tão bem no reino da França, o Tesouro se encontrava tão bem provido, e a paz da Europa parecia, com o auxílio do rei da Boêmia, tão bem assegurada, que se tornava urgente pensar, pela honra e prosperidade das nações cristãs, numa bela e gloriosa expedição contra os infiéis.

— Ah! *monseigneur*, toquem para a água...

A conferência estava suspensa: iriam discutir a cruzada depois da refeição, ou no dia seguinte. À mesa, zombava-se muito do jovem rei da Inglaterra, que viera, três meses antes, disfarçado de negociante e acompanhado apenas de lorde Montaigu, conversar secretamente com o rei da França 28. Sim, disfarçado de negociante, como qualquer negociante lombardo! E com que fim? Para acertar um regulamento de comércio a propósito do fornecimento da indústria de lã à Flandres. Um negociante, na verdade: ocupava-se de lãs! Já se tinha visto algum príncipe preocupar-se com negócios desses, como um burguês vulgar das guildas ou das hansas?

— Então, meus amigos, já que ele o queria, eu o recebi *en marchand**! — dizia Filipe de Valois, encantado com seu próprio trocadilho. — Sem festas, sem torneios, caminhando pelas alamedas da floresta de Halatte. E ofereci-lhe uma pequena ceia magra.

* *Jogo de palavras, entre “marchand”, “negociante”, e “marchant”, de igual pronúncia, que quer dizer “andando”. (N. da T.)*

Ele tinha apenas idéias absurdas, aquele pobre primo Eduardo III! Não estava prestes a instituir em seu reino um exército permanente de soldados a pé, com serviço obrigatório? Que esperava ele dessa gente a pé, quando muito bem se sabia — e a Batalha de Monte Cassei bastante o provara — que só a cavalaria conta nos combates e que o soldado de infantaria foge assim que vê uma couraça?

— Parece, entretanto, que reina mais ordem na Inglaterra depois que lorde Mortimer foi enforcado — observou Mille de Noyers.

— A ordem reina — respondeu Filipe VI — porque os barões ingleses estão cansados, por uns tempos, já que tanto se bateram entre si. Assim que tiverem recobrado o fôlego, o pobre Eduardo verá o que poderá contra eles, com seus

soldados a pé! E ele tinha pensado outrora, aquele querido rapaz, em reclamar a coroa da França... Dizei, *messeigneurs*, lamentais não o ter como príncipe ou preferis vosso “Rei Achado”? — acrescentou ele, batendo alegremente no peito.

Ao sair de cada banquete, Filipe dizia a Roberto d’Artois, bem baixo: — Meu irmão, quero falar-te a sós de coisas muito graves.

— Sire meu primo, quando o quiseres.

— Pois bem, esta noite trataremos de conversar.

Mas à noite dançava-se, e Roberto não procurava apressar a conversação, adivinhando facilmente o que o rei lhe tinha a dizer. Depois das confissões da Divion, sempre conservada no cárcere, outras prisões tinham sido efetuadas, inclusive a do tabelião Tesson, e todas as testemunhas tinham sido submetidas a um contra-inquérito... Muitos tinham notado que, durante as breves conferências com o rei da Boêmia, Filipe VI não havia pedido a assistência de Roberto, o que podia ser interpretado como sinal de desfavor.

Na véspera do torneio, o “rei de armas” 29, acompanhado de seus dois arautos e de seus corneteiros, foi ao castelo, às moradias dos principais fidalgos e às próprias liças proclamar:

“Ouvi, ouvi, muito altos e poderosos príncipes, duques, condes, barões, fidalgos, cavaleiros e escudeiros! Eu vos notifico, por ordem de *messeigneurs*, os juizes de campo, que cada um de vós mande levar hoje o elmo com que se apresentará no torneio, e suas flâmulas também, para o palácio de *messeigneurs* juizes, a fim de que os ditos juizes possam começar a fazer a partilha: e depois que forem distribuídos, as damas irão vê-los e visitá-los para demonstrar sua satisfação: e no dia de hoje outra coisa não se fará, a não ser as danças depois da ceia”.

Na hospedaria dos juizes, à medida que os elmos chegavam, apresentados pelos criados de armas, eram alinhados sobre cofres, nos claustros, e divididos por acampamento.

Dir-se-iam despojos de um exército louco, decapitado, pois, para bem se distinguirem durante a confusão do encontro, os justadores, acima de suas coroas de barão ou de conde, faziam fixar em seus elmos os emblemas mais estranhos ou mais vistosos: aqui uma águia, ali um dragão, acolá uma mulher nua, ou uma sereia, ou um unicórnio rampante. Além disso, longas echarpes de seda, com as cores do fidalgo, eram presas aos cascos.

À tarde, as damas vieram à hospedaria e, precedidas pelos juizes e pelos dois chefes do torneio, isto é, pelo rei da França e pelo rei da Boêmia, foram convidadas a dar a volta ao claustro, enquanto um arauto, parando diante de cada elmo, proclamava o nome de seu dono:

— Messire João de Hainaut... monseigneur conde de Blois... nosso sire Filipe, rei de Navarra...

Alguns dos elmos estavam pintados, assim como as espadas e as hastes das

lanças, daí apelidos tais como: o Cavaleiro das Armas Brancas, o Cavaleiro das Armas Pretas, que se davam a alguns.

—...mestre marechal Roberto Bertrand, o Cavaleiro do Leão Verde...

Vinha em seguida um elmo vermelho, monumental, e que se rematava com uma torre de ouro:

— Monseigneur Roberto d'Artois, conde de Beaumont-le-Roger...

A rainha, que, na primeira fileira de mulheres, caminhava com seu passo oscilante de coxa, fez o gesto de estender a mão. Filipe VI deteve-a, segurando-lhe o pulso, e disselhe a meia voz: — Minha amiga, proibovos!

A rainha Joana teve um sorriso mau.

— Teria sido, entretanto, uma bela ocasião... — murmurou ela à sua vizinha e cunhada, a jovem duquesa da Borgonha.

Pois, segundo as regras do torneio, se uma dama tocasse um dos elmos, o cavaleiro ao qual aquele elmo pertencia se encontrava “recomendado”, quer dizer, não tinha mais direito de participar do encontro. Os outros se reuniam para bater-lhe com as lanças, à sua entrada na liça; seu cavalo lhe era tomado e dado aos trombeteiros, e ele próprio via-se colocado sobre o corrimão que rodeava as liças e obrigado a ficar ali, a cavalo, ridiculamente, durante todo o tempo do torneio. Tal desonra era infligida àquele que difamara uma dama ou de qualquer outra forma faltava à honra, fosse emprestando dinheiro como usurário, fosse por “palavra falsa”.

O gesto da rainha não escapara à senhora de Beaumont, que os demais viram empalidecer. Ela aproximou-se do rei seu irmão e dirigiu-lhe censuras.

— Minha irmã — respondeu-lhe Filipe VI, com expressão severa —, antes deveis agradecer-me do que vos queixar.

À noite, durante as danças, todos estavam ao corrente do incidente. A rainha tinha feito menção de “recomendar” o conde d'Artois. Este mostrava o rosto dos dias muito maus. Para as carolas, recusou ostensivamente a mão à duquesa da Borgonha, e foi se plantar diante da rainha Joana, que jamais dançava, por causa de seu defeito. Ali ficou muito tempo, com o braço arredondado como se a convidasse, o que era perversa afronta de despique.

As esposas procuravam os maridos com os olhos, as violas e as harpas se faziam ouvir dentro de um silêncio angustiado. Teria sido suficiente o menor estalido para que o torneio se antecipasse de uma noite e a batalha começasse imediatamente, na sala de baile.

A entrada do rei de armas, escoltado pelos seus arautos, e que vinha fazer nova proclamação, constituiu um derivativo útil.

“Ouvi, ouvi, altos e poderosos príncipes, fidalgos, barões, cavaleiros e escudeiros que fazeis parte do torneio! Eu vos faço saber, da parte de *messeigneurs*, os juizes de campo, que cada um de vós esteja amanhã nas

fileiras, ao meio-dia, em armas e prontos para o torneio, pois uma hora depois do meio-dia os juizes mandarão cortar as cordas para começar o torneio, no qual haverá ricos presentes, oferecidos pelas damas. Ademais, eu vos previno que nenhum dentre vós deverá levar para as fileiras criado a cavalo para vos servir, a não ser os seguintes: quatro criados para os príncipes, três para os condes, pois para os cavaleiros e um para os escudeiros, e lacaios à vontade para cada um, conforme ordenaram os juizes.

Ainda mais, peço-vos a todos um favor: levantareis a mão direita no ar, para os santos, e juntos prometeréis que nenhum dentre vós combaterá conscientemente com estoque, nem abaixo da cintura. E, de outra parte, se por acaso e aventura o elmo cair da cabeça de qualquer um dentre vós, nenhum outro o tocará enquanto seu elmo não for recolocado e preso. E vos submetereis, se de outra forma procederdes, a perder armadura e corcel e a serdes proclamados banidos do torneio, para as outras vezes. E assim jurais e prometeis pela fé, sobre a vossa honra.”

Todos os presentes que tomavam parte no torneio levantaram a mão e gritaram:

— Sim, sim, nós o juramos!

— Tende bastante cuidado amanhã — disse o duque da Borgonha a seus cavaleiros —, porque nosso primo D’Artois poderá mostrar-se mau e não respeitar todas as regras.

Depois, recomeçaram a dançar.

Honra de par, honra de rei

Cada justador se encontrava no pavilhão de tecido de lã bordada onde flutuava sua flâmula, e ali se fazia equipar: a começar pelos seus borzeguins de malha, aos quais se prendiam as esporas. Depois, as placas de ferro que cobriam as pernas e os braços, a seguir, a loriga de couro espesso, por cima da qual se vestia a armadura de corpo, espécie de toneletes de ferro, articulados ou de uma só peça, segundo as preferências. Vinham, em seguida, o casco de couro para proteger o crânio dos choques recebidos pelo elmo, e o próprio elmo, empenachado ou rematado com emblemas, e que era preso à gola da loriga com correias de couro. Por cima da armadura vestia-se uma cota de seda, de cor brilhante, flutuante, com mangas imensas, festoadas, que pendiam dos ombros e traziam o brasão de armas bordado no peito. Enfim, o cavaleiro recebia a espada de gume embotado, e o escudo, tarja ou rodela.

Lá fora o corcel esperava, coberto com gualdrapa bordada com o brasão, mastigando seu freio de longas amarras, com o frontal protegido por uma placa de ferro, sobre a qual ia fixada, como no elmo do senhor, uma águia, um dragão, um leão, uma torre, um ramalhete de plumas. Criados de armas mantinham as

três lanças de ponta de que cada justador dispunha, assim como uma clava bastante leve para não ser assassina.

As pessoas da nobreza passeavam entre os pavilhões, vinham assistir ao equipamento dos campeões, endereçavam encorajamentos aos amigos.

O pequeno príncipe João, primogênito do rei, contemplava com admiração aqueles preparativos, e João, o Louco, que o acompanhava, fazia caretas sob seu gorro de guizos.

O populacho, numeroso, era mantido à distância por urna companhia de arceiros: ele veria sobretudo a poeira, pois, depois de quatro dias com os justadores pisando as liças, a relva morrera, e o chão, embora fosse regado, se transformava em pó.

Antes mesmo de montar, os justadores suavam sob os arneses, cujas placas de ferro aqueciam-se ao sol forte de julho. Perderiam bem umas quatro libras durante aquele dia.

Os arautos passaram, gritando:

— Prendei os elmos! Prendei os elmos, senhores cavaleiros, levantai as flâmulas, para comboiar a flâmula de vosso chefe!

As tribunas estavam repletas, e os juizes de campo, entre os quais estava o condestável, messire Mille de Noyers, e o duque de Bourbon, encontravam-se em seu lugar, na tribuna central.

As trombetas soaram: os justadores, ajustados pelos seus lacaios, montaram pesadamente a cavalo e dirigiram-se, uns para diante da tenda do rei da França, outros para diante da tenda do rei da Boêmia, a fim de se formarem em cortejo, dois a dois, cada cavaleiro seguido de seu porta-flâmula, até as liças, onde fizeram sua entrada.

Cordas separavam o recinto pela metade, no sentido da largura. Os dois partidos colocaram-se frente a frente. Longos toques de trombetas retiniram, e o rei de armas adiantou-se para repetir pela última vez as condições do torneio.

Enfim, exclamou:

— Cortai as cordas e gritai batalha! Quando quiserdes! O duque de Bourbon nunca ouvia aquele grito sem um certo constrangimento, pois era o que soltava outrora seu pai, Roberto de Clermont, sexto filho de São Luís, em suas crises de demência, crises que o assaltavam subitamente, em meio a uma refeição, ou no conselho real. O duque de Bourbon preferia ser juiz a ser combatente, porque fugir ao torneio era menos fácil do que fugir à guerra. Sua claudicação lhe servia de pretexto para se conservar afastado das liças. Os homens encarregados levantaram seus machados, e as cordas foram cortadas. Os porta-flâmulas, berrando seus gritos de guerra, deixaram as fileiras; os lacaios a cavalo, armados de pedaços de lanças que não tinham mais de três pés, alinharam-se contra o corrimão, prontos a levar socorro a seus senhores. Depois, a terra tremeu sob os cascos de duzentos cavalos lançados a galope, uns contra os outros: a batalha

começou.

As damas, de pé nas tribunas, gritavam, seguindo com os olhos o elmo de seu cavaleiro preferido. Os juizes estavam atentos para distinguir os golpes trocados, a fim de designar os vencedores. O choque das lanças, dos estribos, das armaduras, de toda aquela ferragem, produzia um estrépito infernal. A poeira levantava uma tela contra o sol.

Desde o primeiro encontro, quatro cavaleiros foram atirados para fora de seus corcéis e vinte outros tiveram suas lanças quebradas. Os criados, respondendo aos urros que saíam pelo respiradouro do elmo, corriam a levar lanças novas aos justadores desarmados e a levantar os desmontados, que esperneavam como caranguejos de ventre para cima. Um deles tinha a perna quebrada, e quatro homens tiveram de carregá-lo.

Mille de Noyers estava aborrecido, e, embora fosse juiz de campo, interessava-se vagamente pelo espetáculo. Na verdade, faziam-no perder seu tempo. Tinha de presidir os trabalhos da Câmara de Contas, controlar os decretos do Parlamento, zelar pela administração geral do reino. E para comprazer ao rei, precisava estar ali, olhando homens aos berros quebrando lanças de freixo! Escondia pouco seus sentimentos.

— Todos esses torneios custam caro demais: são excessos inúteis e que o povo censura — dizia ele a seus vizinhos. — O rei não ouve seus vassallos falarem, nos burgos e nos campos! Quando ele passa, não vê senão gente curvada, a beijar-lhe os pés, mas eu sei bem o que me contam bailios e prebostes. Despesas vãs de orgulho e futilidade! E durante esse tempo nada se faz: os decretos esperam por assinatura durante duas semanas, não se reúne o conselho, senão para resolver quem será rei de armas ou cavaleiro de honra. A grandeza de um reino não se mede por esses simulacros de cavalaria. O rei Filipe, o Belo, o sabia bem, pois, de acordo com o papa Clemente, proibiu os torneios.

O condestável Raul de Brienne, com a mão em pala para observar a batalha, respondeu:

— Sem dúvida, não dizeis nada errado, *messire*, mas não considerais o torneio um bom treinamento para a guerra?

— Que guerra? — perguntou Mille de Noyers. — Acreditais que faremos guerra com esses bolos de casamento na cabeça, e com essas mangas festoadas que pendem de duas abas de comprimento? As justas, sim, eu admito, excitam para os combates. Mas o torneio, uma vez que não é feito mais com armadura de guerra, e o cavaleiro não leva o verdadeiro peso, perdeu todo o sentido. Chega mesmo a ser funesto, pois nossos jovens escudeiros, que jamais serviram às hostes, pensarão que com o inimigo as coisas se passam da mesma maneira, e que se ataca apenas quando se grita: “Cortai as cordas!”

Mille de Noyers podia falar com autoridade, pois tinha sido marechal do exército no tempo em que seu cunhado Gaucher de Châtillon se iniciava no cargo

de condestável e aquele jovem de Brienne ainda chupava o dedo.

— É bom que nossos fidalgos aprendam a se conhecer, para as cruzadas — disse o duque de Bourbon, com ar entendido.

Mille de Noyers ergueu os ombros. Convinha ao duque, aquele covarde lendário, pregar a cruzada!

Messire Mille estava cansado de zelar pelos negócios da França sob um soberano que todos concordavam em considerar admirável, e que ele, por uma longa experiência do poder, tinha como pouco capaz. Certa fadiga surge quando se fazem esforços num sentido que ninguém aprova, e Mille, que tinha começado sua carreira na corte de Borgonha, perguntava a si próprio se não voltaria depressa para lá. Mais valia administrar sensatamente um ducado do que loucamente um reino, e o duque Eudes lhe fizera certas insinuações a esse respeito. Procurou-o na confusão, e viu que ele jazia no solo, derrubado por Roberto d'Artois. Então, Mille de Noyers recobrou o interesse pelo torneio.

Enquanto o duque Eudes era erguido pelos seus criados, Roberto desmontava e oferecia a seu adversário o combate a pé. De clava e espada na mão, as duas torres de ferro avançavam uma contra a outra, com um passo mais ou menos titubeante, a fim de se abaterem a pancadas. Mille vigiava Roberto d'Artois, pronto a desqualificá-lo à primeira falta. Roberto, entretanto, respeitava as regras, não atacava abaixo da cintura, não atingia senão de ponta. Com sua clava, martelava o elmo do duque da Borgonha, amassando o dragão que o rematava. Embora a clava pesasse uma libra apenas, o outro devia ter o crânio rudemente abalado, pois começava a defender-se mal, e sua espada mais agitava-se no ar do que atingia Roberto.

Querendo esquivar-se, Eudes de Borgonha perdeu o equilíbrio. Roberto colocou-lhe um pé sobre o peito e a ponta de sua espada no ponto em que o elmo era enlaçado. O duque pediu misericórdia. Ele se havia rendido e devia deixar o combate. Roberto tornou a montar e passou a galope, orgulhosamente, diante das tribunas. Uma dama entusiasta arrancou sua manga, que Roberto apanhou na ponta da lança. — Monseigneur Roberto nos dias que correm — disse Mille de Noyers — devia mostrar menos soberba.

— Bah! — fez Raul de Brienne. — O rei o protege. ^ — Até quando? — disse Mille de Noyers. — A senhora Mafalda parece ter morrido um tanto depressa demais, e a senhora Joana, a Viúva, igualmente. Depois, há aquela Beatriz d'Hirson, sua dama de companhia, que desapareceu e que sua família procura em vão... O duque da Borgonha agirá sensatamente se mandar provar suas refeições.

— Mudaste de sentimentos em relação a Roberto. No ano passado parecíeis amigo dele.

— É que no ano passado eu não tinha ainda tido a incumbência de instruir seu caso, do qual venho de dirigir o segundo inquérito...

— Ah! eis messire de Hainaut que ataca — disse o condestável.

João de Hainaut, que secundava o rei da Boêmia, gastava loucamente suas energias: não havia fidalgo importante, no partido do rei da França, que ele não fosse desafiar, e já se sabia que receberia o troféu de vencedor.

O torneio durou uma hora inteira, ao fim da qual os juizes fizeram soar de novo as trombetas, abrir as barreiras e separar as fileiras. Uma dezena de cavaleiros e escudeiros de Roberto d'Artois, pelo menos, parecia não ter ouvido o sinal e continuava a combater, com entusiasmo, quatro fidalgos borgonheses num canto das liças. Roberto não estava entre eles, mas com certeza havia inspirado seus homens. A refrega ameaçava transformar-se em massacre. O rei Filipe VI foi obrigado a mandar que lhe retirassem o elmo, e, com a cabeça descoberta, para ser reconhecido, foi, com admiração de todos, separar os encarniçados combatentes.

Precedidas de arautos e de trombeteiros, as duas tropas tornaram a formar-se em cortejo, para sair da arena. Não havia senão armaduras amolgadas, cotas em tiras, pinturas lascadas, cavalos mancos, sob gualdrapas estraçalhadas. O saldo do encontro era um morto e alguns estropiados para toda a vida. Além de messire João de Hainaut, a quem caberia o prêmio oferecido pela rainha, todos os justadores receberiam como lembrança um presente, um *hanap* de prata dourada, taça ou escudela de prata.

Em seus pavilhões de reposteiros levantados, os fidalgos retiravam seus arneses, mostrando rostos como que cozidos, mãos esfoladas pelas juntas das manoplas, pernas tumefatas. Ao mesmo tempo, trocavam-se impressões.

— Meu elmo amolçou-se desde o princípio. Foi isso que me atrapalhou...

— Se o sire de Courgent não se tivesse atirado em vosso socorro, passaríeis mal, amigo!

— O duque Eudes não resistiu muito tempo diante de monseigneur Roberto!

...

— Ah! Brécý comportou-se bem, eu o reconheço! Risos, irritações, arquejos de fadiga. Os justadores se dirigiam para as casas de banho, instaladas numa granja vizinha, e entravam nas selhas preparadas, os príncipes primeiro, depois os barões, depois os cavaleiros, e por último os escudeiros. Existia entre eles aquela familiaridade amistosa e sólida que criam as competições físicas, mas adivinham-se, também, alguns rancores obstinados.

Filipe VI e Roberto d'Artois estavam metidos em duas cubas gêmeas.

— Belo torneio, belo torneio — disse Filipe. — Ah! meu irmão, preciso falar contigo.

— Sire, meu irmão, sou todo ouvidos.

As coisas que tinha a dizer custavam muito a Filipe, isso era visível. Mas para falar de coração a coração com seu cunhado, seu amigo de infância e de sempre, que melhor momento poderia encontrar do que aquele em que tinham

acabado de participar do mesmo torneio e quando a granja estava repleta de gritos, das grandes palmadas que os cavaleiros se aplicavam mutuamente nos ombros, dos rumores da água, do vapor que se levantava das cubas, isolando perfeitamente a sua conversação?

— Roberto, teu processo vai mal porque tuas cartas são falsas.

Roberto ergueu acima da selha seus cabelos vermelhos, suas faces vermelhas.

— Não, meu irmão, elas são autênticas! O rei assumiu uma expressão desolada.

— Roberto, eu te conjuro, não te obstines em tão mau caminho. Fiz por ti o máximo que me foi possível, e contra a opinião de muitos, tanto da minha família como do meu conselho. Não aceitei entregar o Artois à duquesa da Borgonha, a não ser sob reserva de teus direitos. Impus para governador Ferry de Picquigny, um homem que te é devotado. Ofereci à duquesa resgatar-lhe o Artois para to entregar.

— Não havia necessidade de lhe resgatar o Artois, pois que ele me pertence...

Diante de tanta e tão embotada obstinação, Filipe teve um gesto irritado.

Gritou a seu camareiro:

— Trousseau! Um pouco mais de água fresca, por favor!

Depois, prosseguiu:

— Foram as comunas do Artois que não quiseram pagar o preço para mudar de senhor. Que posso fazer? O decreto que ordena a abertura de teu processo há um mês está à espera. Há um mês que me recuso a assiná-lo, porque não quero que meu irmão seja confrontado com pessoas baixas, que o vão sujar com uma lama da qual não tenho certeza de que ele consiga se limpar. Todos os homens são falíveis, e nenhum entre nós fez apenas coisas louváveis. Tuas testemunhas foram pagas ou ameaçadas. Teu tabelião falou: os falsários estão presos e confessam ter escrito tuas cartas.

— Elas são verdadeiras — repetiu Roberto.

Filipe VI suspirou. Quanto esforço era necessário fazer para salvar um homem dele próprio!

— Não digo, Roberto, que sejas realmente culpado. Não digo, como se pretende, que tenhas posto a mão nessas cartas. Recebeste-as, pensaste que eram autênticas, foste enganado...

Roberto, em sua cuba, contraía os maxilares.

— Talvez mesmo — continuou Filipe — tenha sido minha própria irmã, tua esposa, quem te iludiu. As mulheres têm dessas falsidades, muitas vezes acreditando nos servir! Falsidade está na natureza delas. Viste bem que a minha não hesitou em roubar meu selo.

— Sim, as mulheres são falsas — disse Roberto, enco-lerizado. — Tudo isso é

manejo de mulheres, engendrado entre tua esposa e sua cunhada da Borgonha. Eu não conheço essa gente baixa, cujas confissões atiram contra mim!

— Quero igualmente tomar como calúnia — recomeçou Filipe, em voz mais baixa — o que se diz da morte de tua tia...

— Ela tinha jantado em tua casa!

— Mas sua filha não tinha jantado em minha casa, quando morreu em dois dias.

— Eu não era o único inimigo que elas tinham feito durante sua vida perversa — respondeu Roberto, em tom que fingia indiferença.

Saiu de sua cuba e reclamou toalhas para se enxugar. Filipe fez a mesma coisa. Estavam um diante do outro, nus, de pele rosada, e fortemente peludos. Seus criados esperavam a alguns passos de distância, com as vestes de cerimônia nos braços.

— Roberto, espero tua resposta — disse o rei.

— Que resposta?

— Que tu renunciés ao Artois para que eu possa fechar o caso...

— E para que possas retomar a palavra que me tinhas dado antes de seres rei. Sire, meu irmão, terias, então, esquecido quem te levou ao trono, quem reuniu os pares em torno de ti, quem ganhou para ti o cetro?

Filipe de Valois tomou Roberto pelos punhos, e, olhando-o direto nos olhos, disselhe:

— Se eu o tivesse esquecido, acreditas, Roberto, que falaria contigo como o faço agora?... Pela última vez, renuncia.

— Jamais — respondeu o gigante, sacudindo a cabeça.

— É ao rei que recusas?

— Sim, sire, é ao rei que recuso. Filipe abriu os dedos.

— Então, se não queres salvar tua honra de par — disse ele —, zelarei para salvar minha honra de rei!

Os Tolomei

— Perdoai-me, *monseigneur*, por eu não poder me levantar a fim de receber-vos melhor — disse Spinello Tolomei, com voz arquejante, à entrada de Roberto d'Artois.

O velho banqueiro estava deitado num leito armado em seu gabinete de trabalho: uma coberta leve deixava adivinhar a forma de seu ventre enorme e de seu peito abatido. A barba de oito dias parecia, sobre suas faces cavadas, um depósito de sal, e sua boca azulada arquejava, em busca de ar. Mas da janela, que dava para a Rue des Lombards, não vinha frescor algum. Paris cozinhava-se, sob o sol de um início de tarde de agosto.

Não havia muita vida mais no corpo de messer Tolomei, nem muita vida

mais no olhar de seu único olho aberto, que nada expressava a não ser fatigado desdém, como se oitenta anos de existência tivessem sido esforço inútil.

Em torno do leito estavam quatro homens de neles morenas, lábios delgados, olhos brilhantes como azeitonas pretas, e todos igualmente vestidos com trajes escuros: quatro rostos de tragédia, como os italianos costumam apresentar à aproximação da morte.

— Meus primos Tolomeo Tolomei, Andréa Tolomei, Giacomo Tolomei... — disse o moribundo, designando-os. — E já conheceis meu sobrinho, Guccio Baglioni...

Com trinta e cinco anos, Guccio mostrava já as têmporas embranquecidas.

— Vieram todos de Siena para me ver morrer, e também para outras coisas — acrescentou, lentamente, o velho banqueiro.

Roberto d'Artois, de botas de viagem, com o busto um pouco inclinado na cadeira que lhe haviam oferecido, olhava para o ancião com aquela atenção falsa das pessoas que estão obcecadas por uma preocupação grave.

— Monseigneur d'Artois é um amigo, se ousar dizer — começou Tolomei, dirigindo-se a seus parentes. — Tudo o que se puder fazer por ele deve ser feito. Várias vezes ele nos salvou, e desta vez não dependeu dele...

Como os primos sienenses não compreendiam o francês, Guccio Baglioni lhes traduzia, rapidamente, as palavras do tio. Os primos balançaram a cabeça, com um mesmo movimento e os rostos sombrios.

— Mas, se é de dinheiro que precisais, *monseigneur*, ai de mim, ai de mim, apesar de todo o meu devotamento por vós, nada podemos fazer.

Sabeis muito bem por quê.

Sentia-se que Spinello Tolomei economizava suas forças. Não tinha necessidade de se estender longamente. Para que comentar a situação dramática em que se encontravam, havia alguns meses, os banqueiros italianos?

Em janeiro, o rei expedira um decreto pelo qual todos os lombardos estavam ameaçados de expulsão. Aquilo não era novidade. Cada reino, em seus momentos difíceis, brandia a mesma ameaça e raspava aos lombardos uma parte de sua fortuna, obrigando-os a resgatar seu direito de permanência. Para compensar a perda, os banqueiros aumentavam durante um ano a taxa da usura. Mas, dessa vez, o decreto vinha acompanhado de medida mais grave: todas as dívidas que os fidalgos franceses tinham para com os italianos estavam anuladas. E ele proibia aos devedores saldar seus débitos, mesmo que eles tivessem desejo ou possibilidade de fazer tal coisa.

Sargentos reais, montando guarda às portas das agências, faziam com que os clientes honestos, que chegavam para reembolsar seus credores, voltassem!

Os banqueiros italianos estavam todos doentes.

— E isso porque a nobreza está endividada demais por causa dessas festas loucas, por causa de todos esses torneios onde ela quer brilhar diante do rei! Nem

sob Filipe, o Belo, fomos tratados dessa maneira.

— Eu procurei defender-vos — disse Roberto.

— Sei disso, *monseigneur*; sei disso. Sempre defendestes as nossas companhias. Mas eis que no momento não estais em melhor situação que a nossa... Poderíamos acreditar que as coisas se arranjariam, como das outras vezes. Mas, com a morte de Macei dei Macei, o último golpe nos foi desferido!

O ancião voltou o olhar para a janela e calou-se. Macei dei Macei, um dos maiores financistas italianos na França, ao qual, sob o conselho de Roberto, Filipe VI confiara desde o início de seu reino a administração do Tesouro, acabava de ser enforcado, na semana anterior, depois de um julgamento sumário.

Guccio Baglioni, com a voz carregada de cólera contida, disse então: — Um homem que tinha dedicado todo o seu labor, toda a sua astúcia ao serviço deste reino. Sentia-se mais francês do que se tivesse nascido no Sena. Fazia-se chamar Mache des Mache... Enriqueceu mais em seu ofício do que os que o fizeram enforçar? É sempre sobre os italianos que se descarrega o golpe, porque eles não têm meios para se defender!

Os primos sienenses captavam o que podiam daquelas palavras. Ao nome de Macei dei Macei, suas sobranceiras haviam subido até o centro da frente, e, pálpebras fechadas, lançaram um mesmo lamento de garganta.

— Tolomei — disse Roberto d'Artois —, não vim pedir-vos dinheiro emprestado. Vim pedir que o tomeis de mim.

Fraco como estava, messer Tolomei levantou ligeiramente o busto, de tal forma aquela declaração era surpreendente. Os primos sienenses tornaram a abrir os olhos, não ousando acreditar que tinham compreendido.

— Sim — tornou Roberto —, eu queria entregar-vos todo o meu tesouro em dinheiro, contra letras de câmbio. Vou partir. Deixo o reino.

— Vós, *monseigneur*, vosso processo vai assim tão mal? O julgamento foi decidido contra vós?

— Vai ser decidido dentro de quatro semanas. Sabes, banqueiro, como me trata o rei, esse rei com cuja irmã me casei e que nunca, sem mim, teria sido rei? Mandou seu baillio de Gisors bater à porta de todos os meus castelos, em Conches, em Beaumont, em Orbec, intimando-me para o dia de São Miguel diante de seu trono! Um simulacro de justiça, da qual o decreto contra mim já está pronto. Filipe atirou todos os seus cães em meu encaço: Sainte-Maure, seu mau chanceler, Forget, seu tesoureiro ladrão, Mateus de Trye, seu marechal, e Mille de Noyers para lhes abrir o caminho. Os mesmos que se ligaram contra vós, os mesmos que enforcaram vosso amigo Mache des Mache! Foi a rainha má, foi a coxa que ganhou, é a Borgonha que leva vantagem, é a vilania! Atiraram ao cárcere meus tabeliães, meu capelão, atormentaram minhas testemunhas para obrigá-las a abjurar. Pois bem! Que me julguem, eu não estarei presente! Roubaram-me o Artois, que me infamem à vontade! Este reino

já nada representa para mim, e seu rei é meu inimigo. Vou para fora das fronteiras, a fim de lhe fazer todo o mal que puder! Amanhã estarei em Conches, de onde devo fazer com que meus cavalos, minha baixela e minhas jóias e armas sigam para Bordéus, a fim de colocá-las num navio da Inglaterra! Querem apoderar-se de meu corpo e de meus bens: não me apanharão!

— É para a Inglaterra que ides, *monseigneur*? — perguntou Tolomei.

— Peço antes refúgio à minha irmã, a condessa de Namur.

— Vossa esposa vai convosco?

— Minha esposa irá ter comigo mais tarde. Portanto, aí tendes, banqueiro: meu tesouro em dinheiro contra letras de câmbio para as vossas agências da Holanda e da Inglaterra. E guardai para vós duas libras sobre cada vinte.

Tolomei movimentou um pouco a cabeça sobre o travesseiro, e entabulou com seu sobrinho e seus primos uma conversa em italiano, da qual Roberto nada entendia. Ouvia passar as palavras “*debito*”... “*rimborso*”...

“*deposito*”... Aceitando o dinheiro de um fidalgo francês, a companhia dos Tolomei não contrariaria o decreto? Não, pois que não se tratava de pagamento de dívida, e sim de um *deposito*...

Depois, Tolomei tornou a voltar para Roberto seu rosto de sal e seus lábios azulados.

— Também nós, *monseigneur*, partimos: ou antes, eles partem... — disse, designando seus parentes. — Vão levar tudo quanto aqui temos.

Nossas companhias estão divididas neste momento. Os Bardí, os Peruzzi hesitam: pensam que o pior passou, e que, curvando um pouco a espinha...

São como os judeus, que confiam sempre nas leis e acreditam que se contentarão quando tiverem pago seu quinhão. Pagam o quinhão e, em seguida, são enviados à fogueira! Então, os Tolomei, esses, vão-se daqui.

Essa partida causará alguma surpresa, porque levamos para a Itália todo o dinheiro que nos foi confiado: a parte maior já foi encaminhada. Já que nos recusam pagar-nos nossas dívidas, pois bem, levamos os depósitos 30!

Uma última expressão de malícia deslizou sobre os traços cavados do ancião.

— Não deixarei na terra da França senão os meus ossos, que pequena riqueza são — acrescentou ele.

— A França, na verdade, não foi boa para nós — disse Guccio Baglioni.

— Ora essa! Deu-te um filho, isso não é tão mau assim!

— É verdade — disse Roberto d’Artois. — Tendes um menino. Vai se desenvolvendo bem?

— Sim, obrigado, *monseigneur* — respondeu Guccio. — Depressa estará mais alto do que eu. Tem quinze anos, mas mostra pouca tendência para banqueiro.

— Acabará tendo, acabará tendo — disse o ancião. — Então, *monseigneur*, aceitamos. Confia-nos vosso tesouro em dinheiro. Nós o faremos sair e vos

entregaremos letras de câmbio pelo total, sem nada reter.

O dinheiro em moeda corrente é sempre negociável.

— Eu te agradeço, Tolomei. Meus cofres serão trazidos à noite.

— Quando o dinheiro começa a fugir de um reino, a felicidade desse reino está contada. Tereis vossa desforra, *monseigneur*. Eu não a verei, mas eu vos digo, tereis vossa desforra!

O olho esquerdo, habitualmente fechado, se havia aberto, e Tolomei olhava para ele com os dois olhos: o olhar da verdade, enfim. E Roberto d'Artois sentiu a alma comovida, porque um velho lombardo que logo iria morrer olhava para ele com piedade.

— Tolomei, vi homens corajosos lutarem até o fim numa batalha. És tão corajoso quanto eles, à tua maneira.

Um sorriso triste passou pelos lábios do banqueiro.

— Não se trata de coragem, *monseigneur*, ao contrário. Se eu não fosse banqueiro, teria muito medo neste momento!

Sua velha mão ergueu-se da coberta e fez sinal a Roberto para se aproximar.

Roberto inclinou-se, como para receber uma confidência.

— *Monseigneur* — disse Tolomei —, deixai-me abençoar meu último cliente.

E traçou com o polegar o sinal-da-cruz sobre os cabelos do gigante, como os pais italianos costumam fazer na frente de seus filhos, quando eles partem para uma longa viagem.

O trono da justiça

No centro de um grande estrado de degraus, numa cadeira cujos braços terminavam em cabeças de leões, Filipe VI estava sentado, com a coroa na cabeça, vestindo seu manto real. As armas da França, bordadas em grande painel de seda, estavam suspensas acima dele. De vez em quando o rei inclinava-se para a esquerda, para seu primo, o rei de Navarra, e para a direita, para seu parente, o rei da Boêmia a fim de tomá-los como testemunha e fazê-los apreciar quanto sua mansuetude fora longa.

O rei da Boêmia sacudia sua bela barba castanha com um ar ao mesmo tempo embaraçado e indignado. Seria possível que um cavaleiro, um par de França, como era Roberto d'Artois, um príncipe da flor-de-lis, tivesse se comportado daquela maneira, tivesse tomado parte em empresas assim sórdidas como as que eram enumeradas naquele momento, e se houvesse comprometido com pessoas de tão vil espécie? ^ No início da fila de pares laicos, que tinham cada qual seu brasão suspenso acima de seus lugares, sobre um escudo, via-se pela primeira vez o herdeiro do trono, o príncipe João, anormalmente grande para seus treze anos, criança de olhar sombrio e pesado, de queixo comprido demais, e que seu pai acabava de fazer duque da Normandia. A seguir estavam o

conde d'Alençon, irmão do rei, os duques de Bourbon e da Bretanha, o conde de Flandres, o conde d'Étampes. Havia dois tamboretos vazios: o do duque da Borgonha, que não podia estar presente por fazer parte do processo, e o do rei da Inglaterra, que nem mesmo se fizera representar.

Entre os pares eclesiásticos reconhecia-se monseigneur João de Marigny, conde-bispo de Beauvais, e Guilherme de Trye, duque-arcebispo de Reims.

Para dar ainda mais solenidade àquela corte de justiça, o rei para ele convocara os arcebispos de Sens e de Aix, os bispos de Arras, Autun, Blois, Forez, Vendôme, o duque da Lorena, o conde Guilherme de Hainaut e seu irmão João, e todos os grandes oficiais da coroa: o condestável, os dois marechais, Mille de Noyers, advogado da Câmara dos Dinheiros, os sires de Châtillon, de Soyecourt, de Garencières, que eram do conselho estrito, e muitos outros ainda, que estavam sentados ao redor do estrado, ao longo das paredes da sala grande do Louvre, onde se realizava a audiência.

Sentados no chão, com as pernas dobradas sobre quadrados de pano, estavam aglomerados os referendários e conselheiros do Parlamento, os funcionários da justiça e eclesiásticos de menor condição.

Em pé diante do rei, a seis passos de distância, o procurador-geral, Simão de Bucy, rodeado dos comissários do inquérito, lia, havia duas horas, as páginas de seu requeritório, o mais comprido que tivera de fazer em toda a sua carreira. Tinha que retomar todo o histórico do caso do Artois, que remontava ao fim do outro século, recordar o primeiro processo de 1309, a sentença dada por Filipe, o Belo, a rebelião armada de Roberto contra Filipe, o Longo, em 1316, o segundo julgamento de 1318, para chegar ao processo recente, ao falso juramento de Amiens, ao inquérito, ao contra-inquérito, aos inumeráveis depoimentos colhidos, ao suborno das testemunhas, à fabricação dos documentos falsos, à prisão de cúmplices.

Todos esses fatos trazidos à luz, um após outro, apresentados em seu encadeamento, em sua engrenagem complicada, constituíam um dos maiores processos de direito privado que já existira no mundo, e mesclavam-se constantemente à história do reino nos últimos quarenta anos. A assistência estava ao mesmo tempo fascinada e estupefata, estupefata pelas revelações do procurador, fascinada por descobrir a vida secreta do grande barão diante do qual ontem ainda todos tremiam, do qual todos queriam se fazer amigos, e que durante tanto tempo decidira tudo quanto se passava na terra da França! A denúncia dos escândalos da Torre de Nesle, a prisão de Margarida da Borgonha, a anulação do casamento de Carlos IV, a guerra da Aquitânia, a renúncia à cruzada, o apoio dado a Isabel da Inglaterra, a eleição de Filipe VI — ele fora a alma de tudo aquilo, criando acontecimentos ou dirigindo-os, mas levado sempre por um só pensamento, um único interesse: o Artois, a herança do Artois! Quantos, entre os presentes, deviam seus títulos, sua função, sua fortuna, àquele

perjuro, àquele falsário, àquele criminoso — a começar pelo próprio rei!

O lugar do acusado estava simbolicamente ocupado no pretório por dois sargentos-de-armas sustentando um grande painel de seda onde figurava o escudo de Roberto, “*semé de France*, cotica de quatro pendentes de goles, cada pendente carregado de três castelos de ouro”.

E a cada vez que o procurador pronunciava o nome de Roberto, voltava-se para o painel, como se designasse a pessoa.

Chegara-se à fuga do conde d’Artois:

— “Embora a citação lhe fosse regularmente feita por mestre João Loncle, guarda do bailio de Girsors, em suas moradias habituais, o dito Roberto d’Artois, conde de Beaumont, deixou de comparecer diante de nosso sire, o rei, e de seu Tribunal de Justiça, devidamente convocado para o dia 29 de setembro. Ora, soubemos, e nos foi confirmado por muitas fontes, que o dito Roberto tinha seus cavalos e seus tesouros embarcados num navio, em Bordéus, e que suas moedas de ouro e prata foram retiradas do reino por meios proibidos, e que ele próprio, em lugar de se apresentar diante da justiça do rei, retirara-se para fora das fronteiras.

“No dia 6 de outubro de 1331, a dama de Divion, reconhecida como culpada de numerosos delitos praticados a serviço do dito Roberto e a seu próprio, dos quais o primeiro se refere a escritos falsos e falsificação de selos, foi queimada em Paris, na Place aux Pourceaux, e seus ossos reduzidos a pó, isso diante de *monseigneur*, o duque da Bretanha, o conde da Flandres, sire João de Hainaut, sire Raul de Brienne, condestável da França, marechais Roberto Bertrand e Mateus de Trye, e messire João de Milon, preboste de Paris, que deu conta ao rei da execução...”

Os que tinham sido nomeados baixavam os olhos: conservavam a lembrança da Divion urrando, amarrada ao seu poste, e das chamas que devoravam sua roupa de cânhamo, e da carne de suas pernas, que estufava, que rebentava sob a queimadura, a lembrança, também, do cheiro atroz que o vento de outubro lhes atirava ao rosto... Assim terminara a amante do antigo bispo de Arras.

— “Nos dias 12 e 14 de outubro, mestre Pedro d’Auxerre, conselheiro, e Miguel de Paris, bailio, fizeram saber à senhora de Beaumont, esposa do dito Roberto, de início em Jouy-le-Châtel, depois em Conches, Beaumont, Orbec e Quatremares, suas residências habituais, que o rei citava o dito senhor para julgamento no dia 14 de dezembro. Ora, o dito Roberto, nessa data, pela segunda vez deixou de comparecer. Por grande desejo de mansuetude, nosso sire, o rei, marcou nova citação para a quinzena da festa da Candelária, e para que o dito Roberto não pudesse ignorá-la, a proclamação foi feita antes na Câmara Alta do Parlamento, depois na mesa de mármore da sala grande do palácio, e depois levada a Orbec e Beaumont, e ainda a Conches, pelos mesmos mestres Pedro d’Auxerre e Miguel de Paris, onde não puderam falar com a senhora de

Beaumont, mas fizeram sua proclamação na porta de seu quarto, e em voz bastante alta para que ela pudesse ouvi-los...”

De cada vez que se citava a senhora de Beaumont, o rei passava a mão sobre o rosto, torcendo um pouco seu grande nariz carnudo. Era de sua irmã que se tratava!

— “No parlamento de justiça realizado pelo rei na data citada, o dito Roberto d’Artois não compareceu, mas se fez representar pelo advogado Henrique, deão de Bruxelas, e pelo advogado Teobaldo de Meaux, cônego de Cambrai, que tinham procuração para se apresentar em seu lugar e tratar da causa em sua ausência. Mas, visto que a citação era para segunda-feira, na quinzena da Candelária, e que a comissão da qual eles eram portadores designava a terça-feira, a comissão não pôde ser reconhecida como válida, e pela terceira vez foi pronunciada a ausência do acusado... Ora, é sabido e notório que durante esse tempo Roberto d’Artois quis refugiar-se, primeiro em casa de sua irmã, a condessa de Namur, mas, como o rei nosso sire proibiu a senhora de Namur de dar acolhida ao rebelde, ela proibiu ao dito Roberto, seu irmão, a permanência em seus Estados. Em seguida o dito Roberto quis refugiar-se junto de monseigneur conde Guilherme, em seus Estados de Hainaut, mas, por pedido que lhe fez o rei nosso sire, monseigneur conde de Hainaut proibiu ao dito Roberto a permanência em seus Estados. E ainda o dito Roberto pediu refúgio e asilo ao duque do Brabante, o qual, tendo sido solicitado por nosso sire, o rei, a nada fazer nesse sentido, de início respondeu que, não sendo vassalo do rei da França, podia acolher quem quisesse, conforme sua conveniência, mas em seguida cedeu às advertências que lhe fez monseigneur de Luxemburgo, rei da Boêmia, e comportou-se cortesmente, expulsando Roberto d’Artois de seu ducado” 31.

Filipe VI voltou-se para o conde de Hainaut e para o conde da Boêmia, dirigindo a cada um deles um gesto de amigável e triste gratidão. Filipe sofria, visivelmente, e não era o único. Por muito culpado que fosse Roberto d’Artois, os que o tinham conhecido imaginavam-no errando de pequena corte a pequena corte, acolhido um dia, banido no dia seguinte, partindo para mais longe, para ser de novo expulso. Por que se encarnicava tanto em sua própria perda quando o rei, até o fim, lhe abria os braços?

— “Apesar de o inquérito estar terminado, depois de setenta e seis testemunhas ouvidas, das quais catorze recolhidas às prisões reais, e a justiça do rei suficientemente esclarecida, apesar de as acusações enumeradas serem bastante aparentes, nosso sire, o rei, por antiga amizade, fez saber ao dito Roberto d’Artois que lhe dava salvo-conduto para voltar ao reino e dele sair, se assim o quisesse, sem que lhe fosse feito mal, a ele ou à sua gente, a fim de que pudesse ouvir as acusações, apresentar sua defesa, reconhecer seus erros e obter sua graça. Ora, o dito Roberto, em vez de apegar-se a esse oferecimento de clemência, não voltou ao reino, mas, em seus diversos pontos de permanência,

reuniu-se a toda espécie de má gente, banidos e inimigos do rei, e advertiu a muitas pessoas, que o repeliram, a respeito de sua intenção de matar pelo gládio ou pelo malefício o chanceler, marechal de Trye, e diversos conselheiros de nosso sire, o rei, e finalmente pronunciou as mesmas ameaças contra o próprio rei.”

A assistência zumbiu um longo sussurro de indignação.

— “Todas as coisas acima ditas sendo sabidas e notórias, visto que o dito Roberto d’Artois foi citado uma última vez, por publicações regularmente feitas, nesta presente quarta-feira, 8 de abril antes de Domingo de Ramos, e que o citamos a comparecer pela quarta vez.

Simão de Bucy interrompeu-se e fez sinal a um sargento maceiro, que pronunciou, em voz alta:

— Messire Roberto d’Artois, conde de Beaumont-le-Roger, comparecei!

Todos os olhares se voltaram instintivamente para a porta, como se o acusado fosse realmente entrar. Alguns segundos se passaram, em silêncio total. Depois, o sargento bateu no chão com a maça, e o procurador continuou:

— ...“e constatamos que o dito Roberto não compareceu; em consequência, em nome do sire nosso rei, requeremos: que o dito Roberto seja destituído de títulos, direitos e prerrogativas de par do reino, assim como de todos seus outros títulos, senhorios e possessões. Ainda mais: que seus bens, terras, castelos, casas e todos os objetos, móveis ou imóveis, que lhe pertençam, sejam confiscados e entregues ao Tesouro, para que deles se disponha conforme a vontade do rei. Ainda mais, que seu brasão de armas seja destruído na presença dos pares e barões, para jamais aparecer em flâmula ou sinete, e sua pessoa seja para sempre banida das terras do reino, com proibição feita a todos os vassallos, aliados, parentes e amigos do rei nosso sire, de lhe dar abrigo. Enfim, requeremos que a presente sentença seja proclamada em altas vozes, com toques de trombetas, nas principais encruzilhadas de Paris, e comunicada aos bailios de Rouen, Gisors, Aix e Bourges, assim como aos senescais de Toulouse e de Carcassonne, para que seja posta em execução... pelo rei...”

O advogado Simão de Bucy calou-se. O rei parecia sonhar. Seu olhar deu a volta à assembléia, sem pousar em rosto algum. Depois, inclinando a cabeça, primeiro para a direita, depois para a esquerda: — Meus pares, vosso conselho — disse ele. — Se ninguém falar é que a sentença tem a sua aprovação.

Mão alguma se levantou, nenhuma boca se abriu.

A palma de Filipe VI bateu contra a cabeça de leão do braço da poltrona: — É coisa julgada!

O procurador, então, ordenou aos dois sargentos que mantinham o escudo de Roberto d’Artois que avançassem até os pés do trono. O chanceler Guilherme de Sainte-Maure, um dos que Roberto, em seu exílio, ameaçava de morte, avançou para o painel, pediu o gládio de um dos sargentos e atacou a beirada do tecido.

Depois, com um longo rangido de seda, o escudo foi dividido.

O pariato de Beaumont morrera. Aquele para quem ele fora instituído, o príncipe da França, descendente do rei Luís VIII, o gigante de força famosa, de intrigas infinitas, não era mais do que um proscrito. Não mais pertencia ao reino sobre o qual seus ancestrais tinham reinado, e coisa alguma naquele reino lhe pertencia mais.

Para os pares e os fidalgos, para todos aqueles homens para os quais os brasões de armas eram a expressão não apenas do poderio, mas quase da existência, que faziam flutuar aqueles emblemas sobre seus telhados, em suas lanças, em seus cavalos, que os bordavam no próprio peito, sobre a cota de seus escudeiros, na librê de seus lacaios, que os pintavam nos móveis, os gravavam na baixela, marcavam com eles homens, animais e coisas que de qualquer maneira dependiam de sua vontade e constituíam seus bens, aquele dilaceramento, espécie de excomunhão laica, era ainda mais infamante do que o cepo, a grade ou o patíbulo. Porque a morte apaga a falta, e a desonra se extingue com o desonrado.

“Mas, enquanto se está vivo, jamais se perdeu de todo ” a partida”, dizia consigo Roberto d’Artois, errando fora de sua pátria, pelas estradas hostis, e dirigindo-se para crimes maiores.

Quarta parte

O açula-guerra

O proscrito

Durante mais de três anos Roberto d’Artois, como grande fera atingida, rondou as fronteiras do reino.

Parente de todos os reis e príncipes da Europa, sobrinho do duque da Bretanha, tio do rei de Navarra, irmão da condessa de Namur, cunhado do conde de Hainaut e do príncipe de Tarento, primo do rei de Nápoles, do rei da Hungria, e de vários outros, era, aos quarenta e cinco anos, um viajante solitário, diante do qual as portas de todos os castelos se fechavam. Tinha dinheiro bastante graças às letras de câmbio dos bancos sienenses, mas nunca um escudeiro se apresentava ao albergue onde ele se alojara para convidá-lo a jantar em casa do fidalgo local. Havia torneio por aquelas paragens? Perguntavam-se como evitar convidar Roberto d’Artois, o banido, o falsário, que outrora teria sido colocado no lugar de honra. E uma ordem lhe era entregue, com deferência fria, pelo capitão da cidade: *monseigneur*; o conde suserano, pedia-lhe que dirigisse seus passos para longe da cidade.

Porque *monseigneur*; o conde suserano, ou o duque, ou o margrave, não

queria se indispor com o rei da França e não se sentia na obrigação de mostrar cortesia alguma a um homem tão desonrado, que nem mais possuía brasão ou flâmula.

E Roberto voltava à aventura, escoltado por seu único laçao, Gillet de Nelle, sujeito bastante mau, que, sem esforço, teria merecido balançar-se na trave de um cadafalso, mas que votava a seu senhor, como Lormet outrora, uma fidelidade sem limites. Roberto lhe dava, em compensação, aquela satisfação mais preciosa do que um grande salário: a intimidade com um grande fidalgo na adversidade. Quantas noitadas, durante aquela vida errante, passaram eles a jogar os dados, sentados à mesa no canto de uma taverna! E quando a necessidade de pandegar os espicaçava um tanto, entravam juntos em qualquer daqueles bordéis, tão numerosos na Flandres, e que oferecem grande variedade de pesadas prostitutas.

Era em tais lugares, pela boca de mercadores que voltavam das feiras, ou de alcoviteiras que tinham feito falar aos viajantes, que Roberto recebia notícias da França.

No verão de 1332, Filipe VI tinha casado seu filho João, duque da Normandia, com a filha do duque da Boêmia, Bonne de Luxemburgo. “E por que, então, João de Luxemburgo me mandou expulsar da casa de seu parente de Brabante”, dizia consigo Roberto. “Eis com que preço pagaram-lhe seus serviços.” As festas oferecidas por ocasião daquelas núpcias, em Melun, tinham, ao que se contava, ultrapassado em esplendor tudo quanto se fizera outrora.

E Filipe VI aproveitara a grande reunião de príncipes e da nobreza para mandar costurar, solenemente, a cruz em seu manto real. Porque a cruzada, dessa vez, fora decidida. Pedro de la Palud, patriarca de Jerusalém, a havia pregado em Melun, arrancando lágrimas dos seis mil convidados do casamento, dos quais mil e oitocentos eram da Alemanha. O bispo Pedro Roger a pregava em Rouen, da qual acabava de receber a diocese, depois das de Arras e Sens. A travessia tinha sido resolvida para a primavera de 1334.

Uma grande frota estava sendo construída nos portos da Provença, em Marselha, em Aigues-Mortes. E já o bispo João de Marigny tinha sido enviado a levar o desafio ao Sudão do Egito! Mas se os reis da Boêmia, de Navarra, de Maiorca e de Aragão, que viviam à mesa de Filipe, se os duques, condes e grandes barões, assim como uma certa cavalaria tomada do desejo de aventura, tinham seguido com entusiasmo o exemplo do rei da França, em compensação parecia que a pequena nobreza rural mostrava menos urgência em receber a cruz de pano vermelho que lhe estendiam os pregadores, e a embarcar para as areias do Egito. O rei da Inglaterra apressava a instrução militar de seu povo, mas não dava resposta alguma no tocante aos projetos relativos à Terra Santa. E o velho papa João XXII, aliás em grave disputa com a Universidade de Paris e seu reitor Buridan sobre os problemas da visão beatífica, fazia ouvidos

moucos. Ele não dera à cruzada senão uma aprovação reticente e mostrava-se de mau humor quanto a participar das despesas... Em compensação, os negociantes de especiarias, de incenso, de sedas, de relíquias, os fabricantes de armaduras e os construtores de embarcações animavam muito a empresa.

Filipe VI já havia organizado a regência, pela duração de sua ausência, fazendo os pares, barões e bispos jurarem que em tudo obedeceriam a seu filho João e lhe entregariam a coroa, sem discussão, se ele próprio morresse em ultramar 32.

“Então Filipe não está muito seguro da sua legitimidade”, pensava Roberto d’Artois, “pois que se esforça para que desde já reconheçam seu filho.”

Com os cotovelos fincados na mesa, diante de um púcaro de cerveja, Roberto não ousava dizer a seus informantes ocasionais que conhecia todas as grandes personagens das quais eles falavam, não ousava dizer que tinha estado em justas contra o rei da Boêmia, conseguido a mitra para Pedro Roger, feito saltar o rei da Inglaterra sobre seus joelhos, e jantado à mesa do papa. Mas anotava tudo, para um dia aproveitar-se disso.

O ódio o sustentava. Quanto tempo lhe restasse de vida, tanto tempo viveria o seu ódio. Em qualquer lugar onde se hospedasse, era o ódio que o acordava com a primeira claridade do dia que se filtrava através dos postigos de um aposento desconhecido. O ódio era o sal de suas refeições, o céu de seu caminho.

Diz-se que os homens fortes são os que sabem reconhecer seus erros. Há os mais fortes, talvez, que não os reconhecem nunca. Roberto pertencia a essa segunda espécie. Não fora ele quem cometera delitos: tinham sido todos os outros, mortos e vivos, Filipe, o Belo, Enguerrand de Marigny e Mafalda; eram Filipe de Valois, o duque da Borgonha, o chanceler Sainte-Maure. E, de etapa em etapa, ia acrescentando à lista de seus inimigos sua irmã de Namur, seu cunhado de Hainaut, além de João de Luxemburgo e do duque do Brabante.

Em Bruxelas, contratou um advogado chicaneiro, chamado Huy, e seu secretário Berthelot. Era pelo pessoal dos processos que ele começava a montar novamente a sua casa.

Em Louvain, o advogado Huy desencavou um monge j de má catadura e vida duvidosa, irmão Henrique de Sagebran, que entendia muito mais de magias e malefícios do que de litânias e obras de caridade. Com o irmão Henrique de Sagebran, o antigo par de França, recordando-se das lições de Beatriz d’Hirson, batizou bonecos de cera e enterrou-lhes agulhas, chamando-os Filipe, Sainte-Maure ou Mateus de Trye.

— E aquela, estás vendo, tem cuidado com ela, espeta-a desde a cabeça ao longo de todo o corpo, porque ela se chama Joana, e é a rainha da França.

Não é realmente a rainha, é uma mulher diabólica!

Arranjou, também, uma tinta invisível, para escrever certas fórmulas, que,

traçadas em pergaminho, proporcionavam o sono eterno. Mas seria preciso introduzir o pergaminho na cama daquele de quem se desejava desembaraçar-se! O irmão Henrique de Sagebran, levando um pouco de dinheiro e muitas promessas, partiu para a França, tal um bom monge mendicante, ocultando, sob seu hábito, uma boa provisão de pergaminhos do sono eterno.

Gillet de Nelle, de seu lado, recrutava assassinos mercenários, ladrões por vocação, evadidos de prisões, latagões de má catadura, aos quais os crimes repugnavam menos do que as jornadas de trabalho. E quando Gillet conseguiu uma pequena tropa, bem instruída, Roberto mandou-a ao reino da França com a missão de agir de preferência durante as grandes reuniões ou festas.

— As costas oferecem às facas alvos fáceis, quando todos os olhos estão voltados para as liças, ou todos os ouvidos aplicados em ouvir a pregação da cruzada.

Correndo as estradas, Roberto emagrecera: as rugas se cavavam cada vez mais nos músculos de seu rosto, e a perversidade dos sentimentos que o animavam do acordar até a noite e mesmo em seus sonhos, tinha-lhe dado aos traços sua expressão definitiva. Mas, ao mesmo tempo, a aventura rejuvenescia-lhe a alma. Divertia-se em provar, naqueles países novos, alimentos novos e mulheres igualmente novas.

Se Liège o expulsou, não foi pelos seus delitos antigos, mas porque seu Gillet e ele próprio tinham transformado uma casa alugada a um certo senhor d'Argenteau em verdadeiro covil de dissolutas, e o barulho que ali se fazia perturbava o sono da vizinhança.

Havia bons dias, e havia dias maus, como aquele em que soube que o irmão Henrique de Sagebran, com seus pergaminhos para o sono eterno, deixara-se prender em Cambrai, e aquele outro dia, em que um de seus assassinos mercenários apareceu para lhe anunciar que seus camaradas não tinham podido passar de Reims e mofavam agora nas prisões do Rei Achado.

Depois ele ficou doente, da maneira mais tola, porque se refugiara numa casa diante da qual se realizavam justas de água num canal, e a curiosidade lhe fez passar a cabeça, até o pescoço, através de uma cesta de peixes que mascarava a janela. Enterrou-se ali tão bem que não pôde se retirar, apesar de longos esforços, senão esfolando a pele das faces na grade da cesta. A infecção atacou as esfoladuras, e a febre depressa se manifestou, levando-o a tiritar quatro dias, quase a morrer.

Aborrecido com as marcas flamengas, foi para Genebra. Arrastando suas botas ao longo do lago, foi ali que soube da prisão da condessa de Beaumont, sua esposa, e de seus filhos. Filipe VI, em represália contra Roberto, não hesitara em encerrar sua própria irmã, de início no torreão de Nemours, depois de Château-Gaillard! A prisão de Margarida de Borgonha!

Verdadeiramente, Borgonha conseguia sua desforra.

De Genebra, viajando com nome falso e vestido como um burguês qualquer, Roberto chegou a Avignon. Ali ficou duas semanas, procurando intrigar em benefício de sua causa. - Encontrou a capital da cristandade mais transbordante de riquezas e mais dissoluta do que nunca. Ali, as ambições, as vaidades, os vícios não se mostravam em couraças de torneio, mas dissimulavam-se sob as vestes dos prelados. Os sinais de poderio não se manifestavam nos arneses de prata e nos elmos emplumados, mas em mitras incrustadas de pedras preciosas, em cibórios de ouro, mais pesados do que os *hanaps* do rei. Não havia desafios para batalhas, mas havia ódio nas sacristias. Os confessionários não eram seguros, e as mulheres se mostravam mais infiéis, mais perversas, mais venais ali do que em qualquer outro lugar, pois o pecado era a sua única nobreza.

Entretanto, ninguém queria comprometer-se pelo antigo par de França.

Mal se lembravam de um dia o terem conhecido. Mesmo naquele lodaçal, Roberto era considerado um pestífero. E a lista de seus rancores crescia.

Todavia, sentia certa consolação ao constatar, ouvindo as pessoas, que os negócios de seu primo Valois corriam menos brilhantemente do que se poderia crer. A Igreja se mostrava muito inquieta pela cruzada. Qual seria, depois que Filipe VI e seus aliados se pusessem a caminho, a situação do Ocidente, deixado à discrição do imperador e do rei inglês? Se aqueles dois soberanos se viessem a unir algum dia... Já a travessia fora adiada por dois anos. A primavera de 1334 se acabara sem que nada estivesse pronto.

Falava-se, agora, no ano 36. Filipe VI, presidindo em pessoa uma assembléia plenária de doutores, em Paris, na colina Sainte-Geneviève, brandia a fulminante ameaça de um decreto de heresia contra o velho pontífice, que tinha noventa anos de idade, se este último não se retratasse de suas teses teológicas. Esperava-se a morte dele, dada todos os meses como iminente.

Mas desde que ele tinha dezoito anos de idade vinham dizendo isso.

“Continuar vivendo”, repetia Roberto, consigo mesmo, “eis toda a questão. Durar, para esperar o dia da vitória.”

A morte de alguns de seus inimigos vinha lhe devolver as esperanças. O tesoureiro Forget morrera no fim do ano precedente, o chanceler Guilherme de Sainte-Maure acabava, por sua vez, de falecer. O duque João da Normandia, herdeiro da França, estava gravemente doente, e o próprio Filipe, dizia-se, tinha problemas de saúde. Talvez os malefícios de Roberto não tivessem sido totalmente inoperantes.

Para voltar à Flandres, tomou hábito de converso. Estranho irmão, na verdade, aquele gigante cujo capuz dominava a multidão como um campanário domina as casas, e que entrava a passo de guerreiro pelas abadias, puxando a sineta da entrada até arrancá-la, e pedindo a hospitalidade que se deve aos homens de Deus com a mesma voz com que teria pedido sua lança a um escudeiro!

Num refeitório de Bruges, com a cabeça inclinada sobre sua escudela, ao fim de comprida mesa gordurosa, e fingindo murmurar preces das quais ignorava até mesmo a primeira palavra, ouvia o frade leitor, instalado num pequeno nicho, cavado a meia altura da parede, ler a vida dos santos. As abóbadas em ogivas devolviam a voz monótona sobre a mesa repleta de frades, e Roberto dizia-se: “Por que não terminar assim? A paz, a profunda paz dos conventos, a libertação de todos os cuidados, a renúncia, a morada segura, as horas metódicas, o fim da vida errante...”

Que homem, por muito turbulento que fosse, o mais ambicioso, o mais cruel, não conheceu essa tentação do repouso, da demissão? De que valem tantas lutas, tantas empresas vãs, pois que tudo se deve acabar no pó da sepultura? Roberto pensava nisso, da mesma forma como, cinco anos antes, sonhara em se retirar, com sua mulher e seus filhos, para uma vida tranqüila de pequeno senhor que vive da terra. Mas seus pensamentos que não podem durar. E em Roberto eles se apresentavam sempre tarde demais, no próprio instante em que algum acontecimento ia atirá-lo para sua verdadeira vocação, que era a ação e o combate.

Dois dias mais tarde, em Gand, Roberto conhecia Jacó de Artevelde.

O homem era claramente da mesma idade de Roberto: aproximava-se dos cinqüenta anos. Tinha o rosto quadrado, o ventre forte e os rins bem plantados sobre as pernas. Comia e bebia muito, sem que jamais a cabeça lhe rodasse. Na sua juventude, tinha feito parte do séquito de Carlos de Valois em Rodes, e fizera muitas outras viagens. Conhecia bem a sua Europa.

Aquele fabricante de mel, aquele grande negociante de tecidos, havia se casado, em segundas núpcias, com uma mulher nobre.

Arrogante, imaginativo e duro, tinha adquirido grande autoridade, primeiro em sua cidade de Gand, que dominava completamente, depois nas principais comunas flamengas. Quando os pisoeiros, os fabricantes de panos, os cervejeiros que constituíam a verdadeira riqueza da região, queriam fazer representações ao conde ou ao rei da França, era a Jacó de Artevelde que se dirigiam, a fim de que ele levasse seus votos ou suas censuras com voz forte e palavra clara. Não tinha título algum: era messire de Artevelde, diante do qual todos se inclinavam. Não lhe faltavam inimigos, e ele não se movimentava senão acompanhado de sessenta lacaios armados, que o esperavam à porta das casas onde jantava.

Jacó de Artevelde e Roberto d'Artois se reconheceram ao primeiro olhar como pessoas da mesma raça: corajosos de corpo, hábeis, lúcidos, animados pelo desejo de poder.

Constrangia pouco Artevelde o fato de ser Roberto um proscrito. Ao contrário, era uma boa fortuna para o homem de Gand o encontro com aquele antigo grande fidalgo, que conhecia todas as intrigas da corte francesa, todos os

homens que ali desempenhavam um papel, e que era hostil à França. E, para Roberto, aquele burguês ambicioso parecia vinte vezes mais estimável do que os nobres que lhe proibiam a entrada em seus solares.

Artevelde era poderoso entre seus concidadãos, e hostil ao conde da Flandres, portanto a Filipe VI. Isso era importante.

— Não gostamos de Luís de Nevers, que só se conservou nosso conde porque em monte Cassei o rei da França massacrou nossas milícias...

— Eu estive lá — disse Roberto.

— Ele nunca vem ter a nós a não ser para pedir dinheiro, que vai gastar em Paris. Nada compreende das representações e nem quer compreender.

Nada ordena espontaneamente, e apenas transmite os maus decretos do rei da França. Acabam de nos obrigar a expulsar os negociantes ingleses. Não somos adversários dos negociantes ingleses, nós, e bem pouco nos importam as diferenças que o Rei Achado possa ter em relação a seu primo da Inglaterra por causa da cruzada ou do trono da Escócia 31! Agora, a Inglaterra, em represália, ameaça-nos cortar o fornecimento de lã. Nesse dia, nosso pisoeiro e tecelões, aqui, e em toda a Flandres, não terão outro remédio senão quebrar suas ferramentas e fechar suas oficinas. Mas nesse dia, também, *monseigneur*, retomarão suas facas... e Hainaut, Brabante, Holanda, Zelândia, estarão conosco, pois essas regiões estão ligadas à França apenas pelo casamento de seus príncipes, mas não pelo coração de seu povo, nem pelo ventre de seu povo. Não se reina durante muito tempo sobre pessoas que se mata de fome.

Roberto ouvia Artevelde com grande atenção. Enfim, ali estava um homem que falava claramente, que entendia do seu ofício, e que parecia apoiado em verdadeira força.

— Por que, se deveis revoltar-vos ainda — disse Roberto —, não vos alinhais francamente ao rei da Inglaterra? E por que não falar com o imperador da Alemanha, que é inimigo do papa, portanto inimigo da França, que tem o papa na mão? Vossas milícias são corajosas, mas limitadas a pequenas ações, porque lhes faltam tropas montadas. Fazei-as sustentar por um corpo de cavaleiros ingleses e alemães, e avançai para a França, pela estrada do Artois. Lá, eu me comprometo a arranjar-vos ainda mais gente...

Já via a coligação formada, e ele próprio cavalgando à frente de um exército.

— Acreditaí, *monseigneur*, que muitas vezes pensei nisso — disse Artevelde —, e que gostaria de falar com o rei da Inglaterra e mesmo com o imperador Luís da Baviera, se nossos burgueses estivessem preparados. Os homens das comunas odeiam o conde Luís, mas ainda assim é para o rei da França que se voltam, a fim de obter justiça. Fizeram um juramento ao rei da França. Mesmo quando tomam armas contra o rei, ele continua a ser o seu senhor. Além disso — e essa é a manobra hábil por parte da França — constrangeram nossas cidades a admitir que entregariam dois milhões de florins ao papa se se revoltassem contra

seu suserano, e este nos ameaça com a excomunhão se não pagarmos. As famílias temem ficar privadas dos padres e das missas.

— Quer dizer que obrigaram o papa a vos ameaçar de excomunhão ou de ruína, a fim de que vossas comunas se mantenham tranqüilas durante a cruzada? Mas quem poderá vos forçar a pagar, se a hoste da França estiver no Egito?

— Sabeis como são os pequenos — disse Artevelde.

— Não conhecem sua força senão depois que passou o momento de usá-la.

Roberto esvaziou o grande púcaro de cerveja que tinha à sua frente.

Decididamente, estava apreciando a cerveja agora. Ficou um momento silencioso, com os olhos fixos sobre o forro de madeira. A casa de Jacó de Artevelde era bela e confortável; os cobres, os estanhos bem polidos, os móveis de carvalho brilhavam à sombra.

— É pois a obediência ao rei da França que vos impede de contrair alianças e de retomar as armas?

— Isso mesmo — confirmou Artevelde.

Roberto tinha a imaginação viva. Havia três anos e meio saciava sua fome de vingança com pequenas rações: magias, sortilégios, assassinos mercenários, que não chegavam até as vítimas que designava. Subitamente, sua esperança encontrava outras dimensões. Uma grande idéia germinava, enfim digna dele.

— E se o rei da Inglaterra se tornasse o rei da França? — perguntou ele.

Artevelde olhou para Roberto com incredulidade, como se duvidasse de ter ouvido bem.

— Eu vos repito, *messire*: se o rei da Inglaterra se tornasse rei da França? Se reivindicasse a coroa, se fizesse valer seus direitos, se provasse que o reino da França é seu, se se apresentasse como vosso legítimo suserano?

— *Monseigneur*, é um sonho, o que estais arquitetando.

— Um sonho? — exclamou Roberto. — Mas essa disputa nunca foi julgada, nem a causa perdida! Quando meu primo Valois foi levado ao trono... quando eu o levei ao trono, e bem vedes a gratidão que me dispensa!... os representantes da Inglaterra vieram fazer valer os direitos da rainha Isabel e de seu filho Eduardo. Não há tanto tempo assim, há apenas sete anos, ainda menos. Não foram ouvidos, porque não se queria ouvi-los, e eu os fiz reconduzir aos seus navios. Chamais Rei Achado a Filipe. Por que não acharíeis um outro? E que pensaríeis se retomássemos imediatamente a questão e viéssemos dizer aos vossos pisoeiros, aos vossos tecelões, aos vossos mercadores, aos vossos comunais: “Vosso conde não recebeu seus direitos de boa mão: sua homenagem não era devida ao rei da França. Vosso suserano é o de Londres!”

Um sonho, realmente, mas que seduzia Jacó de Artevelde. A lã que chegava do noroeste, por mar, os tecidos, rudes ou preciosos, que partiam pelo mesmo caminho, o tráfico dos portos, tudo levava a Flandres a voltar seus olhares para o

reino inglês. Para o lado de Paris, só se dirigia o dinheiro dos impostos.

— Mas acreditaís, *monseigneur*, que alguma pessoa no mundo possa estar convencida do que dizeis, e possa consentir em tal empresa?

— Uma só, *messire*, é bastante que uma só pessoa se convença disso: o rei da Inglaterra.

Alguns dias mais tarde, em Antuérpia, munido do passaporte de um negociante de tecidos, e seguido de Gillet de Nelle, que levava algumas almas de fazenda, como justificativa, monseigneur Roberto d'Artois embarcava para Londres.

Westminster Hall

De novo um rei estava sentado, de coroa na cabeça, cetro na mão, rodeado de seus pares. De novo, prelados, condes e barões alinhavam-se de um lado e de outro de seu trono. De novo, funcionários, doutores, juristas, conselheiros, dignitários ofereciam-se a seus olhos, em fileiras compactas.

Mas não eram as flores-de-lis da França que guarneciam > seu manto real, e sim os leões dos Plantagenetas. Não se tratava das abóbadas de pedra do velho Louvre, que devolviam à multidão o eco de seu próprio rumor, mas o admirável vigamento de carvalho, de imensos arcos vazados, do grande *hall* de Westminster. Cobrindo as grandes lajes quadradas, ali estavam seiscentos cavaleiros ingleses, vindos de todos os condados, e senhores rurais e delegados das cidades, que constituíam o Parlamento da Inglaterra, reunido em sua totalidade.

Entretanto, fora para ouvir uma voz francesa que se convocara aquele Parlamento.

De pé, a alguns passos do trono, e a meia altura dos degraus que formam o fundo do *hall*, com seu manto escarlate orlado de ouro pela claridade que tombava do vitral gigantesco, o conde Roberto d'Artois dirigia-se aos representantes do povo da Grã-Bretanha.

Porque, durante os dois anos que se haviam passado desde que Roberto deixara a Flandres, a roda do destino tinha feito um bom quarto de volta. E, antes de mais nada, o papa morrera.

A No final de 1334, o velhinho exangue, que no curso de um dos mais longos reinados pontificais, tinha dado à Igreja uma administração forte e finanças prósperas, fora obrigado, ao fundo de seu leito, no aposento verde do grande palácio de Avignon, a renunciar publicamente às únicas teses que seu espírito teria defendido com convicção. Para evitar o cisma com o qual o ameaçava a Universidade de Paris, para obedecer às ordens daquela corte da França em favor da qual tinha regulamentado tantos negócios duvidosos e conservado a boca fechada sobre tantos segredos, ele renegou o que escrevera, o que pregara, as suas encíclicas. O advogado Buridan 34 ditava ao Santo Padre o que lhe convinha

pensar em matéria de dogma: o inferno existia, cheio de almas a se cozinharem, a fim de melhor assegurar aos príncipes deste mundo a ditadura sobre seus vassallos; o paraíso estava aberto, como boa hospedaria, aos cavaleiros leais, que tivessem realizado massacres por conta de seu rei, aos prelados dóceis que tivessem abençoado as cruzadas, e sem que esses justos precisassem esperar o Juízo Final para gozar da visão beatífica.

No dia seguinte ao dessa negação forçada, João XXII morria. Houve bastantes e perversos doutores, na colina de Sainte-Geneviève, para dizer, zombeteiramente:

— Ele agora deve saber se o inferno existe!

Então, o conclave estava prestes a reunir-se, e num ambiente de confusão que ameaçava fazer a eleição ainda mais prolongada do que as precedentes, das quais a mais próxima remontava a dezoito anos antes. A França, a Inglaterra, o imperador, a fervente Boêmia, o erudito rei de Nápoles, o de Maiorca, o de Aragão, e a nobreza romana, e os Visconti de Milão, e as Repúblicas, todos os poderes pesavam sobre os cardeais.

A fim de ganhar tempo e não deixar que qualquer candidatura tomasse corpo, os cardeais, uma vez em clausura, tinham tido todos o mesmo raciocínio: “Vou votar num dentre nós que não tenha a mínima possibilidade de ser eleito”.

A inspiração divina tem estranhos desvios! Os cardeais tinham estado tão acordes nos pensamentos, escolhendo quem *não poderia* ser papa, que todos os votos trouxeram o mesmo nome: cardeal Tiago Fournier, o “cardeal branco”, como o chamavam, porque continuava a usar o hábito de Cister. Os cardeais, o povo, quando lhe deram a notícia, e o próprio eleito ficaram igualmente estupefatos. A primeira palavra do novo papa foi para declarar aos seus colegas que a escolha deles tinha recaído sobre um asno.

Era demasiada modéstia.

Bento XII, eleito por engano, era um papa de paz. Seus primeiros esforços tinham sido para deter as lutas que ensangüentavam a Itália, e restabelecer, se isso fosse possível, a concórdia entre a Santa Sé e o império.

Ora, isso era possível. Luís da Baviera tinha respondido muito favoravelmente às aproximações do papa, e estava disposto a prosseguir, quando Filipe de Valois enfureceu-se: Como?! tinham passado por cima dele, o primeiro monarca da cristandade, para entabular negociações tão importantes? Outra influência que não a sua viria a se exercer sobre a Santa Sé? Seu caro parente, o rei da Boêmia, deveria renunciar aos seus cavaleirescos projetos em relação à Itália?

Filipe VI tinha expedido ordem a Bento XII, intimando-o a ordenar a volta de seus embaixadores, sob pena de confiscar aos cardeais todos os seus bens na França.

Depois, sempre acompanhado do caro rei da Boêmia, do rei de Navarra e de uma escolta tão numerosa de barões e de cavaleiros que se diria já um exército,

Filipe VI, no início de 1336, tinha ido passar a Páscoa em Avignon.

Tinha marcado encontro ali com o rei de Nápoles e com o rei de Aragão. Era a forma de fazer lembrar ao novo papa os seus deveres, e de lhe dar a compreender claramente o que dele se esperava.

Ora, Bento XII iria mostrar que não era absolutamente o asno que dizia ser, e que um rei, antes de empreender uma cruzada, levava alguma vantagem em se assegurar da amizade do papa.

Na Sexta-Feira Santa, ele subiu ao púlpito para pregar os sofrimentos de Nosso Senhor e recomendar a cruzada. Poderia fazer menos, quando quatro reis cruzados e duas mil lanças acampavam em torno da cidade? Mas no Domingo de Quasimodo, Filipe VI partiu para os lados da Provença, a fim de inspecionar a grande frota, e teve a dura surpresa de receber uma carta em latim que o desobrigava de seus votos e de seu juramento. Já que o estado de guerra continuava a reinar entre as nações cristãs, o Santo Padre recusava-se a deixar que se afastassem para terras infiéis os melhores defensores da Igreja.

A cruzada dos Valois detinha-se em Marselha.

Em vão o rei cavaleiro o olhara do alto de sua grandeza: o antigo cisterciense o olhara ainda de mais alto. Sua mão, que abençoava, também podia excomungar: e imagine-se uma cruzada que tivesse sido excomungada desde sua partida!

— Regularizai, meu filho, vossas diferenças com a Inglaterra, vossas dificuldades com a Flandres. Deixai-me regularizar as dificuldades com o imperador, trazei-me a prova de que a boa paz, certa e duradoura, vai reinar sobre nossas terras, e podeis em seguida ir converter os infiéis às virtudes que vós mesmos tereis mostrado.

Seja! Pois que o papa lhe impunha isso, Filipe ia regularizar suas diferenças. E com a Inglaterra em primeiro lugar... exigindo do jovem Eduardo suas obrigações de vassalo, ordenando-lhe expressamente que entregasse sem tardar aquele traidor que era Roberto d'Artois, a quem o rei dava asilo. As falsas grandes almas, quando são feridas, procuram desforras assim mesquinhas.

Quando a ordem de extradição, transmitida pelo senescal da Guyenne, chegou a Londres, Roberto já tomara pé, solidamente, na corte da Inglaterra.

Sua força, suas maneiras, sua facúndia recuperada, tinham-lhe atraído numerosas amizades: o velho Pescoço-Torto cantava os seus louvores. O

jovem rei tinha grande necessidade de um homem de experiência, que conhecesse bem os negócios da França. Ora, quem estaria mais bem instruído do que o conde d'Artois? Porque podia ser útil, suas desgraças inspiravam compaixão.

— Sire, meu primo — tinha ele dito a Eduardo III —, se julgais que minha presença em vosso reino vos cria perigos ou constrangimento, entregai-me ao ódio de Filipe, o rei mal achado. Não terei que me queixar de vós, que me

concedeis tão larga hospitalidade: só terei que me culpar a mim mesmo, porque, contra todo o bom direito, dei o trono àquele perverso Filipe, em lugar de fazê-lo outorgar a vós, que eu não conhecia bastante.

E aquilo era dito com a mão largamente pousada sobre o coração, o busto inclinado.

Eduardo III tinha respondido, calmamente:

— Meu primo, sois meu hóspede, e me sois muito precioso pelos vossos conselhos. Entregando-vos ao rei da França, eu seria inimigo tanto de minha honra como do meu interesse. Depois, estais sendo acolhido pelo reino da Inglaterra, e não pelo ducado da Guyenne... Uma suserania da França não tem valor aqui.

O pedido de Filipe VI foi deixado sem resposta.

E cada semana, se não cada dia, Roberto pôde prosseguir em sua obra de persuasão. Era como veneno a tentação que ele infiltrava diariamente nos ouvidos de Eduardo ou de seus conselheiros. Entrava, dizendo: — Saúdo o verdadeiro rei da França...

Não perdia uma ocasião para demonstrar que a lei sálica não fora senão uma invenção de circunstâncias, e que os direitos de Eduardo à coroa de Hugo Capeto eram os que tinham melhor fundamento. O jovem Eduardo era o último dos príncipes sobre os quais Roberto exercia suas perigosas seduções políticas.

À segunda intimação que lhe foi feita no sentido de entregar Roberto, Eduardo III respondeu apenas outorgando ao exilado o gozo de três castelos, de mil e duzentos marcos de pensão e o pagamento de algumas dívidas para com os banqueiros lombardos 35.

Era aquele, aliás, o tempo em que Eduardo dava largas provas de sua gratidão a todos que o serviam, em que nomeava seu amigo Guilherme Montaigu, conde de Salisbury, e distribuía títulos e rendas ao punhado de jovens lordes que o haviam auxiliado no caso de Nottingham.

Uma terceira vez Filipe VI enviou seu grão-mestre de alabardeiros para dizer ao senescal da Guyenne, representante do rei da Inglaterra, que tinham de entregar Roberto d'Artois, inimigo mortal do reino da França, e que se isso não fosse feito até o fim da quinzena, o ducado seria confiscado.

— Era o que eu esperava! — exclamou Roberto. — Aquele grande pateta do Filipe não tem outra idéia senão retomar a que eu tive outrora, caro sire Eduardo, contra vosso pai: dar uma ordem que ofenda o direito, depois seqüestrar, por falta de execução dessa ordem, e, pelo seqüestro, impor a humilhação ou a guerra. Mas hoje a Inglaterra tem um rei que reina de verdade, e a França não tem mais Roberto d'Artois.

Não acrescentava: “E outrora havia na França um exilado que fazia exatamente o papel que faço aqui, e esse exilado era Mortimer!”

Roberto tinha tido um êxito que superara suas esperanças: tornava-se a

própria causa do conflito que sonhava ver rebentar. Sua pessoa revestia-se de importância capital, e, para abordar aquele conflito, propunha a sua doutrina: reivindicar, para o rei da Inglaterra, a coroa da França.

Eis por que, naquele dia de setembro de 1337, nos degraus de Westminster Hall, e estendendo, como uma ave de tempestade, suas amplas mangas diante das nervuras do grande vitral, ele se dirigia, a pedido do rei, ao Parlamento britânico. Treinado por trinta anos de processo, falava sem papéis, documentos, ou notas.

Os representantes que não entendiam perfeitamente o francês pediam a seus vizinhos a tradução de certas passagens.

À medida que o conde d'Artois desenvolvia seu discurso, os silêncios se faziam mais densos na assembléia, ou então, quando alguma revelação impressionava os espíritos, os sussurros se faziam mais intensos. Quantas coisas surpreendentes! Dois povos vivem separados apenas por estreito braço de mar, príncipes das duas cortes casam-se entre si, os barões de uma têm terras na outra, os comerciantes circulam de uma nação para a outra... e, no fundo, nada se sabe do que se passa na casa do vizinho!

Assim, a regra: “A França não pode ser entregue a mulher nem transmitida por mulher” não fora absolutamente tirada de antigos costumes; tratava-se apenas de um repente irritado que um velho condestável lançara, havia vinte anos, quando da sucessão de um rei assassinado. Sim, Luís X, o Turbulento, havia sido assassinado, e Roberto proclamava o nome de sua assassina.

— Eu a conheci bem, era minha tia e roubou minha herança!

A história dos crimes cometidos por príncipes franceses, a narrativa dos escândalos da corte dos Capetos eram coisas de que Roberto se servia como de temperos para seu discurso, e os representantes do Parlamento da Inglaterra fremiam de indignação e de assombro, como se nada representassem para ele os horrores passados em seu próprio solo e em sua própria corte.

E Roberto prosseguia em sua demonstração, defendendo teses exatamente contrárias às que sustentara outrora em favor de Filipe de Valois, e com idêntica convicção.

Assim, quando da morte do rei Carlos IV, último filho de Filipe, o Belo, e mesmo que se quisesse levar em consideração a repugnância dos barões franceses em ver uma mulher reinando, a coroa da França deveria, com toda a equidade, ter voltado, através da rainha Isabel, ao único herdeiro do sexo masculino em linha reta...

O imenso manto vermelho girou diante dos olhos dos ingleses, todos impressionados. Roberto se voltara para o rei. Num ímpeto, deixou-se cair, com um joelho em terra:

—...voltar para vós, nobre sire Eduardo, rei da Inglaterra, em quem reconheço e saúdo o verdadeiro rei da França!

Desde o casamento de York não se havia sentido emoção mais intensa.

Anunciava-se aos ingleses que seu soberano poderia pretender um reino com o dobro do tamanho, e o triplo da riqueza! Era como se a fortuna de cada qual, a dignidade de cada qual sobre a terra, aumentassem outro tanto.

Mas Roberto sabia que não se deve deixar esgotar o entusiasmo das massas. Já se erguia e lembrava que no momento da sucessão de Carlos IV, o rei Eduardo enviara, para fazer valer os seus direitos, altos e respeitáveis bispos, entre os quais monseigneur Adão Orleton, que poderia dar de viva voz testemunho, se não estivesse naquele momento em Avignon, com idêntico propósito e para obter o apoio do papa.

E seu próprio papel, dele, Roberto, na designação de Filipe de Valois, deveria passar em silêncio? Nada tinha servido mais ao gigante, em todo o curso de sua vida, do que a falsa franqueza. Usou-a mais uma vez naquele dia.

Quem tinha recusado, pois, ouvir os doutores ingleses? Quem repelira suas pretensões? Quem os impedira de fazer valer suas razões diante dos barões da França?

Roberto, com seus dois punhos enormes, batia no próprio peito: — Eu, meus nobres lordes e senhores rurais, eu, que estou diante de vós, acreditando agir para o bem e para a paz, preferi o injusto ao justo, e bastante expiei essa falta pelas desgraças que tombaram sobre mim.

Sua voz, que o vigamento repercutia, rolava até a outra extremidade do *hall*.

Poderia ele trazer à sua tese argumento mais comprobatório? Acusava-se de ter feito Filipe VI rei contra o bom direito: confessava-se culpado, mas apresentava sua defesa. — Filipe de Valois, antes de ser rei, prometera-lhe que tudo seria colocado em ordem equitativa, que a paz definitiva seria estabelecida, deixando ao rei da Inglaterra o gozo de toda a Guyenne, que nas Flandres as liberdades seriam consentidas, a fim de que o comércio prosperasse, e que a ele próprio o Artois seria restituído. Fora, portanto, com um fim conciliatório e para a felicidade geral que Roberto agira <* daquela maneira. Mas ficara provado que não se deve buscar o apoio a não ser no direito, deixando as falazes promessas dos homens, pois que presentemente o herdeiro do Artois era um proscrito, a Flandres vivia com fome e a Guyenne estava ameaçada de seqüestro!

Então, se era preciso ir à guerra, que não se fizesse tal coisa apenas pelas vãs querelas de homenagens lígias ou não lígias, de senhorias reservadas ou de definição de termos de vassalagem. Que fosse pelo verdadeiro, pelo grande, pelo único motivo: a posse da coroa da França. E no dia em que o rei da Inglaterra a cingisse, então não mais haveria, na Flandres ou na Guyenne, motivos para discórdia. E não faltariam na Europa aliados, príncipes e povos reunidos.

E se para realizar tal coisa, se para servir a essa grande aventura, que ia mudar o destino das nações, o nobre sire Eduardo tinha necessidade de sangue, Roberto d'Artois, estendendo os braços para fora de suas mangas de veludo,

àquele rei, a seus lordes, ao seu Parlamento, à Inglaterra, oferecia o seu.

O desafio da Torre de Nesle

Quando o bispo Henrique de Burghersh, tesoureiro da Inglaterra, escoltado por Guilherme Montaignu, novo conde de Salisbury, por Guilherme Bohun, novo conde de Northampton, por Roberto Ufford, novo conde de Suffolk, apresentou, no dia de Todos os Santos, em Paris, as cartas de desafio nas quais Eduardo III Plantageneta se dirigia a Filipe VI de Valois, este, como rei de Jerico diante de Josué, começou a rir.

y Tinha ouvido bem? O priminho Eduardo intimava-o a entregar-lhe a coroa da França? Filipe olhou para o rei de Navarra e para o duque de Bourbon, seus parentes. Saía da mesa em companhia deles, estava de excelente humor. Suas faces claras, seu grande nariz, tingiram-se de cor-derosa, e ele recomeçou a gargalhar.

Que aquele bispo, nobremente apoiado em seu báculo, que aqueles três fidalgos ingleses, rígidos em suas cotas de armas, tivessem vindo fazer-lhe uma declaração mais comedida, a recusa de seu senhor, por exemplo, de entregar-lhe Roberto d'Artois, ou então um protesto contra o decreto de embargo da Guyenne, Filipe sem dúvida se zangaria. Mas sua coroa, seu reino inteiro? Aquela embaixada, na verdade, era cômica.

Mas, sim, ouvia bem: a lei sálica não existia, sua coroação era irregular...

— Então os pares me fizeram rei pela sua vontade, o arcebispo de Reims, há oito anos, sagrou-me, e isso também não existe, *messire* bispo?

— Muitos dos pares e barões que vos elegeram já estão mortos — respondeu Burghersh —, e outros se perguntam se o que então fizeram foi aprovado por Deus!

Filipe, sempre sacudido de riso, atirou a cabeça para trás, mostrando as profundezas de sua garganta.

E quando o rei Eduardo lhe viera prestar homenagem em Amiens, não o tinha reconhecido como o rei?

— Nosso rei, então, era menor. A homenagem que vos prestou, e que deveria, para ter valor, ser consentida pelo conselho de regência, não foi resolvida senão por ordem do traidor Mortimer, que depois foi enforcado.

Ora essa! Não faltava apromo àquele bispo, que tinha sido feito chanceler por Mortimer, que lhe servira de conselheiro, que tinha acompanhado Eduardo a Amiens, e lido, ele próprio, na catedral, a fórmula da homenagem!

Que dizia ele, agora, com a mesma voz? Que era Filipe, como conde de Valois, que devia prestar homenagem a Eduardo! Porque o rei da Inglaterra de boa vontade reconhecia a seu primo da França o Valois, o Anjou, o Maine, e mesmo o pariato... Verdadeiramente, era excesso de magnanimidade!

Mas onde estavam, meu Deus, para ouvir tamanhas enormidades?

Estavam no Palácio de Nesle, porque, entre duas temporadas em Saint-Germain e Vincennes, o rei passava o dia naquela moradia dada à sua esposa. Porque, assim como os senhores menores diziam: “Ficaremos na sala grande”, ou então “na pequena sala dos papagaios”, ou então, “A ceia será na sala verde”, o rei resolvia: “Hoje, jantarei no Palácio da Cite”, ou então “no Louvre”, ou então “na casa de meu filho, o duque da Normandia, no palácio que foi de Roberto d’Artois”.

Assim, as velhas paredes do Palácio de Nesle, e a torre ainda mais velha que se via pelas janelas, eram as testemunhas daquela farsa. Parece que certos lugares são designados para que ali se passe o drama dos povos, sob o disfarce de comédia. Naquela moradia onde Margarida de Borgonha muito se divertira em enganar o Turbulento, nos braços do cavaleiro d’Aunay, sem poder imaginar que aquela jovialidade mudaria o curso da monarquia francesa, o rei da Inglaterra apresentava agora seu desafio ao rei da França, e o rei da França ria! 36

Ria com tanto gosto que chegava quase ao enternecimento, pois reconhecia, naquela embaixada louca, a inspiração de Roberto. Tal iniciativa não podia ter sido inventada senão por ele. Decididamente, o latagão estava louco! Tinha encontrado um outro rei, mais jovem, mais ingênuo, que se prestasse às suas tolices gigantescas. Mas onde se deteria ele? O desafio de reino para reino! A substituição de um rei por outro... Passado de um certo grau de aberração, não se pode manter rigor em relação às pessoas pelos exageros que estão em sua natureza. Se Roberto d’Artois tivesse aparecido naquele momento, Filipe sem dúvida o teria abraçado e perdoado.

— Onde estais instalado, *monseigneur* bispo? — indagou Filipe VI cortesmente.

— No Palácio de Château Fétu, Rue du Tiroir.

— Pois bem, voltai para lá. Diverti-vos alguns dias nesta nossa boa cidade de Paris, e voltai a ver-nos, se o desejardes, com qualquer oferecimento mais sensato. Na verdade, não vos quero mal, e mesmo, para que vos encarregásseis de uma tal missão e a realizásseis sem rir, como vejo, tenho-vos pelo melhor embaixador que jamaiz recebi...

Ele não sabia quanto falava a verdade, pois que Henrique de Burghersh, antes de chegar a Paris, tinha passado pela Flandres. Tivera ali muitas conferências secretas com o conde de Hainaut, sogro do rei da Inglaterra, com o conde de Gueldre, com o duque de Brabante, com o marquês de Juliers, com Jacó de Artevelde, e com os escabinos de Gand, de Ypres e de Bruges. Tinha mesmo destacado uma parte de seu séquito para que se dirigisse ao imperador Luís da Baviera. Filipe VI ainda ignorava certas palavras que se tinham dito, certos acordos que se tinham realizado 37.

— Sire, eu vos entrego as cartas de desafio.

— É isso, é isso, entregai — disse Filipe. — Guardaremos os essas boas folhas para as relermos com freqüência, e espantar a tristeza, se ela nos tomar. E agora vos darão de beber. Depois de falar tanto, deveis ter a garganta seca.

E bateu as mãos para chamar um escudeiro.

— Deus não permita — exclamou o bispo de Burghersh — que eu me torne um traidor bebendo o vinho de um inimigo, ao qual, do fundo do coração, estou disposto a fazer todo o mal que puder!

Então, Filipe de Valois se pôs a rir novamente às gargalhadas, e, sem mais se preocupar com o embaixador nem com os três lordes, tomou o rei de Navarra pelos ombros e voltou para os seus aposentos.

Em torno de Windsor

Em torno de Windsor o campo é verde, amplamente recortado em pequenos vales amistosos. O castelo mais envolve do que coroa a colina, e suas muralhas arredondadas fazem pensar no braço de um gigante adormecido sobre a relva.

Em torno de Windsor, a paisagem parece-se à da Normandia, do lado de Evreux, de Beaumont ou de Conches.

Naquela manhã Roberto d'Artois ia a cavalo, a passo. Sobre seu punho esquerdo havia um falcão almiscarado, cujas garras estavam fortemente enterradas no couro espesso da luva. Um único escudeiro o precedia, do lado do rio.

Roberto entediava-se. A guerra da França não se resolvia. Haviam-se contentado, no fim do ano precedente, e como para confirmar com um ato belicoso o desafio da Torre de Nesle, em tomar uma ilhazinha pertencente ao conde da Flandres, ao largo de Bruges e do Ecluse. Em represália, os franceses tinham vindo queimar alguns burgos costeiros, no sul da Inglaterra. Imediatamente, àquela guerra não iniciada, o papa impusera uma trégua, e os dois lados tinham consentido nela, por motivos estranhos.

Sem conseguir levar a sério as pretensões de Eduardo à coroa da França, Filipe VI tinha, entretanto, se impressionado fortemente com um aviso de seu tio, o rei Roberto de Nápoles. Aquele príncipe, erudito a ponto de se tornar por isso pedante, e um dos dois únicos soberanos do mundo, com um porfirôgênito bizantino, a ter merecido o apelido de “Astrólogo”, acabava de se debruçar respectivamente sobre os céus de Eduardo e de Filipe. O que ele chegou a ler neles muito deve tê-lo impressionado para que ele se desse ao trabalho de escrever ao rei da França, dizendo-lhe “que evitasse combater fosse quando fosse o rei inglês, porque este último seria demasiado afortunado em todas as tarefas que empreendesse”. Tais predições mexem um pouco com a alma, e, por melhor justador que se seja, hesita-se antes de cruzar lanças com as estrelas.

Eduardo III, por seu lado, parecia um pouco assustado com a própria

audácia. A aventura em que se lançara poderia parecer, sob vários aspectos, desmesurada. Temia que seu exército não fosse bastante numeroso e não estivesse suficientemente treinado. Mandava para a Flandres e para a Alemanha embaixada atrás de embaixada, a fim de reforçar a coligação.

Henrique Pescoço-Torto, quase cego a essa época, exortava-o à prudência, ao contrário de Roberto d'Artois, que o impelia à ação imediata. Que esperava então Eduardo para se pôr em campo? Que morressem príncipes flamengos que ele conseguira ganhar para sua causa? Que João de Hainaut, presentemente exilado da corte da França, depois de ter gozado ali tão grande favor, e que vivia de novo na corte da Inglaterra, não tivesse o braço forte bastante para levantar sua espada? Que os pisoeiros de Gand e de Bruges se cansassem e vissem menos vantagens nas promessas não realizadas do rei da Inglaterra do que na obediência ao rei da França?...

Eduardo desejava receber garantias do imperador. Mas o imperador não se arriscaria a excomunhão uma segunda vez antes que as tropas inglesas tivessem posto os pés no continente! Falava-se, parlamentava-se, hesitava-se: não se tinha coragem, era preciso confessar.

Roberto d'Artois tinha de que se queixar? Na aparência, de forma alguma. Tinha sido provido de castelos e pensões, jantava junto do rei, bebia junto do rei, recebia todas as atenções desejáveis. Mas estava cansado de gastar seus esforços, havia três anos, por pessoas que não queriam correr riscos, por um jovem a quem estendia uma coroa — e que coroa! — e que não a agarrava. E depois, sentia-se só. Seu exílio, mesmo dourado, pesava-lhe. Que tinha a dizer à jovem rainha Filipa, senão falar-lhe de seu avô, Carlos de Valois, de sua avó d'Anjou-Sicília? Havia momentos em que lhe vinha o sentimento de ser ele próprio um antepassado.

Gostaria de ver a rainha Isabel, única pessoa na Inglaterra com a qual tinha verdadeiramente recordações em comum. Mas a rainha-mãe não mais aparecia na corte: vivia em Castle-Rising, em Norfolk, onde o filho, de longe em longe, ia visitá-la. Depois da execução de Mortimer, ela se desinteressara de tudo... 38

Roberto conhecia as nostalgias do emigrado. Pensava na senhora de Beaumont: que rosto teria ela, depois de tantos anos de reclusão, quando a encontrasse, se um dia viesse a encontrá-la? Reconheceria seus filhos?

Voltaria um dia a ver seu palácio de Paris, seu castelo de Conches? Re-veria a França? Da maneira pela qual se desenvolvia aquela guerra que lhe exigira tamanho esforço criar, seria preciso que esperasse ser centenário antes de ter qualquer possibilidade de voltar à sua pátria!

& Então, naquela manhã, descontente, irritado, partira à caça sozinho, para ocupar seu tempo, para esquecer. Mas a relva, macia sob as patas do cavalo, a espessa relva inglesa, era ainda mais densa e mais empapada de água do que a relva da região de Ouche. O céu tinha uma tonalidade azul-clara, com pequenas

nuvens esgarçadas que voavam muito alto; a brisa de maio acariciava as cercas de pilriteiro florido e macieiras brancas, iguais às macieiras e aos pilriteiros da Normandia.

Roberto d'Artois logo completaria cinquenta anos, e que fizera de sua vida? Bebera, comera, pandegara, caçara, viajara, trabalhara para si mesmo e para os Estados, entrara em torneios, pleiteara mais do que qualquer outro homem de seu tempo. Nenhuma existência conhecera mais vicissitudes, tumultos, tribulações. Jamais, entretanto, gozara o presente. Jamais se detivera, de verdade, no que fazia, jamais saboreara o instante presente. Seu espírito tinha estado constantemente voltado para o amanhã, para o porvir.

Seu vinho tinha sido por demasiado tempo corrompido pelo desejo de bebê-

lo no Artois. No leito de seus amores, era a derrota de Mafalda que ocupava seus pensamentos. No torneio mais alegre, o cuidado para com as suas alianças levava-o a controlar seus ímpetos. Durante sua vida errante de banido, o caldo de suas paradas, a cerveja de seus repousos, tinham sido sempre mesclados ao sabor amargo do ódio e da vingança. E hoje, ainda, em que pensava ele? No amanhã, no mais tarde. Uma impaciência raivosa impedia-o de aproveitar aquela bela manhã, aquele belo horizonte, aquele ar doce, aquela ave a um tempo selvagem e dócil cuja presa sentia sobre seu punho... Era isso que se chamava viver; e, de cinquenta anos passados sobre a terra, não restaria senão aquela cinza de esperanças?

Foi arrancado de seus amargos devaneios pelos gritos de seu escudeiro, que estava postado à vanguarda, sobre uma elevação: — Ao vôo, ao vôo! Ave, *monseigneur*; ave! Roberto endireitou-se na sela, entrecerrou os olhos. O

falcão almiscarado, com a cabeça fechada num capuz de couro, do qual só saía o bico, fremia sobre seu punho: ele conhecia aqueles gritos. Houve um ruído de caniços roçados, e depois uma garça-real elevou-se das bordas do rio.

— Ao vôo, ao vôo — continuava a gritar o escudeiro.

A grande ave, voando a pequena altura, deslizava contra o vento na direção de Roberto. Este deixou-a passar, e quando a ave estava a uns trezentos pés de distância, soltou o capuz do falcão e, com um grande gesto, atirou-o ao ar.

O falcão descreveu três círculos em torno da cabeça de seu senhor, desceu, raspol o chão, viu a presa que lhe destinavam e disparou em linha reta, como um tiro de balestilha. Vendo-se perseguida, a garça-real esticou o pescoço para devolver os peixes que acabara de engolir no rio, e assim tornar-se mais leve. Mas o almiscarado aproximava-se. Fazia um vôo ascendente, girando como se seguisse uma espiral. A outra, com grandes movimentos de asas, elevava-se no céu para evitar que a ave de rapina a agarrasse. Subia, subia, diminuía de tamanho a olhos vistos, mas perdia distância, porque se levantara contra o vento e se via retardada pela própria envergadura. Teve que refazer caminho. O falcão realizou outro torvelinho nos ares e abateu-se sobre ela. A garça-real fez um

desvio para o lado, e as garras não puderam se assenhorear de sua presa. Aturdida, em todo caso, com o choque, a pnalta caiu a cinquenta pés, como uma pedra, e depois recomeçou a fugir. O falcão de novo abatia-se sobre ela.

Roberto e seu escudeiro seguiam, de cabeça levantada, aquela batalha onde a agilidade levava a melhor sobre o peso, a velocidade sobre a força, a maldade belicosa sobre os instintos pacíficos.

— Vê a garça-real — dizia Roberto com paixão. — É verdadeiramente a ave mais covarde que existe! Tem quatro vezes o tamanho do meu pequeno gavião. Poderia derrubá-lo com um só golpe de seu grande bico, e foge, a covarde, e foge! Vai, meu valentezinho, ataca! Ah! o valente e pequeno pássaro! Pronto! Pronto! O outro cede: foi apanhado!

Meteu seu cavalo a galope para chegar ao local onde as aves viriam tombar. A garça-real tinha o pescoço preso nas garras do falcão: devia estar sufocada, suas vastas asas so batiam de leve, agora, e, em sua queda, arrastava seu vencedor. A alguns pés do chão, a ave de rapina abriu as garras para deixar a vítima tombar sozinha, e depois atirar-se sobre ela e abarcá-la a bicadas nos olhos e na cabeça: Roberto e seu escudeiro já haviam chegado ao local.

— Ao engodo, ao engodo!

O escudeiro soltou de sua sela um pombo morto e atirou-o ao falcão, para “engodá-lo”. Meio engodo, na verdade: um falcão bem-treinado sabia aceitar aquilo como forma de recompensa, sem tocar na presa. E o valente pequeno almiscarado, com a face maculada de sangue, devorou o pombo morto, mantendo uma das patas pousadas sobre a garça-real. Do céu desciam lentamente algumas penas cinzentas arrancadas durante o combate.

O escudeiro desmontou, apanhou a pnalta e apresentou-a a Roberto: uma soberba garça-real, que, assim erguida na ponta do braço, tinha, das patas ao bico, quase a altura de um homem.

— E realmente um pássaro covarde demais! — repetiu Roberto. Quase não sentia prazer em apanhá-la. — Essas garças-reais são gritadoras que têm medo da própria sombra e se põem a vociferar quando a vêem. Deviam deixar essa caça para os plebeus.

Q falcão saciou-se e, obediente ao assobio, viera pousar no punho de Roberto, que tornou a colocar-lhe o capuz na cabeça. Depois, retomou, a trote, a direção do castelo.

De súbito, o escudeiro ouviu Roberto d’Artois rir, numa só e rápida gargalhada, que nada aparentemente motivara e que agitou os cavalos.

As trompas já haviam soado para a refeição quando os caçadores transpuseram a poterna.

— O rei vai para a mesa — disse a Roberto o criado que veio, no pátio, tomar-lhe o cavalo.

— Que devo fazer da garça-real, *monseigneur*? — indagou o escudeiro.

Roberto levantou os olhos para a flâmula real que flutuava no torreão de Windsor, e seu rosto retomou uma expressão zombeteira e perversa.

— Toma-a, e acompanha-me às cozinhas — respondeu ele. — Depois, irás chamar um ou dois menestréis, entre os que estão no castelo.

As promessas da garça-real

A refeição tinha chegado ao quarto dos seis serviços, e o lugar do conde d'Artois, à esquerda da rainha Filipa, permanecia vazio.

— Nosso primo Roberto não voltou? — perguntou Eduardo, que, ao sentar-se à mesa, já se admirara daquela ausência.

Um dos numerosos escudeiros trinchadores, que circulava por trás dos convivas, respondeu que tinha visto o conde Roberto, de volta da caça, havia mais de uma hora. Que significava semelhante desatenção? Mesmo que Roberto estivesse cansado, ou doente, teria podido enviar um de seus criados para apresentar ao rei seu pedido de desculpas.

— Roberto comporta-se em vossa corte, sire meu sobrinho, tal como faria num albergue. Vindo dele, aliás, isso nada tem de surpreendente — disse João de Hainaut, tio da rainha Filipa.

João de Hainaut, que se gabava de ser mestre em assuntos de cortesia, não gostava de Roberto, no qual via sempre o perjuro, banido da corte da França por falsificação de sinetes. E censurava Eduardo III por lhe dispensar tanta consideração. Depois, João de Hainaut, como Roberto, também estivera apaixonado outrora pela rainha Isabel, e sem maior êxito. Sentia-se ferido, entretanto, pela forma jocosa com que Roberto, em particular, falava da rainha-mãe.

Eduardo, sem responder, manteve seus longos cílios baixos durante o tempo necessário para que se acalmasse a irritação que o tomara.

Desconfiava sempre de qualquer julgamento que pudesse fazer em tais condições, e que desse margem a que depois dissessem: “O rei falou sem saber; o rei pronunciou palavras injustas”. Depois, levantou os olhos para a condessa de Salisbury, que era, sem dúvida, a dama mais atraente de sua corte.

Alta, de belas trancas pretas, rosto oval de tez lisa e pálida, olhos prolongados por uma sombra arroxeadada na concavidade das pálpebras, a condessa de Salisbury dava sempre a impressão de sonhar. Tais mulheres são perigosas, pois, sob sua aparência de sonho, elas pensam. Aqueles olhos envoltos na sombra arroxeadada encontravam freqüentemente os olhos do rei.

Salisbury não prestava atenção àquela troca de olhares, antes de mais nada porque tinha tanta confiança na virtude de sua mulher quanto na lealdade do rei, e também por estar ele próprio, naquele momento, cativo pelos risos, pela vivacidade de palavra, pelo gorjeio de pássaro da filha do conde de Derby, sua

vizinha. As honras choviam sobre Salisbury: acabava de ser feito guardião dos Cinco-Portos e marechal da Inglaterra.

Mas a rainha Filipa estava inquieta. Uma mulher se inquieta sempre quando se vê grávida e observa os olhos de seu esposo se voltarem com demasiada frequência para outro rosto. Ora, Filipa estava novamente grávida, e não encontrava dessa vez em Eduardo a gratidão, o encantamento, que ele lhe dedicara durante sua primeira maternidade.

Eduardo tinha vinte e cinco anos: havia algumas semanas tinha deixado crescer uma ligeira barba louira que lhe enquadrava apenas o queixo. Seria para comprazer a condessa de Salisbury? Ou para dar mais autoridade ao seu rosto, que se conservava o de um adolescente? Com aquela barba, o jovem rei começava a parecer um pouco seu pai. O Plantageneta parecia querer surgir nele, e lutar com o Capeto. O homem, pelo simples fato de viver, degrada-se e perde em pureza o que ganha em poderio. Uma fonte, por muito transparente que seja, não pode evitar de carrear, ao fazer-se rio, os lodos e os limos. A senhora Filipa tinha razões para estar inquieta...

Subitamente, acordes de viola de roda e de alaúde tangido ressoaram, pouco agudos, atrás da porta cujos batentes se abriram. Duas pequenas camareiras, no máximo de catorze anos de idade, apareceram, coroadas de folhagens, em longas camisas brancas, atirando diante delas flores de íris, margaridas, rosas silvestres, que tiravam de uma cesta com asas. Ao mesmo tempo, cantavam: “Vou à relva, pois o amor me ensina”. Dois menestréis seguiam-nas, acompanhando-as com seus instrumentos. Roberto d’Artois caminhava atrás deles, ultrapassando de meio corpo a pequena orquestra e levantando com os dois braços sua garça-real assada, instalada numa grande travessa de prata.

Toda a corte se pôs a sorrir, depois a rir, daquela entrada de farsa.

Roberto d’Artois representava o papel de escudeiro trinçador. Não se poderia inventar maneira mais gentil e mais engraçada de se fazer perdoar pelo seu atraso.

Os criados interromperam o serviço, e, com as facas ou jarras na mão, preparavam-se para se formar em cortejo, a fim de tomar parte na representação.

De súbito, entretanto, a voz do gigante elevou-se, cobrindo canção, alaúde e viola de roda.

— Abri vossas fileiras, má gente falida! É ao vosso rei que venho fazer um presente!

Todos continuavam a rir. Aquele “má gente falida” parecia um achado divertido. Roberto havia parado junto de Eduardo III, e, esboçando uma flexão de joelho, apresentava-lhe o prato.

— Sire — exclamou ele —, aqui está uma garça-real que meu falcão apanhou. É a ave mais covarde que existe sobre a terra, pois foge diante de todas

as outras. As pessoas do vosso país, na minha opinião, deveriam consagrar-se a essa caça, e eu acho que esta ave figuraria melhor nas armas da Inglaterra do que os leões. É a vós, rei Eduardo, que desejo fazer esta oferenda, pois ela deve ser entregue, de direito, ao príncipe mais covarde e mais poltrão deste mundo, ao qual deserdaram do trono da França e ao qual falta coragem para conquistar o que lhe pertence.

Todos se tinham calado. Um silêncio, angustiado em alguns, indignado em outros, passara a reinar. O insulto era indubitável. Já Salisbury, Suffolk, Guilherme de Mauny, João de Hainaut, soerguidos em suas cadeiras, esperavam, para se atirar sobre o conde d'Artois, um só gesto do rei. Roberto não parecia estar embriagado. Estaria louco? Sem dúvida deveria estar louco, pois jamais se tinha ouvido dizer que pessoa alguma, em corte alguma, e com mais razão um estrangeiro banido de seu país natal, se tivesse comportado de tal maneira.

As faces do jovem rei haviam corado. Eduardo olhava bem dentro dos olhos de Roberto. Iria expulsá-lo da sala, expulsá-lo de seu reino?

Eduardo esperava sempre alguns segundos antes de falar, sabendo que cada palavra do rei conta, mesmo quando diz “boa noite” ao seu escudeiro.

Fechar à força uma boca não suprime o ultraje que ela proferiu. Eduardo era sensato e honesto. Não se mostra coragem retirando, num momento de cólera, a um parente que se recolheu, e que nos serve, os benefícios que lhe foram outorgados. Não se mostra coragem mandando atirar na prisão um homem, só porque nos vem acusar de fraqueza. Mostra-se coragem provando que a acusação é falsa. Ele se levantou.

— Já que me chamam de covarde diante das damas e de meus barões, é melhor que eu diga agora a minha opinião: e para vos assegurar, meu primo, de que me julgastes mal, e que não é a covardia que ainda me retém, eu vos prometo que antes que o ano termine terei atravessado o mar para desafiar o rei que pretende ser o da França, e me bater com ele, venha ele contra mim na proporção de um contra dez. Agradeço-vos a garça-real, que apanhastes para mim, e que aceito com grande prazer.

Os convivas conservaram-se mudos, mas seus sentimentos haviam mudado de natureza e dimensão. Os peitos dilatavam-se como se cada qual tivesse necessidade de aspirar mais ar. Uma colher que tombou fez, no silêncio, um tilintar exagerado. Roberto mostrava nas pupilas um fulgor de triunfo. Inclinou-se e disse:

— Sire, meu jovem e valente primo, eu não esperava de vós outra resposta. Vosso nobre coração falou. Disso tiro grande alegria pela vossa glória, e para mim, sire Eduardo, tiro grande esperança, pois assim poderei rever minha esposa e meus filhos. Por Deus que nos ouve, eu vos prometo sempre vos preceder na batalha, e peço que me seja concedida vida bastante longa, para vos servir bastante e bastante me vingar.

Depois, dirigindo-se à mesa inteira:

— Meus nobres lordes, cada um de vós teria coragem de fazer a promessa que o rei, vosso sire bem-amado, acaba de fazer?

Sempre carregando a garça-real assada, nas asas e na rabadilha da qual o cozinheiro tornava a implantar algumas das penas, Roberto d'Artois voltou-se para Salisbury: — Nobre Montaigu, dirijo-me a vós em primeiro lugar!

— Conde Roberto, atenderei a vosso desejo — disse Salisbury, que alguns instantes antes estava disposto a atirar-se sobre ele.

E, levantando-se, disse:

— Já que o rei nosso sire indicou seu inimigo, eu escolho o meu: e como sou marechal da Inglaterra, prometo não ter repouso enquanto não derrotar na batalha o marechal de Filipe, o falso rei da França.

Tomada de entusiasmo, a mesa aplaudiu:

— Eu também quero fazer uma promessa — exclamou, batendo as mãos, a senhorita de Derby. — Por que as damas não teriam direito de fazer promessas?

— Mas elas podem, gentil condessa — respondeu-lhe Roberto —, e com grande vantagem: os homens assim ainda manterão melhor sua fé. Vamos, donzelinhas — acrescentou ele, dirigindo-se às duas meninas coroadas —, tornai a cantar em honra da dama que deseja fazer a sua promessa.

Menestréis e donzelinhas recomeçaram: “Vou à relva, pois o amor me ensina”. Depois, diante da travessa de prata onde a garça-real se fazia rígida em seu molho, a senhorita de Derby, com voz um tanto áspera ao ouvido, disse:

— Prometo a Deus do paraíso que não terei marido, seja ele príncipe, conde ou barão, enquanto a promessa que acaba de fazer o nobre lord de Salisbury não for cumprida. E quando ele voltar, se escapar vivo, dou-lhe meu corpo, e de bom coração.

Aquela promessa causou alguma surpresa, e Salisbury enrubescceu.

As belas trancas pretas da condessa de Salisbury não tiveram um movimento: seus lábios apenas se contraíram com leve ironia, e seus olhos de sombras arroxeadas procuraram agarrar-se ao olhar do rei Eduardo, como para lhe dar a compreender: “Não precisamos nos constranger demais”.

Roberto deteve-se assim diante de cada conviva, fazendo girar de vez em quando a manivela da viela e pedindo às donzelinhas que cantassem para dar a cada qual o tempo de preparar sua promessa e escolher seu inimigo. O

conde de Derby, pai da jovem que tinha feito declaração tão ousada, prometeu desafiar o conde da Flandres, e o novo conde de Suffolk designou o rei da Boêmia. O jovem Gautier de Mauny, todo fervente por ter sido havia pouco armado cavaleiro, impressionou vivamente a assembléia prometendo reduzir a cinzas todas as cidades em torno de Hainaut que pertencessem a Filipe de Valois, nem que para isso, declarou ele, só lhe restasse luz num único olho.

— Pois bem, que assim seja — disse a condessa de Salisbury, sua vizinha,

pousando-lhe dois dedos sobre o olho direito. — E quando vossa promessa for cumprida, então meu amor será daquele que mais me amar: essa é a minha promessa.

Ao dizer isso, olhava para o rei. Mas o ingênuo Gautier, que acreditava ter sido destinada a ele aquela promessa, conservou a pálpebra fechada depois de a dama ter dali tirado os dedos. A seguir, tirando seu lenço, que era vermelho, amarrrou-o atravessado sobre a testa, a fim de manter o olho coberto.

O momento de pura grandiosidade passara. Alguns risos já se mesclavam àquela competição de bravura oral. A garça-real chegara diante de messire João de Hainaut, que esperara que a provocação tivesse outro desfecho para seu autor. Não gostava de receber lições de honra, e seu rosto embonecado mal escondia o seu despeito.

— Quando estamos na taverna e bebemos muito vinho — disse ele a Roberto —, as promessas pouco nos custam, pois queremos chamar a atenção das damas. Nessa ocasião só temos ao redor de nós os Oliviers. Mas quando estamos em campanha, sobre nossos corcéis galopantes, com os escudos ao pescoço, as lanças abaixadas e um grande frio nos gela ao ver o inimigo que se aproxima, então os fanfarrões gostariam bem de estar nas tavernas! O rei da Boêmia, o conde da Flandres e Bertrand, o marechal da corte da França, são tão bons cavaleiros quanto nós, primo Roberto, vós o sabeis bem. Pois, banidos que somos ambos da corte da França, mas por motivos diferentes, nós os conhecemos bastante e ainda não obtivemos o seu resgate! Por minha parte faço simplesmente a promessa de que, se nosso rei Eduardo quiser passar pelo Hainaut, eu estarei junto dele para sustentar sua causa. E será essa a terceira guerra em que servirei.

Roberto dirigiu-se então para a rainha Filipa. Pôs um joelho em terra. A gorducha Filipa voltou para Roberto seu rosto marcado de sardas.

— Não posso fazer promessas — disse ela — sem a autorização de meu senhor.

Dava, assim, uma calma lição às damas de sua corte.

— Fazei a promessa que quiserdes, minha amiga, fazei-a ardentemente.

Eu a ratifico antecipadamente, e que Deus vos ajude! — disse o rei.

— Então, meu doce sire, se posso prometer o que quiser — disse Filipa —, já que espero um filho do qual estou grávida, e já o sinto mover-se, prometo que ele não sairá do meu corpo se não me tiverdes levado ao ultramar para cumprir vossa promessa...

Sua voz tremia ligeiramente, como no dia do matrimônio.

— ...mas se acontecesse — acrescentou ela — que me deixásseis aqui e partísseis para o ultramar com outros, então eu me mataria com uma grande faca de aço, a fim de perder, de uma só vez, minha alma e meu fruto!

Aquilo foi pronunciado sem ênfase, mas claramente, para que todos fossem

advertidos. Evitavam olhar para a condessa de Salisbury. O rei baixou seus cílios longos, tomou a mão da rainha, levou-a a seus lábios e disse, em meio ao silêncio, para romper o constrangimento: — Minha amiga, dai-nos, a todos, uma lição de dever. Depois de vós, ninguém mais fará promessas.

Depois, a Roberto:

— Meu primo D’Artois, tomai vosso lugar junto da senhora rainha.

Um escudeiro trinchou a garça-real, cuja carne estava dura por ter sido cozida fresca demais, e fria por ter esperado tanto tempo. Cada qual, entretanto, comeu um bocado. Roberto achou em sua caça um sabor especial: a guerra tinha realmente começado.

Os muros de Vannes

E as promessas feitas em Windsor foram mantidas.

No dia 16 de julho do mesmo ano de 1338, Eduardo III fazia-se ao mar em Yarmouth, com uma frota de quatrocentos barcos. No dia seguinte desembarcava em Antuérpia. A rainha Filipa fazia parte da viagem, e numerosos cavaleiros, para imitar Gautier de Mauny, traziam o olho direito escondido por um losango de pano vermelho.

Não era ainda tempo de batalhas, mas tempo de entrevistas. Em Coblença, no dia 5 de setembro, Eduardo encontrava-se com o imperador da Alemanha. Para aquela cerimônia, Luís da Baviera compusera um traje estranho, metade imperador, metade papa, dalmática de pontífice sobre túnica de rei, e coroa de flores cintilando em torno de uma tiara. Numa das mãos tinha o cetro; na outra, o globo rematado por uma cruz. Assim, afirmava-se como suserano de toda a cristandade.

Do alto de seu trono, pronunciou o crime de alta traição de Filipe e reconheceu Eduardo como o rei da França, entregando-lhe a vara de ouro que o designava vigário imperial. Era aquela, ainda, uma idéia de Roberto d’Artois, que se recordara de que Carlos de Valois, antes de cada uma de suas expedições pessoais, tomava cuidado de se fazer proclamar vigário pontifical. Luís da Baviera jurou defender, durante sete anos, os direitos de Eduardo, e todos os príncipes alemães que tinham vindo com o imperador ratificaram o juramento.

Entretanto, Jacó de Artevelde continuava a convocar à revolta as populações do condado da Flandres, de onde Luís de Nevers fugira definitivamente. Eduardo III ia de cidade em cidade, mantendo grandes reuniões, onde se fazia reconhecer rei da França. Prometia resgatar a Flandres, Douai, Lille, o próprio Artois, a fim de constituir, com todos esses territórios que tinham interesses comuns, uma só nação. Ao ver-se o Artois sendo citado no grande projeto, adivinhava-se quem o tinha inspirado e quem seria, sob tutela inglesa, o beneficiário.

Ao mesmo tempo Eduardo resolvia aumentar os privilégios comerciais das

idades: em vez de lhes reclamar subsídios, concedia-lhes subvenções e selava suas promessas com um sinete onde as armas da Inglaterra e as da França se encontravam gravadas conjuntamente.

Em Antuérpia, a rainha Filipa deu à luz seu segundo filho, Lionel.

O papa Bento XII multiplicava, inutilmente, em Avignon, seus esforços pela paz. Tinha proibido a cruzada para impedir a guerra franco-inglesa, e eis que ela se fazia certa.

Entre vanguardas inglesas e guarnições francesas já se produziam grandes escaramuças, em Vermandois, em Thiérache, às quais Filipe VI respondia enviando alguns destacamentos para a Guyenne e outros para a Escócia, a fim de fomentar a revolução em nome do pequeno David Bruce.

Eduardo III andava de lá para cá entre a Flandres e Londres, empenhando nos bancos italianos as jóias de sua coroa, para conseguir manter suas tropas, bem como atender às exigências de seus novos vassalos.

Depois de levantar a hoste, Filipe VI tomou a auriflama de Saint-Denis e avançou até além de Saint-Quentin. Depois, quando faltava só um dia para alcançar os ingleses, mandou seu exército fazer meia-volta e foi de novo levar a auriflama ao altar de Saint-Denis. Qual poderia ser a razão daquele estranho movimento de recuo por parte de um rei amante dos torneios? Cada qual fazia a si próprio essa pergunta. Filipe acharia que o tempo estava chuvoso demais para se atirar ao combate? Ou então as predições funestas de seu tio Roberto, o Astrólogo, lhe teriam voltado de súbito à lembrança? Ele declarou ter-se resolvido por outro projeto. A angústia, numa noite, o fizera arquitetar um outro plano. Iria conquistar a Inglaterra. Não seria a primeira vez que os franceses ali colocariam o pé: um duque da Normandia, três séculos antes, não havia conquistado a Grande Bretanha?... Pois bem: ele, Filipe, apareceria na mesma margem de Hastings. Um duque da Normandia, seu filho, estaria ao seu lado! Cada um dos dois reis ambicionava, então, conquistar o reino do outro.

Mas a empresa exigia, antes de mais nada, o domínio do mar. Estando a maior parte do exército de Eduardo no continente, Filipe resolveu cortar-lhe as bases, para impedi-lo de abastecer suas tropas, ou reforçá-las. Ia destruir a marinha inglesa.

No dia 22 de junho de 1340, diante do Ecluse, no amplo estuário que separa a Flandres da Zelândia, duzentos navios, batizados com os mais lindos nomes, avançavam com a flâmula da França flutuando no mastro grande: a *Peregrina*, a *Nave-Deus*, a *Miquolette*, a *Amorosa*, a *Faceira*, a *Santa Maria da Alegria*... Aqueles navios estavam guarnecidos de besteiros.

Mas não se contava, entre eles, mais do que cento e cinquenta gentis-homens. A cavalaria francesa não gostava do mar.

O capitão Barbavera, que comandava as cinquenta galeras genovesas alugadas pelo rei da França, disse ao almirante Béhuchet: — *Monseigneur*, eis o

rei da Inglaterra e sua frota que vêm sobre nós.

Passai ao mar largo com os vossos navios, pois se vos conservardes aqui, fechados como estais pelos grandes diques, os ingleses, que têm a seu favor o vento, o sol e a maré, vos apertarão tanto que não poderei defender-vos.

Poderiam tê-lo ouvido: ele tinha trinta anos de experiência naval, e, no ano precedente, por conta da França, havia queimado e pilhado audaciosamente Southampton. O almirante Béhuchet, antigo senhor das águas e florestas reais, respondeu-lhe altivamente: — Maldito seja quem daqui sair!

Fez arranjar seus navios em três linhas: primeiro os marinheiros do Sena, depois os da Picardia e os de Dieppe, enfim as gentes de Caen e do Cotentin; mandou que ligassem seus navios entre si, por meio de cabos, e ali dispôs seus homens como em fortalezas.

O rei Eduardo, que saíra de Londres na antevéspera, comandava uma frota mais ou menos igual. Não possuía mais combatentes do que a França, mas nas embarcações distribuía dois mil gentis-homens, entre os quais Roberto d'Artois, apesar da grande repulsa que este último sentia em navegar.

Naquela frota encontrava-se, igualmente, guardada por oitocentos soldados, toda uma nave de damas de honra para o serviço da rainha Filipa.

À noite, a França tinha dito adeus ao domínio dos mares.

Nem sequer se percebia que o dia tombara, tanta luz forneciam os incêndios dos navios franceses.

Pescadores normandos, picardos e marinheiros do Sena tinham sido reduzidos a pedaços pelos archeiros da Inglaterra e pelos flamengos que vieram auxiliá-los, em suas barcas chatas, do fundo do estuário, para tomar por trás as fortalezas à vela. Só se ouviam o estalido da mastreação, os urros dos degolados. Batiam-se com o gládio e com o machado entre um campo de despojos. Os sobreviventes, que procuravam escapar no fim do massacre, mergulhavam entre cadáveres, e já não se sabia se nadavam na água ou no sangue. Centenas de mãos cortadas flutuavam no mar.

O corpo do almirante Béhuchet pendia de uma verga do navio de Eduardo. Havia muitas horas que Barbavera se pusera ao largo, com suas galeras genovesas.

Os ingleses estavam contundidos, mas triunfantes. Seu maior desastre: a perda da nave das damas, naufragada em meio a gritos horríveis. Mantos derivavam entre a grande sepultura marítima, como aves mortas.

O jovem rei Eduardo tinha sido ferido na coxa, e o sangue corria por sobre sua bota de couro branco: mas os combates, dali por diante, se passariam em terras da França 39.

Eduardo III enviou imediatamente a Filipe VI novas cartas de desafio: “Para evitar graves destruições aos povos e aos países, e uma grande mortalidade de cristãos, o que todo príncipe deve fazer questão de impedir”, o rei inglês oferecia

a seu primo da França um encontro em combate singular, pois que a disputa em relação à herança da França era sua questão pessoal. E se Filipe de Valois não queria “aquele desafio entre seus corpos”, ele se oferecia para enfrentá-lo com apenas cem cavaleiros de parte a parte, num campo fechado; um torneio, em suma, mas com lanças de ponta, espadas com gumes, onde não haveria juizes de campo para fiscalizar a confusão, e cujo prêmio não seria um broche de adereço, ou um falcão almiscarado, mas a coroa de São Luís.

Ora, o rei justador respondeu que a proposta de seu primo era inaceitável, pois que fora dirigida a Filipe de Valois e não ao rei da França, do qual Eduardo era o vassalo traiçoeiramente revoltado.

O papa fez negociar nova trégua. Os legados papais agiram com disposição e atribuíram-se todo o mérito de uma paz precária, que os dois príncipes só tinham aceito para ter tempo de respirar.

Aquela segunda trégua tinha algumas possibilidades de durar, quando morreu o duque da Bretanha.

Não deixava filho legítimo nem herdeiro direto. O ducado foi reclamado ao mesmo tempo pelo conde de Montfort-l’Amaury, seu último irmão, e por Carlos de Blois, seu sobrinho: um outro caso Artois, e que, juridicamente, se apresentava quase da mesma maneira. Filipe VI apoiou as pretensões de seu parente Carlos de Blois, Valois por aliança. Imediatamente, Eduardo III tomou o partido de João de Montfort. E tão bem, que houve dois reis da França, tendo cada qual o seu duque da Bretanha, como cada qual já tinha seu rei da Escócia.

A Bretanha tocava muito de perto Roberto, pois que sua mãe era irmã do falecido duque João. Eduardo III não podia fazer menos nem melhor do que dar ao gigante o comando do corpo de batalha que ali ia desembarcar.

A grande hora de Roberto d’Artois tinha chegado.

Roberto tem cinquenta e seis anos. Em torno de seu rosto, de músculos endurecidos por um longo destino de ódio, os cabelos ganharam aquela cor extravagante de cidra diluída na água que têm os dos homens ruivos quando embranquecem. Não é mais o sujeito perverso que imaginava estar guerreando quando pilhava os castelos de sua tia Mafalda. Agora, sabe o que é a guerra: prepara cuidadosamente sua campanha, tem a autoridade que conferem a idade e todas as experiências acumuladas ao longo de uma existência tumultuosa. É unanimemente respeitado. Quem se recorda de que ele foi falsário, perjuro, assassino e um tanto feiticeiro? Quem ousaria lembrar-lhe tal coisa? Ele é monseigneur Roberto, aquele colosso que envelhecia, mas de uma força sempre surpreendente, sempre vestido de vermelho, e sempre seguro de si, que avança em terra francesa à frente de um exército inglês. Mas que lhe importa que suas tropas sejam estrangeiras?

E, aliás, aquela noção existe para algum dos condes, barões e cavaleiros?

Suas expedições são negócios de família e seus combates, lutas de herança; o inimigo é um primo, mas o aliado, um outro primo. É para o povo que se vai chacinar, que vai ter suas casas queimadas, suas granjas pilhadas, suas mulheres maltratadas, que a palavra “estrangeiro” significa “inimigo”. Não para os príncipes, que defendem seus títulos e asseguram suas posses. Para Roberto, a guerra entre a França e a Inglaterra é a *sua guerra*; ele a desejou, pregou, fabricou. Representa dez anos de esforços incessantes. Parece que só nasceu, que só viveu para ela. Outrora queixava-se de jamais ter gozado o momento presente: dessa vez, enfim, ele o saboreia. Aspira o ar como um licor delicioso. Cada minuto é uma felicidade. Do alto de seu enorme alazão, com a cabeça ao vento e o elmo pendurado à sela, dirige-se à sua gente com grandes frases jubilosas que fazem tremer. Tem vinte e dois mil cavaleiros e soldados sob suas ordens, e, quando se volta, vê as lanças oscilarem até o horizonte, como seara terrível. Os pobres bretões fogem diante dele, alguns em carroças, a maior parte a pé, com suas botas de pano ou de cortiça, as mulheres arrastando as crianças, os homens trazendo no ombro um saquinho de trigo-sarraceno.

Roberto d'Artois tem cinquenta e seis anos, mas ainda assim pode cobrir sem fadiga etapas de quinze léguas, ainda assim continua a sonhar... Amanhã tomará Brest, depois Vannes, depois Rennes. Dali entrará na Normandia, apoderar-se-á de Alençon, que pertence ao irmão de Filipe de Valois. De Alençon alcançara Evreux, e Conches, seu querido Conches! Corre a Château-Gaillard. Liberta a senhora de Beaumont. Depois atira-se, irresistível, sobre Paris: está no Louvre, em Vincennes, em Saint-Germain.

Apodera-se de Filipe de Valois, destrona-o, entrega a coroa a Eduardo, que o faz lugar-tenente-geral do reino da França. Seu destino conhecera sucessos e infortúnios menos concebíveis, quando ele não tinha, levantando a poeira dos caminhos, todo um exército a segui-lo.

Com efeito, Roberto toma Brest, onde livra a condessa de Montfort, alma guerreira, corpo robusto, que, enquanto seu marido era retido prisioneiro pelo rei da França, continuava, de costas para o mar, a resistir até o fim de seu ducado. Com efeito, Roberto atravessa, triunfante, a Bretanha, e com efeito cerca Vannes. Faz erguer pedreiros e catapultas, apontar bombardas a pólvora, cuja fumaça se dissolve nas nuvens de novembro, abrir uma brecha nas muralhas. A guarnição de Vannes é numerosa, mas não parece particularmente resoluta. Espera o primeiro assalto para poder render-se de forma honrosa. Será preciso, de uma parte e de outra, sacrificar alguns homens a fim de que essa formalidade seja cumprida.

Roberto manda que prendam seu elmo de aço, cavalga seu enorme corcel que se abate sob seu peso, grita as últimas ordens, baixa diante do rosto a viseira do elmo, agita com um gesto giratório as seis libras de sua maça de armas por sobre a cabeça. Os arautos que fazem drapejar sua bandeira berram, a plena

voz: “Artois, à batalha!”

Homens a pé correm ao lado de cavalos, levando seis longas escadas; outros levam, na ponta de um bastão, mechas de estopa inflamada, e o turbilhão rola para o monte de pedras, no lugar em que a muralha cedeu. E a cota flutuante de monseigneur d’Artois, sob as pesadas nuvens cinzentas, fazia-se escarlate como o raio...

Um dardo de besta, atirado de uma das seteiras, atravessa a cota de seda, o couro da pequena cota, o pano da camisa. O choque não tinha sido mais duro do que o de uma lança das justas. Roberto d’Artois arranca ele mesmo o dardo, e, alguns passos mais adiante, sem compreender o que lhe estava acontecendo, nem por que o céu de repente ficava tão negro, nem por que suas pernas já não prendiam mais o cavalo, ele desmorona na lama.

Enquanto suas tropas tomavam Vannes, o gigante sem elmo, estendido numa escada, era levado a seu acampamento: o sangue corria sob a escada.

Roberto nunca tinha sido ferido antes. Duas campanhas na Flandres, sua própria expedição ao Artois, a guerra da Aquitânia; Roberto havia atravessado tudo aquilo sem a menor arranhadura. Nem uma só lança quebrada, em cinquenta torneios, nem uma presa de javali tinha-lhe sequer aflorado a pele.

Por que diante de Vannes, diante daquela cidade que não estava oferecendo resistência verdadeira, que não era senão uma etapa secundária no caminho de sua epopéia? Nenhuma predição funesta, com referência a Vannes ou à Bretanha, fora feita a Roberto d’Artois. O braço que armara a besta era o de um desconhecido, que nem sequer sabia em quem atirava.

Quatro dias Roberto lutou, não mais contra príncipes e Parlamentos, não mais contra as leis de herança, contra os costumes dos condados, contra a ambição ou a avidez das famílias reais. Lutava contra sua própria carne. A morte penetrava nele através de uma ferida de bordos enegrecidos, aberta entre aquele coração que tanto batera e aquele ventre que tanto comera. Não a morte que gela, mas a que incendeia. O fogo metera-se em suas veias. A morte precisava queimar em quatro dias as forças que restavam naquele corpo para mais vinte anos de vida.

Recusou fazer testamento, gritando que no dia seguinte estaria a cavalo.

Foi preciso amarrá-lo para administrar-lhe os últimos sacramentos, porque ele queria espancar o capelão, no qual acreditava reconhecer Teodorico d’Hirson. Delirava.

Roberto d’Artois sempre detestara o mar: um barco foi aparelhado para levá-lo à Inglaterra. Toda uma noite, ao balanço das ondas, ele pleiteou em justiça, estranha justiça na qual ele se dirigia aos barões da França, chamando-os “meus nobres lordes”, e solicitava de Filipe, o Belo, que ordenasse a apreensão de todos os bens de Filipe de Valois, manto, cetro e coroa, em execução de uma bula papal de excomunhão. Sua voz, vinda do castelo de popa, ouvia-se até na proa, subia até os homens de vigia nos mastros.

Antes do amanhecer, acalmou-se um pouco e pediu que aproximassem seu colchão da porta, para que pudesse ver as últimas estrelas. Mas não viu erguer-se o sol. No instante de morrer, imaginava ainda que ia curar-se. A última palavra que seus lábios formaram foi: “Nunca!”, sem que se soubesse se ele se dirigia aos reis, ao mar ou a Deus.

Cada homem, quando vem ao mundo, chega investido de uma função íntima ou capital, mas geralmente desconhecida dele próprio, e que sua natureza, suas relações com seus semelhantes, os acidentes de sua existência, impelem-no a cumprir, contra a sua vontade, mas com a ilusão de liberdade: Roberto d’Artois pusera fogo ao ocidente do mundo; sua tarefa estava terminada.

Quando o rei Eduardo III, na Flandres, soube de sua morte, seus cílios umedeceram-se, e ele enviou à rainha Filipa uma carta onde lhe dizia: “Doce coração, Roberto d’Artois, nosso primo, foi chamado por Deus.

Pela afeição que lhe tínhamos e por nossa honra, escrevemos aos nossos chanceler e tesoureiro e os encarregamos de fazê-lo sepultar em nossa cidade de Londres. Queremos, doce coração, que zeleis para que eles cumpram a nossa vontade. Que Deus seja o vosso guardião. Dado sob nosso selo particular, na cidade de Grandchamp, no dia de Santa Catarina, sexto ano do nosso reinado na Inglaterra e terceiro na França”.

No início de janeiro de 1343, a cripta da Catedral de Saint Paul, em Londres, recebia o esquife mais pesado que jamais ali descera.

... E AQUI O AUTOR, CONSTRANGIDO PELA HISTÓRIA A MATAR SUA PERSONAGEM PREDILETA, COM A QUAL VIVEU SEIS ANOS, SENTE UMA TRISTEZA IGUAL À DO REI EDUARDO DA INGLATERRA: A PENA, COMO DIZEM

OS VELHOS CRONISTAS, LHE ESCAPA DOS DEDOS, E ELE NÃO MAIS TEM DESEJO DE CONTINUAR, PELO MENOS DE IMEDIATO, SENÃO PARA DAR A CONHECER AO LEITOR O FIM DE ALGUNS DOS PRINCIPAIS HERÓIS DESTA NARRAÇÃO.
TRANSPONHAMOS ONZE ANOS, E TRANSPONHAMOS OS ALPES...

Epílogo

1354-1362

O caminho que leva a Roma

Na segunda-feira, 22 de setembro de 1354, em Siena, Giannino Baglioni, notável daquela cidade, recebeu no Palácio Tolomei, onde sua família tinha uma

companhia de bancos, uma carta do famoso Cola de Rienzi, que se havia apoderado do governo de Roma, retomando o antigo título do tribuno.

Naquela carta, datada do Capitólio e da quinta-feira precedente, Cola de Rienzi escrevia ao banqueiro:

“Muito querido amigo, enviamos mensageiros à vossa procura, com a missão de pedir-vos, se vos encontrassem, que fizésseis o favor de vir a Roma, à nossa presença. Eles nos disseram que, com efeito, vos haviam descoberto em Siena, mas não conseguiram persuadir-vos a nos vir encontrar. Como não era certo que eles vos descobrissem, não vos escrevi, mas, agora que sabemos onde estais, nós vos rogamos vir-nos encontrar com toda a diligência, assim que tiverdes recebido esta carta, e com o maior segredo, para assunto relativo ao reino da França”.

Por que motivo o tribuno, que crescera numa taverna do Trastevere, mas afirmava ser filho adúlterino do imperador Henrique VII da Alemanha — portanto meio irmão de João de Boêmia — e no qual Petrarca celebrava o restaurador das antigas grandezas da Itália, por que motivo Cola de Rienzi queria conversar, urgente e secretamente, com Giannino Baglioni? Era o que este último perguntava a si próprio, enquanto se encaminhava para Roma, em companhia de seu amigo, o tabelião Ângelo Guidarelli, ao qual pedira que o acompanhasse, primeiro porque o caminho feito a dois parece menos longo, e depois porque o tabelião era moço sensato, que entendia bem de todos os negócios bancários.

Em setembro o céu ainda se mostra aquecido sobre o campo sienense, e o restolho das ceifas estende sobre o campo uma cobertura fulva. É, aquela, uma das mais belas paisagens do mundo: Deus ali traçou com leveza a curva das colinas, e espalhou vegetação rica, variada, onde o cipreste reina como senhor. O homem soube trabalhar aquela terra e em toda parte espalhar moradias, que, desde a *villa* mais principesca, até a mais humilde quinta, possuem todas, com sua cor ocre e suas telhas arredondadas, a mesma graça e a mesma harmonia. O caminho jamais se mostra monótono: serpenteia, eleva-se, desce para novos vales, entre culturas em terraços e olivais milenários. Em Siena, Deus e homem tiveram gênio igualmente.

Quais eram aqueles negócios da França sobre os quais o tribuno de Roma desejava conversar com o banqueiro de Siena? Por que lhe havia enviado mensageiros duas vezes, e lhe tinha mandado aquela carta urgente, onde o tratava de “muito querido amigo”? Novos empréstimos a fazer ao rei de Paris, sem dúvida, ou resgates a liquidar para alguns grandes senhores prisioneiros na Inglaterra... Giannino Baglioni ignorava que Cola de Rienzi se interessava de tal maneira pela sorte dos franceses.

Mesmo que assim fosse, por que o tribuno não se dirigira aos outros membros da companhia, aos mais antigos, a Tolomeu Tolomei, a Andréa, a Giacomo, que conheciam bem melhor essas questões, e tinham ido outrora a Paris, liquidar a herança do velho tio Spinello, ocasião em que haviam fechado as agências da

França? Sem dúvida, Giannino nascera de mãe francesa, uma senhorita da nobreza, bela e jovem mulher, um pouco triste, que ele localizava, entre as recordações de sua primeira infância, num solar vetusto erguido ao centro de uma região chuvosa. E, sem dúvida, seu pai, Guccio Baglioni, morto havia já catorze anos, o querido homem, no curso de uma viagem para a Campânia... e Giannino, embalado pelo passo de seu cavalo, esboçava discretamente um sinal-da-cruz sobre o peito... seu pai, no tempo em que estava na França, estivera muito envolvido em grandes e secretos negócios da corte, entre Paris e Londres, Paris e Nápoles. Tinha-se aproximado de altas personagens, e dos próprios reis e rainhas, e outrora contara essas coisas ao filho.

Giannino, porém, não gostava de se recordar da França, precisamente por causa daquela mãe que jamais tornara a ver, e que ignorava estar viva ou morta. Por causa de seu nascimento, legítimo segundo o pai, ilegítimo, segundo os demais membros da família, que ele só conhecera a partir da idade de nove anos: o avô Mino Baglioni, os tios Tolomei, os inumeráveis primos... Por muito tempo Giannino se sentira estrangeiro, diferente deles.

Tudo fizera para apagar aquela dessemelhança, para se integrar numa comunidade para a qual entrara tardiamente, numa pátria onde não viera à luz.

Entre as diversas atividades da companhia Tolomei, ele se especializara no negócio de lãs: talvez guardasse a nostalgia dos carneiros, dos prados verdes e da bruma. Dois anos depois do falecimento de seu pai, casara-se com uma jovem herdeira de boa família sienense, Giovanna Vivoli, da qual tivera três filhos e com a qual vivera muito feliz durante seis anos, mas que morrera durante a epidemia de peste negra, em 48. Casara-se novamente, no ano seguinte, com Francesca Agazzano, que lhe dera ainda dois filhos e esperava agora outra criança.

Era estimado por seus compatriotas, tratava de seus negócios com honestidade, e a consideração pública lhe confiara o cargo de camerlengo do Hospital Nossa Senhora da Misericórdia.

San Quirino d'Orcia, Radicofani, Acquapendente, o lago de Bolsena, Montefiascone, as noites passadas em hospedarias de grandes pórticos, e o caminho retomado pela manhã... Giannino e Guidarelli tinham saído da Toscana. À medida que avançavam, Giannino se sentia cada vez mais decidido a responder ao tribuno Cola, com toda a cortesia possível, que não queria se envolver em transações na França. O tabelião Guidarelli aprovava-o inteiramente: não se podia mostrar satisfação em relação a um país onde as companhias italianas haviam sofrido demasiadas espoliações, e onde os negócios, desde o início da guerra da Inglaterra, iam mal demais para que se pudesse aceitar ali o menor risco com referência a dinheiro. Mais valia viver numa boa pequena república como Siena, que tinha arte e comércio prósperos, do que naqueles grandes reinos governados por loucos 40!

Porque Giannino, do Palácio Tolomei, havia acompanhado os negócios franceses durante os últimos anos: tinham ali demasiados créditos cuja liquidação jamais chegariam a ver, sem dúvida! Dementes, na verdade, aqueles franceses, a começar pelo seu Valois, que tinha conseguido perder primeiro a Bretanha e a Flandres, depois a Normandia, a seguir a Saintonge, e depois se deixar acuar pelos exércitos ingleses, como um cabrito montes, ao redor de Paris. Aquele herói de torneio, que queria levar o universo a uma cruzada, recusava o cartel de desafio pelo qual o inimigo lhe oferecia combate na planície de Vaugirard, quase às portas de seu palácio. Depois, imaginando os ingleses em fuga porque eles se retiravam em direção ao norte — por que razão fugiriam eles, se estavam vitoriosos? —, Filipe, esgotando suas tropas com marchas forçadas, subitamente se lançara em perseguição de Eduardo, atingindo-o para além do Somme, e fazendo-se esmagar ali.

Os ecos de Crécy se haviam espalhado até Siena. Sabia-se como o rei da França tinha obrigado sua gente a pé a atacar, sem tomar fôlego, depois de uma etapa de cinco léguas, e como a cavalaria francesa, irritada contra aquela infantaria que não avançava com bastante rapidez, tinha carregado através de suas próprias tropas a pé, atropelando-as, derrubando-as, esmagando-as sob as patas de seus cavalos, para se irem despedaçar sob os disparos cruzados dos arqueiros ingleses.

— Para explicar sua derrota, disseram que eram dardos movidos a pólvora, fornecidos aos ingleses pela Itália, que tinham semeado a desordem e o terror em suas fileiras, por causa do estrepito. Mas não, Guidarelli, não se trata de dardos a pólvora, e sim da estupidez deles.

Ah! Não se podia negar que se haviam realizado ali belos feitos de armas. Por exemplo, tinham visto João de Boêmia, que se tornara cego por volta dos cinqüenta anos, exigir que o conduzissem assim mesmo ao combate, com seu corcel ligado à esquerda e à direita às montarias de dois de seus cavaleiros. E o rei cego se havia atirado à batalha, brandindo sua maça de armas, sobre quem? Sobre a cabeça dos infelizes que o guiavam. Tinham-no encontrado morto, sempre preso aos companheiros mortos a pancadas.

Isso era bem o símbolo daquela França cavalleiresca, fechada nas trevas de seus elmos, desprezando o povo e destruindo-se a si própria, como se nisso sentisse prazer.

Na noite de Crécy, Filipe VI errava pelo campo, sem mais companhia do que seis homens, e ia bater à porta de um pequeno solar, gemendo: — Abri, abri ao infelizmente rei da França!

Messer Dante, era preciso não esquecer, havia amaldiçoado a raça dos Valois por causa do primeiro deles, o conde Carlos, que outrora pilhara Siena e Florença. Todos os inimigos do *divino poeta* tinham acabado mal.

E, depois de Crécy, a peste. Viera pelos genoveses. Daqueles também nunca

se devia esperar nada de bom! Seus barcos tinham trazido do Oriente o mal hediondo, que, ganhando primeiro a Provença, abatera-se sobre Avignon, sobre aquela cidade apodrecida pelo deboche, e a havia assolado em punição de seus pecados. Bastava ter ouvido contar as expressões de messer Petrarca para conhecer a infâmia tresandante daquela nova Babilônia e compreender que ela estava destinada às calamidades vingadoras 41.

O toscano jamais está satisfeito com ninguém nem com coisa alguma, a não ser consigo. Se não puder maldizer, não pode viver. E Giannino, nisso, era bem toscano. Em Viterbo, ele e Guidarelli ainda não tinham acabado de censurar o universo inteiro.

Antes de mais nada, que fazia o papa em Avignon, em lugar de instalar-se em Roma, lugar designado por São Pedro? E por que elegiam sempre papas franceses, como aquele Pedro Roger, o antigo bispo de Arras, que sucedera a Bento XII e reinava presentemente sob o nome de Clemente IV?

Por que não nomeava ele, por sua vez, senão cardeais franceses e recusava-se a voltar para a Itália? Deus os punira a todos. Numa só estação, sete mil casas tinham sido fechadas em Avignon. Os cadáveres tinham sido carregados em carroças. Depois, a peste subira para o norte, através de uma região esgotada pela guerra, e chegara a Paris, onde fazia mil mortos diariamente: grandes ou pequenos, ela não poupava ninguém. A mulher do duque da Normandia, filha do rei da Boêmia, morrera de peste. A rainha Joana de Navarra morrera de peste. A própria rainha da França, Joana, a Coxa, tinha perecido pela peste. Os franceses, que a detestavam, diziam que sua morte era apenas um castigo justo.

Mas por que Giovanna Baglioni, a primeira esposa de Giannino, Giovanna, de pescoço igual a um fuste de alabastro, de belos olhos amendoados, também fora levada? Isso era justo? Era justo que a epidemia tivesse devastado Siena? Deus mostrava, realmente, pouco discernimento, e taxava com demasiada freqüência os bons, que pagavam os erros dos perversos.

Bem-aventurados os que tinham escapado à peste! Bem-aventurado messer Boccaccio, filho de um amigo dos Tolomei, de mãe francesa, como Giannino, e que tinha podido ficar ao abrigo, hóspede de um rico fidalgo, numa bela *villa* de Florença! Durante todo o tempo do contágio, a fim de distrair os refugiados da *villa* Palmieri, e fazê-los esquecer que a peste estava às suas portas, Boccaccio tinha escrito contos bonitos e agradáveis, que agora a Itália toda repetia. Não havia mais coragem diante da morte no conde Palmieri e em Boccaccio que nos tolos cavaleiros da França? O

tabelião Guidarelli era da opinião de Giannino.

O rei Filipe tornara a casar-se trinta dias apenas depois da morte da rainha má. Giannino o censurava, não exatamente por se ter casado, já que ele próprio fizera outro tanto, mas pela pressa indecente com que fora às segundas núpcias. Trinta dias! E a quem escolhera Filipe VI? Ali é que a história começava a ficar

saborosa! Tomara a noiva de seu filho mais velho, também viúvo, e que devia tornar a casar-se com sua prima Branca, filha do rei de Navarra, a que tinha o apelido de Bela Sabedoria.

Quando aquela donzela de dezoito anos aparecera na corte, Filipe ficara de tal maneira deslumbrado que se atirara sobre ela. João da Normandia tivera de cedê-la ao pai, e deixar que o casassem com a condessa de Boulogne, uma viúva de vinte e quatro anos pela qual não tinha grande inclinação — não mais, para ser franco, do que por qualquer dama, pois ele parecia inclinar-se antes para os escudeiros.

O rei de cinqüenta e seis anos havia reencontrado, entre os braços da Bela Sabedoria, o ímpeto de sua juventude. Bela Sabedoria, realmente! O

nome convinha-lhe: Giannino e Guidarelli sacudiam-se de riso sobre seus cavalos: Bela Sabedoria! Messer Boccaccio teria podido escrever um de seus contos. Em três meses, a donzela chegara aos ossos do rei justador, e foi levado a Saint-Denis aquele soberbo imbecil, que reinara um terço de século apenas para levar seu reino da riqueza à ruína.

João II, o novo rei, que agora tinha trinta e seis anos, e que chamavam o Bom, sem que se soubesse bem por quê, parecia ter exatamente, ao que contavam os viajantes, as mesmas sólidas qualidades de seu pai e a mesma sorte nas empresas. Era apenas um pouco mais gastador, instável e fútil. De sua mãe herdara a dissimulação e a crueldade. Acreditando-se constantemente traído, já mandara decapitar seu condestável.

Porque o rei Eduardo III, encontrando-se em Calais, que conquistara, tinha instituído a Ordem da Jarreteira, num dia em que ele tivera o prazer de prender a meia da bela condessa de Salisbury, pela qual estava apaixonado, o rei João II, não querendo ficar atrás em matéria de cavalaria, tinha fundado a Ordem da Estrela, a fim de honrar seu favorito espanhol, o jovem Carlos de Ia Cerda. Suas façanhas cessavam aí.

O povo morria de fome. Em consequência da peste e da guerra, os campos, bem como as indústrias, careciam de braços. As mercadorias eram raras, e os preços, vertiginosos. Suprimiam-se os empregos, impunha-se sobre todas as transações a taxa de cerca de um soldo por libra.

Bandos errantes, semelhantes aos pastorinhos de outrora, porém ainda mais dementes, atravessavam a região, milhares de homens e mulheres em farrapos flagelavam-se mutuamente com cordas ou correntes, urrando salmos lúgubres ao longo das estradas, e, subitamente, tomados de furor, massacravam, como sempre, os judeus e os italianos.

Entretanto, a corte da França continuava a exhibir um luxo insultante, gastando num só torneio o que seria suficiente para alimentar durante um ano todos os pobres de um condado, e se vestia de forma pouco cristã, os homens mais enfeitados de jóias do que as mulheres, com cotas acinturadas, tão curtas que

lhes descobriam as nádegas, e com calçados de pontas tão compridas que os impediam de caminhar.

Uma companhia bancária que levasse as coisas a sério poderia consentir em novos empréstimos a tais pessoas, ou em lhes fornecer lã? Sem dúvida, não. E ao entrar em Roma, no dia 2 de outubro, pela Ponte Milvio, Giannino Baglioni estava resolvido a dizer isso ao tribuno Cola de Rienzi.

A noite do Capitólio

Os viajantes se haviam instalado numa *osteria* do Campo dei Fiori, à hora em que os mercadores vociferantes vendiam como saldo seus últimos buquês de rosas e desembaraçavam a praça do tapete multicolor e perfumado de seus tabuleiros.

Ao cair da noite, tendo tomado o estalajadeiro como guia, Giannino Baglioni foi ter ao Capitólio.

Que admirável cidade era Roma, onde ele jamais estivera, e que descobria agora, lamentando, a cada passo, não poder parar! Imensa, em comparação com Siena e Florença, maior mesmo, parecia, do que Paris, pela lembrança vaga que desta última cidade Giannino guardava, mais animada e fervilhante do que Lyon, que ele outrora atravessara. O dédalo de ruelas abria-se para palácios maravilhosos, surgidos bruscamente, e cujos terraços e pátios eram iluminados por tochas ou lanternas. Grupos de moços cantavam, de braços dados, através das ruas. Empurravam-se uns aos outros, mas sem mau humor; sorria-se aos estranhos. As tavernas eram numerosas, e delas saíam os bons cheiros de azeite quente, de açafrão, de peixe frito e carne assada. A vida não parecia cessar com a noite..

Giannino subiu a colina do Capitólio à luz das estrelas. A relva crescia diante de um pórtico de igreja. Colunas tombadas, uma estátua com um dos braços mutilados, atestavam a presença da cidade antiga.

Cola de Rienzi estava ceando com vários convidados, numa vasta sala construída sobre os próprios fundamentos do Templo de Júpiter. Tendo pedido que lhe mostrassem qual era o tribuno, Giannino foi ter com ele, pôs um joelho em terra e identificou-se. Imediatamente, o tribuno, tomando-lhe as mãos, ergueu-o, e o fez conduzir a um aposento vizinho, onde, alguns instantes depois, foi ter com ele.

Rienzi se havia dado o título de tribuno, mas tinha antes a máscara e o porte de um imperador. A púrpura era a sua cor, e ele vestia seu manto com uma toga. O colarinho de sua roupa cingiu um pescoço grande e roliço; dono de um rosto maciço, de grandes olhos claros, cabelos curtos, queixo voluntarioso, parecia destinado a tomar parte na continuação dos bustos dos Césares. O tribuno tinha um ligeiro tique, um frêmito na narina direita, que lhe dava expressão de

impaciência. Seu passo era autoritário. Aquele homem mostrava, na aparência, que nascera para comandar, que tinha grandes idéias para seu povo, que era preciso compreender seus pensamentos e com eles se conformar. O tribuno fez com que Giannino se sentasse junto dele, ordenou aos criados que fechassem as portas e vigiassem para que ninguém os viesse perturbar. Depois, e imediatamente, começou a fazer perguntas que nada tinham a ver com os negócios do banco.

O comércio de lãs, os empréstimos de dinheiro, as letras de câmbio, não constituíam sua preocupação. Era Giannino, unicamente, a pessoa de Giannino, que lhe interessava. Com que idade Giannino tinha chegado da França? Onde tinha passado seus primeiros anos? Quem o criara? Tinha usado sempre o mesmo nome?

Depois de cada pergunta, Rienzi esperava a resposta, ouvia, sacudia o queixo, tornava a interrogar.

Então, Giannino nascera, segundo lhe tinham dito, num convento de Paris! Sua mãe, Maria de Cressay, o havia criado até a idade de nove anos, na Ile-de-France, junto de um burgo chamado Neauphle-le-Vieux? Sabia se sua mãe havia estado, em algum momento, na corte da França? Sim, ela havia passado ali uma temporada. O sienense se recordava do que Guccio Baglioni, seu pai, lhe contara: Maria de Cressay, depois de ter dado à luz, fora chamada à corte como ama-de-leite do filho da rainha Clemência da Hungria, mas pouco tempo ali ficara, pois que o filho da rainha morrera depressa, envenenado, segundo se dizia.

E Giannino se pôs a sorrir. Fora irmão de leite de um rei da França. Era uma coisa em que ele quase nunca pensava, e que de repente lhe parecia incrível, quase risível, quando se contemplava, prestes a atingir os quarenta anos, em sua tranqüila existência de burguês sienense.

Mas por que Rienzi lhe fazia tais perguntas? Por que o tribuno de grandes olhos claros, o bastardo do penúltimo imperador, o observava com atenção meditativa?

— Trata-se bem de vós — disse Cola de Rienzi —, trata-se bem de vós...

Giannino não compreendia o que ele queria dizer com aquilo. Ficou ainda mais surpreso quando viu o imponente tribuno pôr um joelho em terra e inclinar-se até beijar-lhe o pé direito.

— Vós sois o rei da França — declarou Rienzi —, e é assim que todos vos irão tratar daqui por diante.

As luzes vacilaram em torno de Giannino.

Quando a casa em que se está jantando pacificamente desmorona de súbito porque a terra está deslizando, quando o navio no qual se adormeceu vai ter contra um recife em plena treva da noite, também não se compreende, no primeiro momento, o que está acontecendo.

Giannino Baglioni estava sentado num aposento do Capitólio, e o senhor de

Roma ajoelhava-se a seus pés e lhe afirmava que ele era o rei da França!

— Há nove anos, no mês de junho, a dama Maria de Cressay morreu...

— Minha mãe morreu? — exclamou Giannino.

— Sim, meu grandíssimo senhor... ou antes, aquela que acreditáveis ser vossa mãe. E, na antevéspera de sua morte, confessou-se...

Era a primeira vez que Giannino se ouvia chamar “grandíssimo senhor”, e ficou boquiaberto, mais estupefato ainda do que com o beija-pé.

Então, sentindo-se à beira da morte, Maria de Cressay tinha chamado um monge para junto de seu leito, um monge agostiniano do convento próximo, irmão Jordão de Espanha, e a ele se confessara.

O espírito de Giannino partia para suas mais antigas lembranças. Via o quarto de Cressay, e sua mãe, loura e bela... Morrerá havia nove anos, e ele não o sabia. Fez o cálculo: 1345... E eis que agora ela não era mais sua mãe.

A pedido da agonizante, o irmão Jordão tinha tomado por escrito aquela confissão, revelação que era de um extraordinário segredo de Estado, e de um crime não menos extraordinário.

— Eu vos mostrarei a confissão, assim como a carta do irmão Jordão.

Estou de posse de tudo isso — disse Cola de Rienzi.

O tribuno falou durante quatro horas inteiras. Não poderia gastar menos tempo, pois que se tratava de instruir Giannino sobre acontecimentos de quarenta anos atrás, que faziam parte da história do reino da França: a morte de Margarida de Borgonha, o novo casamento de Luís X com Clemência da Hungria.

— Meu pai fez parte da embaixada que foi buscar a rainha em Nápoles.

Contou-me várias vezes isso — disse Giannino. — Fazia parte do séquito de um certo conde de Bouville...

— Conde de Bouville, disseste? Tudo se confirma! Esse mesmo Bouville era curador do ventre da rainha Clemência, vossa mãe, nobilíssimo senhor, e foi buscar no convento, para amamentar-vos, a dama de Cressay, que acabava de dar à luz. Ela contou precisamente isso.

À medida que o tribuno falava, Giannino sentia que ia perder a razão.

Tudo se modificava: as sombras se aclaravam, o dia se fazia noite.

Freqüentemente obrigava Rienzi a voltar atrás, como quando se recomeça a operação de um cálculo demasiadamente complicado. Ele deixava de ser o irmão de leite de um rei da França morto no berço: fora o irmão de leite quem morrera. De uma só vez, ficava sabendo que seu pai não era seu pai, que sua mãe não era sua mãe, e que seu pai verdadeiro, um rei da França, tinha mandado assassinar sua primeira mulher e terminara também assassinado. Era a memória daquele homem que teria de venerar dali por diante?

— Sempre vos chamam João, não é verdade? A rainha vossa mãe vos deu esse nome por causa de uma promessa. João ou Giovanni, que faz Giovannino, ou Giannino... Sois João I, o Póstumo.

O Póstumo! Um nome sinistro, uma dessas palavras que cheiram a cemitério e que os toscanos não ouvem sem fazer figa com a mão esquerda.

Bruscamente, o conde Roberto d'Artois, a condessa Mafalda, aqueles nomes que pertenciam às grandes recordações de seu pai, não seu pai...

enfim, outro, Guccio Baglioni... surgiam na narrativa do tribuno, encarregados de papéis terríveis! A condessa Mafalda, que já envenenara o pai de Giannino, sim, o rei Luis!... tinha empreendido matar igualmente o recém-nascido.

— Mas o conde de Bouville, prudente, tinha feito trocar o filho da rainha pelo filho da ama, que, aliás, também se chamava João. Foi ele o assassinado e enterrado em Saint-Denis... o filho do comerciante sienense.

E Giannino se sentiu terrivelmente constrangido, porque não podia desabituarse de ser Giannino Baglioni, filho do comerciante sienense, e era como se lhe anunciassem que ele tinha morrido com cinco dias e que sua vida, dali por diante, fora irreal, que seu corpo, suas lembranças, sua própria família, não eram senão ilusões. Tornava-se o seu próprio fantasma. Um verdadeiro pesadelo, aquela noite no Capitólio!

— Ela me chamava às vezes: “Meu príncipezinho” — murmurou Giannino.

— Quem?

— Minha mãe... quero dizer... a dama de Cressay... quando estávamos sozinhos. Eu pensava que se tratasse de uma expressão que as mães francesas usam para seus filhos, e ela me beijava as mãos e punha-se a chorar... Oh! como as lembranças me ocorrem... E aquela pensão que o conde de Bouville lhe mandava, e que fazia os tios de Cressay, o barbudo e o outro, serem mais amáveis comigo nos dias em que a bolsa chegava...

Que fim teria levado toda aquela gente? A maior parte havia morrido, e havia muito tempo: Mafalda, Bouville, Roberto d'Artois... Os irmãos Cressay tinham sido armados cavaleiros na véspera da Batalha de Crécy, por causa de um trocadilho do rei Filipe VI.

— Já deviam ser bem velhos...

Mas então, se Maria de Cressay jamais tinha querido rever Guccio Baglioni, não era que o detestasse, como este último amargamente supunha, mas para manter o juramento que lhe haviam obrigado a pronunciar quase à força, quando lhe entregaram o pequeno rei salvo.

— Também receando represálias, tanto para ela própria como para o marido — explicou Cola de Rienzi. — Porque eles tinham sido casados secretamente, mas realmente, por um monge. Isso também ela revelou em sua confissão. E um dia Baglioni veio buscar-vos, quando tínheis nove anos.

— Ela jamais se tornou a casar?

— Jamais.

— Infeliz mulher. Que vida atroz...! Ele também nunca mais se casou.

Giannino ficou devaneando por um momento, exercitando-se em pensar na morte de Cressay, no morto da Campânia, como em pais adotivos.

Depois, de repente, pediu:

— Posso ver um espelho?

— Sem dúvida — disse o tribuno, ligeiramente surpreso. Bateu as mãos e deu uma ordem a um criado.

— Vi a rainha Clemência uma vez... precisamente quando fui levado de Cressay e passei alguns dias em Paris, na casa de tio Spinello. Meu pai.

adotivo, segundo dizeis sentia-se muito orgulhoso de a ter conhecido e levou-me para cumprimentá-la, a fim de que eu guardasse essa lembrança.

Ela me deu confeitos. Era muito bela... Então era ela minha mãe.

Sentiu a emoção subir-lhe ao peito. Meteu a mão sob a gola de sua veste e tirou um pequeno relicário pendurado a um cordãozinho de seda.

— Esta relíquia de São João foi ela quem me deu...

Procurava desesperadamente, relembrar os traços exatos do rosto da rainha, tanto quanto sua memória de criança pudera reter. Recordava-se de um gesto sobretudo: ela pousara-lhe sobre os cabelos a mão distraída... e ele não soubera que aquela era a mão materna. Estava toda vestida de branco como as rainhas viúvas. Morrera sem saber que seu único filho estava vivo—Ah! Aquela condessa Mafalda era uma criminosa bem grande não só por ter assassinado um inocente recém-nascido, mas por ter atirado no desamparo e na desgraça tantas existências!

A impressão de irrealidade agora desaparecera em Giannino para dar lugar a uma sensação de desdobração também angustiada. Era ele próprio e um outro, o filho do banqueiro sienense e o filho do rei da França.

E sua mulher, Francesca? De súbito, pensou nela. Com quem havia ela se casado? E seus próprios filhos? Então, eles descendiam de Hugo Capeto, de São Luís, de Filipe, o Belo...

— O papa João XXII deve ter tido algum conhecimento desse caso -

recomeçou Cola de Rienzi. — Contaram-me que certos cardeais entre os que o rodeavam sussurravam que ele duvidava de que o filho do rei Luís X

tivesse morrido. Simples presunção, pensava-se, como acontece às vezes. Ninguém acreditava verdadeiramente nisso até a confissão *In extremis* de vossa mãe adotiva, vossa ama, que fez o monge agostiniano prometer que vos procuraria a fim de vos contar a verdade. Toda a sua vida ela tinha, pelo silêncio, obedecido às ordens dos homens, mas no instante de comparecer diante de Deus, e como os que lhe haviam imposto aquele silêncio já não existiam, tendo morrido sem jamais libertá-la de sua promessa, ela queria livrar-se daquele segredo.

Fiel ao que prometera, o irmão Jordão de Espanha começara a procurar Giannino, mas a guerra e a peste o haviam impedido de passar além de Paris.

Os Tolomei não mais mantinham agências ali. O irmão Jordão não se sentia

com idade de empreender viagens longas.

— Entregou, pois, a confissão e a narrativa — continuou Rienzi — a um outro religioso de sua ordem, o irmão Antônio, homem de grande santidade, que fez muitas vezes a peregrinação a Roma e me veio ver em viagens precedentes. Foi esse irmão Antônio que, há dois meses, sentindo-se doente em Porto Venere, me contou tudo o que acabo de contar-vos, enviando-me os documentos e sua própria narrativa. Hesitei por um momento, confesso, em acreditar nessas coisas todas. Mas, refletindo melhor, elas me pareceram demasiado extraordinárias e fantásticas para terem sido inventadas: a imaginação humana não poderia ir até lá. É a verdade que nos surpreende, às vezes. Mandeí controlar as datas, recolher diversos indícios, e mandei procurar-vos. Mandeí-vos emissários, de início, que, não tendo levado mensagem escrita, não vos puderam convencer a vir ter comigo. Enfim, mandei-vos a carta graças à qual, meu grandíssimo senhor, vós vos encontrais aqui. Se quereis fazer valer vossos direitos sobre a coroa da França, estou pronto a ajudar-vos.

Trouxeram um espelho de prata. Giannino aproximou-se dos grandes candelabros e olhou-se 'longamente. Jamais gostara de seu rosto: aquela redondeza um tanto frouxa, aquele nariz reto, mas sem caráter, aqueles olhos azuis sob sobrancelhas muito pálidas, aquela cabeça de banqueiro ocupado com o comércio de lã, seria o rosto de um rei da França?

Entretanto, se se esforçasse em recordar a rainha Clemência da Hungria, não poderia negar que alguma semelhança existisse. A grande beleza feminina transmite freqüentemente aquela espécie de insipidez à descendência masculina. E o rei Luís X, que rosto possuía?

O tribuno pousou a mão no ombro do banqueiro.

— Também meu nascimento — disse ele gravemente — foi durante muito tempo envolvido em mistério singular. Cresci numa taverna desta cidade, e ali servi vinho aos carregadores. Só muito tarde vim a saber de quem era filho. Sua bela figura de imperador, onde apenas a narina direita fremia, abatera-se um pouco.

“Nós, Cola de Rienzi.”

Ao sair do Capitólio à hora em que os primeiros fulgores da aurora começavam a debruar com um traço acobreado as ruínas do Palatino, Giannino não voltara ao Campo dei Fiori para dormir. Uma guarda de honra, fornecida pelo tribuno, conduziu-o ao outro lado do Tibre, ao Castelo Santo Ângelo, onde um apartamento fora preparado para ele.

No dia seguinte, buscando a ajuda de Deus para acalmar a grande perturbação que o agitava, passou muitas horas em oração, numa igreja vizinha, depois voltou ao Castelo Santo Ângelo. Tinha pedido para ver seu amigo

Guidarelli, mas lhe pediram que não conversasse com ninguém antes de ver novamente o tribuno. Esperou, sozinho, até a noite, que o viessem buscar. Parecia que Cola de Rienzi só tratava de seus negócios à noite.

Giannino voltou, pois, ao Capitólio, onde o tribuno o rodeou de maiores considerações ainda do que na véspera e fechou-se novamente com ele.

Cola de Rienzi tinha seu plano de campanha, que expôs: dirigiria imediatamente cartas ao papa, ao imperador, a todos os soberanos da cristandade, convidando-os a enviar seus embaixadores para uma comunicação de grande importância, mas sem deixar perceber a natureza de tal comunicação. E quando todos os embaixadores se encontrassem em solene audiência, ele faria aparecer Giannino diante deles, revestido das insígnias reais, e o designaria como o verdadeiro rei da França... Se o nobilíssimo senhor estivesse de acordo, bem entendido.

Giannino era rei da França desde a véspera, mas banqueiro sienense havia vinte anos; e perguntava a si próprio qual poderia ser o interesse de Rienzi em tomar partido por ele, com uma impaciência, febricitante quase, que agitava o corpo todo do potentado. Por que, quando, depois da morte de Luís X, quatro reis se haviam sucedido no trono da França, queria ele abrir tal polêmica? Seria, simplesmente, como afirmava, para denunciar uma injustiça monstruosa e restabelecer um príncipe espoliado em seu direito? O

tribuno depressa revelou o fim que o impulsionava: — O verdadeiro rei da França poderia trazer de novo o papa a Roma.

Esses reis falsos têm papas falsos.

Rienzi via longe. A guerra entre a França e a Inglaterra, que começava a se fazer guerra de uma metade do Ocidente contra a outra, tinha, se não por origem, ao menos por fundamento jurídico, uma disputa sucessória e dinástica. Fazendo surgir o verdadeiro titular do trono da França, o herdeiro legítimo, os dois outros reis se veriam despojados de todas as suas pretensões. Os soberanos da Europa, pelo menos os soberanos pacíficos, reunir-se-iam em Roma, destituiriam o rei João II e devolveriam ao rei João I a sua coroa. E João I decidia a volta do Santo Padre para a Cidade Eterna.

Não haveria mais pretensões da corte da França sobre as terras imperiais da Itália, não haveria mais lutas de guelfos e gibelinos. A Itália, recuperando unidade, poderia aspirar a volta à sua grandeza de outrora. O papa e o rei da França, se assim o quisessem, poderiam, mesmo, fazer imperador o artesão dessa grandeza e dessa paz, Cola de Rienzi, filho de imperador, e não um imperador à alemã, um imperador à antiga! A mãe de Cola era do Trastevere, onde as sombras de Augusto, de Trajano, de Marco Aurélio, passeiam sempre, mesmo nas tavernas, e fomentam os sonhos...

No dia seguinte, 4 de outubro, durante uma terceira entrevista, essa em pleno dia, Rienzi entregava a Giannino, que dali por diante se chamaria Giovanni di

Francia, todos os documentos de seu extraordinário arquivo: a confissão da falsa mãe, a narrativa do irmão Jordão de Espanha, a carta do irmão Antônio. Enfim, tendo chamado um de seus secretários, começou a ditar o documento que tudo autenticava:

— “Nós, Cola de Rienzi, cavaleiro pela graça da Sé apostólica, senador ilustre da Cidade Santa, juiz, capitão e tribuno do povo romano, examinamos bem os documentos que nos foram entregues pelo irmão Antônio, e demos-lhes crédito, tanto mais que, depois de tudo quanto vimos e ouvimos, sabemos ter sido pela vontade de Deus que o reino da França foi presa, durante longos anos, tanto da guerra como de pragas de toda espécie, coisas que Deus permitiu, nós o cremos, como expiação de fraude cometida em relação a esse homem, e que o fez viver tanto tempo na humilhação e na pobreza...”

O tribuno parecia mais nervoso do que na véspera: parava de ditar a cada ruído não familiar que lhe chegasse aos ouvidos, e a cada vez que se fazia silêncio. Seus grandes olhos se dirigiam freqüentemente para as janelas abertas: dir-se-ia que espiava a cidade.

— “Giannino se apresentou diante de nós, a nosso convite, quinta-feira, dia 2 de outubro. Antes de lhe falar sobre o que lhe tínhamos a dizer, perguntamos-lhe quem era, qual a sua condição, seu nome, o de seu pai e todas as coisas que com ele se relacionavam. Diante do que nos respondeu, vimos que suas palavras concordavam com o que dizia a carta do irmão Antônio. Vendo isso, respeitosamente lhe revelamos tudo quanto tínhamos sabido. Mas como sabemos que se prepara em Roma um movimento contra nós...”

Giannino teve um sobressalto. Como! Cola de Rienzi, tão poderoso que falava de enviar embaixadores ao papa e a todos os príncipes do mundo, temia... Levantou os olhos para o tribuno, que confirmou sua suspeita baixando lentamente as pálpebras sobre seus olhos claros. Sua narina direita f remia.

— Os Colona — disse sombriamente. E recomeçou a ditar: “...como tememos perecer antes de lhe ter dado algum apoio ou algum meio de recuperar seu reino, fizemos copiar todas as cartas e lhas entregamos em mãos próprias, no sábado, 4 de outubro de 1354, tendo-as selado com o nosso sinete marcado com a estrela grande cercada de oito estrelas pequenas, com o pequeno círculo ao centro, assim como as armas da Santa Igreja e do povo romano, para que as verdades que elas contém recebam, assim, uma garantia maior, e para que sejam conhecidas de todos os fiéis. Possa Nosso Muito Piedoso e Muito Gracioso Senhor Jesus Cristo conceder-nos vida bastante longa para que nos seja dado ver triunfar uma causa tão justa.

Amém! Amém!”

Quando o documento ficou pronto, Rienzi aproximou-se da janela aberta, levando João I pelos ombros, num gesto quase paternal, e mostrou-lhe, cem pés abaixo, a grande desordem de ruínas do antigo Fórum, os arcos de triunfo e os

templos desmoronados. O sol, que se punha, tingia de ouro-rosado aquela jazida fabulosa, onde vândalos e papas se tinham provido de mármore durante perto de dez séculos, e que ainda não estava esgotada. Do Templo de Júpiter, via-se a Casa das Vestais, o loureiro que crescia no Templo de Vênus...

— Ali — disse o tribuno, designando o local da antiga Cúria romana —, ali César foi assassinado... Quereis prestar-me um grande serviço, meu nobre senhor? Ninguém vos conhece ainda, ninguém sabe quem sois, e podeis caminhar em paz, como simples burguês de Siena. Quero ajudar-vos com o meu poder, mas para isso preciso estar vivo. Sei que se trama contra mim uma conspiração. Sei que meus inimigos desejam pôr termo à minha vida.

Sei que vigiam os mensageiros que envio para fora de Roma. Parti para Montefiascone, ide procurar de minha parte o cardeal Albornoz, e dizei-lhe que me envie tropas com a maior urgência.

Em que aventura se encontrava Giannino metido, havia algumas horas?

Reivindicar o trono da França! E mal era príncipe pretendente, partir com o emissário do tribuno a fim de conseguir-lhe socorros! Ele a nada dissera sim, e a nada poderia dizer não.

No dia seguinte, dia 5 de outubro, depois de uma corrida de doze horas, chegava àquele mesmo Montefiascone que atravessara cinco dias antes, falando tanto mal da França e dos franceses. Falou com o cardeal Albornoz, que imediatamente decidiu marchar sobre Roma com os soldados de que dispunha: mas já era tarde. Na segunda-feira, 7 de outubro, Cola de Rienzi era assassinado.

O rei póstumo

E Giovanni di Francia voltou a Siena, ali retomou seu comércio de banco e de lãs, e, durante dois anos, manteve-se açoitado. Simplesmente olhava-se com freqüência aos espelhos. Não adormecia sem pensar que era filho da rainha Clemência da Hungria e parente dos soberanos de Nápoles, bisneto de São Luís. Mas não tinha imensa audácia de coração: não se sai bruscamente de Siena, aos quarenta anos, para gritar: “Eu sou o rei da França”, sem se arriscar a ser tomado por louco. O assassinio de Cola de Rienzi, seu protetor de três dias, fizera-o refletir seriamente nisso. Além disso, que iria ele encontrar?

Todavia, não guardava tão bem seu segredo a ponto de não ter dito algo à sua esposa Francesca, curiosa como todas as mulheres, e a seu amigo Guidarelli, curioso como todos os tabeliães, e sobretudo ao seu confessor, frei Bartolomeu, da Ordem dos Frades Pregadores.

Frei Bartolomeu era um frade italiano, entusiasta e tagarela, que já se via defensor do rei. Assim que Giannino lhe mostrou todos os documentos que lhe tinham sido entregues por Rienzi, começou a falar na cidade. E os sienenses depressa começaram a cochichar sobre o milagre: o legítimo rei da França

estava entre seus concidadãos! Aglomeravam-se diante do Palácio Tolomei; quando vinham encomendar lãs a Giannino, curvavam-se profundamente e sentiam-se honrados assinando-lhe uma letra de câmbio.

Apontavam-no quando ele andava pelas pequenas ruas. Os viajantes de negócios que haviam estado na França garantiam que ele tinha de fato o rosto dos príncipes daquele lugar, louro, de faces largas, sobrancelhas um pouco afastadas.

E eis os comerciantes sienenses espalhando a novidade junto a seus correspondentes em todas as agências da Europa. E eis que se descobre que o irmão Jordão e o irmão Antônio, os agostinianos que todos imaginavam mortos, tanto se haviam dado, em suas cartas, por doentes e velhos, estavam ainda bem vivos, e se preparavam para partir em peregrinação à Terra Santa.

E eis que os dois monges escrevem ao Conselho da República de Siena, para confirmar todas as suas declarações anteriores: o irmão Jordão escreveu mesmo a Giannino, falando-lhe nas desgraças da França e exortando-o a encher-se de coragem!

As desgraças, com efeito, eram grandes. O rei João II, “o falso rei”, como agora diziam os sienenses, tinha dado a prova completa do seu gênio numa grande batalha que se ferira a oeste do reino, do lado de Poitiers.

Porque seu pai Filipe VI fora derrotado em Crécy por tropas da infantaria, ele inventou de mandar desmontar seus cavaleiros, mas sem fazer retirar as armaduras. Lançou-os, assim, a um assalto contra o inimigo que os esperava no alto de uma colina. Tinham sido recortados em suas couraças cinzentas como lagostas cruas.

O filho mais velho do rei, Carlos — que chamavam delfim porque a casa da França resgatara, para o fim do reinado precedente, o Delfinado ao conde do Viennois —, o delfim Carlos, pois que comandava um corpo de batalha, se afastara do combate, por ordem do pai, assegurava-se, mas com bastante urgência de executar tal ordem. Contava-se, também, que o delfim tinha as mãos inchadas, por isso não podia sustentar por muito tempo uma espada.

Sua prudência, fosse como fosse, havia salvado alguns cavaleiros para a França, enquanto João II, isolado com seu último filho, Filipe, que lhe gritava: “Pai, cuidado à direita, pai, cuidado à esquerda!”, quando tinha de se cuidar de um exército inteiro, terminava por se render a um cavaleiro picardo que passara ao serviço dos ingleses.

Presentemente, Valois era um prisioneiro do rei Eduardo III. Não tinham exigido, como preço do seu resgate, a soma fabulosa de um milhão de florins? Ah! Não deviam contar com os banqueiros sienenses.

Comentavam-se todas essas notícias, com muita animação, numa manhã de outubro de 1356, diante da prefeitura de Siena, na bela praça em anfiteatro, rodeada de palácios ocre e cor-de-rosa. Discutiam-se os casos, fazendo grandes gestos, que assustavam os pombos, quando, de repente, frei Bartolomeu

apareceu, com seu hábito branco, e encaminhou-se para o grupo mais numeroso, e, justificando a fama de frade pregador, começou a falar como se estivesse no púlpito.

— Vamos ver finalmente quem é esse rei prisioneiro e quais são seus títulos à coroa de São Luís! O momento da justiça chegou; as calamidades que pesam sobre a França há vinte e cinco anos não são senão o castigo de uma infâmia, e João de Valois não passa de um usurpador... *Usurpatore, usurpatore!* — urrava frei Bartolomeu diante da multidão que aumentava. — Ele não tem nenhum direito ao trono que ocupa. O verdadeiro, o legítimo rei da França encontra-se em Siena, e todo mundo o conhece: chamam-no Giannino Baglioni...

Seu dedo indicava, por cima dos telhados, a direção do Palácio Tolomei.

—... acreditam que ele seja o filho de Guccio, filho de Mino. Mas, em verdade, nasceu na França, do rei Luís e da rainha Clemência da Hungria!

A cidade foi posta por aquele frade em tal estado de emoção, que o Conselho da República se reuniu imediatamente na prefeitura, pediu a frei Bartolomeu que apresentasse os documentos, examinou-os, e depois de grande deliberação resolveu reconhecer Giannino como rei da França. Iam ajudá-lo a recuperar seu reino. Iam nomear um conselho de seis entre os concidadãos mais sensatos e os mais ricos, para zelar pelos interesses dele, e informar ao papa, ao imperador, aos soberanos, ao Parlamento, e a Paris, que existia um filho de Luís X, desapossado, mas legítimo. E, antes de mais nada, votavam para ele uma guarda de honra e uma pensão.

Assustado com aquela agitação, Giannino começou por tudo recusar.

Mas o conselho insistia: o conselho brandia diante dele seus próprios documentos, e exigia que o homem se convencesse. Ele terminou por contar suas entrevistas com Cola de Rienzi, cuja morte continuava a obcecá-lo, e então o entusiasmo não conheceu limites. Os mais nobres dentre os sienenses disputavam-se a honra de pertencer à sua guarda, e teriam até mesmo chegado a bater-se pelas ruas, como no dia do Palio.

Aquela agitação durou um mês, durante o qual Giannino percorreu sua cidade num estilo principesco. Sua esposa não sabia bem que atitude tomar, e perguntava a si própria se, simples burguesa que era, poderia ser ungida em Reims. Quanto aos filhos, andavam vestidos a semana inteira com seus trajes de festa. O primogênito do primeiro casamento, Gabriele, deveria ser considerado herdeiro do trono? Gabriele I, rei da França... aquilo soava estranhamente. Ou então (e a pobre Francesca Agazzano tremia ao pensar nisso) o papa não seria forçado a anular um casamento tão pouco de acordo com a augusta pessoa do esposo, a fim de permitir que ele contraísse novas núpcias com uma filha de rei?

Negociantes e banqueiros foram depressa acalmados pelos seus correspondentes, que lhes fizeram ver que os negócios iam suficientemente mal na França, que os italianos já tinham bastante trabalho para manter ali seus

estabelecimentos, e na Inglaterra também, para que ainda fossem inventar um rei! Os Bardi de Florença bem pouco se importavam com o fato de que aquele soberano legítimo fosse sienense! A França tinha um rei Valois, que vivia em Londres, em cativo dourado, no Palácio de Savóia, sobre o Tâmis, com toda a sua casa e se consolando, junto dos jovens escudeiros, do assassinio de seu caro La Cerda. A França tinha um rei inglês que reclamava para si o reconhecimento da coroa. E agora um novo rei de Navarra, neto de Margarida de Borgonha, sobrinho de Giannino, afinal, que já chamavam Carlos, o Mau, também reivindicava o trono. E todos estavam endividados junto aos bancos italianos... Ah! Os sienenses estavam bem arranjados, com o seu pedido de apoio às pretensões de seu Giannino!

O Conselho da República não enviou carta alguma aos soberanos, embaixador algum ao papa, representação alguma ao Parlamento de Paris. E depressa retiraram a Giannino sua pensão e sua guarda de honra.

Mas agora era ele, arrastado quase contra a sua vontade àquela aventura, quem queria continuá-la. Sua honra estava em jogo, e a ambição nascera-lhe tardiamente. Não admitia mais que não levassem em consideração que ele tivesse sido recebido no Capitólio, que tivesse dormido no Castelo Santo Ângelo e marchado sobre Roma na companhia de um cardeal. Passeara durante um mês com guarda de honra. Não suportaria, também, que sussurrassem, ao domingo, quando ele entrasse no Duomo, do qual tinham terminado a bela fachada branca e preta: “Sabem? Esse é aquele que pretendia ser rei da França!” Já que tinham resolvido que ele era o rei, continuaria a sê-lo. E, sozinho, escreveu ao papa Inocêncio VI, que sucedera em 1352, a Pedro Roger; escreveu ao rei da Inglaterra, ao rei de Navarra, ao rei da Hungria, enviando-lhes cópias de seus documentos e pedindo-lhes assistência. A empresa teria ficado por ali se o rei da Hungria, único de toda a parentela, não tivesse respondido. Era sobrinho direto da rainha Clemência: em sua carta outorgava a Giannino o título de rei e o felicitava pelo seu nascimento!

Então, no dia 2 de outubro de 1357, exatamente três anos depois de sua primeira entrevista com Cola de Rienzi, Giannino, levando consigo toda a sua papelada, duzentos e cinqüenta escudos de ouro e dois mil e seiscentos ducados cosidos em suas vestes, partiu para Buda, acompanhado de quatro escudeiros que tinham fé em sua sorte, a fim de se reunir àquele primo distante que aceitava reconhecê-lo.

Mas quando Giannino chegou a Buda, dois meses mais tarde, Luís da Hungria ali não estava, e só voltou em março. Durante todo o inverno Giannino esperou, gastando seus ducados. Descobriu ali um sienense, Francesco dei Contado, que se tinha tornado bispo.

Enfim, o primo da Hungria voltou à sua capital, mas não recebeu Giovanni di Francia. Mandou-o interrogar por vários de seus fidalgos que de início se

declararam convencidos de sua legitimidade, e depois, passados oito dias, voltaram atrás, afirmando que a história dele não passava de uma impostura. Giannino protestou, recusando-se a deixar a Hungria. Constituiu para si um conselho, presidido pelo bispo sienense, e chegou mesmo a recrutar, entre a imaginativa nobreza húngara, sempre disposta às aventuras, cinqüenta e seis gentis-homens que se comprometeram a segui-lo com mil cavaleiros e quatro mil archeiros, levando sua cega generosidade até a se oferecerem para servi-lo à sua própria custa, por tanto tempo quanto transcorresse até que Giannino estivesse em condições de recompensá-los.

Ainda assim seria preciso, para se equipar e partir, a autorização do rei da Hungria. Este, que se fazia chamar “o Grande”, mas não parecia brilhar pelo rigor do julgamento, quis reexaminar ele mesmo os documentos de Giannino, julgou-os autênticos, e proclamou que ia ajudá-lo a conquistar seu trono; depois, na semana seguinte, anunciou que, tendo refletido melhor, renunciava àquele projeto.

Entretanto, no dia 15 de maio de 1359, o bispo Francesco dei Contado remetia ao pretendente uma carta datada do mesmo dia, selada com o selo da Hungria, na qual Luís, o Grande, “enfim iluminado pelo sol da verdade”, certificava que o senhor Giannino di Guccio, criado na cidade de Siena, era descendente da família real de seus antepassados, e filho do rei Luís de França e da rainha Clemência da Hungria, de feliz memória. A carta confirmava igualmente que a divina Providência, servindo-se do auxílio da ama real, tinha querido que uma troca substituísse o pequeno príncipe por outra criança, cuja morte lhe salvara a vida, “assim como outrora a Virgem Maria, fugindo para o Egito, salvara seu filho, fazendo crer que ele não mais vivia...”

Todavia, o bispo Francesco aconselhava o pretendente a partir o mais depressa possível, antes que o rei da Hungria voltasse atrás de sua decisão, tanto mais que não se estava absolutamente certo de que a carta tivesse sido ditada por ele, nem o selo apostado por sua ordem...

No dia seguinte, Giannino deixava Buda, sem ter tido tempo de reunir todas as tropas que se haviam oferecido para seu serviço, mas, ainda assim, com um séquito bastante belo para um príncipe que tinha tão poucas terras.

Giovanni di Francia foi, então, a Veneza, onde mandou fazer roupas reais, depois a Treviso, a Pádua, a Ferrara, a Bolonha, e, enfim, voltou a Siena, depois de uma viagem de dezesseis meses, para se apresentar às eleições do Conselho da República.

Ora, embora seu nome fosse o terceiro na votação, o conselho invalidou sua eleição, justamente por ser ele o filho de Luís X, justamente por ser reconhecido como tal pelo rei da Hungria, justamente porque ele não era da cidade. E tiraram-lhe a cidadania sienense.

Passou pela Toscana o grande senescal do reino de Nápoles, que ia para

Avignon. Giannino apressou-se a ir ao encontro dele: Nápoles não era o berço de sua família materna? O senescal, prudente, aconselhou-o a procurar o papa.

Sem escolta dessa vez, já que os nobres húngaros se haviam cansado, chegou na primavera de 1360 à cidade papal, em simples hábito de peregrino. Inocêncio VI recusou-se obstinadamente a recebê-lo. O Santo Padre já tinha aborrecimentos bastantes do lado da França, para pensar em João, o Póstumo.

João II, o Bom, continuava prisioneiro. Paris fora ensangüentada pelos motins, nos quais o preboste dos comerciantes, Estêvão Mareei, terminara assassinado depois de sua tentativa de estabelecer um poder popular. O

motim grassava também nos campos, onde a miséria sublevava aqueles a quem davam o nome de “Tiago”. Matava-se por toda parte, não se sabia mais quem era amigo ou inimigo. O delfim das mãos inchadas, sem tropas e sem finanças, lutava contra ingleses, lutava contra a gente de Navarra, lutava contra os próprios parisienses, ajudado pelo bretão Du Guesclín, ao qual entregara a espada que não podia segurar, e procurava reunir dinheiro para o resgate de seu pai.

A confusão era total entre facções igualmente exaustas. Companhias, que se diziam de soldados, mas eram apenas de bandidos às ordens de aventureiros, tornavam as estradas perigosas, pilhavam os viajantes, matavam por vocação para o assassinio.

A moradia em Avignon tornava-se, para o chefe da Igreja, tão pouco segura quanto a de Roma, apesar dos Colona. Era preciso tratar, e tratar o mais depressa possível, de impor a paz àqueles combatentes exaustos, e fazer com que o rei da Inglaterra renunciasse à coroa da França, mesmo que guardasse, por direito de conquista, a metade do país. Que queria, pois, que fizessem por ele, esse peregrino que pretendia ser rei da França?

Então, Giannino errou, procurando apoios, pedindo subsídios, tentando interessar em sua história os que tinham uma hora a perder entre dois picheis de vinho, a uma mesa de albergue, atribuindo influência a pessoas que não a possuíam, reunindo-se a intrigantes, a gente de má sorte, aos soldados aventureiros das grandes companhias, aos chefes de bando ingleses que, tendo chegado ali, assaltavam a Provença. Dizia-se que ele estava louco, e, realmente, louco ele se tornava.

Os notáveis de Aix prenderam-no em sua cidade, onde ele espalhava a agitação, num dia de janeiro de 1361. Não sabendo o que fazer dele, mandaram-no para o preboste de Marselha, que o encerrou na prisão. Ele evadiu-se ao cabo de oito meses, para ser imediatamente apanhado, e já que tanto blasonava de sua família de Nápoles, já que afirmava com tanta força ser filho da senhora Clemência da Hungria, o preboste enviou-o para Nápoles.

Negociava-se exatamente naquele momento o casamento da rainha Joana, herdeira de Roberto, o Astrólogo, com o último filho de João II. Este, mal

chegado de seu alegre cativo, mal tendo o delfim concluído a paz de Brétigny, corria para Avignon, onde Inocêncio VI acabava de morrer. E o rei João II propunha ao novo pontífice, Urbano V, um projeto magnífico: a famosa cruzada que nem seu pai nem seu avô tinham conseguido fazer partir!

Em Nápoles, João I, o Póstumo, foi encerrado no Castelo de l'Oeuf. Pelo respiradouro de sua masmorra, podia ver o Castelnuovo, o Maschio Angioino, de onde sua mãe partira, feliz, quarenta e seis anos antes, para se fazer rainha da França.

Foi ali que ele morreu, naquele mesmo ano, tendo sofrido, e pelos caminhos mais sinuosos e mais estranhos, a sorte que se encarniçava sobre os reis malditos.

Quando Tiago de Molay, do alto de sua fogueira, tinha lançado seu anátema, teria sido instruído, pelas ciências divinatórias, cujo uso os templários conheciam, quanto ao porvir a que estavam destinados Filipe, o Belo, e sua raça? Ou a fumaça entre a qual morria tinha aberto ao seu espírito uma visão profética?

Os povos carregam o peso das maldições por mais tempo do que os príncipes que a ocasionaram.

Da descendência masculina de Filipe, o Belo, ninguém escapara ao destino trágico, ninguém sobrevivera, a não ser o rei Eduardo III da Inglaterra, que jamais reinaria sobre a França.

Mas o povo, esse iria sofrer por muito tempo. Seriam necessários ainda um rei sensato, um rei louco, um rei fraco, e setenta anos de calamidades, para que uma segunda fogueira, acesa na outra extremidade do Sena, e com a finalidade de castigar uma jovem da França por ter amado demais seu país, dissipasse, enfim, com sua fumaça, como em resposta à fogueira da ilha da Cite, a maldição do grão-mestre.

Roma, 1949

Paris, 1954-1960

Notas históricas

1 A Igreja nunca impôs legislação fixa ou uniforme para o ritual do casamento; ao contrário, contentou-se com ratificar os usos particulares.

A diversidade dos ritos e a tolerância da Igreja quanto a eles repousa no fato de que o casamento é, por essência, um contrato entre indivíduos e um sacramento do qual os contratantes são, um em relação ao outro, mutuamente os ministros. A presença do padre, e mesmo de testemunhas, não era absolutamente exigida pelas Igrejas cristãs primitivas.

A bênção tornou-se obrigatória apenas a partir de um decreto de Carlos Magno. Até a reforma do Concílio de Trento, no século XVI, o noivado, pela sua característica de compromisso, tinha quase tanta importância quanto o próprio

casamento.

Cada região tinha seus usos particulares, que podiam variar de uma diocese para outra. Assim, o rito de Hereford era diferente do rito de York

Mas, de uma forma geral, a troca de promessas, constituindo o sacramento propriamente dito, tinha lugar em público, no exterior da igreja. O rei Eduardo I desposou assim Margarida de França, em setembro de 1299, à porta da Catedral de Canterbury. A obrigação existente em nossos dias de manter abertas as portas da igreja durante a cerimônia do casamento, e cuja não observância pode constituir motivo de anulação, é uma sobrevivência precisa daquela tradição.

O rito nupcial da arquidiocese de York apresentava certas analogias com o de Reims, em particular no que se referia à aplicação sucessiva do anel nos quatro dedos (como se verá nas próximas páginas deste capítulo), mas em Reims o gesto era acompanhado pela fórmula: “Por este anel a Igreja ordena

Que nossos dois corações em um se unam,
Por verdadeiro amor, fé leal;
Portanto eu o ponho neste dedo”.

2 Joana d'Evreux, terceira esposa de Carlos IV. Recorde-se que depois da anulação de seu casamento com Branca de Borgonha (ver nosso volume precedente: *A Loba de França*), Carlos IV esposava sucessivamente Maria de Luxemburgo, morta de parto, depois Joana d'Evreux. Esta última era sobrinha de Filipe, o Belo, por seu pai, Luís de França, conde d'Evreux, e igualmente sobrinha de Roberto d'Artois, por sua mãe, Margarida d'Artois, irmã de Roberto.

3 A passagem do condado da Marca para o primeiro duque de Bourbon era o resultado de uma troca efetuada no fim de 1327, tendo Carlos IV entregado o feudo, que constituía anteriormente seu apanágio, ao duque Luís, contra o condado de Clermont de Beauvais, herdado de seu pai, Roberto de Clermont.

4 Aquele ano de 1328 foi para Mafalda um ano de doenças. As contas de sua casa nos dizem que ela precisou fazer-se sangrar no segundo dia depois desse conselho, 6 de fevereiro de 1328, e ainda no dia 9 de maio, no dia 18 de setembro e no dia 19 de outubro.

5 *Um chapéu de ouro*: termo empregado na Idade Média com a acepção de coroa.

6 Pedro Roger, anteriormente abade de Fécamp, fizera parte da comissão encarregada das negociações entre a corte de Paris e a corte de Londres, antes da homenagem de Amiens. Foi nomeado para a diocese de Arras, no dia 3 de

dezembro de 1328, substituindo Teodorico d'Hirson; depois foi, sucessivamente, arcebispo de Sens, arcebispo de Rouen — onde, como se verá mais adiante, pregou a cruzada de Filipe VI — e, enfim, eleito papa em 1324, com a morte de Bento XII, reinou sob o nome de Clemente VI.

7 Até o século XVI, os grandes espelhos onde se pode ver o corpo inteiro não existiam. Não se dispunha senão de espelhos de pequenas dimensões, destinados a serem pendurados ou colocados sobre móveis, ou, ainda, espelhos de bolso. Eram de metal polido, como os da Antigüidade, ou, e somente depois do século VIII, constituídos por uma placa de vidro atrás do qual uma folha de estanho era aplicada com cola transparente. A estanhadura do espelho com uma amálgama de mercúrio e estanho só foi inventada no século XVI.

8 Esse edifício da Malmaison, de dimensões palacianas, deveria tornar-se, mais tarde, a Câmara Municipal de Amiens.

9 Chamam-se “*hortillonnages*” as culturas de hortas que se praticavam, e continuam a praticar-se, num amplo vale pantanoso do Somme, preparado segundo um processo e um aspecto bastante particulares para a horticultura.

Esses jardins, que são criados artificialmente, elevando o solo com o auxílio do lodo dragado no fundo do vale, são recortados de canais que drenam a água do subsolo e nos quais os hortelãos, ou “*hortillons*”, movimentam-se em compridas barcas pretas e chatas, tocadas com vara, e que os levam até o Mercado da Água, em Amiens.

As *hortillonnages* cobrem um território de quase trezentos hectares. A origem latina do nome (*hortus*, “jardim”) leva a supor que essas culturas datam da colonização romana.

10 Chamavam-se “príncipes da flor-de-lis” todos os membros da família real dos capetões porque suas armas eram constituídas por um *semé de France* (azul semeado de flores-de-lis douradas), com uma orla que variava conforme seus apanágios e feudos.

11 Guilherme de La Planche, bailio de Béthune, depois de Calais, estava na prisão pela execução precipitada de um certo Tassard, o Cão, que ele, por sua própria autoridade, condenara a ser arrastado e enforcado.

A Divion fora vê-lo na prisão e lhe havia prometido que, se testemunhasse no sentido que ela indicava, o conde d'Artois o livraria daquela situação, fazendo com que Mille de Noyers interferisse. Guilherme de La Planche, quando do contra-inquérito, retratou-se e declarou que só havia deposto “por medo de ameaças e pela dúvida de se conservar muito tempo na prisão, e ali morrer, se

recusasse obedecer a monseigneur Roberto, que era tão grande, tão poderoso e tão próximo estava do rei”.

12 Mesquinha (do valão “*eskène*” ou “*méquène*” em Hainaut, ou, ainda, em provençal, “*mesquin*”), que significa fraco, pobre, insignificante, miserável, era o qualificativo geralmente aplicado aos criados.

13 Em junho de 1320, Mafalda tinha contratado com Pedro de Bruxelas, pintor que morava em Paris, a decoração, com afrescos, da grande galeria de seu castelo de Conflans, situado na confluência do Marne e do Sena. O contrato indicava precisamente os assuntos dos afrescos — retratos do conde Roberto II e seus cavaleiros, em batalhas de terra e mar —, as vestes que deveriam usar as personagens, as cores e a qualidade dos materiais usados. As pinturas foram acabadas no dia 26 de julho de 1320.

14 Essas práticas de feitiçaria, cuja origem remonta à alta Idade Média, eram ainda utilizadas no tempo de Carlos IX e mesmo sob Luís XIV. A pasta conjuratória, cuja horrenda composição transcrevemos, foi fabricada durante uma missa negra celebrada sobre o ventre da Montespan.

As receitas dos filtros de amor que se lerão mais adiante foram extraídas das coleções do Pequeno e do Grande Alberto.

15 Fazemos lembrar que depois de um aprisionamento de onze anos em Château-Gaillard, Branca de Borgonha foi transferida para o Castelo de Gouray, junto de Coutances, para tomar enfim o véu na Abadia de Maubuisson, onde morreu, em 1326. Mafalda, sua mãe, também devia ser enterrada em Maubuisson. Só mais tarde seus despojos foram transferidos para Saint-Denis, onde ainda se encontra sua estátua jacente, a única, ao que nos conta, que é feita de mármore preto.

16 Da Candelária de 1329 até o dia 23 de outubro, Mafalda parece ter gozado excelente saúde e não ter precisado, senão muito pouco, de seus médicos habituais. Do dia 23 de outubro, data de sua entrevista com Filipe VI, em Maubuisson, até o dia 26 de novembro, véspera de sua morte, é possível seguir quase dia a dia a evolução de sua doença, mercê dos pagamentos feitos pelo seu tesoureiro aos boticários, médicos, barbeiros, ervanários e merceeiros, por seus cuidados e fornecimentos.

17 O corpo de Edmundo de Kent foi sepultado, por decisão de Eduardo III, na igreja londrina dos dominicanos, cuja ordem não escondia sua hostilidade ao governo de Mortimer.

18 O primeiro dos doze filhos de Eduardo III e Filipa de Hainaut, Eduardo de Woodstock príncipe de Gales, é o que foi chamado Príncipe Negro, por causa da cor de sua armadura.

Ele deveria ganhar a Batalha de Poitiers sobre o filho de Filipe VI, João II, fazendo prisioneiro este último.

No curso de uma existência de grande chefe guerreiro, viveu principalmente no continente, e foi uma das personagens dominantes do início da Guerra dos Cem Anos. Morreu um ano antes de seu pai, em 1376.

19 *Keep*: nome inglês do torreão existente nos castelos da época normanda. Lembramos (ver nosso volume precedente: *A Loba de França*) que o *keep* apresenta a particularidade de comportar em seu centro um pátio a céu aberto.

20 O texto original do julgamento de Rogério Mortimer foi redigido em francês.

21 As Common Gallows de Londres (o Montfaucon dos ingleses), onde era executada a maioria dos condenados de direito comum, estavam situadas à orla dos bosques do Hyde Park, no local chamado Tyburn, que ficava aproximadamente na localização atual de Marble Arch. Aquele patíbulo foi utilizado até meados do século XVIII.

22 Essas vestes, tapeçarias, etc, figuram no inventário de arrecadação que deveria ser feito alguns anos mais tarde.

23 Watriquet Brasseniex, chamado de Couvin — segundo nome de sua aldeia de origem, situada em Hainaut, perto de Namur — menestrel ligado às grandes casas da família Valois, adquiriu celebridade real pelos seus lais, compostos entre 1319 e 1329. Suas obras foram conservadas em bonitos manuscritos com iluminuras, executados, sob sua direção, pelas princesas de seu tempo.

24 Como já assinalamos, o ano oficial começava na Páscoa (estilo de Páscoa), mas a festa do Ano-Novo se celebrava tradicionalmente no dia 1.º de janeiro, dia em que se trocam presentes e cumprimentos.

25 O número de servidores do palácio, nobres ou não, as librés do rei, como os chamavam, cresceu de maneira espantosa sob Filipe VI. Ao que parece, para cada emprego no tempo de Filipe, o Belo, houve três ou quatro sob os primeiros Valois. Destacam-se, apenas entre os funcionários ligados às pessoas do rei, isto é, o equivalente ao moderno secretariado particular, ou gabinete, os nomes de: Roberto Mulet, senhor de Ia Bruyère, Roberto le Coq, Tiago Ia Vache, Hugo de

Pommard, Simão de Bucy, Pedro des Essarts, Godofredo de Fleury ... e a lista está longe de ser limitativa.

O mesmo acontece quanto a camareiros, criados trinchadores ou criados serventes, onde se encontram: Miguel de Recourt, Roberto Frétard, Trouillard d'Usages, Vidama do Mans, Teobaldo de Mathefelon, João de Beaumont, Hérouart de Belleperche, Pedro Trousseau, João d'Andressell, e muitos outros ainda.

Muitas dessas personagens, aliás, ao mesmo tempo que mantinham sua função junto do rei, exerciam cargos administrativos, fosse no conselho, fosse no Parlamento, fosse na Câmara dos Dinheiros ou, ainda, na chancelaria.

Os funcionários eram gente da Igreja, tendo muitas vezes, aliás, escolhido esse caminho menos por vocação do que para adquirir a formação necessária com esses empregos.

26 A rainha Joana, a Coxa, era contumaz no caso, e quando se punha a detestar um dos amigos, conselheiros, ou servidores de seu esposo, usava dos piores meios para aplacar seu ódio.

Assim, querendo desembaraçar-se do marechal Roberto Bertrand, chamado Cavaleiro do Leão Verde, dirigiu ao preboste de Paris uma carta “do rei”, ordenando-lhe que prendesse o marechal por traição e o mandasse enforcar imediatamente no cadafalso de Montfaucon. Tinha selado aquela carta com o selo secreto de seu esposo, furtado a este último enquanto ele dormia. O preboste era amigo íntimo do marechal: aquela ordem súbita, que não fora precedida por nenhuma ação da justiça, deixou-o estupefato. Em vez de conduzir Roberto Bertrand a Montfaucon, levou-o urgentemente à presença do rei, que lhe fez o melhor acolhimento, abraçando o marechal, e nada entendendo da emoção que manifestavam aqueles seus dois visitantes.

Quando lhe mostraram a ordem de prisão, o rei reconheceu, imediatamente, que tal ordem vinha de sua mulher, e fechou-a, diz o cronista, num quarto, onde lhe bateu com um bastão, e de tal forma “que por pouco não a matou”.

Também o bispo João de Marigny quase foi vítima das manobras criminosas da Coxa. Ele lhe desagradara e não sabia. Ao voltar de uma missão na Guyenne, a rainha fingiu acolhê-lo com grandes efusões de amizade, e, para descansá-lo, mandou preparar-lhe um banho no palácio. De início o bispo recusou, não vendo tão urgente necessidade daquilo, mas a rainha insiste, dizendo-lhe que seu filho João, o duque da Normandia (futuro João II), vai igualmente banhar-se. E ela o acompanha à casa de banhos. Os dois banhos estão prontos. O duque da Normandia, por engano ou indiferença, dirige-se para o banho destinado ao bispo, e está para entrar nele quando sua mãe, bruscamente, o detém, com sinais de desespero. Há surpresa, e João da Normandia, que era muito amigo de Marigny, desconfia de uma armadilha, toma um cão que por ali rodava, e atira-o

na cuba. O cão morre imediatamente. Quando lhe contaram o incidente, o rei Filipe VI de novo fechou a mulher e desancou-a “com golpes de tochas”.

Quanto ao Palácio de Nesle, ele lhe fora dado por seu marido em 1332, isto é, dois anos depois que este último o comprara aos executores testamentários da filha de Mafalda, Joana de Borgonha, a Viúva, que o recebera de seu esposo Filipe V.

Em execução a uma cláusula do testamento de Joana, a Viúva, o produto da venda, mil libras em espécie, mais uma renda de duzentas libras, serviu para a fundação e manutenção de uma casa de escolares, instalada numa dependência do palácio. Essa é a origem do célebre Colégio de Borgonha, e, igualmente, a causa da confusão que se estabeleceu, na memória popular, entre as duas cunhadas, Margarida e Joana de Borgonha. As licenciamentos de escolares que se atribuíram a Margarida, e que só existiram na lenda, ali encontram a sua explicação.

27 *Fautre*, ou *faucre*: gancho fixado no peitoral da armadura e destinado a apoiar o cabo de madeira da lança, amortecendo o recuo no momento do choque. O *fautre* era fixo até o fim do século XIV. Depois fizeram-no com a charneira ou mola, para remediar o incômodo que causava aquela saliência nos combates a espada.

28 A temporada secreta de Eduardo III na França durou quatro dias, de 12 a 16 de abril de 1331, em Saint-Christophe-en-Hallatte.

29 Rei de armas, personagem que tinha as funções de ordenador e presidia a todas as formalidades do torneio.

30 A Companhia dos Tolomei era a mais importante das companhias sienenses, depois da dos Buonsignore. Sua fundação remontava a Tolomeo Tolomei, amigo, ou, pelo menos, familiar de Alexandre III, papa de 1159 a 1181, ele próprio sienense, e que foi adversário de Frederico Barba-Roxa. O

Palácio Tolomei, em Siena, foi edificado em 1205. Os Tolomei foram muitas vezes os banqueiros da Santa Sé. Estabeleceram suas filiais na França, nos meados do século XII, de início em torno das feiras da Champagne, depois criando numerosas agências, inclusive a de Neauphle, com uma casa principal em Paris.

No momento dos decretos de Filipe VI, e quando numerosos negociantes italianos foram presos durante três semanas, recobrando sua liberdade apenas em troca de pagamentos consideráveis, os Tolomei partiram sub-repticiamente, levando todas as somas depositadas em sua casa, fosse por outras companhias italianas, fosse pelos seus clientes franceses, o que criou sérias dificuldades ao

Tesouro.

31 Aquelas “advertências” tinham sido levadas longe demais, pois que João de Luxemburgo, para agradar a Filipe VI, havia montado uma coligação e ameaçado o duque do Brabante de invadir suas terras. O duque do Brabante preferiu expulsar Roberto d’Artois, mas não sem ter, em tal ocasião, negociado uma operação frutífera: o casamento de seu filho mais velho com a filha do rei da França. João da Boêmia, de seu lado, recebeu o agradecimento pela sua intervenção, através do casamento de sua filha Bonne de Luxemburgo com o herdeiro da França, João da Normandia. Seria essa, depois de Maria de Luxemburgo, irmã do mesmo rei João, e que fora esposa de Carlos IV, a segunda Luxemburgo-Boêmia a ser rainha da França, em duas gerações.

32 2 de outubro de 1332. O juramento pedido por Filipe VI a seus barões era um juramento de fidelidade ao duque da Normandia, “que herdeiro por direito, por direito deve ser sire do reino da França”. Não sendo herdeiro direto da coroa e não a tendo recebido senão por escolha dos pares, Filipe VI voltava à tradição da monarquia eletiva, a d.os primeiros Capetos, que sempre fizeram reconhecer pelos pares seu filho primogênito, como sucessor da coroa. Essa tradição manteve-se até Filipe Augusto.

33 O velho rei leproso, Roberto Bruce, que durante tanto tempo se mantivera em questão com Eduardo II e Eduardo III, morreu em 1329, deixando sua coroa a um menino de sete anos, David Bruce. A menoridade de David foi uma ocasião para as diversas facções reabrirem suas querelas.

O pequeno David foi levado, para salvaguarda, pelos barões de seu partido, que se refugiaram com ele na corte da França, enquanto Eduardo III sustentava as pretensões de um gentil-homem francês, de origem normanda, Eduardo de Baillol, parente dos antigos reis da Escócia, que aceitaria colocar a coroa escocesa sob a suserania inglesa.

34 João Buridan, nascido mais ou menos em 1295, em Béthune, no Artois, era discípulo de Occam. Seu ensinamento filosófico e teológico valeu-lhe imensa fama. Tornou-se, aos trinta ou trinta e dois anos, reitor da Universidade de Paris. Sua controvérsia com o velho papa João XXII, e o cisma que ele quase provocou, aumentaram ainda mais a sua celebridade. Na segunda parte de sua vida, devia retirar-se para a Alemanha, onde ensinou, particularmente em Viena. Morreu em 1360.

O papel que a imaginação popular lhe conferia no caso da Torre de Nesle é de pura fantasia, e não aparece, aliás, senão em narrativas de dois séculos depois dos acontecimentos.

35 Destacam-se, nas contas do tesouro do Echequier, apenas nos primeiros meses de 1337: em março, uma ordem de pagar duzentas libras a Roberto d'Artois, como benefício do rei; em abril, um benefício de trezentas e oitenta e três libras, um outro de cinqüenta e quatro libras, e a outorga dos castelos de Guilford, Wellingford e Somerton; em maio, a atribuição de uma pensão anual de duzentos marcos esterlinos; em junho, o pagamento de quinze libras devidas por Roberto à Companhia dos Bardi, *etc.*

36 A imaginação do romancista hesitaria diante de semelhante coincidência, que parece, realmente, grosseira e forçada demais, se a verdade dos fatos não o obrigasse a tanto. O estranho destino da Torre de Nesle, de ser teatro de acontecimentos trágicos, não se resume no fato de ter sido o local onde foi apresentado o desafio de Eduardo III, ato que, juridicamente, deu início à Guerra dos Cem Anos.

O condestável Raul de Brienne, conde d'Eu e de Brienne, habitava o Palácio de Nesle quando foi preso, em 1350, por ordem de João, o Bom, para ser condenado à morte e decapitado.

O palácio foi, ainda, a moradia de Carlos, o Mau, rei de Navarra (neto de Margarida de Borgonha), que tomou armas contra a casa de França.

Mais tarde, Carlos VI, o Louco, devia dá-lo à sua mulher, a maníaca e sinistra Isabel da Baviera, que entregou por traição a França aos ingleses, denunciando seu próprio filho, o delfim, como adúltero.

Mal o Palácio de Nesle foi dado a Carlos, o Temerário, por Carlos VII, este último morreu, e o Temerário entrou em conflito com o novo rei, Luís XI.

Os religiosos de Saint-Germain-des-Prés ocuparam-no temporariamente.

Francisco I cedeu-o, em parte, a Benvenuto Cellini, mas, como o preboste de Paris protestasse, Cellini teve que recorrer à força para ali se instalar.

Henrique II ali fez instalar uma oficina para a fabricação de moedas. A Casa da Moeda de Paris está ainda naquele local (e por aí se vê a amplitude que tinha o conjunto do terreno e seus edifícios).

Carlos IX, para poder pagar seus guardas suíços, pôs à venda o palácio, que foi adquirido pelo duque de Nevers, Luís de Gonzaga: este mandou demoli-lo e levantou, no local, o Palácio de Nevers. A destruição da torre teve lugar nessa ocasião.

Mazarino adquiriu o Palácio de Nevers e mandou construir, no local dos antigos edifícios, o Colégio das Quatro Nações, que ainda existe: é ali que se instala, hoje, o Instituto de França.

37 Esse Henrique de Burghersh parece ter sido uma espécie de Talleyrand inglês da Idade Média. Homem de suprema habilidade, que se sabia fazer

indispensável, sucessivamente, a todos os príncipes e apreciar o momento exato em que lhe convinha abandonar os poderosos da véspera e reunir-se aos de amanhã. Tinha servido o rei Eduardo II e fora enviado por este último à rainha Isabel, para convencê-la a voltar de seu exílio na França.

Reunira-se a Isabel e Mortimer, quando do desembarque, e Mortimer chamara-o para as funções de chanceler. Sofreu apenas um curto eclipse de poder, quando da queda de Mortimer. Desde 1334, Eduardo II o tinha como tesoureiro, não tendo jamais cessado, aliás, de lhe confiar numerosas missões itinerantes. Foi ele quem, verdadeiramente, preparou a grande coligação anglo-germano-flamenga contra a França. Como Talleyrand, o rigor moral não era, com certeza, um sinal distintivo de seu caráter, mas, em compensação, possuía uma noção muito alta e muito eficaz dos interesses superiores de seu país.

38 A rainha Isabel viveria ainda vinte anos, sem jamais tornar a ter qualquer participação nos negócios de seu século. A filha de Filipe, o Belo, morreu no dia 23 de agosto de 1358, no Castelo de Hereford, e seu corpo foi sepultado na igreja dos franciscanos de Newgate, em Londres.

39 A Ecluse não foi a última das batalhas que a França perdeu, para forças iguais, por má utilização de seus meios de combate. Somos também contemporâneos de tolices igualmente notáveis de estrategistas. Ao contrário do que sempre se afirmou, para desculpar a derrota de 1940, o exército francês, então, estava dotado de engenhosos blindados tão numerosos como os do exército alemão, e tinha, portanto, um poderio de fogo equivalente, se não superior. Não devemos nosso esmagamento senão à concepção preconizada pelo comando francês, em relação ao emprego tático de carros, e isso apesar de advertências notáveis. Com seis séculos de distância — Ecluse em junho de 1340, Flandres em junho de 1940 —, as mesmas estúpidas obstinações produziram os mesmos efeitos. A raça dos Béhuchet é tenaz, e não conquista senão os estados-maiores.

40 Apesar das lutas políticas, dos motins, das rivalidades entre classes sociais ou entre cidades vizinhas, que são a carga comum das repúblicas italianas daquela época, Siena conheceu, no século XIV, seu grande período de prosperidade e de glória, tanto nas artes como no comércio. Entre a ocupação da cidade por Carlos de Valois, em 1301, e sua conquista em 1399, por João Galeazzo Visconti, duque de Milão, a única verdadeira desgraça que se abateu sobre Siena foi a epidemia de peste de 1347-48.

41 “...moro agora na França, na Babilônia do Ocidente, tudo quanto o sol vê de mais vil, às margens do Ródano indomável, que se parece ao Cocito ou ao Aqueronte do Tártaro, onde reinam os sucessores, outrora pobres, do pescador, e

que esqueceram sua origem. Fica-se embaraçado ao ver, no lugar de uma santa solicitude, afluência criminoso e bandos de infames satélites espalhados por toda parte; em lugar dos jejuns austeros, banquetes cheios de sensualidade; em lugar de piedosas peregrinações, uma ociosidade impudica e cruel; em lugar dos pés nus dos apóstolos, os rápidos corcéis dos ladrões, brancos como a neve, cobertos de ouro, alojados no ouro, roendo ouro, e muito breve ferrados de ouro. Numa palavra: dir-se-iam reis persas ou partos, que devemos adorar, e que não podemos visitar sem lhes oferecer presentes...”

(*Carta V*)

“... Hoje Avignon não é mais uma cidade, é a pátria das larvas e dos lêmures, e, para dizer numa palavra, é a sentina de todos os crimes e de todas as infâmias; é o inferno dos vivos, assinalado pela boca de Davi...”

(*Carta VIII*)

“... Sei por experiência própria que não há ali nenhuma piedade, nenhuma caridade, nenhuma fé, nenhum respeito, nenhum temor de Deus, nada de santo, nada de justo, nada de eqüitativo, nada de sagrado, enfim, nada de humano... Mãos doces, atos cruéis; vozes de anjos, atos de demônios; cantos harmoniosos, corações de ferro...”

(*Carta XIV*)

“É o único recanto da terra onde a razão não tem lugar algum, onde tudo se move sem reflexão e ao acaso, e entre todas as misérias deste local, misérias cujo número é infinito, o cúmulo da decepção é ver que tudo está cheio de visgo, de anzóis, de sorte que quando se pensa escapar vê-se que se está enlaçado e encadeado mais estreitamente. Além disso, ali não há luz nem guia... E, para empregar a expressão de Lucano, ‘*uma noite negra de crimes*’... Não diríeis que se trata de um povo, mas de uma poeira que o vento faz rodopiar...”

(*Carta XVI*)

“Satã contempla, entre risos, este espetáculo, e sente prazer nesta dança desigual, sentado como árbitro entre estes decrepitos e estas jovens... Havia entre numerosos deles (cardeais) um velhinho capaz de fecundar todos os animais; tinha a lascívia de um bode, ou de outra coisa lasciva e mais malcheirosa do que um bode, se existe tal coisa. Seja por temer os ratos ou os fantasmas, não ousava dormir sozinho. Achava que não há nada mais triste e mais infeliz do que o celibato. Celebrava todos os dias um novo himeneu. De há muito tinha ultrapassado os setenta anos, e só lhe restavam sete dentes...”

(*Carta XVIII*)

(Petrarca, *Cartas sem título*, a Cola de Rienzi, tribuno de Roma, e a outros.)

Bibliografia

Para responder à curiosidade de numerosos leitores que, através de “Os Reis Malditos”, se interessaram pela história dos últimos Capetos diretos, acreditamos

nada poder fazer de melhor do que apresentar aqui a nomenclatura das fontes e das principais obras utilizadas na preparação deste afresco histórico.

Esta bibliografia foi reunida por Pierre de Lacroix.

CRONISTAS

Franceses:

Les grandes chroniques de France.

Les chroniques de Saint-Denis.

Chronique parisienne anonyme.

Chronique des quatre premiers Valois.

Le continuateur de Guillaume de Nangis.

Pierre COCHON: *Chronique normande.*

Geoffroy de PARIS: *Chronique métrique.*

Jehan le BEL: *Les vraies chroniques.*

Jean FROISSART: *Les chroniques.*

Inglêses:

Adam de MURIMUTH: *Chronic sui temporis.*

MALMESBURY: *De gestis regum anglorum.*

HOLINSHED: *Chronicles of England.*

COLETÂNEAS DE TEXTOS ORIGINAIS

Recueil des ordonnances des rois de France (publ. em 1770 e anos seguintes).

Itinéraires des rois de France (em: *Recueil des historiens de la France, XVIII^e e XIX^e siècles*).

Calendar of dose rolls (para os reinados de Eduardo II e de Eduardo III, Londres, 1893-1900).

Archives du Record Office.

RYMER: *Foedera, conventiones, litterae, acta publica inter reges Angliae et alias...* (tomo II, Londres, 1739).

OBRAS GERAIS

ANSELME (le Père): *Histoire générale de la maison de France et des grands officiers de la couronne* (1726-1733).

COKAYNE (J. E.): *Complete peerage of England* (Londres, 1893-1900).

Dictionary of national biography (Londres, 1885-1901). GIRY (A.): *Manuel de diplomatie* (1894).

BERTY (Ad.): *Topographie historique du vieux Paris* (1888 e anos seguintes).

CALMETTE (J.): *Le monde féodal* (1934).

DEPREZ (Eug.): *Les préliminaires de la Guerre de Cent Ans* (1902).

LAFURIE (J.): *Les monnaies des rois de la France* (tomo I, 1951).

FRANKLIN (A.): *Les rois et les gouvernements de France* (1906). *Les rues et les cris de Paris au Moyen Age* (1874).

VIOLLET LE DUC: *Dictionnaire de l'architecture au Moyen Âge*.

Dictionnaire du mobilier de la France ou Moyen Âge.

ENLART (C): *Manuel d'architecture française au Moyen Âge* (tomo III, "Le costume").

LACROIX (P.): *Vancienne France* (1886). *Vie militaire et religieuse -*

Science et Lettres - Les Arts - Moeurs, usages et costumes au Moyen Age (4 vols., 1887).

MICHELET: *Histoire de France*.

SISMONDI: *Histoire des républiques italiennes au Moyen Âge* (1840).

LANGLOIS (C.-V): *Histoire de France*, dirigida por E. Lavisse (tomo III-2). *La vie en France au Moyen Age* (1924).

COVILLE (A.): *Histoire de France*, dirigida por E. Lavisse (tomo IV - 1 e 2).

FAWTIER (R.) e COVILLE (A.): *UEurope occidentale de 1270 à 1380* (História geral, dirigida por Glotz, tomo IV — 1 e 2).

GAUTIER (L.): *La chevalerie* (1884).

DUPOUY (Ed.): *Le Moyen Age médical* (1888).

GAUZONS (Th. de): *La magie en France au Moyen Âge* (1910).

GILBERT (E.): *Les plantes magiques* (1899).

BRACHET (A.): *Pathologie mentale des rois de France* (1903).

DODU (G.): *Les Valois* (1934).

BELLEVEU (marquês de): *Les bâtards de la maison de France* (1901).

FOURNEL (V.): *Les rues du vieux Paris* (1879).

LE GOFÉ (J.): *Les intellectuels au Moyen Âge* (1957).

MOLLAT (G.): *Les papes d'Avignon* (1912).

LÉONARD (E.-G.): *Les Angevins de Naples* (1954).

RICHARD (J.): *Les ducs de Bourgogne et la formation du duche du XIe au XIVe siècle* (1954).

GARRETA J.-CL.): *Le quartier Saint-André-des-Arts des origines à 1660*.

(Posição das teses — 1957).

PARMENTIER (A.): *Album historique* (tomo II — 1897). GAMS: *Series episcoporum ecclesiae catholicae* (Regensburg, 1873)

DOCUMENTOS

E

OBRAS

RELATIVOS

PRINCIPAIS

PERSONAGENS DE “OS REIS MALDITOS”

ARTEVELDE (Jacó de). Kervyn de LETTENHOVE: *Jacques d'Artevelde* (Gand, 1963).

ARTOIS (Mafalda de.) RICHARD (J.): *Une petite-nièce de Saint-Lou* *Mahaut d'Artois, comtesse d'Artois et de Bourgogne* (1897), “La bibliothèque de Mahaut d'Artois” (*Revue des questions bis toriques*, 1886).

— LE ROUX DE LINCY: *Inventaire des biens meubles et immeubles de la comtesse Mahaut, pillés par son neveu Robert* (Bibl. de l'École des Chames, 1861).

ARTOIS (Roberto d'). FRONDEVILLE (H. de): *Le comté de Beaumont-le-Roger* (1937); *Inventaire des biens saisis après l'arrestation de la comtesse de Beaumont* (Actes normands de la Chambre des Comptes). — LANCELOT: *Mémoires pour servir à l'histoire de Robert d'Artois* (Mémoire de l'Académie des Inscriptions et Belles Lettres — 1736); *Les vœux du Heron*. (Os dois manuscritos conhecidos deste poema do século XIV se conservam, um na Biblioteca de Berna, outro na Biblioteca Real de Bruxelas.)

CARLOS IV, rei da França. *Journal du Trésor de Charles IV*, publicado por Jules VIARD (1917); *Information de Vannulation du mariage de Charles IV* (Arch. nat. J 682 — 2). (Este documento nunca foi publicado.) *Testament de Charles IV*. (Uma cópia, feita sobre o original, então conservado nos arquivos da Chambre des Comptes, encontra-se na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris (fds. fr. novo adquirido 7 600).

CHATILLON (condestável de). Du CHESNE (A.): *Histoire de la maison de Chastillon-sur-Marne* (1621).

CLEMÊNCIA DA HUNGRIA, rainha da França. *Letres secrètes et curiales de Jean XXII relatives à la cour de France* (1900-1913); *Inventaire et vente après décès des biens meubles et immeubles, bijoux, etc, de la reine Clémence* (Nouveau recueil des comptes de l'argenterie des rois de France, publicado por DOUET D'ARCQ, tomo II, 1874).

CRESSAY (família): ver JOÃO I.

EDUARDO II e EDUARDO III, reis da Inglaterra. MORE (Thomas): *Vita et mors Edwardi secundi* (Crônica contemporânea, mas publicada pela primeira vez em 1603.) — MARLOWE (C.): *Edward the Second*. — BARNES

(J.): *The history of Edward the Third* (Cambridge, 1688). — MACKINNON (J. P.): *The history of Edward the Third* (Londres, 1900). — RAMSAY (J.H.): *Gênese of Lancaster* (Londres, 1913). — LONGMAN (N.): *History of the life and times of Edward the Third* (Londres, 1869). — PONS (Ch.): *UÉdouard II de Marlowe* (Tese complementar, 1959).

FILIPE, O BELO, rei da França. LÉVIS-MIREPOIX (Duque de): *Philippe le Bel* (1912). — BALDRICH: *Maladie et mort de Philippe le Bel*, relatório ao rei de Maiorca, datado de 7 de dezembro de 1314. (Bibl. de l'École des Charles, 1897). — DOUET D'ARCQ: "Notas sobre a morte de Filipe, o Belo, e seu codicilo" (*Revue des Soe. savantes*, 1876).

FILIPE VI DE VALOIS, rei da França, VIARD (J.): *La France sous Philippe VI* (1896); *Documents parisiens pour servir à l'histoire de Philippe VI* (1899); *Vhotel de Philippe VI* (1895). — LA RONCIÈRE (Ch. de): *La guerre navale entre la France et l'Angle-terre* (1898). — CAZELLE (R.): *La société politique et la crise de la royauté sous Philippe de Valois* (1958).

FILIPE V, O LONGO, rei da França. LEHUGEUR (P.): *Le règne de Philippe le Long* (1931); *Comptes du trésor de Philippe le Long*, publicadas por DOUET D'ARCQ (1957). — OLIVIER-MARTIN (F.): *Études sur les régences* (tomo I, 1931).

HIRSON (Teodorico d'). RICHARD (J. M.): *Tbierry d'Hirson* (1892).

ISABEL DE FRANÇA, rainha da Inglaterra. STRICKLAND: *Lives of queens of England* (1889). — RHODES (W. E.): *The inventory of the jewels and wardrobe of queen Isabella* (*English review*, 1897).

JOÃO I, rei da França (Giannino). MONMERQUÉ: *Dissertation historique sur Jean Ier, roi de France et de Navarre*, seguida de uma carta pela qual Nicolau de Rienzi reconheceu Giannino, filho suposto de Guccio Baglioni, como rei da França, e outros documentos relativos a este fato singular (1844). — Instituto Real de França. *Doutes historiques sur le sort du petit roi Jean Ier*; memória lida na sessão pública de sexta-feira, 9 de agosto de 1844. *Lettre du frère Antoine à Nicolas de Rienzi, suivie de deux lettres de Rienzi adressées à Giannino* (1845). — BRÉHAUT (L.): *Giannino Baglioni, roi de France* (*Revue contemporaine*, 1860).

— TAVERNIER (E.): *Le roi Giannino* (Mém. de l'Ac. d'Aix, 1882). —
MACCARI: *Istoria dei re Giannino di Francia* (Siena, 1893).

JOÃO XXII, papa. BACHELET (X.): Estudo crítico da vida e das obras de João XXII, in *Dictionnaire de théologie catholique; Lettres secrètes et curiais de Jean XXII, relatives à la cour de France* (100-1913). — VERLACQUE (Abade V.): *Jean XXII* (1883). — ALBE (Edm.): *Autour de Jean XXII* (1904). — LABANDE (L. H.): *Les palais des papes au XIV^e siècle* — PETRARCA: *Epistolae sine titulo* (Trad. fr., 1885). — BERTRANDY e MOLLAT: *Recherches historiques sur l'origine de l'élection et le couronnement de Jean XXII* (1854). — VALLON (L. de): *Le service de table à la cour de Jean XXII*.

Principais obras de JOÃO XXII: *Thesaurus pauperum; L'art transmutatoire; Velixir des philosophes* (atribuída).

JOINVILLE (sire de). Gaston PARIS-, *Jean, sire de Joinville* (1897).

Luis X, o TURBULENTO, rei da França. DUFAYARD: “A reação feudal sob os filhos de Filipe, o Belo” (*Revue historique*, 1894); *Obsè-ques et pompe funèbre de Louis X et du petit roi Jean* (em *Comptes de Vargenterie des rois de France au XIV^e siècle*, publicadas por DOUET D'ARCQ), tomo II — 1874).

MORTIMER (Rogério). *Chronicon Galfredi Le Baker*. — PLANCHÉ (R.): “A genealogia de Mortimer” (*Journal of the British Archeological Association*, 1868).

TEMPLÁRIOS. MICHELET (J.): *Le procès des Templiers* (1841-1851).

TOLOMEI (família dos). PITON (C): *Les Lombards en France*, 1882). — VAN ROON BASSERMAN: *Les Tolomei au XIV^e siècle*. — BAUTIER: *Les Tolomei aux foires de Champagne* (1955).

VALOIS (Carlos de). PETIT (J.): *Charles de Valois* (1900); *Testaments de Charles de Valois* (cópias autênticas feitas no século XVII e conservadas na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris — fds. fr. novo adq. 7.600).

O AUTOR E SUA OBRA

Nascido em Paris, a 23 de abril de 1918, Maurice Druon tem entre seus antepassados um bisavô brasileiro, o escritor, jornalista e político maranhense Odorico Mendes (1799-1864), que se notabilizou como tradutor de Homero e Virgílio. O autor de “Os Reis Malditos” estudou no Liceu Michelet e na Escola de

Ciências Políticas, na capital francesa. Durante a Segunda Guerra Mundial, como subtenente de cavalaria, combateu no interior da França até o momento do armistício (1941). Imediatamente ingressou nas forças da Resistência, e, a partir de 1942, trabalhou com De Gaulle em Londres, nos serviços de informação da chamada França Livre.

Foi nesse período que Druon despontou como escritor, com a peça em três atos “Megarée”. Em colaboração com seu tio Joseph Kessel, também escritor, compôs o “Hino dos resistentes”. De 1944 até ser firmada a paz, em 1945, trabalhou como correspondente de guerra.

De volta à França e à vida civil, Druon assume a direção do jornal “Cavalcade” e colabora em outras publicações, ao mesmo tempo em que se dedica à literatura e à pesquisa histórica.

Em 1948, recebe o importante prêmio Goncourt pela trilogia “O fim dos homens”. São três romances (“As grandes famílias”, “A queda dos corpos” e “Encontro no inferno”) que analisam o declínio de duas grandes famílias — uma aristocrática, outra burguesa — unidas pelo casamento.

No entanto, sua habilidade em captar a atmosfera do tempo e do espaço históricos alcançaria o maior brilhantismo na série “Os Reis Malditos”, escrita entre 1956 e 1962. Em seis romances, Druon recria com meticuloso cuidado a história da França, entre 1285 e o início da Guerra dos Cem Anos (1337). Para compor a obra, o autor reuniu uma equipe de pesquisadores e visitou os lugares que foram palco dos fatos narrados, a fim de “olhar o contorno dos campos, sentir a terra debaixo dos meus pés e apreender as reações que um homem pode ter em tal lugar”.

Em 1966, aos quarenta e oito anos, Druon se tornou o mais jovem membro da Academia francesa. Em abril de 1973, foi nomeado ministro da Cultura do gabinete Pierre Messmer. Logo após assumir o cargo, declarava não ter intenções de entregar verbas do governo a “subversivos, pornó-

grafos ou intelectuais terroristas”. Com isso levantou contra si os protestos de milhares de artistas, escritores e políticos e foi tachado de “ditador intelectual”.

Entre romances, livros de história e mitologia, ensaios políticos e peças teatrais, a obra de Maurice Druon compreende cerca de trinta títulos.

Além deste volume, o Círculo do Livro já publicou do autor os seguintes títulos: “O Rei de Ferro”, “A rainha estrangulada”, “Os venenos da coroa”, “A lei dos varões” e “A Loba de França”.